

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS  
FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

**GÊNESE DE UMA CONTROVÉRSIA:  
A INSERÇÃO DO CRIACIONISMO NO  
DEBATE PÚBLICO BRASILEIRO  
(1960-1990)**

HENRIQUE RODRIGUES CALDEIRA

BELO HORIZONTE

2024

HENRIQUE RODRIGUES CALDEIRA

**GÊNESE DE UMA CONTROVÉRSIA:  
A INSERÇÃO DO CRIACIONISMO NO  
DEBATE PÚBLICO BRASILEIRO  
(1960-1990)**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em  
História da Universidade Federal de Minas Gerais,  
como requisito Parcial para a obtenção do título de  
Doutorado em História

Linha de Pesquisa: Ciência e Cultura na História

Orientadora: Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Ana Carolina Vimieiro  
Gomes

BELO HORIZONTE

2024



UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS  
FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS  
COLEGIADO DO CURSO DE GRADUAÇÃO / PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

**"Gênese de uma controvérsia: a inserção do criacionismo no debate público brasileiro (1960-1990)"**

**Henrique Rodrigues Caldeira**

Tese aprovada pela banca examinadora constituída pelos Professores:

Profa. Dra. Ana Carolina Vimieiro Gomes - Orientadora  
UFMG

Profa. Dra. Rosanna Dent  
New Jersey Institute of Technology - EUA

Prof. Dr. Pedro Pinheiro Teixeira  
PUC-RJ

Prof. Dr. Daniel Rocha  
Università Degli Studi di Modena e Reggio Emilia - IT

Prof. Dr. Nélio Marco Vicenzo Bizzo  
Unifesp - Instituto de Ciências Ambientais, Físicas e Farmacêuticas

Belo Horizonte, 11 de junho de 2024.



Documento assinado eletronicamente por **Pedro Pinheiro Teixeira, Usuário Externo**, em 12/06/2024, às 11:32, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Daniel Rocha, Usuário Externo**, em 12/06/2024, às 11:48, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Ana Carolina Vimieiro Gomes, Professora do Magistério Superior**, em 28/06/2024, às 10:43, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Rosanna Jane Dent, Usuário Externo**, em 02/07/2024, às 12:23, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

---



Documento assinado eletronicamente por **Nelio Marco Vincenzo Bizzo, Usuário Externo**, em 03/07/2024, às 16:34, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

---



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [https://sei.ufmg.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://sei.ufmg.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **3245981** e o código CRC **59DE3561**.

---

## AGRADECIMENTOS

Agradeço a todos os pesquisadores listados na bibliografia deste trabalho. A História, como qualquer campo do conhecimento, é um projeto necessariamente social e coletivo. Sem o amplo esforço acadêmico representado pelos livros e artigos consultados no curso desta pesquisa, esta, naturalmente, teria sido impossível.

Nesse mesmo espírito, agradeço ao Departamento de História da UFMG, especialmente à minha orientadora Ana Carolina Vimieiro Gomes, pela generosidade de me acolher e me guiar nesse empreendimento coletivo. Agradeço também aos professores membros da banca, Dr. Daniel Rocha, Dr. Nélio Bizzo, Dr. Pedro Teixeira e Dra. Rosanna Dent. E agradeço à CAPES, por viabilizar financeiramente minha atividade de pesquisa desde o mestrado.

Agradeço à família do Dr. Ruy Carlos Camargo Vieira, fundador da Sociedade Criacionista Brasileira, que me recebeu com enorme carinho e abertura em Brasília. Qualquer discordância científica, política ou religiosa que eu possa ter com Dr. Ruy é palha comparada com o respeito e a admiração que tenho por ele como pessoa.

Agradeço também à minha família e aos meus amigos, que me proporcionaram contínua motivação e afeto ao longo dessa sinuosa jornada que é a pesquisa acadêmica. Agradeço à minha esposa, Isabela, pelo amor incondicional. E aos amigos dos baixos estudos pela coexistência no absurdo.

Agradeço, finalmente, a você, leitor ou leitora, pelo seu tempo e sua atenção. Espero que a leitura valha realmente o investimento desses recursos tão raros.

Obrigado!

“Que cada um tenha as esperanças e as crenças que puder ter.”

*Darwin em carta a Asa Gray, 22 de maio de 1860*

## RESUMO

Esta tese investiga a inserção e desenvolvimento do criacionismo no debate público no Brasil entre os anos de 1960 e 1990, analisando o contexto nacional e internacional de sua emergência. Examina-se a criação das primeiras organizações criacionistas brasileiras, a Sociedade Criacionista Brasileira (1972) e a Associação Brasileira de Pesquisa da Criação (1979), e suas conexões com instituições norte-americanas, como a *Creation Research Society* e a *Institute for Creation Research*. Além disso, a tese aborda a influência das reformas educacionais e científicas, tanto brasileiras quanto norte-americanas, na propagação de debates sobre o ensino de evolução no Brasil. Nesse ponto, é particularmente relevante a análise do impacto dos currículos produzidos pelo *Biological Science Curriculum Study* (BSCS) nos Estados Unidos e adaptado para as escolas brasileiras. Por fim, as relações entre ciência e religião são destacadas na análise dessa controvérsia pública, sublinhando as dimensões religiosas e antirreligiosas (bem como políticas e morais) que interagiram sempre com suas dimensões científicas.

Palavras-chave: Criacionismo, Evolução, Fundamentalismo, Ciência e Religião, Livros didáticos de Biologia.

## ABSTRACT

This thesis investigates the insertion and development of creationism in the Brazilian public debate between the 1960s and 1990s, analyzing the national and international context of its emergence. It examines the creation of the first Brazilian creationist organizations, the *Sociedade Criacionista Brasileira* (1972) and the *Associação de Pesquisa da Criação* (1979), and their connections with American institutions, such as the Creation Research Society and the Institute for Creation Research. This research also considers the educational dimension, showing how Brazilian educational reform, aligned with scientific reforms in the U.S., propelled discussions on evolutionary theory. In this regard, the analysis of the impact of curricula produced by the Biological Science Curriculum Study (BSCS) in the United States and adapted for Brazilian schools is particularly relevant. Finally, the relationships between science and religion are highlighted in the analysis of this public controversy, underscoring the religious and anti-religious (as well as political and moral) dimensions that have always interacted with its scientific dimensions.

Keywords: Creationism, Evolution, Fundamentalism, Science and Religion, Biology Textbooks.

## LISTA DE FIGURAS E TABELAS

Figura 1: Ocorrência percentual dos termos "creationism" e "creationist" nos corpora de texto do Google em inglês (1800-2019).....	21
Figura 2: Ocorrências da expressão "origem da vida" no Jornal do Brasil (1891-2010)	22
Figura 3: Ocorrências da expressão "origem das espécies" no Jornal do Brasil (1891-2010).....	23
Figura 4: Foto do chimpanzé Joe Mendi (1925) .....	72
Figura 5: “Ordem no tribunal!”, charge publicada no jornal Los Angeles Times (9 de julho de 1925).....	73
Figura 6: Meninas com fantoches de macaco.....	73
Figura 7: “Quartel general” do evangelista T. T. Martin em Dayton, exibindo livretos antievolucionistas .....	74
Figura 8: Charge no jornal Baltimore Sun de 22 de julho de 1925 .....	78
Figura 9: Charge no jornal Baltimore Sun de 21 de julho de 1925 .....	79
Figura 10: Charge no jornal New York World de 18 de julho de 1925 .....	79
Figura 11: Primeiras páginas do livro "Biology for Beginners", de Truman J. Moon, edição de 1921 .....	81
Figura 12: Primeira página da edição de 1926 de "Biology for Beginners", de Truman J. Moon, substituindo a imagem de Darwin.....	82
Figura 13: Recibo de pagamento da taxa de contribuição anual de Ruy Vieira para a CRS.....	97
Figura 14: Ficha de controle de expedição da Folha Criacionista de Dértia Freire-Maia .....	130
Figura 15: Fichas de controle de expedição da Folha Criacionista para membros, 1972 a 1983 .....	131
Figura 16: Sunday School Times, 19 de abril de 1919.....	133
Figura 17: Capa do livro “Bone of Contention: Is Evolution True”, de Sylvia Baker. 152	
Figura 18: Imagens da “Terra logo após a Criação” segundo o livro Ciências e Programa de Saúde: 5ª Série, p. 11 .....	197
Figura 19: Margens das páginas do Ciências e Programa de Saúde: 5ª Série, p. 28 e 64 .....	201
Figura 20: Box bíblico no Ciências e Programa de Saúde: 5ª Série, p. 31 .....	202
Figura 21: Tabelas da pesquisa DataFolha sobre evolucionismo e criacionismo entre paulistanos. FSP 03/05/1987, p. 26 .....	216
Figura 22: Charge que acompanha o artigo "Tennessee revive luta da ciência contra fé", publicada no Jornal do Brasil em 16 de julho de 1986.....	262
Tabela 1: Porcentagem de evangélicos no Brasil segundo os censos do IBGE .....	236
Tabela 2: Livros criacionistas publicados no Brasil entre as décadas de 1940 e 1980	252

# SUMÁRIO

<b>Introdução .....</b>	<b>10</b>
Recapitulação historiográfica.....	12
Relevância da pesquisa .....	16
O caminho até as perguntas da pesquisa.....	18
O caminho a partir das perguntas da pesquisa.....	24
Os marcos teórico-metodológicos no caminho da pesquisa .....	28
Os caminhos que cruzam com o caminho desta pesquisa: diálogos historiográficos. 32	
<b>1. O ensino de evolução no Brasil e nos Estados Unidos: a renovação dos currículos de biologia e a gênese do antievolucionismo escolar.....</b>	<b>36</b>
1.1. A renovação do ensino de biologia no Brasil: clamores nacionais e articulações internacionais .....	37
1.2. O “movimento renovador” do <i>Biological Sciences Curriculum Study</i> ; o currículo norte-americano e sua adaptação para o Brasil .....	45
1.3. O papel da evolução no BSCS: unidade, sentido e inspiração .....	51
1.3.1. “O tema biológico mais abrangente e mais significativo de todos” .....	51
1.3.2. “Nada faz sentido na Biologia exceto à luz da evolução” .....	56
1.3.3. “O mundo para o qual Darwin nos conduziu” .....	60
1.4. Reações ao novo ensino de Biologia: o antievolucionismo norte-americano e a organização da alternativa criacionista .....	67
1.4.1. Antecedentes: o antievolucionismo na “Era Scopes” .....	69
1.4.2. Uma nova onda de antievolucionismo: as organizações criacionistas, o “Tratamento Balanceado” e a “Ciência da Criação” .....	83
<b>2. A matriz fundamentalista do criacionismo no Brasil: as sociedades criacionistas norte-americanas e a Sociedade Criacionista Brasileira.....</b>	<b>93</b>
2.1. A origem da Sociedade Criacionista Brasileira: inserção nacional e referências internacionais .....	94
2.2. Antecedentes da relação entre fundamentalismo e o antievolucionismo .....	98
2.3. Estatutos da Sociedade Criacionista Brasileira: os “Princípios Fundamentais”	106
2.3.1. Artigo 5: a doutrina da inerrância e a autenticidade factual da Bíblia .....	109
2.3.2. Artigo 6: a duração da Criação e a estabilidade das espécies .....	112
2.3.3. Artigo 7: A “Geologia Diluviana” contra o uniformismo evolucionista ....	121
2.3.4. Artigo 8: os critérios para a admissão e para a salvação dos membros da SCB .....	129

2.4.	<i>A Folha Criacionista: materialidade, circulação e conteúdo</i> .....	135
2.4.1.	<i>Materialidade</i> .....	136
2.4.2.	<i>Relações internacionais</i> .....	138
2.4.3.	<i>Conexões com entidades congêneres</i> .....	141
<b>3.</b>	<b>O “status científico” do criacionismo: a Associação Brasileira de Pesquisa da Criação e outros esforços de afirmação da cientificidade da cosmogonia bíblica</b>	<b>150</b>
3.1.	A Associação Brasileira de Pesquisa da Criação (ABPC) e a presença universitária do criacionismo .....	151
3.2.	Samuel Novaes Figueira e a afirmação da “verdadeira ciência” criacionista (e a negação da “falsa ciência” evolucionista).....	161
3.2.1.	Contra a cientificidade do evolucionismo .....	162
3.2.2.	Pela cientificidade do criacionismo .....	169
3.3.	A valorização social da ciência no Brasil do pós-Guerra e a exaltação das ciências biológicas no BSCS .....	174
3.3.1.	A utilidade da ciência .....	175
3.3.2.	A coletividade da ciência.....	181
3.3.3.	A liberdade da e pela ciência .....	185
3.4.	O balanço do criacionismo na “onda” do cientificismo: entre o fundamentalismo e o “uso público da razão” .....	191
3.5.	Ciências e Programa de Saúde: 5ª Série .....	196
3.6.	A desatenção inicial em relação à expansão do criacionismo no Brasil.....	210
3.7.	A polêmica em torno de <i>Ciência e Programas de Saúde – 5ª Série</i> na imprensa diária nacional e na revista <i>Ciência e Cultura</i> .....	214
<b>4.</b>	<b>O criacionismo como “posição evangélica”: as transformações do protestantismo no Brasil e a aceitabilidade religiosa do evolucionismo.....</b>	<b>229</b>
4.1.	A expansão demográfica e política do protestantismo no Brasil na segunda metade do século XX.....	231
4.2.	O discurso de crise moral e sua relação com o criacionismo .....	236
4.3.	A circulação de literatura criacionista no Brasil e seus aspectos “científicos”, teológicos e morais .....	242
4.4.	À guisa de comparação: dois livros católicos citados por criacionistas .....	252
4.5.	O criacionismo como fenômeno “típico” dos Estados Unidos e a desajustabilidade de sua “importação” para o Brasil.....	258
4.6.	Três conclusões a partir da pesquisa do Instituto Datafolha sobre a aceitação da teoria da evolução entre paulistanos .....	269
	<b>Considerações finais</b> .....	<b>275</b>
	<b>Bibliografia</b> .....	<b>285</b>

## Introdução

Em 28 de janeiro de 2020, o Jornal Nacional noticiou a nomeação do engenheiro e professor Benedito Guimarães Aguiar Neto como novo presidente da CAPES. Aguiar Neto havia sido reitor da Universidade Presbiteriana Mackenzie e, no ano anterior, havia defendido publicamente o ensino do criacionismo como um “contraponto à Teoria da Evolução”<sup>1</sup>. Diversos outros veículos de imprensa repercutiram o fato, ressaltando sobretudo as reações negativas de biólogos e acadêmicos brasileiros em geral diante dessa nomeação.

A revista norte-americana *Science* lembrou, na ocasião da notícia, que a Universidade Mackenzie havia firmado uma parceria em 2017 com o *Discovery Institute*, centro norte-americano de promoção do Design Inteligente<sup>2</sup>. O portal brasileiro JOTA também destacou a dimensão internacional da polêmica, traçando paralelos entre o histórico de disputas sobre o ensino de evolução nos Estados Unidos e a situação brasileira atual<sup>3</sup>.

Essa polêmica, apesar de ser realmente atual, não é nova; e a comparação do contexto brasileiro com o norte-americano também possui um longo histórico. Nas décadas de 1970 e 1980, quando o tema do criacionismo passou a ser abordado com maior frequência na imprensa brasileira, o fenômeno já era muitas vezes tomado como algo “típico dos

---

<sup>1</sup> Disse Aguiar Neto: “Queremos colocar um contraponto à Teoria da Evolução e disseminar que a ideia da existência de um design inteligente pode estar presente a partir da educação básica, de uma maneira que podemos, com argumentos científicos, discutir o criacionismo”. Disponível em: <https://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2020/01/28/novo-presidente-da-capes-gera-polemica-ao-defender-criacionismo.ghtml>. Acessado em: 24 de fevereiro de 2024.

<sup>2</sup> Disponível em: <https://www.sciencemag.org/news/2020/01/brazil-s-pick-creationist-lead-its-higher-education-agency-rattles-scientists>. Acessado em: 24 de fevereiro de 2024.

<sup>3</sup> Disponível em: <https://www.jota.info/opiniao-e-analise/colunas/o-mundo-fora-dos-autos/criacionismo-em-escola-publica-e-inconstitucional-nos-eua-03022020>. Acessado em: 24 de fevereiro de 2024.

EUA” e potencialmente nocivo ao contexto brasileiro, caso fosse efetivamente “importado”<sup>4</sup>.

Mas se, por um lado, essa visão notava corretamente a existência de estreitas relações entre o criacionismo no Brasil e nos Estados Unidos, por outro, ela raramente considerava as especificidades e complexidades de cada situação e os fatos e processos históricos que de fato as conectavam. Quando, por exemplo, o criacionismo passou a figurar na esfera pública brasileira? Como esse processo se compara com o processo análogo nos Estados Unidos? Como as primeiras entidades criacionistas se organizaram no país? E quais as suas relações com as entidades norte-americanas? Por que alguns brasileiros acolheram e promoveram o criacionismo? E por que outros resistiram a ele? Enfim, como o movimento foi percebido por professores, religiosos e veículos de imprensa no Brasil, e como a controvérsia correspondente nos Estados Unidos afetou essa percepção?

Visando compreender melhor esse processo histórico, este trabalho pretende investigar a expansão do criacionismo no Brasil, sobretudo os anos iniciais de estabelecimento desse movimento no país, situando-o no contexto global no qual ele se insere. Em contraste com a historiografia norte-americana, que produziu material abundante acerca do criacionismo e da controvérsia sobre o ensino de evolução nos Estados Unidos, os esforços da historiografia brasileira em sentido correspondente ainda estão muito aquém da relevância pública que o tema possui hoje em nosso país<sup>5</sup>. É a esse esforço investigativo que este projeto se soma, alicerçado sobretudo nos campos da História das Ciências, na História das Religiões e na História da Educação, buscando integrar todas

---

<sup>4</sup> Em uma reportagem de 1987 para a Folha de São Paulo, o professor de História das Religiões Flávio Vespasiano Di Giorgi expressou essa opinião de forma radical. Segundo ele, o debate acerca do criacionismo “Trata-se de uma polêmica atrasada culturalmente típica dos EUA, que têm uma tradição de leitura estupidamente literal da Bíblia e que não deveria ser importada nestes termos para o Brasil” (FSP, 05/05/1987, p. 18).

<sup>5</sup> Ver discussão bibliográfica a seguir.

essas dimensões metodologicamente, tal como elas estão realmente integradas na história do criacionismo.

### **Recapitulação historiográfica**

As discussões suscitadas pela publicação de *A origem das espécies* (1859), obra na qual o naturalista inglês Charles Darwin desafiou a imutabilidade das espécies e propôs uma teoria gradualista do desenvolvimento da vida, circularam rapidamente pelo globo (GLICK, T. F., 2010). Tanto no Brasil (DOMINGUES; SÁ; GLICK, 2003) quanto nos Estados Unidos (LARGENT, 2013), o pensamento evolutivo expresso na obra foi prontamente recebido, apropriado, resistido e transformado. A variedade de reações iniciais à obra é bem representada por figuras como Louis Agassiz, Asa Gray e Charles Hodge<sup>6</sup>, nos Estados Unidos, e Fritz Müller, Ladislau Netto e o próprio imperador D. Pedro II<sup>7</sup>, no Brasil.

Na virada para o século XX, em ambos os países, as discussões em torno da ideia de evolução se ampliaram, sobretudo relacionadas a ideais de progresso e reforma social

---

<sup>6</sup> Agassiz (1807-1873), geólogo e zoólogo de Harvard, dedicou-se até o fim da vida em refutar as ideias de Darwin, afirmando, em contraposição, a “permanência dos tipos” (NARTONIS, 2005). Viajou pelo Brasil em 1865 e 1866, quando, entre outras projetos, estudou os peixes do Amazonas, buscando evidências contra Darwin. Gray (1810-1888), botânico, colega de Agassiz em Harvard, defendeu amplamente a obra do naturalista inglês, com quem correspondia, buscando harmonizá-la com elementos de teologia cristã (BROWNE, 2010). Hodge (1797-1878), teólogo reitor do Seminário Teológico de Princeton, contrapôs-se a Gray, engajando-se na demonstração da incompatibilidade da doutrina darwiniana com o que entendia ser a ortodoxia. Sobre esse contexto, escrevi minha monografia de conclusão de curso (CALDEIRA, 2016a).

<sup>7</sup> Müller (1822-1897), naturalista viajante do Museu Nacional do Rio de Janeiro, foi correspondente de Darwin e, além de contribuir originalmente para o desenvolvimento da biologia evolutiva, forneceu evidências para o naturalista inglês a partir de suas pesquisas no Brasil (PAPAVERO, 2003). Netto (1838-1894), diretor do mesmo museu onde se ocupou Müller, dialogou diretamente com Darwin, sobretudo em seus estudos sobre trepadeiras, no entanto, divergiu radicalmente de certos princípios filosóficos importantes para o autor de *A origem das espécies*, como o caráter teleológico do processo evolutivo (GUALTIERI, 2009). D. Pedro II (1825-1891), que, em suas próprias palavras, nasceu “para consagrar-[se] às letras e às ciências” (CARVALHO, J. M. DE, 2007, p. 77), teve contato com Darwin e Agassiz, inclinando-se mais à visão do segundo. Chegou a enviar material arqueológico brasileiro para Quatrefages e Virchow, opositores de Darwin na França e Alemanha, respectivamente (PEREIRA *et al.*, 2003, p. 31).

(HOFSTADTER, 1992; WAIZBORT, 2012), bem como a questões raciais que seguiram os processos de abolição da escravidão (NUMBERS; STENHOUSE, 2001; SCHWARCZ, 1993). Nos Estados Unidos, após a Grande Guerra, a ampliação dos *high schools* (LAATS, 2010) e da educação científica (DEBOER, 1991) – na qual já se inseriam conteúdos evolutivos (LARSON, 1987) – lançou definitivamente o tema da evolução no debate popular (CLARK, 2008). Nesse sentido, um movimento expressivo foi o ativismo contra o ensino de evolução nas escolas (LIENESCH, 2007; SHAPIRO, 2013), na década de 1920, que resultou na aprovação de leis contra a abordagem de tal conteúdo em cinco estados (LARSON, 2003), além de efeitos menos quantificáveis, como a pressão sobre as editoras de livros didáticos para que evitassem o tema (GRABINER; MILLER, 1974; cf. LADOUCEUR, 2008b)<sup>8</sup>.

Nesse contexto de oposição à teoria da evolução, alternativas pretensamente científicas foram avançadas no país, buscando prover sustentação teórica e empírica para as narrativas bíblicas relativas à origem do universo, da vida e da humanidade (NUMBERS, 2006). Esse posicionamento, chamado posteriormente de “criacionismo”<sup>9</sup>, teve como um de seus principais representantes o adventista George McCready Price, que buscou contrapor a interpretação evolucionista do registro geológico evocando supostos efeitos que teriam sido provocados pelo Dilúvio bíblico (cf. RUDWICK, 2014). Nessa e em outras linhas<sup>10</sup>, o criacionismo se desenvolveu nos Estados Unidos, organizando-se em diversas instituições e ramificando-se em múltiplas vertentes (SCOTT, 1997).

---

<sup>8</sup> Vale destacar que houve oposição à atuação dos antievolucionistas. Desde museus (CLARK, 2006) até revistas de popularização científica, como a *Evolution: a Journal of Nature* (1927-1938), que foi objeto de minha dissertação de mestrado (CALDEIRA, 2018)

<sup>9</sup> Discutiremos esse termo adiante, ainda nesta introdução.

<sup>10</sup> O criacionismo de Price conviveu (e convive) com outras leituras da cosmogonia bíblica, cada qual com suas propostas particulares para harmonizar o texto e a história natural. Voltaremos a esse ponto no segundo capítulo desta tese.

Nas décadas de 1960 a 1980, o antievolucionismo norte-americano recebeu novo impulso, em parte como resposta à reforma da educação científica que se realizava no país (RUDOLPH, 2002). No período, o governo federal promoveu uma ampla reformulação dos currículos escolares, o que, no caso da biologia, significou um decisivo fortalecimento<sup>11</sup> da abordagem evolutiva (SKOOG, 1979). Em vários estados, a adoção do livro-texto de biologia associado a esse contexto, que levava o nome do centro educacional que o produziu, o *Biological Science Curriculum Study* (BSCS), foi intensamente protestada por antievolucionistas (LARSON, 2003, p. 126). Livros didáticos criacionistas foram produzidos em resposta (NUMBERS, 2006, p. 266) e diversas disputas judiciais ocorreram em torno da controvérsia sobre o ensino de evolução (LARSON, 2003).

Tanto os processos históricos relacionados à educação científica quanto ao criacionismo nos Estados Unidos nesse período acabariam se relacionando com a história brasileira. No Brasil, até meados do século XX, o alcance da teoria da evolução por via educacional era ainda bastante limitado (BIZZO, NELIO MARCO VINCENZO, 1991; ROMANELLI, 1986), e o catolicismo – menos fixado na interpretação literal do texto bíblico do que o fundamentalismo protestante norte-americano (GEFFRÉ, 2004) – era a religião professada por mais de 95% da população (PIERUCCI, 2004). Dessa forma, ainda que manifestações antievolucionistas tenham se feito ouvir no país, sobretudo na imprensa religiosa (CABRAL, 2011; SCHALL, 2014), um movimento articulado em torno dessa causa tardaria a se desenvolver.

---

<sup>11</sup> Esse robustecimento e ampliação do conteúdo evolutivo nos livros didáticos segue os desenvolvimentos da própria biologia evolutiva, que, ao longo da primeira metade do século XX, sobretudo entre as décadas de 1930 e 1950, passou pela chamada “síntese moderna” (SMOCOVTIS, 1992). A “síntese”, apesar de consistir em menos unidade e coesão do que geralmente se supõe (CAIN, 2009), fortaleceu decisivamente o estatuto científico da evolução e, muitas vezes, contrapôs-se explicitamente ao criacionismo (DOBZHANSKY, 1973; MULLER, 1959). Voltaremos a essa discussão no primeiro capítulo desta tese.

Sabe-se ainda muito pouco sobre a história do criacionismo no Brasil. O que é certo, é que, na década de 1970, duas organizações criacionistas – ativas até hoje – emergiram no país: a Sociedade Criacionista Brasileira (SCB, 1972) e a Associação Brasileira de Pesquisa da Criação (ABPC, 1979). Conforme resultados desta pesquisa (que serão detalhados sobretudo nos capítulos dois e três), verifica-se ao menos duas relações entre o surgimento de tais organizações e os processos relacionados ao contexto norte-americano descritos acima. Primeiro, ambas as organizações começaram como mediadoras entre as produções de criacionistas norte-americanos e o público brasileiro. A primeira atividade da SCB foi traduzir artigos publicados pela *Creation Research Society*. A ABPC, por sua vez, traduziu material do *Institute for Creation Research* e trouxe o criacionista norte-americano Duane Gish algumas vezes para o Brasil. Além disso, segundo comunicação pessoal do fundador da SCB, Ruy Carlos Camargo Vieira, o que o levou ao estudo do criacionismo e, posteriormente, a criar a organização foi sua desaprovação em relação ao livro de biologia utilizado por seu filho, a edição brasileira do BSCS<sup>12</sup>.

Constatadas essas relações, permanecem as perguntas: Como de fato se realizaram esses contatos entre o criacionismo no Brasil e nos Estados Unidos? Qual a natureza das relações entre os personagens e organizações de cada país (subordinação, parcerias informais, acordos concretos)? Quais as continuidades, adaptações e rupturas na circulação das ideias criacionistas entre ambos? Como especificidades culturais participaram nesse trânsito? Qual a penetração desse movimento nas diversas esferas da

---

<sup>12</sup> Os livros-texto do BSCS foram adaptados para o Brasil em meados de 1960, com financiamento de entidades internacionais, como as fundações Rockefeller, Ford e Ásia (cf. WOLFE, 2018). Nesse contexto, o Ministério da Educação brasileiro firmara também diversos acordos com a Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional (USAID), intensificando a relação entre os dois países e aproximando as perspectivas educacionais de ambos (LORENZ, KARL MICHAEL, 2008). Mais sobre isso no capítulo um.

sociedade (religiosa, educacional, política, científica)? Essas são algumas das questões que este trabalho pretende investigar.

### **Relevância da pesquisa**

Pode-se dividir a relevância deste trabalho, ainda que artificialmente, em dois aspectos: historiográfico e social.

1) A bibliografia disponível acerca da história da controvérsia evolução-criação para o caso norte-americano é abundante<sup>13</sup>. No entanto, para o caso brasileiro, a bibliografia ainda é incipiente. O interesse maior dos historiadores no país tem sido, até então, a recepção das doutrinas evolutivas entre intelectuais destacados. A excelente obra organizada por Domingues, Sá e Glick (2003) explora diversas apropriações das teorias da evolução, desde a produção do naturalista-viajante Fritz Muller, correspondente de Darwin, até a emergência da genética no Brasil a partir das visitas de Dobzhansky, nas décadas de 1930 e 1940. No entanto, pouco se considera a oposição à evolução ou mesmo a dimensão mais popular do debate<sup>14</sup>.

Trabalhos mais recentes, como a tese de Cabral (2011) e a dissertação de Schall (2014) avançam de maneira importante nesse sentido, buscando na imprensa a recepção pública, que, por vezes, revela também a oposição ao evolucionismo. Contudo, nenhum deles se

---

<sup>13</sup> Desde os tempos do Caso Scopes, autores como Shipley (1927), e Loewenberg (1935) propuseram-se a historiar os debates acerca do tema da evolução no país. Mais tarde, após o revigoramento da controvérsia nos anos 1960, essa produção cresceu significativamente, sendo bem representada pelas obras de Moore (1979), Livingstone (2001 [1987]) e Roberts (1988), que privilegiaram as discussões anteriores às cruzadas da década de 1920, e Numbers (1988), Larson (2003 [1985], 2006 [1997]), Lienesch (2007) e Shapiro (2013), que avançaram sobre o antievolucionismo do século XX. O panorama delineado por tal bibliografia é riquíssimo, cobrindo uma ampla variedade documental, partindo de diferentes abordagens teórico-metodológicas e abarcando diversos segmentos e dinâmicas sociais.

<sup>14</sup> Uma exceção são os estudos sobre as Conferências Populares de Miranda Ribeiro, discípulo de Haeckel. Mas, mesmo nesse caso, prevalece apenas a voz do conferencista. (CARULA, 2008; CID, 2004; COLLICHIO, 1988)

estende para além da década de 1940. Assim, o que há em termos de trabalhos acadêmicos sobre as controvérsias evolutivas após esse período no Brasil é o que se pode obter indiretamente a partir de produções no campo da educação, interessadas em questões atuais acerca do ensino de evolução no país, e realizadas sobretudo a partir da década de 1990<sup>15</sup>. Iniciar o preenchimento dessa enorme lacuna historiográfica é um dos objetivos deste projeto.

Vale também destacar que esforços têm sido feitos para se compreender a história do criacionismo nas diversas partes do globo. Recentemente, Blancke, Hjermitsev e Kjærgasard (2014) editaram um volume sobre o criacionismo na Europa. Um volume semelhante, focalizando a Ásia, está sendo organizado por Ronald Numbers e Park Hyung Wook<sup>16</sup>. Para que seja possível um trabalho desse tipo dedicado à América Latina, mais pesquisa é necessária.

2) Em 2005, um estudo apontou que 63% dos brasileiros aceitavam alguma visão evolutiva; 54% considerando nela a participação de Deus. Ainda assim, 89% eram favoráveis ao ensino do criacionismo nas escolas, contra apenas 8% desfavoráveis. E 31% acreditava que “Deus criou o ser humano, nos últimos 10 mil anos, da forma como nós somos hoje”<sup>17</sup>. Esses dados têm instigado muitos a buscar formas de aprimorar o ensino

---

<sup>15</sup> Os estudiosos da educação frequentemente se preocupam com os “antecedentes” da realidade que estudam. Dessa forma, a tese seminal de Bizzo (1991), que apresenta como contribuição original análises do tratamento da evolução nos livros didáticos mais populares de sua época, dedica uma breve seção à adaptação do BSCS ao contexto brasileiro; tema caro a este projeto. Na mesma linha, Almeida e Falcão (2010) examinaram as relações entre as teorias de Lamarck e Darwin atualmente apresentadas no ensino de biologia. Como parte da pesquisa, os autores realizaram um amplo estudo quantitativo do tratamento de ambas as teorias em livros didáticos que vão de 1940 a 2006, fornecendo dados valiosos para a história do pensamento evolutivo e de seus opositores, como o criacionismo, no Brasil.

<sup>16</sup> Informação obtida em entrevista (CAIXETA; CALDEIRA, 2020).

<sup>17</sup> Disponível em: <https://web.archive.org/web/20210609144032/http://revistaepoca.globo.com/Revista/Epoca/0,,EDG68197-6014,00-E+NO+PRINCIPIO+ERA+O+QUE+MESMO.html>. Acessado em 23 de fevereiro de 2024. Vale ponderar que esse tipo de pesquisa, por suas limitações próprias, fornece apenas impressões gerais sobre a opinião pública, não sendo possível precisar, por meio delas, exatamente o que os entrevistados tem em mente ao considerar termos como “criacionismo”, “evolução” e “Deus”.

de ciências, em geral, e de evolução, em particular (OLIVEIRA, A. W.; COOK, 2018; SOUZA; DORVILLÉ, 2014; cf. TEIXEIRA, P. P.; LEVINSON, 2018). Poucos, no entanto, têm buscado *compreender* esses dados.

Acredito que, mais do que serem simplesmente qualificados como “positivos” ou “negativos”, esses fatos devem ser historicamente e socialmente compreendidos. Mais do que uma opinião pontual sobre um dado científico, os posicionamentos acima se relacionam com amplas visões de mundo, valores morais e tradições culturais que orientam a vida das pessoas em todos os aspectos, da relação com a educação, à vida espiritual e aos anseios políticos. Dessa forma, no atual contexto brasileiro e global de discussão acerca do ensino de evolução e de criacionismo, bem como de acirrados debates sobre religião e ciência na esfera pública, é absolutamente relevante conhecer a história do criacionismo em toda a sua complexidade.

### **O caminho até as perguntas da pesquisa**

Como trabalho de conclusão do bacharelado em História, dediquei-me a estudar as origens do “Fundamentalismo” [*Fundamentalism*], um movimento político-religioso cristão norte-americano, organizado nas primeiras décadas do século XX, que seria a matriz de diversas expressões protestantes conservadoras no Brasil. Meu interesse de fundo era compreender a visão de mundo dos fundamentalistas. Para isso, trabalhei sobre panfletos produzidos por lideranças do movimento, colecionados nos doze volumes da série *The Fundamentals* (1910-1915) – atento, sobretudo à relação do grupo com as ciências, em geral, e com a biologia evolutiva, em particular (CALDEIRA, 2016a).

No mestrado, decidi fazer um exercício semelhante, visitando, porém, o outro lado da controvérsia. Já tendo entendido algumas questões que haviam motivado lideranças

religiosas a se dedicarem à discussão de assuntos científicos (no caso do antievolucionismo fundamentalista), queria agora compreender as razões que haviam levado cientistas e entusiastas das ciências a se engajarem de maneira vital no combate ao ativismo religioso contra o ensino de evolução. Para isso, analisei uma publicação antifundamentalista norte-americana chamada *Evolution: A Journal of Nature* (1927-1938). Mais do que evolucionista, a *Evolution* era uma revista anti-antievolucionista, empenhada em minar os esforços antievolucionistas que se expandiam pelos Estados Unidos no período e já resultavam em aprovações de leis contra o ensino de evolução em alguns estados (CALDEIRA, 2018).

Ao longo dos anos em que me dediquei a tais pesquisas, mantive-me atento também, naturalmente, às discussões semelhantes que borbulhavam ao meu redor, no Brasil do presente. Assim, vi, por exemplo, dois projetos de lei criacionistas serem propostos na Câmara Federal entre 2014<sup>18</sup> e 2016<sup>19</sup>. Vi também a oficialização da parceria entre a Universidade Mackenzie com o *Discovery Institute*. Além disso, acompanhei diversas palestras e declarações de lideranças religiosas contra o ensino de evolução, ao vivo e à distância.

Algo curioso é que essa experiência diacrônica e transnacional de estar ora diante do século XX norte-americano, ora do século XXI brasileiro, não parecia assim tão diacrônica nem transnacional. Os argumentos que eu ouvia nas pregações de um Silas

---

<sup>18</sup> PL 8099/2014, de autoria de Marco Feliciano. Ementa: “Ficam inseridos na grade curricular das Redes Pública e Privada de Ensino, conteúdos sobre Criacionismo”. Disponível em: <http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=777616>. Acessado em: 10 de outubro de 2023.

<sup>19</sup> PL 5336/2016, de autoria de Jefferson Campos. Ementa: “Acrescenta um parágrafo 10 ao art. 26 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional e dá outras providências, para incluir a ‘Teoria da Criação’ na base curricular do Ensino Fundamental e Médio”. Disponível em: <http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2085037>. Acessado em: 10 de outubro de 2023.

Malafaia (cf. 2009), por exemplo, eu também os lia em panfletos fundamentalistas de 1910. As estratégias antievolucionistas empregadas no Tennessee da Era do Rádio, eu também as reconhecia na TV aberta brasileira. É claro que a simetria não era exata. Havia também descontinuidades importantes entre os dois cenários. Mas as semelhanças foram suficientes para fazer brotar em minha cabeça uma pergunta que eu acabaria perseguindo nos anos seguintes: Qual era exatamente a relação histórica entre o antievolucionismo norte-americano e o brasileiro? E outra coisa: Eu sabia bem, após minhas pesquisas de graduação e mestrado, como o criacionismo havia se tornado uma pauta popular nos Estados Unidos. Mas quando algo semelhante havia acontecido no Brasil? E por quê?

Realizando uma pesquisa prévia para começar a abordar essas questões, lancei os termos “criacionismo” e “criacionista” nas ferramentas de consulta online de alguns dos maiores periódicos nacionais, como o *Jornal do Brasil*, *O Globo*, a *Folha de São Paulo* e o *Estado de São Paulo*. O resultado foi intrigante. Apesar de contarem com acervos completos que remontam às primeiras décadas do século XX, tais jornais praticamente não registravam ocorrências de tais termos antes da década de 1950. Ainda assim, as raríssimas ocorrências do termo na primeira metade do século XX, e ainda outras já nas décadas de 1950 e 1960, diziam respeito a um assunto completamente diferente: “criacionismo”, uma expressão artístico-cultural<sup>20</sup>. E não havia qualquer receio de que os leitores confundissem os assuntos. Nenhuma nota era feita para evitar a ambiguidade. Ao que parece, não se esperava que os leitores da época reconhecessem no termo “criacionismo” algo relacionado à origem do universo, da vida ou das espécies.

---

<sup>20</sup> Um artigo no jornal *O Globo*, por exemplo, de 1931, chama de “criacionistas” os escritores franceses André Gide, Paul Valéry e Henri Bergson, fala do “criacionismo” como resistência ao comunismo e ao fascismo, e projeta uma “evolução criacionista da América” (*O PENSAMENTO moderno. O Globo*, Rio de Janeiro, 15 de out. de 1931, p. 5).

Essa primeira impressão, contudo, deveria ser escrutinada mais a fundo. Afinal, na documentação que havia servido de base para minhas pesquisas sobre a controvérsia evolução-criação nos Estados Unidos no início do século XX, pouco aparecia também o termo específico “*creationism*”, ainda que isso não significasse a ausência de temática que pudesse ser classificada retrospectivamente sob esse termo. Além disso, por meio de uma pesquisa rápida, percebi que o uso da palavra *creationism* também crescia significativamente nos Estados Unidos a partir da década de 1970, ainda que, de novo, isso não significasse a geração espontânea do assunto nesse período (Figura 1).

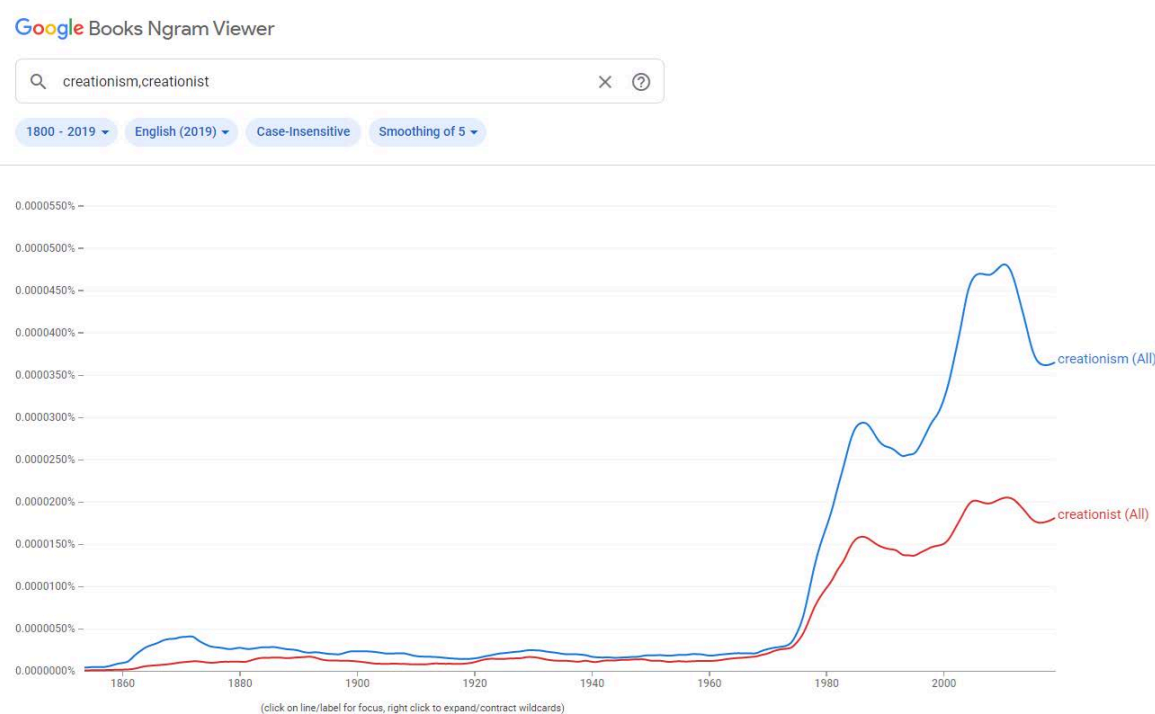
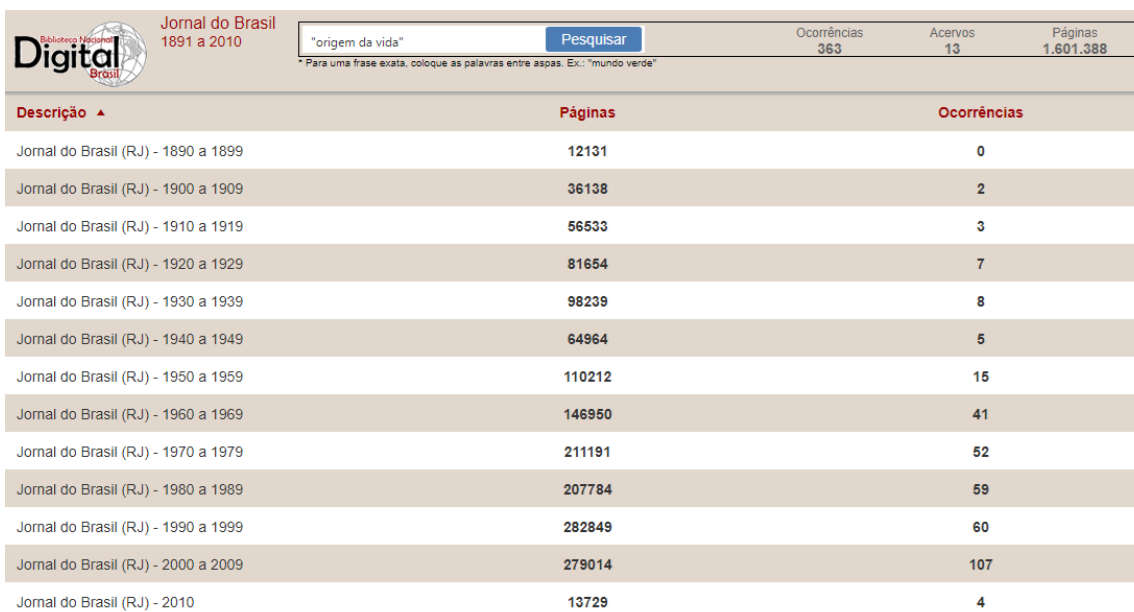


Figura 1: Ocorrência percentual dos termos “*creationism*” e “*creationist*” nos corpora de texto do Google em inglês (1800-2019)

Assim, percebendo que a presença ou ausência da palavra “criacionismo” não seria suficiente para indicar a presença ou ausência de algo que pudesse ser chamada por tal nome (como antievolucionismos de inspiração religiosa ou afirmações teológicas sobre a origem do universo, da vida e das espécies), decidi testar novas expressões em acervos

digitais brasileiros. Nesse exercício, optei por dois termos que me pareciam menos idiossincráticos e certamente já eram utilizados no contexto dos debates evolução-criação desde o século XIX: “origem da vida” e “origem das espécies”. Não eram termos que diziam respeito à oposição a tais ideias, mas poderiam indicar ao menos a dimensão do debate público sobre o tema ao longo das décadas. O resultado da busca foi que tais termos também se tornavam mais presentes na imprensa a partir da década de 1960. O tema da evolução, assim, parecia realmente ter se tornado mais público na segunda metade do século XX – fosse para ser publicamente defendido ou atacado (Figuras 2 e 3).



The image shows a search interface for the 'Biblioteca Nacional Digital' of the 'Jornal do Brasil' (1891-2010). A search box contains the text 'origem da vida' and a 'Pesquisar' button. To the right, summary statistics are displayed: 363 occurrences, 13 volumes, and 1,601,388 pages. Below the search bar is a table with three columns: 'Descrição', 'Páginas', and 'Ocorrências'. The table lists 12 time periods from 1890 to 2010, showing a clear upward trend in both page counts and occurrences of the search term over time.

Descrição ▲	Páginas	Ocorrências
Jornal do Brasil (RJ) - 1890 a 1899	12131	0
Jornal do Brasil (RJ) - 1900 a 1909	36138	2
Jornal do Brasil (RJ) - 1910 a 1919	56533	3
Jornal do Brasil (RJ) - 1920 a 1929	81654	7
Jornal do Brasil (RJ) - 1930 a 1939	98239	8
Jornal do Brasil (RJ) - 1940 a 1949	64964	5
Jornal do Brasil (RJ) - 1950 a 1959	110212	15
Jornal do Brasil (RJ) - 1960 a 1969	146950	41
Jornal do Brasil (RJ) - 1970 a 1979	211191	52
Jornal do Brasil (RJ) - 1980 a 1989	207784	59
Jornal do Brasil (RJ) - 1990 a 1999	282849	60
Jornal do Brasil (RJ) - 2000 a 2009	279014	107
Jornal do Brasil (RJ) - 2010	13729	4

Figura 2: Ocorrências da expressão "origem da vida" no Jornal do Brasil (1891-2010)

Biblioteca Nacional Digital Brasil		Jornal do Brasil 1891 a 2010	Ocorrências 96	Acervos 13	Páginas 1.601.388
"origem das espécies"			Pesquisar		
* Para uma frase exata, coloque as palavras entre aspas. Ex.: "mundo verde"					
Descrição ▲	Páginas	Ocorrências			
Jornal do Brasil (RJ) - 1890 a 1899	12131	1			
Jornal do Brasil (RJ) - 1900 a 1909	36138	2			
Jornal do Brasil (RJ) - 1910 a 1919	56533	2			
Jornal do Brasil (RJ) - 1920 a 1929	81654	6			
Jornal do Brasil (RJ) - 1930 a 1939	98239	3			
Jornal do Brasil (RJ) - 1940 a 1949	64964	2			
Jornal do Brasil (RJ) - 1950 a 1959	110212	1			
Jornal do Brasil (RJ) - 1960 a 1969	146950	13			
Jornal do Brasil (RJ) - 1970 a 1979	211191	12			
Jornal do Brasil (RJ) - 1980 a 1989	207784	19			
Jornal do Brasil (RJ) - 1990 a 1999	282849	9			
Jornal do Brasil (RJ) - 2000 a 2009	279014	19			
Jornal do Brasil (RJ) - 2010	13729	7			

Figura 3: Ocorrências da expressão "origem das espécies" no Jornal do Brasil (1891-2010)

Seguindo essa investigação preliminar, constatei também que, na década de 1970, haviam surgido duas sociedades exclusivamente dedicadas a difundir o criacionismo no Brasil: a Sociedade Criacionista Brasileira (SCB), de 1972, e a Associação Brasileira de Pesquisa da Criação (ABPC), de 1979. Antes disso, não há notícia de nenhuma organização semelhante no Brasil. Nos Estados Unidos, por outro lado, instituições criacionistas remontam à década de 1930.

Assim, algumas novas perguntas somaram-se às anteriores. Eu sabia por meio de trabalhos sobre a recepção do darwinismo no Brasil<sup>21</sup>, que o antievolucionismo era tão antigo no Brasil como o evolucionismo. Mas porque o "criacionismo" havia demorado tanto a aparecer na imprensa brasileira com o sentido que hoje reconhecemos? Esse criacionismo da segunda metade do século XX teria algo de especialmente distintivo em relação ao antievolucionismo anterior? E as organizações criacionistas surgidas nesse

<sup>21</sup> Como Domingues et al. (2003), Brunah Schall (2014) e Jacqueline Cabral (2011).

contexto teriam alguma relação com as instituições semelhantes que eu havia conhecido pelas pesquisas da graduação e mestrado?

### **O caminho a partir das perguntas da pesquisa**

Foi, então, a partir de todas essas questões, que desenvolvi o plano desta pesquisa de doutorado. Meu interesse era – e permanece sendo – compreender a relação histórica entre a controvérsia evolução-criação nos Estados Unidos e no Brasil, especialmente no que se refere à ampliação dessa controvérsia na segunda metade do século XX, entendendo os fatores responsáveis pela expansão desse debate na esfera pública.

Para responder a essas questões, decidi que seria importante, primeiro, revisar o desenvolvimento do ativismo antievolucionista escolar nos Estados Unidos, uma vez que a discussão a partir da década de 1960 no Brasil remeteria frequentemente a tal contexto. Além disso, as origens e desenvolvimentos iniciais do antievolucionismo escolar norte-americano – que rapidamente teria desdobramentos globais<sup>22</sup> – ainda são pouco conhecidas no Brasil, e acredito que seria de grande proveito para o leitor brasileiro passar por algumas páginas de recapitulação dessa história antes de entrar propriamente na discussão da expansão do criacionismo no Brasil. Com esse propósito, revisei principalmente as fontes primárias e secundárias com as quais já havia trabalhado na graduação e mestrado para apresentar, no primeiro capítulo da tese, uma síntese historiográfica acerca desse tema – a gênese do antievolucionismo escolar norte-americano.

---

<sup>22</sup> A esse respeito, ver, por exemplo, o capítulo 16 de *The Creationists* (NUMBERS, 2006) e a coletânea dedicada ao criacionismo na Europa, *Creationism in Europe* (BLANCKE; HJERMITSLEV; KJÆRGAARD, 2014).

Em seguida, assentadas as bases para uma compreensão da controvérsia entre evolucionistas e antievolucionistas nos Estados Unidos, precisaríamos investigar os fatores que estimularam a circulação dessa controvérsia no Brasil, dando a ela, ao que parece, uma dimensão inédita. A principal hipótese aqui, amadurecida no curso da pesquisa, é a de que o antievolucionismo teria crescido nesse período em resposta ao crescimento de seu contrário, o evolucionismo. O crescimento deste teria sido resultado de reformas no ensino de biologia no Brasil, cuja expressão máxima seria a adaptação e adoção do material norte-americano *Biological Science Curriculum Study* (BSCS). Portanto, ainda no primeiro capítulo, apresentarei como se deu essa expansão do ensino de evolução no Brasil, relacionando-a a uma expansão análoga nos Estados Unidos, observando também as características desse ensino e da apresentação do tema da evolução nos livros didáticos para possibilitar o entendimento da reação antievolucionista que seria lançada contra ele. Para esse propósito, contei com boa bibliografia secundária a respeito da reforma da educação do Brasil neste período, da produção do BSCS no contexto da reforma da educação científica nos Estados Unidos, da adaptação do BSCS para o contexto brasileiro, e com análises próprias das edições norte-americanas e brasileiras do BSCS: *Blue*, *Green* e *Yellow* e Azul e Verde, respectivamente<sup>23</sup>.

Na sequência, voltando a atenção para a reação antievolucionista à expansão da biologia evolutiva pelo currículo escolar brasileiro, considero fundamental investigar as organizações criacionistas surgidas nesse contexto, como a SCB (1972) e a ABPC (1979). Para possibilitar maior profundidade de análise, decidi focalizar principalmente a primeira dessas sociedades, sobretudo pelo fato de esta ter produzido um volume incomparavelmente maior de material criacionista no nosso período principal de análise (décadas de 1970 e 1980), e também pela possibilidade de acesso que tive a esse material

---

<sup>23</sup> A versão *Yellow* não foi adaptada no Brasil.

e ao próprio fundador da Sociedade, o ex-diretor científico da FAPESP, Ruy Carlos de Camargo Vieira. No segundo capítulo da tese, portanto, examinaremos os fatores que levaram à fundação da SCB, atentando para as relações entre tal sociedade e as instituições criacionistas norte-americanas, além, é claro, de analisar as características próprias do criacionismo e do antievolucionismo que tal organização trabalhou para difundir no país. Para isso, contei com bibliografia secundária sobre o desenvolvimento do criacionismo nos Estados Unidos (que serviria de matriz para o criacionismo da SCB), com documentação primária produzida pela própria SCB (de maneira especial as *Folhas Criacionistas* de 1972 a 1989), com leituras auxiliares de bibliografia criacionista produzida em português no mesmo período (originais ou traduções), e com entrevistas realizadas com o próprio fundador da SCB e seu filho, que o acompanhou na empreitada desde os primeiros anos da Sociedade.

Após nos dedicarmos à primeira entidade criacionista do Brasil, analisaremos também a segunda, a Associação Brasileira de Pesquisa da Criação. No terceiro capítulo, o tema da “cientificidade” pretendida pelos criacionistas nos levará à investigação das origens da ABPC, de suas atividades na Universidade Federal de Viçosa e de sua relação com o *Institute for Creation Research*. Para situar essa importante característica do criacionismo nesse contexto – a saber, a de reivindicar ser mais científico do que o evolucionismo –, examinaremos também o processo mais amplo de valorização da cultura científica no Brasil na segunda metade do século XX e o discurso pró-ciência mais específico dos livros didáticos de Biologia (as versões Azul e Verde do BSCS). Além disso, outros textos criacionistas serão apresentados, como o livro *Da Origem do Homem*, do médico baiano Samuel Figueira, e o primeiro livro didático criacionista publicado no país: *Ciências e Programa de Saúde: 5ª série*.

Ao longo desse e do quarto capítulo, observaremos também a repercussão dessa controvérsia em veículos tradicionais de imprensa, como os grandes jornais nacionais de circulação diária, não especializados em ciência nem em religião. Esse exercício é fundamental para compreender a percepção da controvérsia por figuras que a acompanharam sem participação direta e também por parte de figuras envolvidas, mas em um contexto diferente de expressão<sup>24</sup>. Muitas discussões interessantes aparecem nesses veículos, acerca, por exemplo da “nacionalidade” da controvérsia – se é genuinamente brasileira, ou uma invasora norte-americana – e de sua pertinência – se é preciso escolher de fato entre evolução e criação ou se é possível conciliar ambos os posicionamentos. Documentalmente, optei por me debruçar sobre os acervos dos periódicos *Jornal do Brasil*, *O Globo*, *Folha de S. Paulo* e *O Estado de S. Paulo*, buscando neles, entre 1970 e 1989, todas as ocorrências das palavras “criacionismo” e “criacionista”. A escolha de tais impressos se deu em razão de sua grande circulação nacional e da possibilidade de acesso remoto a suas séries completas por meio de acervos digitais.

Por fim, no quarto capítulo, o foco será o cenário político e religioso brasileiro e as apropriações e resistências ao criacionismo por diferentes grupos e atores nele situados. Novos livros criacionistas serão apresentados, tanto de autores brasileiros quanto traduções de material originalmente estrangeiro, sobretudo norte-americano. A própria “norte-americanidade” do criacionismo será discutida a partir das fontes e encerraremos com uma análise da primeira pesquisa de opinião sobre ensino de evolução e criacionismo

---

<sup>24</sup> Como se sabe, cada gênero de documentação – livros de divulgação, artigos acadêmicos, panfletos, correspondências privadas, entrevistas orais etc. – abre diferentes aspectos do objeto à investigação histórica. Assim, acredito que observar o discurso de evolucionistas e antievolucionistas em suas produções próprias e na grande imprensa não caracteriza aqui redundância, mas enriquecimento para a pesquisa.

realizada no Brasil, uma pesquisa do Instituto Datafolha aplicada entre paulistanos em 1987.

### **Os marcos teórico-metodológicos no caminho da pesquisa**

Em razão de sua abrangência temporal (quase um século, considerando as incursões iniciais pela gênese do antievolucionismo escolar norte-americano), territorial (com atenção simultânea ao Brasil e aos Estados Unidos) e temática (lidando com questões que perpassam a História das Ciências, das Religiões e da Educação), esta pesquisa buscará se orientar por meio de uma combinação eclética de referenciais teórico-metodológicos.

Em primeiro lugar, considero fundamentais as contribuições recentes que têm sido propostas sob a rubrica de **histórias conectadas**. Essa perspectiva se apresenta como um remédio contra a ilusão produzida pelas historiografias nacionais, que dão frequentemente a falsa impressão de que os processos históricos podem ser suficientemente entendidos em suas bolhas locais, sem a devida consideração de sua inserção ou de seus laços com processos concomitantes extra ou supra-locais (SUBRAHMANYAM, 1997) Nesse sentido, conforme a ótima analogia de Gruzinski (2001, p. 176), o historiador que opera dentro dessa perspectiva deve trabalhar como um “eletricista encarregado de restabelecer as conexões internacionais e intercontinentais que as historiografias nacionais desligaram ou esconderam, bloqueando as suas respectivas fronteiras”<sup>25</sup>. Assim, ao longo desta pesquisa, buscarei argumentar que a expansão do ativismo criacionista no Brasil na segunda metade do século XX não pode ser

---

<sup>25</sup> Para restabelecer tais conexões, vale ressaltar, as histórias conectadas se propõem a abordar seus objetos em suas conexões *reais*, e não meramente *formais*. Em contraste com a chamada História Comparada, que inclui também comparações entre realidades históricas independentes, as histórias conectadas lidam exclusivamente com processos que interagem de maneira direta (cf. Prado, 2012).

efetivamente compreendida a partir de um recorte exclusivamente nacional, mas antes deve ser considerada em conexão com a expansão do ativismo criacionista nos Estados Unidos no mesmo período.

Além disso, buscarei argumentar também que essa expansão internacional do ativismo criacionista não pode ser efetivamente compreendida em si mesma, mas deve ser considerada em sua relação com a circulação mais ampla do tema da evolução, sobretudo por meio do ensino escolar, associada, por sua vez, a reformas internacionais no âmbito da educação científica. Portanto, em interseção com as contribuições teórico-metodológicas das histórias conectadas, mobilizarei também as reflexões acerca da **circulação da ciência**.

Segundo Kapil Raj (2013), autor que opera simultaneamente dentro dos estudos de histórias conectadas e de circulação da ciência, a “ciência” – entendida como soma de ideias, práticas, agentes e estruturas – deve ser abordada em seu constante movimento e transformação. Isto é, deve-se ter em conta que o trânsito da ciência não se dá da mesma forma que o transporte de uma correspondência; o conteúdo, de forma alguma, se mantém estável ao longo do percurso<sup>26</sup>. Dessa forma, ao longo deste trabalho buscarei argumentar que o movimento de reforma da educação científica que ocorreu no Brasil e nos Estados Unidos na segunda metade do século XX significou uma ampliação da circulação do tema da evolução nesses países e, conseqüentemente, resultou em “complexificações”<sup>27</sup> desse tema, forçado na esfera pública a responder a questões filosóficas, políticas e até mesmo teológicas, despertando assim a adesão ou a oposição de diversos grupos, entre eles, os criacionistas antievolucionistas, que se organizariam em movimentos e mesmo em

---

<sup>26</sup> Ou, nas palavras de Ludwik Fleck, “a simples comunicação de um saber não é, de maneira alguma, comparável ao deslocamento de um corpo rígido no espaço euclidiano: nunca acontece sem transformação” (FLECK, 2010, p. 163).

<sup>27</sup> Voltaremos à ideia de “complexificação” na conclusão do trabalho.

instituições para combater o ensino de evolução e a “visão de mundo” evolucionista como um todo.

Aqui é preciso destacar mais uma referência teórica fundamental para este trabalho, a ideia de **visão de mundo** – ou, simplesmente “mundo” – estruturada por autores como o sociólogo austríaco Peter Berger (1985; 2008). Segundo Berger, “toda sociedade humana é um empreendimento de construção de mundo” (1985, p. 15); isto é, o “mundo” vivido pelos indivíduos em uma sociedade, em sentido fenomenológico<sup>28</sup>, é resultado das atividades físicas e mentais – culturais<sup>29</sup> – dessa sociedade. Um determinado rio, por exemplo, ainda que se possa dizer que seja algo “em si mesmo”, jamais é experienciado nesses termos; antes, é efetivamente vivido pelos indivíduos em uma sociedade como, por exemplo, um meio de transporte, uma fronteira política, um ponto de despejo de resíduos químicos ou um deus. A percepção da realidade e a consequente relação que se estabelece com a realidade é, portanto, socialmente condicionada. Ainda que se possa falar em um único mundo em termos materiais, do ponto de vista da experiência humana há tantos “mundos” quanto há sociedades<sup>30</sup>.

---

<sup>28</sup> Ou seja, tal como é percebido, independentemente de seu estatuto ontológico, daquilo que “de fato é”.

<sup>29</sup> Berger opera com um conceito abrangente de “cultura”. Para ele, “A cultura consiste na totalidade dos produtos do homem” (1985, p. 19).

<sup>30</sup> É importante esclarecer que essa visão não pretende reduzir o “mundo” a algo exclusivamente subjetivo. Berger descreve a construção social de “mundo” como um processo dialético em três etapas. A primeira delas, chamada de exteriorização, consiste de fato na “contínua efusão do ser humano sobre o mundo” (p. 16), isto é, na projeção da consciência ou na intervenção física do indivíduo sobre a realidade exterior (por exemplo: um indivíduo observa um vulcão em erupção e o compreende de forma antropomorfizada, como um ser que está irado e, para se acalmar, requer algum tipo de sacrifício). Os produtos de tais atividades físicas ou mentais dos sujeitos sobre a realidade, no entanto, frequentemente “se defrontam com seus produtores originais como facticidade exterior e distinta deles” (p. 16): esta é a etapa da objetivação (por exemplo: aquela compreensão antropomorfizada do vulcão se torna um dogma, um artigo estável de fé, que sobreviverá a seu criador e se imporá às gerações seguintes. Tal entendimento do vulcão será tido como um “dado da realidade”, um “fato objetivo”, algo constitutivo do “mundo”). Finalmente, há a etapa em que as estruturas do mundo objetivo se transformam novamente em estruturas da consciência subjetiva: a interiorização (por exemplo: um indivíduo apreende, por meio de um processo de educação, que o vulcão é um ser que se ira e requer sacrifícios e passa a ver o “mundo”, ou vivê-lo, em conformidade com esse ensinamento).

Segundo Berger, essa atividade social de construção de “mundo” é algo necessário, inevitável, dada a condição humana: "O mundo do homem é imperfeitamente programado pela sua própria constituição. É um mundo aberto. Ou seja, um mundo que deve ser modelado pela própria atividade do homem. [...] O homem precisa *fazer* um mundo para si" (ênfase no original, p. 18). Ou ainda: "O homem, ao qual foram negados biologicamente os mecanismos ordenadores de que são dotados os outros animais, é obrigado a impor a sua própria ordem à experiência" (p. 32). A ausência dessa ordem, isto é, a falha em construir um “mundo” suficientemente coerente e estruturado, radicado na experiência social, constitui, segundo Berger, “séria ameaça ao indivíduo. O indivíduo não perde, nesses casos, apenas os laços que satisfazem emocionalmente. Perde a orientação na experiência. Em casos extremos chega a perder o senso da realidade e da identidade” (p. 34). Por isso, para garantir tanto a estabilidade social quanto a suportabilidade existencial, o “mundo”, além de socialmente construído, deve ser também socialmente mantido, ou protegido por meio de uma série de recursos, como processos de socialização (p.e. educação escolar), controle social (p.e. sanções penais) e legitimação teórica da ordem vigente (p.e. as “ideologias”, no sentido de Marx). Esse esforço de manutenção de mundo não deve, no entanto, aparecer aos indivíduos como algo arbitrário. Quanto mais “real”, “objetivo”, “natural”, “óbvio” e “inevitável” parecer o mundo, mais estável ele tenderá a ser<sup>31</sup>.

---

<sup>31</sup> Diz Berger: "Não basta que o indivíduo considere os sentidos-chave da ordem social como úteis, desejáveis ou corretos. É muito melhor (melhor, isto é, em termos de estabilidade social) que ele os considere como inevitáveis, como parte e parcela da universal 'natureza das coisas'" (p. 36). Essa constatação se aproxima das reflexões de Fleck sobre a “harmonia das ilusões” em um coletivo de pensamento: Uma vez formado, um sistema de opinião elaborado e fechado, constituído de muitos detalhes e relações, persiste continuamente diante de tudo que o contradiga. Não se trata de mera inércia, ou cautela diante das inovações, mas de um procedimento ativo, que se divide nos seguintes graus de intensidade: 1. Uma contradição ao sistema parece impensável. 2. Aquilo que não cabe no sistema permanece despercebido, ou 3. é silenciado, mesmo sendo conhecido, ou, 4. mediante um grande esforço, é declarado como não contradizendo o sistema” (FLECK, 2010, p. 69).

Partindo dessa perspectiva sociológica, buscarei argumentar ao longo desta pesquisa que a controvérsia entre evolucionistas e criacionistas no período em análise não se resumiu meramente a discordâncias quanto a questões teórico-empíricas no estudo da natureza, mas, antes, se desenrolou como uma verdadeira disputa pela estruturação do “mundo”. Para os criacionistas antievolucionistas, afirmar a veracidade da narrativa bíblica contra a perspectiva evolucionista se tratava de uma batalha para garantir a sobrevivência de seu mundo por inteiro, que dependia também da veracidade da narrativa bíblica (conforme interpretada nesse “mundo”) para orientar valores, memórias e esperanças. Do outro lado, para evolucionistas anticriacionistas, defender o ensino de evolução sem obstáculos doutrinários religiosos significava também defender um “mundo” no qual a ciência, a biologia e a evolução serviriam de base para a construção de uma sociedade mais livre, democrática e cidadã, composta por indivíduos capazes de participar na solução técnica de problemas sociais, como o excesso populacional e o colapso ambiental.

### **Os caminhos que cruzam com o caminho desta pesquisa: diálogos historiográficos**

Por fim, vale dizer que este trabalho também se insere de modo especial em três grandes discussões historiográficas: 1) a história das relações entre ciência e religião; 2) a história da controvérsia pública evolução-criação; e 3) a história do criacionismo, propriamente dito.

O estudo das relações históricas entre ciência e religião é um tema crescente na historiografia. Integrado aos “estudos de ciência e religião” – *Science and Religion Studies*, como são chamados em inglês –, esse campo tem se estabelecido em grandes

centros acadêmicos desde a década de 1960<sup>32</sup> e uma vasta bibliografia tem se acumulado em torno do assunto<sup>33</sup>. De forma geral, o estudo das relações históricas entre ciência e religião têm demonstrado a complexidade das interações entre essas duas categorias, desmontando narrativas simplificadoras, como a ideia de um conflito atemporal e necessário entre os dois campos<sup>34</sup>, e revelando a profusão de variáveis envolvidas nos casos de “ciência e religião”, como elementos políticos, pessoais e locais. Nesse espírito, esta tese pretende contribuir para os estudos de ciência e religião ao analisar e expor a complexidade da história da controvérsia pública entre evolucionistas e criacionistas no Brasil e nos Estados Unidos, que mobilizaram, mais que “ciência” e “religião”, visões de mundo, ideais de educação e projetos de sociedade – além de haverem disputado as próprias definições de “ciência” e de “religião” e terem dividido espaço com propostas científico-religiosas de conciliação entre as duas partes.

Nesse sentido, esta tese também se situa, de modo mais específico, no debate historiográfico acerca das controvérsias públicas entre evolucionismo e antievolucionismo. Em inglês, há uma profusão de livros e artigos dedicados ao tema. Autores ingleses têm se dedicado especialmente às chamadas “controvérsias pós-darwinianas”, isto é, aos debates científicos e populares que se seguiram à publicação de *A Origem das Espécies* (1859), especialmente na própria Inglaterra de Darwin. Historiadores norte-americanos, por sua vez, têm se concentrado de maneira especial em

---

<sup>32</sup> Hoje há cadeiras dedicadas exclusivamente ao tema nas universidades inglesas de Oxford e Cambridge, e também no tradicional Seminário Teológico de Princeton, nos Estados Unidos. Outras organizações, como a *European Society for the Study of Science and Theology* (ESSSAT) e a *International Society for Science and Religion* (ISSR) têm promovido globalmente os estudos de ciência e religião. Merece também menção a *John Templeton Foundation*, que concede numerosas bolsas e prêmios a pesquisadores e figuras públicas dedicadas ao tema; o físico brasileiro Marcelo Gleiser foi o ganhador do *Templeton Prize* em 2019, no valor de 1.1 milhões de libras esterlinas.

<sup>33</sup> Alguns clássicos da área são Brooke (1991); Barbour (2000); Cantor, Dixon e Pumfrey (2010); e Harrison (2015).

<sup>34</sup> Algumas referências críticas a essa perspectiva são o primeiro capítulo do clássico de Moore (1979) e um volume mais recente dedicado exclusivamente ao tema (HARDIN; NUMBERS; BINZLEY, 2018).

estudar a afirmação e contestação dos evolucionismos em seu próprio país. Trabalhos análogos em outras línguas são menos numerosos. Contudo, tem havido um esforço crescente nas últimas décadas no sentido de produzir, por meio de colaborações internacionais, panoramas e comparações globais acerca da apropriação e rejeição dos evolucionismos em diferentes países<sup>35</sup>.

Esta tese se alinha precisamente a esse esforço, buscando não só colocar lado a lado as controvérsias entre evolucionistas e antievolucionistas nos Estados Unidos e no Brasil<sup>36</sup>, mas também – e principalmente – revelar as conexões existentes entre essas histórias, como as colaborações entre os governos brasileiro e norte-americano na reforma do ensino escolar de biologia, as traduções de material antievolucionista norte-americano por organizações brasileiras, e as discussões na grande imprensa brasileira sobre a “americanidade” do criacionismo no Brasil.

Finalmente, dentro do tema das controvérsias evolução-criação, esta tese visa de modo ainda mais específico o “criacionismo brasileiro” como objeto histórico de investigação. Aqui é importante destacar que o próprio termo “criacionismo” tem sua historicidade, e é em perspectiva temporal e nas suas variações de uso ao longo do nosso contexto de análise que pretendo compreendê-lo. As primeiras ocorrências do termo, na forma inglesa *creationist*, parecem surgir nos próprios tempos de Darwin, quando o autor de *A Origem das Espécies* e outras figuras do seu círculo intelectual a utilizavam para aludir à ideia da criação especial das espécies – isto é, uma a uma –, por oposição a uma explicação por

---

<sup>35</sup> Como os projetos mencionados na nota 7.

<sup>36</sup> Há um interessante artigo escrito por Dorvillé e Selles (2016) que argumenta que o criacionismo brasileiro tem matrizes norte-americanas e apresenta um breve panorama desse criacionismo norte-americano na década de 1920 e após a década de 1960, e depois discorre sobre o criacionismo no Brasil contemporâneo. No entanto, a conexão propriamente entre tais contextos é apenas assumida, sem ser de fato tomada como objeto de investigação. Esta é uma importante lacuna historiográfica – a história da *conexão* propriamente do criacionismo no Brasil e nos Estados Unidos – que esta tese pretende preencher.

leis naturais de aplicação geral<sup>37</sup>. Na forma *special creationist*, o termo aparece vez ou outra na controvérsia antievolucionista norte-americana das primeiras décadas de 1920. Mas é apenas a partir dos anos 1960, quando nos aproximamos de nosso contexto principal de investigação, que o termo *creationism*, e também a forma “criacionismo”, no Brasil, passa a ser utilizada amplamente por evolucionistas, antievolucionistas e o público geral atento ao debate.

Assim, é no período focado por esta tese que o termo começa, de fato, a se difundir e, mais importante, é nesse contexto também que os sentidos dessa palavra começam a ser disputados. “Criacionismo”, afinal, seria um sinônimo de fixismo absoluto ou poderia admitir alguma variação natural das espécies ao longo do tempo? Diria respeito apenas ao problema da origem das espécies ou poderia também tocar os temas da origem da vida e do universo? Seria uma postura necessariamente antievolucionista ou haveria possibilidade de alguém se afirmar criacionista e evolucionista<sup>38</sup>? Diante dessas perguntas, que borbulham constantemente no contato com as fontes, decidi tratar o conceito de “criacionismo” como resultado de pesquisa em vez de partir de uma definição *a priori* e forçá-la sobre a documentação. Acredito que essa historicização do próprio termo criacionismo poderá contribuir de maneira importante tanto para a discussão historiográfica sobre o tema, complexificando-a no espírito característico dos estudos de ciência e religião, quanto para os debates atuais, que parecem ter sido distraídos pela retórica dualista de antievolucionistas e anticriacionistas, e perdido de vista a pluralidade de posicionamentos em jogo.

---

<sup>37</sup> Uma busca pelas palavras *creationist* e *creationism* no acervo *Darwin Online* revela que o naturalista inglês usou essas palavras algumas vezes em manuscritos pessoais e cartas, mas raramente em publicações.

<sup>38</sup> Theodosius Dobzhansky e Newton Freire-Maia, para citar apenas duas figuras chave do debate evolução-criação nos Estados Unidos e no Brasil, respectivamente, classificavam a si mesmos dessa maneira: “criacionista e evolucionista”. Voltaremos a isso no quarto capítulo.

## **1. O ensino de evolução no Brasil e nos Estados Unidos: a renovação dos currículos de biologia e a gênese do antievolucionismo escolar**

Em 1964, a revista brasileira *Ciência e Cultura*<sup>39</sup> reproduzia um interessante relatório escrito por um educador norte-americano. O texto anunciava a produção de um novo currículo de Biologia, que causaria grande impacto em ambos os países nos anos seguintes. E esse impacto, em certa medida, já era previsto. Dizia o autor: "Fomos unânimes em decidir que, qualquer que fôsse a oposição oferecida por pessoas ou grupos bem intencionados, porém mal informados, faríamos um tratamento científico apropriado de assuntos biológicos supostamente controvertidos, tais como a evolução orgânica" (*Ciência e Cultura* [doravante "CC"], v. 16, n. 4, 1964, p. 360).

Esse texto e sua presença na *Ciência e Cultura* iluminam diversos elementos do contexto no qual ele se insere. Primeiro, ele anuncia uma profunda reforma no ensino de Biologia nos Estados Unidos, que começaria na década de 1960, e ampliaria decisivamente a importância da evolução nos currículos escolares. Segundo, ele antecipa uma reação hostil a essa reforma, relacionada à controvérsia em torno do assunto da evolução. Terceiro, ao ser traduzido e publicado em uma revista científica brasileira, o texto atesta sua pertinência também para o cenário educacional do Brasil, onde, de fato, o novo currículo norte-americano seria adotado, e onde também sofreria oposição.

Mas como se dariam exatamente esses processos? Quais seriam as características desse novo currículo de Biologia e como ele se distinguiria dos currículos anteriores? Por que

---

<sup>39</sup> A revista *Ciência e Cultura* foi criada em 1949 pela Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), fundada, por sua vez, no ano anterior. Desde o início, o periódico foi um importante espaço de debate dos principais temas científicos e educacionais do país e também um instrumento de divulgação de pesquisa acadêmica nacional e internacional. (Ver HERNÁNDEZ-CANÁDAS, 1987)

essa renovação curricular enfrentaria resistência popular – e até mesmo legal? E qual seria o perfil dos articuladores dessa oposição? Além disso, como as realidades brasileira e norte-americana se conectariam nessa história?

Nesse capítulo, buscaremos responder a essas perguntas. Para isso, examinaremos o contexto da renovação do ensino de ciências no Brasil nas décadas de 1960 e 1970, bem como suas relações com o processo análogo em curso nos Estados Unidos. Em seguida, focalizaremos um currículo de Biologia excepcionalmente importante produzido nessa conjuntura, o *Biological Sciences Curriculum Study*, adotado em ambos os países. Em especial, analisaremos como tal currículo abordou o tema da evolução, que seria o foco da controvérsia formada à sua volta. Finalmente, abordaremos essa exata controvérsia, identificando seus antecedentes, suas novas formas de articulação e suas expressões no âmbito legal nos Estados Unidos.

Em resumo, argumentaremos que a expansão do evolucionismo por meio dos currículos escolares a partir da década de 1960 seria um fator decisivo para reaquecer a controvérsia evolução-criação entre o público norte-americano e, conseqüentemente, para estimular uma expansão em sentido contrário, a expansão do criacionismo. Em razão da adoção desses currículos norte-americanos em escolas brasileiras e da aproximação entre líderes antievolucionistas de ambos os países, esses desenvolvimentos também se mostrariam cruciais para estimular o ativismo criacionista no Brasil.

### **1.1. A renovação do ensino de biologia no Brasil: clamores nacionais e articulações internacionais**

“O movimento de renovação do ensino das ciências, imprescindível na época em que vivemos, já atingiu, nos Estados Unidos, a fase de implantação em larga escala e, na

Europa e na América Latina, começa a avançar com decisão”. Com essas palavras, o geneticista Oswaldo Frota-Pessoa<sup>40</sup> abria o texto de apresentação do quarto número da revista *Ciência e Cultura* do ano de 1964, integralmente dedicado a apresentar e discutir a “presente fase da campanha de renovação de ensino das ciências no Brasil” e contribuir para “acelerar novas etapas”. (CC, 1964, v. 16, n. 4, p. 347)

O entusiasmo e o otimismo exibido por Frota-Pessoa no texto de apresentação ecoariam de fato por todo o conjunto da revista, composta por quase quarenta artigos. Os autores parecem compartilhar de forma unânime o sentimento de viverem um momento decisivo, crucial, da história do ensino de ciências no Brasil. O próprio Frota-Pessoa, em artigo intitulado “Etapas da Implantação dos Cursos Renovados” se refere repetidamente a dois tipos de ensino diametralmente opostos, um característico do passado e um pensado para o futuro. O primeiro é chamado de “tradicional” e descrito como expositivo, inerte e passivo, enquanto o segundo é dito “renovado” e definido como investigativo, criativo e ativo (CC, 1964, v. 16, n. 4, p. 363-364).<sup>41</sup>

Esse clamor por uma reforma profunda no ensino de ciências no Brasil, no entanto, não era algo inédito. Em 1949, a Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC) já havia promovido uma ampla reunião para debater o ensino de ciências no Brasil. Mais especificamente, haviam sido convidados professores das cadeiras de Ciências Físicas e Naturais e de História Natural<sup>42</sup> dos ginásios e colégios da capital e do interior do estado

---

<sup>40</sup> Oswaldo Frota-Pessoa (1917-2004) foi médico, biólogo e geneticista formado pela Universidade do Distrito Federal (UDF), pela Universidade do Brasil (atual UFRJ) e pela Universidade de São Paulo (USP). Teve participação decisiva no desenvolvimento dos estudos de genética no país e na criação de currículos para o ensino de Biologia. (Ver FARIA, G. A.; MASSARANI; MOREIRA, 2022)

<sup>41</sup> O professor Luiz Antonio de Souza Amaral, do Colégio Santa Cruz, São Paulo, que assina o artigo “Iniciação às Ciências no Curso Ginásial” também faz referência à mesma oposição entre diferentes expressões históricas do ensino de ciências no Brasil, a “informativa”, que pretende ver logo superada, e a “formativa”, que projeta no horizonte. (CC, 1964, v. 16, n. 4, p. 370)

<sup>42</sup> Nesse contexto, a disciplina “História Natural” ainda prevalecia sobre a “Biologia”, que a substituiria definitivamente apenas nos anos 1960 (SANTOS, 2021). A primeira agrupava diversos ramos de conhecimento, como Botânica, Zoologia, Fisiologia, Geologia, Mineralogia e Higiene. A segunda também se caracterizaria pela abrangência, mas focalizaria apenas os seres vivos e buscaria articular todos os seus

de São Paulo. O encontro ocorreria ao longo de dois dias, 16 e 17 de agosto, e, dois meses depois, seria noticiado e comentado pela revista *Ciência e Cultura* (v. 1, n. 4), que ainda estava em seu primeiro ano.

Conforme se lê na revista, o objetivo principal do evento havia sido aproximar “elementos interessados no ensino das ciências, em particular da H. Natural”, sobretudo professores dos Ginásios, Colégios e Faculdades, de forma a favorecer a “elevação do nível do ensino das ciências” (CC, v. 1, n. 4, p. 214). No contexto dessa reunião, diversos problemas no estado presente do ensino das ciências da vida teriam sido levantados pelos docentes, desde questões administrativas e de organização do currículo até limitações materiais, como falta de equipamento de laboratório ou de recursos para excursões. Dentre esses desafios colocados para discussão, um tema básico, que ecoaria insistentemente ao longo das reuniões, seria justamente o procedimento pedagógico “memorizado [*sic*] e livresco” (p. 215) que parecia imperar no estudo da História Natural.

De fato, na avaliação de Felix Rawitcher (1890-1957), professor do Departamento de Botânica da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo (FFCL-USP), e participante na reunião em questão, o excesso de memorização e escassez de raciocínio próprio se manifestava não apenas do ensino básico, mas também no universitário. Segundo ele, embora seus alunos ostentassem muitas vezes “grande quantidade de matéria decorada, [...] Quando se trata de aplicar as cousas estudadas, falham e parece que, no ensino, desde os primeiros anos, a iniciativa intelectual, em vez de despertada e animada, é reprimida” (p. 210). Rawitscher, que era natural da Alemanha e por lá havia feito toda a sua formação, sugeria que esse fosse um problema característico dos estudantes brasileiros. Em um relato interessante para se entender as características

---

ramos (Botânica, Zoologia etc.) por meio de princípios gerais próprios à disciplina. Ainda neste capítulo, retomaremos o tema da constituição da Biologia como ciência unificada.

do ensino de História Natural no Brasil na primeira metade do século XX, o botânico ilustrou da seguinte forma seu primeiro choque com a realidade pedagógica brasileira:

Quando cheguei ao Brasil, minha primeira colaboradora mostrou-me um exemplo do que teve que aprender num dos melhores colégios de São Paulo. Era um relatório completo da família dos Compostas, enumerando tôdas as 9 sub-famílias do grupo, com tôdos os seus característicos, tudo isso a ser decorado, ensinado por um professor que, certamente, não conhecia tais plantas e que não as mostrou aos alunos. (p. 211)

Em oposição a essa abordagem conteudista, exaustiva e enciclopédica à História Natural, Rawitscher propunha que “o ensino deve visar muito mais à função e não degenerar em mera descrição” e evitar ao máximo termos técnicos, que, além de sobrecarregar os alunos, ainda dariam uma “idéia falsa de um *conhecimento*, onde na verdade só encontramos uma *palavra*” (p. 212, ênfases no original).

Ainda antes do alemão Felix Rawitscher registrar suas críticas ao ensino de ciências no Brasil na década de 1940, intelectuais brasileiros já haviam, décadas antes, realizado diagnósticos semelhantes. Representantes do movimento da Escola Nova, por exemplo, já haviam condenado a prática pedagógica meramente expositiva e dogmática, baseada na autoridade dos livros e dos professores, e caracterizada pela passividade dos alunos no contato com o conteúdo curricular. Em contraposição a esse modelo, escolanovistas como Anísio Teixeira, por exemplo, haviam proposto uma educação “democrática e científica”, interessada primariamente no desenvolvimento sociocognitivo dos estudantes, sobretudo por meio da valorização de sua própria experiência e de sua iniciação no “método científico” – empírico, problematizador e experimental<sup>43</sup>. (MAGOGA; MURARO, 2020)

---

<sup>43</sup> Sobre a contraposição do ensino centrado no conteúdo em relação àquele centrado na experiência da criança, Anísio Teixeira escreveu: “Para se ensinar a uma criança o que é um coelho ou um gato, é preciso mostrar-lhe primeiro o coelho ou o gato. A sua primeira noção será imprecisa, inadequada, mas não pode

Apesar da contribuição teórica e da ação política de figuras como essas, o fato é que, de maneira geral, o ensino de ciências e, mais especificamente, das ciências da vida, persistiria até meados do século XX no Brasil com as características de ensino livresco, excessivamente descritivo e pouco articulado. A própria organização disciplinar de então dos conteúdos que hoje reconheceríamos como componentes da Biologia dá pistas desse estilo enciclopédico de ensino. Desde a “Reforma Francisco Campos”, de 1931, as ciências da vida apareciam nas abrangentes disciplinas de “Ciências Físicas e Biológicas” ou “História Natural”, ambas no ensino fundamental, ou “História Natural, Biologia Geral e Higiene”, no ciclo complementar. Dentro desses currículos, comprimiam-se zoologia, botânica e fisiologia, estudadas de forma desarticulada, além de mineralogia, petrografia e paleontologia. A partir de 1942, com a “Reforma Capanema”, essas disciplinas, assim como as próprias séries escolares, seriam reorganizadas como “Ciências Naturais”, no ginásial, e “História Natural” no colegial, tanto clássico quanto científico, mas os problemas do excessivo volume de informações e da escassa unidade temática e coerência pedagógica persistiriam. (KRASILCHIK, 2008; REZNIK, 1995; TEIXEIRA, P. M. M., 2008).

Com essa realidade em vista, em 1953, a Diretoria da SBPC enviaria uma carta ao Ministério da Educação clamando por mudanças no ensino. A carta seria encaminhada por ocasião da implementação dos chamados “Programas Mínimos” (Portaria n. 966, de 02 de outubro de 1951) instituídos pelo MEC, que definiam os conteúdos básicos que todas as instituições de ensino secundário deveriam ensinar (RIBEIRO JUNIOR; MARTINS, 2018). De acordo com a carta, escrita pelo secretário da SBPC, J. Leal Prado,

---

deixar de ser global. Não conseguimos tornar o conhecimento mais simples por lhe quisermos ensinar primeiro o focinho, depois os pés, depois o rabo etc. À medida, entretanto, que o seu conhecimento progride, que ela começa a diferenciar as partes e estas passam assim a ter uma existência mental distinta do todo que é o coelho ou o gato, o seu conhecimento do animal se tornará mais minucioso, mais exato, mais completo e, podemos dizer, então, mais complexo” (TEIXEIRA, A., 2000, p. 83).

a pedido de Oswaldo Frota-Pessoa, o Programa Mínimo de História Natural, ao invés de simplificar o currículo – que supostamente seria o objetivo da Portaria –, o expandia ainda mais, tornando-o mais vago, incoerente, desproporcional em termos da relevância dos assuntos abordados, didaticamente desordenado, e desatualizado<sup>44</sup>.

Diante dessa situação, a Diretoria da SBPC alertava: “sua adoção [do Programa] será de funesta influência na formação dos estudantes”, e propunha uma alternativa para efetivamente sanar o problema do engessamento curricular: “adotar a opinião do Professor Dr. Anísio Teixeira [...], segundo a qual a cada professor se deveria conceder liberdade em elaborar o programa de ensino e executá-lo seguindo simplesmente normas gerais indicadas pelo Ministério da Educação” (CC, 1953, v. 1, n. 1, p. 48). Seja qual tenha sido o impacto real dessa carta, o fato é que, na década seguinte, uma nova medida federal aproximaria a realidade da educação brasileira desse cenário de maior liberdade curricular proposto por Anísio Teixeira e pela SBPC. Em 1961, seria aprovada a primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB/1961), que eliminaria os programas federais obrigatórios e abriria o caminho para reformas curriculares profundas, inclusive com a possibilidade de introdução de projetos curriculares estrangeiros<sup>45</sup>.

Assim, quando Oswaldo Frota-Pessoa e os outros autores da edição especial da *Ciência e Cultura* de 1964 levantavam novamente o velho clamor por renovação do ensino de ciências, eles o faziam em um contexto de novas possibilidades. Além de maior liberdade para inovações curriculares, as condições financeiras necessárias para a concretização do antigo sonho de reforma pedagógica pareciam também finalmente presentes. No final da

---

<sup>44</sup> O exemplo dado na carta a respeito dessa desatualização nos interessa especialmente. Diz o texto: “A *genética* e o estudo da *evolução das espécies* estão, no programa, com um atraso de 50 anos. Ignora-se no programa o notável desenvolvimento que estes importantíssimos setores da biologia tiveram no século atual” (p. 48, ênfase nossa).

<sup>45</sup> Para um panorama sobre as Leis de Diretrizes e Bases da Educação Nacional e seus impactos especificamente no ensino de Biologia, ver o Capítulo 2 da tese de Paulo Teixeira (2008).

década de 1950, no contexto de uma intensificação dos investimentos em pesquisa e ensino de ciências nos Estados Unidos e, por extensão, nos países geopoliticamente alinhados a eles, entidades brasileiras começariam a receber volumosas quantias para investimento em seus projetos de desenvolvimento pedagógico e científico (LORENZ, KARL MICHAEL, 2008).

A principal entidade receptora desses fundos seria o Instituto Brasileiro de Educação, Ciência e Cultura (IBECC). O IBECC havia sido criado ainda em 1946, por meio de um Decreto Federal (nº 9.355, de 13 de junho de 1946) como Comissão Nacional da UNESCO no Brasil. Originalmente sediado no Distrito Federal, no Estado da Guanabara, seu objetivo era principalmente promover a melhoria da formação científica de alunos ingressantes no ensino superior, contribuindo assim para o desenvolvimento nacional. Além disso, o Instituto, que estava vinculado ao Ministério das Relações Exteriores, deveria

“1) 'divulgar no Brasil a obra da Unesco, tornando conhecido o trabalho que a mesma vem realizando no campo internacional', 2) 'enviar à Unesco dados e informações sobre as atividades culturais no Brasil, para que a mesma tenha conhecimento do que se está realizando em nosso país, em matéria de educação'; e 3) 'procurar realizar no Brasil o que a Unesco faz no campo internacional a favor da paz e da cultura'. (LORENZ, KARL M.; BARRA, 1986, p. 1971)

Em 1950, o IBECC estenderia suas atividades também para São Paulo, onde funcionaria a Comissão Paulista, sediada na Faculdade de Medicina da USP. Aí, de forma ainda mais ativa que na sede federal, o IBECC promoveria feiras e clubes de ciências, exposições de museus, pesquisas e treinamento de professores escolares das diversas ciências. Além disso, principalmente a partir de 1955, o Instituto levaria à frente um projeto intitulado “Iniciação Científica”, voltado para a produção de *kits* para atividades de laboratório para

alunos dos níveis primário e secundário. Esse trabalho inovador chamaria a atenção das agências norte-americanas que, nesse contexto, estenderiam sua influência de forma decisiva sobre o Brasil. (FARIA, L.; COSTA, 2006)

Em 1957, a Fundação Rockefeller faria sua primeira doação ao IBECC, 10.000 dólares em equipamentos e matéria prima. No ano seguinte, a Fundação renovaria seu auxílio por mais cinco anos. Também a Fundação Ford demonstraria interesse em se inserir nas atividades do Instituto. Após enviar cientistas norte-americanos para examinar as atividades do IBECC, esta cederia, em 1961, 125.000 dólares para promover a produção e distribuição de *kits* escolares de laboratório, bem como para a realização de treinamento de professores de ciências e para a adaptação e distribuição de materiais didáticos de ciências elaborados nos Estados Unidos. (LORENZ, KARL M.; BARRA, 1986, p. 1972)

Nesse contexto, os próprios norte-americanos vinham empreendendo uma larga reforma no campo de ensino e pesquisa de ciências em seu país. O lançamento do primeiro satélite artificial pela União Soviética em outubro de 1957 havia desencadeado o que ficaria conhecido como a “Crise do Sputnik” [Sputnik Crisis] (BOYLE, 2008). No contexto da chamada Corrida Espacial, a demonstração de sofisticação científica e tecnológica representada pelo Sputnik levaria o governo e a própria população norte-americana a um estado de reflexão sobre sua possível inferioridade frente aos adversários do Leste; algo a que o então presidente Dwight D. Eisenhower (1890-1969) se referiria como uma “onda de quase-histeria [wave of near-hysteria]” (RUDOLPH, 2015, p. 187)

No ano seguinte ao lançamento do satélite, o então presidente Dwight Eisenhower assinaria o *National Defense Education Act* de 1958, um programa que injetaria ao longo de quatro anos mais de um bilhão de dólares em pesquisa e ensino de ciências no país. Responsável pela gestão de parte desse fundo, a *National Science Foundation* (NSF), uma

agência oficial e independente, daria início a uma política de renovação curricular nacional, planejando novos cursos, capacitando professores, e produzindo material voltado para a educação científica. Entre os currículos desenvolvidos nesse contexto, que incluiriam as áreas da Física, Matemática, Química, Geociências e Biologia<sup>46</sup>. O maior projeto seria referente a esta última, o *Biological Sciences Curriculum Study* (BSCS) – um currículo que teria papel central na expansão do ensino de evolução nos Estados Unidos e também no Brasil.

## 1.2. O “movimento renovador” do *Biological Sciences Curriculum Study*; o currículo norte-americano e sua adaptação para o Brasil

O BSCS seria formado ainda em 1958, com apoio da NSF e da Fundação Rockefeller, sediado na Universidade do Colorado, em Boulder, e sob os auspícios do *American Institute of Biological Sciences* (AIBS). O zoólogo Arnold B. Grobman (1918-2012) seria escolhido como primeiro diretor do projeto, e H. Bentley Glass (1906-2005), eminente geneticista, seria o primeiro presidente da Comissão Diretora, articulando, nessa capacidade, os princípios que fundamentariam a formulação do novo currículo<sup>47</sup>.

(RUDOLPH, 2002)

---

<sup>46</sup> O currículo de Física do *Physical Science Study Committee* (PSSC) foi o primeiro desse movimento de renovação curricular, iniciado em 1956, antes mesmo do lançamento do Sputnik. O currículo de Matemática (*School Mathematics Study Group*, SMSG) e o de Biologia (*Biological Sciences Curriculum Study*, BSCS) foram iniciados em 1958, e o de Química (*Chemical Education Materials Study*, CHEM Study), no ano seguinte. Finalmente, em 1962, deu-se início à produção do currículo de Geociências (*Earth Science Curriculum Project*, ESCP). Houve ainda outros, como o *Introductory Physical Study* (IPS) e o *Chemical Bond Approach Project* (CBA). Devido a essa profusão de siglas, os novos currículos foram apelidados por educadores brasileiros envolvidos em suas adaptações como a “sopa alfabética” (KRASILCHIK, 1980, p. 169).

<sup>47</sup> Segundo Glass, seis pontos deveriam guiar a renovação do ensino de biologia nos Estados Unidos. Primeiro, a atualização do conteúdo propriamente dito; segundo, a ênfase no método, acima das informações isoladas; terceiro, a distinção de abordagem para cada área das ciências da vida; quarto, a presença constante do “princípios fundamentais” da biologia; quinto, a relação entre o ensino de ciência e a formação de cidadãos; e sexto, a importância do conhecimento biológico para a vida adulta (dos problemas domésticos aos militares). (GLASS, 1962)

A reforma do ensino de biologia proposta por Grobman, Glass e pelo BSCS de maneira geral visava atacar problemas que em muitos pontos se assemelhavam àqueles apontados também pelos educadores brasileiros, como Frota-Pessoa. Segundo os idealizadores do novo currículo, um dos principais obstáculos ao aprendizado real das ciências da vida no ensino secundário era o caráter desarticulado do currículo, no qual um amontoado de informações vinha sendo apresentado de forma isolada e sequencial. No ensino tradicional, a biologia parecia carecer de problemas e princípios que dessem a ela identidade própria. Nos currículos anteriores ao BSCS, dizia Arnold Grobman, “seus desafios [da biologia] são de certa forma menos claros que os da química e da física. Seus princípios fundamentais são frequentemente obscurecidos pela ênfase que é posta na comparação entre grupos e organismos [...] ou na terminologia e esquemas de classificação”<sup>48</sup> (citado em RUDOLPH, 2002, p. 143). No mesmo espírito, afirmando a necessidade de se considerar a biologia como um campo de estudos unificado e coerente, Bentley Glass afirmava: “Jamais poderemos ter cursos de biologia bem-sucedidos até que tenhamos biólogos de verdade que se recusem a colocar limites dentro mundo orgânico”<sup>49</sup> (ibid.).

Nesse espírito, os integrantes do projeto se reuniram em uma grande conferência em meados de 1960 para desenvolver não apenas um, mas três livros-texto voltados para o ensino secundário, cada um com uma estratégia particular para a articulação do conteúdo didático. Esses livros seriam geralmente referidos pela cor de suas capas: a Versão Azul, organizada a partir da perspectiva da biologia molecular; a Versão Verde, de abordagem ecológica; e a Versão Amarela, apresentada pelo prisma da biologia celular. Tal divisão

---

<sup>48</sup> No original: “its challenges are somewhat less clear than those of chemistry and physics. Its fundamental principles often are obscured by the emphasis that is placed upon comparisons between groups of organisms [...] or upon terminology and classification schemes.”

<sup>49</sup> No original: "We can never have successful biology courses until we have true biologists who refuse to draw limits within the organic world."

entre abordagens molecular, ecológica e celular não significava uma segregação de diferentes conteúdos em edições específicas, mas sim uma variedade de opções para abordar de forma coerente e coesa todo o universo de temas e problemas biológicos, que antes costumavam aparecer isolados em tópicos como zoologia, botânica e fisiologia humana. (PAULY, 1991)

Todas as três versões, além de um conjunto de *kits* de laboratório para uso escolar, seriam testadas entre 1960 e 1961. Após essa primeira fase, o material seria modificado com base nos comentários de professores, alunos e biólogos acadêmicos, e submetido a novos testes entre 1961 e 1962. Finalmente, em 1963, os livros e *kits* passariam pelas últimas revisões e seriam publicados comercialmente. Todo esse esforço de produção de material didático para o ensino secundário pelo BSCS contaria, desde o início, com financiamento federal, como já dito, e também com financiamento de fundações ditas filantrópicas<sup>50</sup>, como a Fundação Rockefeller, a Fundação Ford e a Fundação Ásia<sup>51</sup>. Esse forte financiamento seria crucial não apenas para a produção e implementação dos novos currículos no país, mas também para a difusão do BSCS para diversos outros países, incluindo o Brasil.

Para realizar a adaptação de tais livros no Brasil, o IBECC firmaria um convênio com a Universidade de Brasília, que ficaria responsável por publicar os textos adaptados. A iniciativa também teria o apoio financeiro da *United States Agency for International*

---

<sup>50</sup> Como as define Sanglard (SANGLARD, 2008, p. 35–36), as Fundações Ford e Rockefeller representam iniciativas de “filantropia privada”, caracterizadas por investimentos em áreas estratégicas que não se explicam como pura “caridade”, mas como ações que visam benefícios, prestígio e aumento da influência também para os próprios benfeitores. No contexto da Guerra Fria, esses interesses privados estiveram conjugados de modo especialmente notável com questões político-ideológicas, que influíam na avaliação, seleção e tratamento de beneficiados (FARIA, L.; COSTA, 2006, p. 180).

<sup>51</sup> Essa fundação, nominalmente uma organização não governamental voltada para o desenvolvimento de organizações democráticas na Ásia – continente predominantemente alinhado ao polo comunista – era, na verdade, um braço da Agência Central de Inteligência dos Estados Unidos (CIA), com financiamento, portanto, do governo norte-americano. Vale destacar que, em 1954, o *Committee for Free Asia*, antecessor da Fundação Ásia, havia distribuído 400.000 livros-texto para países asiáticos, todos “planejados para substituir textos comunistas” [“designed to replace Communist texts”] (WOLFE, 2018).

*Development* (USAID)<sup>52</sup>, que financiaria a impressão dos primeiros 36.000 exemplares. (LORENZ, KARL M.; BARRA, 1986, p. 1972)

Antes disso, contudo, ainda em 1961, professores brasileiros já figuravam entre os participantes das conferências de redação dos livros do BSCS, evidenciando o intuito existente de eventualmente introduzir o material no Brasil (BSCS azul, 16ª edição, introdução). Nos anos seguintes, uma série de eventos seria promovida para preparar professores brasileiros e de diversos outros países do continente americano para o uso do novo currículo. Em 1962, a Versão Verde do BSCS seria o objeto central de estudo no “Curso para Professores de Biologia Latino-Americanos”, realizado em São Paulo pelo IBECC. Em 1963, na “Primeira Conferência Interamericana de Biologia”, realizada em São José da Costa Rica, o material norte-americano seria novamente protagonista. E, em julho de 1964, as primeiras traduções dos livros-texto do BSCS para o espanhol seriam divulgadas em novo “Curso para Professores de Biologia Latino-Americanos”, desta vez realizado em Cali, na Colômbia (CC 1964, v. 16, n. 4, p. 425).

Oswaldo Frota-Pessoa era um dos biólogos brasileiros presentes em tais desenvolvimentos. Nas suas palavras, “No campo da biologia, o movimento renovador do *Biological Sciences Curriculum Study* (BSCS), dos Estados Unidos, foi tão vigoroso e bem conduzido que se tornou, hoje, um movimento internacional, com repercussões importantes na Ásia, na África, na Europa e na América Latina” (CC 1964, v. 16, n. 4, p. 425). Na edição especial sobre ensino de ciências da *Ciência e Cultura* de 1964, Frota-Pessoa daria notícia dessa difusão internacional do BSCS e anunciaria um evento de

---

<sup>52</sup> A USAID foi (e ainda é) um órgão do governo dos Estados Unidos responsável por planejar e administrar assistência econômica e humanitária exterior. Foi criada em 1961, durante o governo de John F. Kennedy e, a partir do Golpe Militar de 1964, firmou uma série de acordos com o Ministério da Educação brasileiro (MEC). Esses acordos tinham o objetivo de promover reformas educacionais em todos os níveis a partir do modelo norte-americano, isto é, caracterizado pela formação técnica, alinhada ao plano desenvolvimentista do país. (GAIO, 2008)

divulgação desse material didático a ser realizado em São Paulo (ibid.). De fato, no ano seguinte, em 1965, seria publicada a primeira edição brasileira da Versão Azul do BSCS, cuja adaptação seria encabeçada por professores da USP ligados à Comissão Paulista do IBECC, entre eles Myriam Krasilchik<sup>53</sup>, Norma Maria Cleffi<sup>54</sup>, Nícia Wendel Magalhães<sup>55</sup> e o próprio Oswaldo Frota-Pessoa<sup>56</sup>.

Essa relação entre biólogos da USP, cientistas norte-americanos e projetos financiados pela Fundação Rockefeller (como era o BSCS e o próprio IBECC) não era sem precedentes na História das Ciências no Brasil. Na década de 1940, a Fundação já havia enviado o geneticista Theodosius Dobzhansky, russo radicado nos Estados Unidos, para colaborar com pesquisadores da Universidade de São Paulo. A presença de Dobzhansky seria decisiva para o desenvolvimento dos estudos de genética no Brasil, notadamente sob o prisma da “Teoria Sintética da Evolução”, sobre a qual falaremos mais adiante. (GLICK, T., 2003)

A partir das visitas de Dobzhansky e também da ida de geneticistas brasileiros para os Estados Unidos, sempre com financiamento da Fundação Rockefeller, estreitas relações se desenvolveriam entre biólogos de ambos os países. Oswaldo Frota-Pessoa, por

---

<sup>53</sup> Myriam Krasilchik (1932-) formou-se em História Natural pela USP em 1953 e avançou para o doutorado em Educação pela mesma instituição em 1973, tornando-se professora titular e, eventualmente, diretora da Faculdade de Educação. Para além da universidade, foi também diretora do CECISP (Centro de Treinamento de Professores de Ciências de São Paulo), coordenadora do IBECC (Instituto Brasileiro para Educação, Ciência e Cultura) e assessora de Secretarias Estaduais e do Ministério da Educação, integrante do Conselho Nacional de Educação. (KRASILCHIK, 2008)

<sup>54</sup> Norma Cleffi fez licenciatura em História Natural na USP e atuou no CECISP, no IBECC e na Secretaria de Educação do Estado de São Paulo (SEESP). Além de ter participado na adaptação dos livros do BSCS, produziu uma coleção própria de livros didáticos, os “Curso de Biologia: Ecologia” (1985), “Curso de Biologia: Biologia celular, genética e evolução” (1986) e “Curso de Biologia: Estrutura-função nos seres vivos” (1987). (BORBA; AZEVEDO; SELLES, 2021)

<sup>55</sup> Nícia Magalhães formou-se em História Natural pela USP em 1950 e atuou tanto no ensino de Biologia quanto como ambientalista, sendo cofundadora da ECO – Associação para Estudos do Meio Ambiente, juntamente com professores e ambientalistas ligados à Universidade Federal de São Carlos (UFSCar). Foi casada com Luiz Edmundo de Magalhães, um dos pioneiros da genética no Brasil, que, por sua vez, colaborou na FAPESP com Rui Carlos Camargo Vieira, o fundador da Sociedade Criacionista Brasileira, que introduziremos no próximo capítulo. (“Educação ambiental”, 2007)

<sup>56</sup> Além da participação na adaptação dos livros do BSCS, Oswaldo Frota-Pessoa também produziu livros didáticos originais, como “Biologia na Escola Secundária” (1960) e “Biologia Nordeste” (1970).

exemplo, pesquisaria nos Estados Unidos sob a orientação de Dobzhansky, com bolsa da Rockefeller e, mais tarde, como vimos, estaria envolvido em esforços internacionais de adaptação do BSCS, também com auxílio da entidade. (FARIA, G. A.; MASSARANI; MOREIRA, 2022)

Esses esforços seriam muito bem sucedidos. Entre 1965 e 1972, aproximadamente 209.000 exemplares do volume 1 da Versão Azul do BSCS e 115.000 do volume 2 seriam publicados no Brasil; e, segundo um estudo realizado em 1969, entre 50% e 60% dos professores de biologia de São Paulo usariam o BSCS, Versão Azul, em seus cursos (LORENZ, KARL M.; BARRA, 1986, p. 1974). Esses números se tornam ainda mais impressionantes quando levamos em consideração que a Versão Azul não era a única versão dos currículos norte-americanos circulando no Brasil nesse período. Desde 1963, já circulava amplamente no país um livro didático chamado “Ecologia”, que consistia em uma adaptação parcial da Versão Verde do BSCS, realizada pelo IBEC. Uma adaptação integral dessa versão começaria a ser produzida a partir de 1966, e seria efetivamente publicada em 1972 (BSCS Verde, 1ª edição, apresentação). A Versão Amarela seria a única versão do BSCS sem edições brasileiras<sup>57</sup>.

Esse êxito do BSCS no Brasil seria decisivo para a expansão do evolucionismo no contexto escolar nacional. Em contraste com o material didático “tradicional”, criticado pelos renovadores do ensino de ciências, o currículo norte-americano prometia abordar a evolução não como um entre múltiplos e mal articulados tópicos curriculares, mas sim como o eixo de articulação de todos eles, o tema subjacente a toda a Biologia.

---

<sup>57</sup> Talvez o esforço de adaptação e introdução dos currículos Azul e Verde tenham esgotado ou satisfeito os educadores e o mercado de livro didáticos brasileiro, dispensando a necessidade de investir na Versão Amarela. Quanto a por que, entre as três versões, esta última foi preterida, é possível que a abordagem mais centrada na genética da Azul e ecológica da Verde tenham atraído de modo especial os geneticistas, como Frota-Pessoa, e ambientalistas, como Nícia Magalhães, que compunham a comunidade de educadores científicos naquela conjuntura. É uma hipótese a ser investigada.

### **1.3. O papel da evolução no BSCS: unidade, sentido e inspiração**

Para entender como o BSCS pretendia cumprir essa promessa, é preciso ir diretamente a suas páginas e examinar como o tema da evolução é abordado – seu lugar nas ciências, na biologia, nos currículos escolares e na vida em geral. Em resumo, conforme veremos a seguir, a evolução aparece nesse material como uma ideia *unificadora* das ciências biológicas, *esclarecedora* na compreensão do mundo dos seres vivos, e *inspiradora* para a vida no presente e para a expectativa de um futuro melhor.

#### **1.3.1. “O tema biológico mais abrangente e mais significativo de todos”**

Desde as primeiras fases de elaboração dos livros do BSCS, o presidente da Comissão Diretora do projeto, Bentley Glass, havia estabelecido a evolução como um dos “temas fundamentais” que deveriam servir como eixos para articular o complexo currículo de biologia de maneira coerente e coesa. Mais do que isso, Glass havia dado à evolução um papel central ao afirmar que a apresentação dos demais “temas fundamentais”, que incluíam também, por exemplo, a “continuidade genética da vida” e a “complementaridade de organismo e ambiente”<sup>58</sup>, deveria contribuir sobretudo para a compreensão do tema da evolução, “o tema biológico mais abrangente e mais significativo de todos”<sup>59</sup> (apud WOLFE, 2018 posição 196).

---

<sup>58</sup> São nove os “temas fundamentais”: “1) change of living things through time – evolution; 2) diversity of type and unity of pattern of living things; 3) genetic continuity of life; 4) complementarity of organism and environment; 5) the biological roots of behavior; 6) complementarity of structure and function; 7) regulation and homeostasis: the maintenance of life in the face of change; 8) science as inquiry; 9) the intellectual history of biological concepts (em GROBMAN, 1961, p. 18).

<sup>59</sup> No original: “the most pervasive, most significant biological theme of all”

Essa questão da centralidade da evolução no ordenamento da biologia era central no contexto de implementação do BSCS, e, claro, não se limitava a ele. No próprio século de Darwin, diversos autores haviam proposto formas de articular a miscelânea de dados da História Natural recorrendo à ideia geral do “transformismo”, do “transmutacionismo” ou da “descendência com modificação”<sup>60</sup>. Contudo, ainda na segunda metade do século XX, a biologia continuava sua saga para se afirmar como ciência unificada e autônoma. E, nesse contexto, dominado por uma visão positivista de ciência – determinista, lógica, matemática, observável, testável, materialista e mecanicista –, a evolução – contingente, histórica, especulativa<sup>61</sup> e, em algumas expressões, vitalista<sup>62</sup> – parecia uma candidata pouco adequada ao posto de eixo fundamental para uma verdadeira Ciência da Vida. (SMOCOVITIS, 1992)

Tal situação começaria a se reverter no curso do extenso processo conhecido como a “Síntese Moderna”. A partir da década de 1930, pesquisadores como Ronald A. Fisher (1890-1962), J. B. S. Haldane (1892-1964) e Sewell Wright (1889-1988) propunham uma abordagem à evolução mais adequada às expectativas da ciência positivista: suscetível à experimentação e à modelagem matemática (CAIN, 2009). Isso seria possível por meio de uma articulação entre a crescente área da genética e a tradicional teoria da seleção natural, de forma que esta passaria a ser entendida como uma “causa mecânica” ou um “fator matemático” relacionado à preservação da “base material” da evolução, o gene.

---

<sup>60</sup> Thomas H. Huxley (1825-1895) escreveu que “the conscious attempt to construct a complete science of Biology hardly dates further back than Treviranus and Lamarck, at the beginning of this century, while it has received its strongest impulse, in our own day, from Darwin” (citado em SMOCOVITIS, 1992, p. 1 nota 1).

<sup>61</sup> O fisiologista W. J. Crozier (1892-1955), em uma aula de Introdução à Biologia em Harvard, afirmaria o seguinte sobre a evolução: “Evolution is a good topic for Sunday supplements of newspapers, but isn’t science: You can’t experiment with two million years” (citado em SMOCOVITIS, 1992, p. 16).

<sup>62</sup> Na primeira metade do século XX, não é raro encontrar pensadores caracterizados como “holísticos”, “organicistas”, “emergentistas” ou “vitalistas”, que buscavam afirmar a especificidade dos fenômenos da vida e, assim, salvar a Biologia de um reducionismo fisicalista de inspiração positivista (SMOCOVITIS, 1992, p. 12–13),

Esse movimento de “síntese”, que combinava não apenas genética e selecionismo, mas buscava também aproximar áreas até então distantes como a botânica, a paleontologia, a estatística, e a biologia molecular, continuaria a pleno vapor ainda no contexto de desenvolvimento do BSCS, que, por sua vez, viria a se tornar uma das mais influentes expressões curriculares desse movimento. (RUDOLPH, 2002; SMOCOVITIS, 1992)

De fato, no material produzido pelo BSCS, essa ênfase na evolução como “tema fundamental” e eixo principal de articulação das ciências biológicas se faz presente a todo momento. A versão Azul, por exemplo, diz ao aluno: “Entre tôdas as teorias que você possa estudar em Biologia, a da evolução ocupa um lugar ímpar. É o mais inclusivo dos grandes princípios unificadores dessa Ciência” (p. 52). E, mais adiante, o livro afirma que o próprio “início da Biologia moderna é marcado por uma teoria revolucionária” (p. 167), a teoria da evolução. Já a versão *Yellow* propõe a seguinte comparação: “A teoria da evolução é para a biologia o que a teoria atômica é para a química e a física”<sup>63</sup> (p. 589) – uma comparação que, na era das bombas atômicas, dispensava maiores explicações.<sup>64</sup>

Se, por um lado, não há dúvidas de que o BSCS aspirava a ser a perfeita expressão curricular dessa nova Biologia – finalmente unificada em torno de um eixo sólido, a teoria sintética da evolução –, por outro, é questionável até que ponto o projeto teria realmente conseguido satisfazer essa aspiração. Escrevendo em 1964, quando os livros do BSCS já circulavam amplamente nos Estados Unidos, o paleontólogo George Gaylord Simpson declararia ter “certas reservas” em relação ao BSCS. Para ele, ainda que o novo currículo introduzisse a “evolução com o nome certo”, nenhuma das três versões era de fato

---

<sup>63</sup> “The theory of evolution is to biology as the atomic theory is to chemistry and physics”.

<sup>64</sup> Na versão Verde não há nenhuma declaração direta e assertiva como essas a respeito da centralidade da evolução para a biologia, e o tema aparece realmente de forma menos acentuada do que nas demais versões. Mas, ainda assim, o terceiro e último volume da versão Verde é arrematado com uma citação direta de Darwin: o parágrafo final do livro-texto é uma reprodução do famoso parágrafo final de *A Origem das Espécies* (“*There is grandeur in this view of life...*”) [versão verde: p. 394, v. 3]

“orientada primariamente pela evolução e imbuída desse princípio em sua totalidade”<sup>65</sup> (SIMPSON, 1964, p. 41).

O texto no qual Simpson expressara essa insatisfação, “One Hundred Years Without Darwin Are Enough”, havia sido publicado como parte de uma coletânea intitulada *This View of Life: The World of an Evolutionist* (1964)<sup>66</sup>. Em 1965, essa coletânea seria resenhada por Bentley Glass, o que serviria ao diretor do BSCS como uma oportunidade de resposta. Em seu texto, Glass começaria registrando sua enorme admiração por Simpson, “um grande paleontólogo, a maior autoridade do mundo em animais extintos”<sup>67</sup>, louvando acima de tudo sua “convicção sobre a enorme importância da evolução orgânica para a formação do nosso olhar como humanos” e, de maneira geral, o “protagonismo absoluto da evolução no pensamento de Simpson”<sup>68</sup> (GLASS, 1965, p. 176)<sup>69</sup>.

Glass dizia compartilhar dessa posição, mas, ao mesmo tempo, sentia-se em uma posição um tanto desconfortável ao fazê-lo. Afinal, o próprio Simpson havia criticado a falta de protagonismo da evolução nos livros-texto resultantes do projeto dirigido por Bentley Glass. Na opinião de Glass, porém, o autor de *This View of Life* teria feito uma declaração “reducionista e injusta”<sup>70</sup> a respeito do BSCS. “Como diretor do *Biological Sciences Curriculum Study*”, diria Glass em causa própria, “eu posso atestar que, ao contrário da visão pessimista de Simpson, muitos professores têm até agora, e com muito sucesso,

---

<sup>65</sup> No original: “certain reservations”; “evolution under its right name”; “oriented primarily on evolution and imbued with that principle throughout”.

<sup>66</sup> Uma versão do texto havia sido publicada alguns anos antes (SIMPSON, 1961), mas o comentário ao BSCS seria acrescentado apenas na versão para a coletânea de 1964.

<sup>67</sup> No original: “a great paleontologist, the world’s leading authority on extinct mammals”.

<sup>68</sup> No original: “conviction of the overwhelming importance of organic evolution in shaping our human outlook”; “all-absorbing place of evolution in Simpson’s thought”.

<sup>69</sup> De fato, todos os artigos reunidos no livro de Simpson convergiam para a conclusão de que a evolução era “one of the great and central concepts of science and one fundamental for human orientation in the modern world” (SIMPSON, 1964, p. 36).

<sup>70</sup> No original: “narrow and rather unfair”.

introduzido exatamente a abordagem que ele defende”<sup>71</sup>, isto é, a abordagem evolucionista. (GLASS, 1965, p. 177).

Seja como for, é verdade que nem sempre a evolução reina absoluta no centro gravitacional da biologia nas páginas do BSCS. A órbita da disciplina parece, às vezes, ter outros pontos focais. Em uma passagem da versão Azul, por exemplo, é dito que a evolução é “*um dos temas unificadores da Biologia moderna – ela é a estrutura que auxilia a unir os campos especializados das ciências biológicas*” (32, ênfases minhas). E, mais adiante, lê-se: “A teoria celular e a teoria da evolução são duas generalizações fundamentais em Biologia. Uma terceira teoria, *igualmente básica, é a do gen*” (p. 194, ênfase minha).

A existência dessas passagens em que a evolução aparece como “*parte da fundação da biologia*” [*part of the foundation of biology*], como consta na versão *Yellow* (p. 589, ênfase minha), e não como *o* fundamento da biologia, ajuda a explicar a decepção de Simpson diante do BSCS. Simpson havia sido – e ainda era – um dos principais<sup>72</sup> representantes da segunda geração da “Síntese”, ao lado de figuras como Theodosius Dobzhansky (1900-1975), Ernst Mayr (1904-2005) e George Ledyard Stebbins (1906-2000). E, para ele, a “Evolução fundamenta todos os aspectos da biologia”<sup>73</sup> (SIMPSON, 1964, p. 40), inclusive a genética e teoria celular. A “Síntese”, conforme a proposta de Simpson, não combinava a evolução a outros temas da biologia de maneira horizontal; antes, ela submetia todos os demais temas a uma perspectiva evolucionária. Assim,

---

<sup>71</sup> No original: “As Chairman of the Biological Sciences Curriculum Study”; “I can testify that, contrary to Simpson’s pessimistic view, many teachers are even now, and very successfully, introducing the very approach he advocates”.

<sup>72</sup> O próprio Bently Glass considerava Simpson como *o* principal representante da “Síntese”: “More than any other person, he has been responsible for fusing all evolutionary science into a coherent body of modern theory, a new synthetic theory of evolution that embraces Darwinian selection but has in many ways corrected and supplemented it” (GLASS, 1965, p. 176).

<sup>73</sup> No original: “Evolution underlies every aspect of biology”.

genética e teoria celular não deveriam compartilhar o núcleo do ensino de biologia com a evolução; em vez disso, deveriam também girar em torno dela<sup>74</sup>.

Herman J. Muller, outro “arquiteto da Síntese”, manifestaria um desconforto similar ao registrado por Simpson após ver as primeiras versões do BSCS que circulavam em fase de teste em 1961. Segundo ele, não havia “nove temas separados” em Biologia como os “temas fundamentais” de Glass pareciam sugerir; a evolução era “o tronco: a base, o topo e tudo”, e o objetivo de qualquer curso de biologia deveria ser mostrar isso aos estudantes (apud RUDOLPH, 2002, p. 151).

### **1.3.2. “Nada faz sentido na Biologia exceto à luz da evolução”**

Se, por um lado, há realmente certa ambiguidade quanto ao *papel unificador* da evolução nos textos do BSCS – se ocupava um “lugar ímpar” ou era “igualmente básica” em relação à genética e à teoria celular –, por outro lado, não há dúvida quanto ao protagonismo absoluto da evolução no que diz respeito a seu *papel esclarecedor*, isto é, de “fazer sentido” dos fatos da biologia.

Na versão *Yellow*, por exemplo, lê-se que “Os cientistas ainda não encontraram quaisquer fatos na natureza ou no laboratório que não possam ser explicados com base na teoria da evolução, e há muitos fatos que são inexplicáveis sem ela.”<sup>75</sup> (*Yellow*, p. 633). A versão Azul, de forma ainda mais direta, diz que “a Biologia não poderia ser compreendida” sem a evolução (Azul, p. 52, v. 1), e que a “maioria dos biólogos acredita que não é mais

---

<sup>74</sup> Esboçando sua própria concepção de ensino de biologia, Simpson dizia: “The first task is to show that evolution, as a general proposition, rests on good, solid evidence, and since *all* the facts of biology are evidence of evolution, that seems to me the way to approach the task” (SIMPSON, 1964, p. 40, ênfase no original).

<sup>75</sup> No original: “Scientists have yet to find any facts in nature or in the laboratory that cannot be explained on the basis of the theory of evolution, and there are many facts that are inexplicable without it”.

possível um estudo completo ou mesmo coerente dos seres vivos sem conhecer a história da sua evolução” (p. 167, v. 1). Nessa mesma versão, até mesmo a História da Biologia é mobilizada para argumentar a favor desse ponto: “Os primórdios da história da evolução apareceram quando os biólogos começaram a perceber que a forma atual de um organismo *só pode ser compreendida* à luz da sua história” (Azul, p. 167, v. 1, ênfase minha).

Aqui, novamente, o que se apresenta é a visão sobre a evolução que emergira do longo processo da “Síntese Moderna”. Afinal, mais do que unificar os fatos da biologia em torno da evolução, tal processo havia buscado revelar o “sentido” da unidade assim formada, isto é, sua lógica e inteligibilidade. Para os articuladores da “Síntese”, o conjunto dos fatos biológicos era como era, tinha as características que tinha, comportava-se como se comportava, por alguma *razão*; e, por mais que houvesse divergências importantes entre os autores a esse respeito, a principal razão, finalidade ou télos por meio do qual se poderia *compreender* a natureza viva passava, via de regra, pelo tema da adaptação<sup>76</sup>.

Talvez a expressão mais assertiva dessa afirmação da adaptação como sentido da realidade biológica seja um artigo de Theodosius Dobzhansky intitulado “*Nothing in Biology Makes Sense Except in the Light of Evolution*”<sup>77</sup>. Publicado em 1973 em uma revista da área de educação, a *American Biology Teacher*, o artigo argumenta

---

<sup>76</sup> Stephen Jay Gould (2002, cap. 7) divide o movimento da “Síntese” em duas fases, as quais ele chama de Restrição [*Restriction*] e Enrijecimento [*Hardening*]. A primeira significa o “expurgo” das alternativas clássicas ao darwinismo (lamarckismo, saltacionismo e ortogenia). A segunda transforma o paradigma seletcionista, centrado no tema da adaptação, em um “dogma”; isto é, processos aparentemente não-adaptativos passam a ser amplamente desconsiderados ou interpretados como etapas de processos adaptativos mais amplos (um exemplo característico é o debate no período sobre a “deriva genética”).

<sup>77</sup> A frase que dá título ao artigo já havia sido dita publicamente por Dobzhansky em 1964 em uma palestra para a *American Society of Zoologists*, e remete a uma formulação de Pierre Teilhard de Chardin (1881-1955), um herói intelectual de Dobzhansky, citada no artigo de 1973: “Is evolution a theory, a system, or a hypothesis? It is much more it is a general postulate to which all theories, all hypotheses, all systems must henceforward bow and which they must satisfy in order to be thinkable and true. Evolution is a light which illuminates all facts, a trajectory which all lines of thought must follow - this is what evolution is.” (DOBZHANSKY, 1973, p. 129)

precisamente a favor da conclusão que lhe dá título. Logo no início do texto, o autor aponta para o aparente absurdo, ou a falta de sentido, do fenômeno biológico: “Whence came these extraordinary, seemingly whimsical and superfluous creatures, like the fungus *Laboulbenia*, the beetle *Aphenops cronei*, the flies *Psilopa petrolei* and *Drosophila carcinophila*, and many, many more apparent biologic curiosities?” (DOBZHANSKY, 1973, p. 126). E, diante dessa estranha realidade, Dobzhansky coloca a seguinte questão: “Existe uma explicação que *torne inteligível à razão* esta colossal diversidade de seres vivos?”<sup>78</sup> (ibid., ênfase minha). A resposta vem na sequência, colocada de forma contundente: “A *única* explicação que *faz sentido* é que a diversidade orgânica evoluiu em resposta à diversidade do ambiente no planeta Terra.”<sup>79</sup> (ibid., ênfases minhas). Isto é, a miríade de formas de vida conhecidas, bem como cada uma de suas características peculiares – anatomia, fisiologia, coloração, comportamento, organização social, relações ecológicas etc. – só faria sentido enquanto resultado dos processos adaptativos que caracterizariam a evolução por seleção natural.

Para ilustrar a superioridade dessa interpretação evolutiva-adaptativa no que diz respeito a “fazer sentido” do fenômeno biológico, Dobzhansky considera longamente os méritos (e, principalmente, deméritos) de uma alternativa que ele via como um grande problema de seu tempo: a interpretação criacionista-fundamentalista. Segundo Dobzhansky, a ideia de criação especial das espécies por meio de um ato providencial sobrenatural, além de não científica, simplesmente não faria *sentido*. Em primeiro lugar, por que um Deus bondoso – conforme o descrevem os expositores dessa ideia – fabricaria “a multitude of species ex nihilo and then let most of them die out” (DOBZHANSKY, 1973, p. 127),

---

<sup>78</sup> No original: “Is there an explanation to make intelligible to reason this colossal diversity of living beings?”.

<sup>79</sup> No original: “The only explanation that makes sense is that the organic diversity has evolved in response to the diversity of environment on the planet earth”.

tornando-se extintas? Tal seria, nas palavras do autor, “a *senseless operation*” (ênfase nossa) da parte de Deus. Além disso, segundo Dobzhansky, a extrema especificidade de alguns organismos – e sua aparente trivialidade – não coadunaria com o planejamento de um Criador onisciente e onipotente: “Was the Creator in a jocular mood when he made *Psilopa petrolei* for California oil-fields and species of *Drosophila* to live exclusively on some body-parts of certain land crabs on only certain islands in the Caribbean?” (ibid.)

É importante ressaltar, contudo, que, ao expor a “falta de sentido” da interpretação criacionista-fundamentalista do fenômeno biológico, Theodosius Dobzhansky, de modo algum, excluía a possibilidade de elementos religiosos ou teológicos participarem da compreensão da natureza. Ele mesmo se identificava como “um criacionista e um evolucionista” e se referia à evolução como “método de Criação de Deus ou da Natureza<sup>80</sup>”<sup>81</sup> (ibid.). Para ele, “A criação não é um evento que aconteceu em 4.004 a.C.; é um processo que começou há cerca de 10 mil milhões de anos e ainda está em curso”<sup>82</sup> (ibid.). O erro dos fundamentalistas não estaria em olhar para o fenômeno biológico com uma visada teológica ou inspirados pela leitura da Bíblia, mas sim em olhar para ele com uma visada teológica e uma interpretação da Bíblia inadequada, antiquada, não adaptada ao mundo moderno<sup>83</sup>. Diz Dobzhansky:

A doutrina evolucionária entra em conflito com a fé religiosa? Não. É um erro confundir as Sagradas Escrituras com livros didáticos de

---

<sup>80</sup> Talvez haja aqui uma referência ao famoso “*Deus, sive Natura*” [Deus, ou a Natureza] de Bento de Espinosa (1632-1677), expressão que estabelecia como sinônimas as palavras Deus e Natureza, ambas equivalentes também à sua ideia todo abrangente de Substância (SPINOZA, 2020).

<sup>81</sup> No original: “a creationist and a evolutionist”; “God’s, or Nature’s, method of Creation”.

<sup>82</sup> No original: “Creation is not an event that happened in 4004 B.C.; it is a process that began some 10 billion years ago and is still under way”.

<sup>83</sup> Uma interessante análise da teologia presente no artigo de Dobzhansky é artigo de Stephen Dille (2013a), “Nothing in biology makes sense except in light of theology?”. Nele, o autor analisa logicamente o texto do geneticista, argumentando que este se apoia fundamentalmente sobre considerações teológicas (“God-talk”) a respeito da natureza, ações, propósitos e deveres de Deus. Segundo Dille, essas considerações podem ser divididas em “teologia *reductio*” (a redução da teologia criacionista ao absurdo) e “teologia *positiva*” (a afirmação de uma teologia evolucionista própria que confere validade a seus argumentos).

astronomia, geologia, biologia e antropologia. Somente se os símbolos forem interpretados como significando o que não pretendem significar poderão surgir conflitos imaginários e insolúveis.<sup>84</sup> (DOBZHANSKY, 1973, p. 129)

Enfim, vista pelo prisma do criacionismo-fundamentalista, a biologia não poderia passar de uma obscura confusão. Por outro lado, “Vista à luz da evolução, a biologia é, talvez, intelectualmente a ciência mais satisfatória e inspiradora”, uma “imagem *significativa* como *um todo*”<sup>85</sup> (ibid., ênfases minhas), unificada e esclarecedora.

### 1.3.3. “O mundo para o qual Darwin nos conduziu”

Finalmente, tendo destacado o *papel unificador* e o *papel esclarecedor* da evolução no projeto de reforma do ensino da biologia representado pelo BSCS, é importante também considerar o seu *papel inspirador*, isto é, de elemento constituinte de uma visão de mundo orientadora para a condução da vida no presente e para a projeção da vida no futuro.

Conforme observa a versão Verde do BSCS, “Nossa *maneira de pensar* [...] é profundamente influenciada pela ciência”, e as ideias científicas, sobretudo a biologia evolutiva, “alteraram enormemente a nossa visão sôbre o lugar que o homem ocupa na natureza” (Verde, p. 394). Nos livros do BSCS, esse potencial do ensino de biologia de formar o pensamento e a visão de mundo dos alunos é exemplificado de diversas formas. A versão Verde, por exemplo, cuja abordagem é ecológica, confiava que a perspectiva exposta no material poderia tornar os estudantes mais atentos e responsáveis em relação

---

<sup>84</sup> No original: “Does the evolutionary doctrine clash with religious faith? It does not. It is a blunder to mistake the Holy Scriptures for elementary textbooks of astronomy, geology, biology, and anthropology. Only if symbols are construed to mean what they are not intended to mean can there arise imaginary, insoluble conflicts”.

<sup>85</sup> No original: “Seen in the light of evolution, biology is, perhaps, intellectually the most satisfying and inspiring science”; “*meaningful picture as a whole*”.

ao meio ambiente. Nas suas palavras, ao completar o curso, o aluno “Deve ser capaz de olhar paisagens com olhos mais compreensivos e, por conhecer todas essas coisas, estará apto a apreciá-las melhor” (ibid. p. 394, v. 3).

A versão *Yellow*, por sua vez, apostava em outro efeito poderoso do ensino da biologia evolutiva sobre a visão de mundo dos estudantes; nesse caso, não sobre a questão ambiental, mas sobre a questão racial. Segundo o livro, cuja publicação oficial ocorreria em 1963, mesmo ano em que Martin Luther King proferiria o histórico “*I Have a Dream*” nos degraus do Lincoln Memorial em Washington D.C., os fatos biológicos seriam absolutamente incompatíveis com o racismo. Segundo o livro, características como a inteligência “parece ser uma questão individual, não racial”, e outros atributos herdáveis “mostram uma tremenda variação dentro de qualquer população”<sup>86</sup> (*Yellow*, 672). Portanto, “Apesar de podermos dividir o *Homo sapiens* em raças com base nas diferenças percentuais de muitas características herdáveis, os diferentes membros da espécie humana ainda são muito mais parecidos do que diferentes”<sup>87</sup> (p. 671). Ou, dito na forma de uma máxima: “Por critérios biológicos, todos os homens são de uma só espécie”<sup>88</sup> (p. 672).

Outro efeito pretendido pelos livros do BSCS na formação da visão de mundo dos estudantes era o “esclarecimento”, no sentido filosófico do século XVIII; isto é, a libertação do intelecto em relação à superstição e o desenvolvimento do pensamento racional<sup>89</sup>. Segundo o BSCS *Yellow*, entre os “objetivos humanos que a biologia é

---

<sup>86</sup> No original: “seems to be an individual, not a racial, matter”; “show tremendous variation within any given population”.

<sup>87</sup> No original: “Despite the fact that we can divide *Homo sapiens* into races on the basis of percentage differences of many inheritable traits, the different members of the human species are still much more alike than they are different”.

<sup>88</sup> No original: “By biological criteria, all men are of one species”.

<sup>89</sup> Na edição especial sobre ensino de ciências da *Ciência e Cultura* de 1964, a professora do Departamento de Psicologia da FFCL-USP, Elsa Lima Gonçalves Antunha, afirma que uma das mais importantes finalidades do ensino elementar de ciências é a “‘dessubjetivação’ do pensamento da criança” e a “eliminação dos resíduos de pensamento mágico” rumo a uma “estruturação mais objetiva” da percepção da criança (p. 368).

particularmente capaz de nos ajudar a alcançar”, está “livrar a mente de superstições e medos”<sup>90</sup> (*Yellow*, p. 9)<sup>91</sup>. Já nas palavras do BSCS Verde, “Não vivemos mais em um mundo plano, sob um firmamento arqueado. Não mais expulsamos demônios para curar doenças. Podemos evitar passar sob uma escada, podemos atirar sal sobre o ombro ou assustar ao ver um gato preto, mas isso não é mais levado a sério” (Verde, p. 394).

É interessante notar que a última passagem fala em não *viver* mais em determinado *mundo*. Em termos semelhantes, o paleontólogo George Gaylord Simpson, em um artigo publicado sob o sugestivo título de *The World in Which Darwin Led Us* [O mundo para o qual Darwin nos conduziu], também sustenta que a percepção da “verdade da evolução foi um enorme passo da superstição para um universo racional”<sup>92</sup> (SIMPSON, 1964, p. 3, ênfase minha), e, no prefácio do livro também sugestivamente intitulado como *This View of Life: The World of an Evolutionist* [*Esta visão da vida: o mundo de um evolucionista*], cita como exemplos de “tolices” [*foolishness*] supersticiosas o racismo e orações por milagres (ibid., p. viii).

De fato, elementos como exorcismo e oração não tinham mais lugar no “mundo” ou no “universo” de Simpson ou no do supervisor da Versão Verde do BSCS. No entanto, essas e outras práticas apresentadas como “do passado” estavam ainda bastante presentes no “mundo” de muitos de seus compatriotas<sup>93</sup>. Nesse sentido, ao afirmar as características

---

<sup>90</sup> No original: “human goals that biology is particularly able to help us achieve”; “to rid one's mind of superstitions and fears”.

<sup>91</sup> Os outros são: “To live in health, to have plenty of the right foods, to understand the origins of life [...] and to appreciate more fully the riches of nature” (*Yellow*, p. 9).

<sup>92</sup> No original: “truth of evolution was an enormous stride from a superstition to a rational *universe*”.

<sup>93</sup> Simpson abandonara o protestantismo (presbiteriano) de sua família ainda criança. Por alguns anos, convertera-se à teologia natural de Charles Kingsley e, depois, assumira uma forma de positivismo ateu, inspirado sobretudo pela leitura da *Origem das Espécies*. A ciência, sobretudo a biologia evolutiva, passara a ser sua referência na busca pelo sentido da existência. Diante dos “mistérios da vida” [*mysteries of life*] que encontrava em seus estudos, confessava sentir um “fascínio religioso” [*religious awe*] (LAPORTE, 1990). Poucos de seus compatriotas, no entanto, acompanhariam sua conversão. Os Estados Unidos permaneceriam sendo, como são até hoje, um país de maioria protestante com grande expressão de religiosidade carismática, na qual exorcismos e orações por milagres não são nada incomuns (ALBANESE, 2012).

do “mundo para o qual Darwin nos conduziu”, tais autores não estavam exatamente descrevendo uma realidade existente, mas sim prescrevendo uma realidade desejada, muito diferente daquela vivida por milhares de pessoas nos Estados Unidos e no mundo.

Isso é algo que Simpson reconhece com clareza. Segundo o paleontólogo, “Mesmo agora existem pessoas nominalmente civilizadas cujo mundo foi criado em 4.004<sup>94</sup> a.C.”<sup>95</sup> (SIMPSON, 1964, p. 6, ênfase minha). Esse fato só seria possível porque, nas palavras do autor, “Todas as pessoas vivem em dois mundos, um público e outro privado” (ibid., p. vii); o “mundo público” é o “mundo objetivo, material, exterior que existe ao nosso redor independentemente do que sabemos ou pensamos sobre ele” (ibid., p. vii), e o privado é “apenas o que realmente sabemos e pensamos sobre o mundo público, é o mundo tal como nos parece, tal como o percebemos e concebemos” (ibid., p. vii).<sup>96</sup>

Ainda segundo Simpson, a espécie humana, em razão de suas excepcionais capacidades criativas e simbólicas, produzia, mais do que qualquer outra espécie, um descompasso entre esses dois “mundos”. Como consequência, o *homo sapiens*, “o animal equivocado, o animal tolo”<sup>97</sup> (ibid., p. viii), habitaria frequentemente mundos privados, construídos com base em mitos e superstições, absolutamente ignorante da realidade do mundo público. Para ele, a situação dos criacionistas seria um exemplo preciso dessa dinâmica.

Diante disso, na avaliação do autor de *This View of Life*, a missão de nossa espécie seria corrigir tais desalinhos, modelando nossos mundos subjetivos o máximo possível à

---

<sup>94</sup> O ano de 4004 a.C. era tido por muitos criacionistas como o ano da Criação do mundo. A data é resultado do cálculo feito pelo bispo e cronólogo inglês James Ussher (1581-1656). Ussher tomou por base a soma das idades dos patriarcas bíblicos para chegar de Jesus até Adão. Essa data constaria em nota na Bíblia do Rei James [*King James Bible*], a versão mais difundida da Bíblia em inglês. Assim, o ano 4004 a.C. acabaria se consolidando no imaginário protestante, sobretudo nos países anglófonos, adquirindo uma aura quase sagrada. (RUDWICK, 2014, cap. 1)

<sup>95</sup> No original: “Even now there are nominally civilized people whose *world* was created in 4004 b.C.”.

<sup>96</sup> No original: “Everyone lives in two worlds, one public and one private”; “objective, material, outer world that exists around us regardless of what we know or think about it”; “just what we do know and think about that public world, it is the world as it seems to us, as we perceive and conceive it”.

<sup>97</sup> No original: “the mistaken animal, the foolish animal”.

imagem do mundo público. Nisso, o ensino de evolução teria um papel central: " Sendo [a evolução orgânica] o processo pelo qual nós mesmos viemos a existir, ela é crucial para a compreensão do nosso lugar no e relação com o mundo objetivo "<sup>98</sup> (ibid., p. vii). De fato, ainda segundo o autor, nosso futuro enquanto espécie dependeria determinantemente dessa compreensão: "É uma característica deste mundo para o qual Darwin abriu a porta que, a menos que a *maioria* de nós entre nele e viva nele de forma madura e racional, o futuro da humanidade será realmente sombrio – se houver algum futuro."<sup>99</sup> (ibid., p. 25, ênfase no original).

É interessante perceber que os livros do BSCS também estabelecem essa relação direta entre o conhecimento adequado do passado – considerado na escala dos bilhões de anos de evolução – com a possibilidade de tomar as rédeas do futuro. A versão Azul o diz sucintamente: "O presente e o futuro da espécie humana dependem da compreensão dos mecanismos de sua própria hereditariedade e evolução" (Azul, p. 140). A versão *Yellow* também olha para o passado evolutivo para vislumbrar o que está por vir: "vemos que a evolução humana, que ocorreu por várias centenas de milhares de anos em um ritmo bastante rápido em comparação com a evolução de outros organismos, acelerou tremendamente nos últimos 25.000 anos. Não há previsão de redução desse ritmo para o futuro"<sup>100</sup> (*Yellow*, p. 683). Mais do que apenas vislumbrar passivamente o destino da humanidade, contudo, o BSCS *Yellow* confronta os alunos com a responsabilidade de construí-lo com as próprias mãos: "O homem, sendo um ser vivo, não pode escapar dos problemas gerais que enfrentam toda a vida. No entanto, não ignore o fato mais

---

<sup>98</sup> No original: "Being [organic evolution] the process by which we ourselves came to be, it is crucial for comprehension of our place in and relationship to the objective world".

<sup>99</sup> No original: It is a characteristic of this world to which Darwin opened the door that unless *most* of us do enter it and live maturely and rationally in it, the future of mankind is dim, indeed – if there is any future

<sup>100</sup> No original: "we find that human evolution, which went on for several hundreds of thousands of years at a fairly rapid pace compared to the evolution of other organisms, has in the last 25,000 years speeded up tremendously. No slackening of the pace is in sight for the future".

importante de todos: só em nossa espécie há uma profunda capacidade, por meio dos poderes da mente, de controlar a nossa relação com o mundo vivo”<sup>101</sup> (*Yellow*, p. 723). Essas, aliás, são as últimas palavras do livro. *Ite, missa est*. Termina a missa, começa a missão.

Deve-se dizer que esse recurso à biologia evolutiva como fonte de inspiração para a abertura de horizontes de boas expectativas é pelo menos tão antigo quanto o próprio darwinismo<sup>102</sup> – e, nos tempos da “Síntese”, é algo que se destaca intensamente. Para o geneticista Hermann Muller, por exemplo, imerso no clima da Guerra Fria, a história da evolução seria ainda mais inspiradora do que a da luta de classes: "Podemos muito bem desafiar os soviéticos, com as suas doutrinas do homem econômico e da luta de classes universal, a oferecer qualquer coisa que possa ser tão inspiradora para os jovens ou que possa dar um sentido tão firme de propósito e de direção às vidas dos homens”<sup>103</sup> quanto a teoria da evolução (MULLER, 1959, p. 313). Não que os próprios soviéticos já não houvessem se apropriado da fé darwinista. E, por isso mesmo, Muller insiste:

Não ousemos deixar que apenas os soviéticos ofereçam aos homens a inspiração que pode ser obtida a partir da maravilhosa visão do mundo aberta por Darwin e outros biólogos ocidentais. Essa visão, tão solidamente fundada nas descobertas da ciência moderna, é, quando plenamente incorporada nas personalidades dos homens, a fonte do mais profundo idealismo e esperança.<sup>104</sup> (ibid., p. 306)

---

<sup>101</sup> No original: “Man, being alive, cannot escape the general problems that confront all life. Yet do not overlook the most important fact of all: in our species alone is there a profound ability, through powers of the mind, to control our relation with the living world”.

<sup>102</sup> “Thoughtful men”, escreveu Thomas H. Huxley, “once escaped from the blinding influences of traditional prejudice, will find in the lowly stock whence man has sprung, the best evidence of the splendour of his capacities; and will discern in his long progress through the Past, a reasonable ground of faith in his attainment of a nobler Future. (HUXLEY, T. H., 1864, p. 111).

<sup>103</sup> No original: “We may well challenge the Soviets, with their doctrines of the economic man and of the universal class struggle, to offer anything that could be as inspiring to youths or that could give so firm a sense of purpose and of direction to men’s lives”.

<sup>104</sup> No original: “We dare not leave it to the Soviets alone to offer men the inspiration that is to be gained from the wonderful world view opened up by Darwin and other Western biologists. This view, founded so

Finalmente, pode-se encontrar na leitura otimista que Muller faz da história evolutiva – pretérita e futura, do protoplasma à corrida espacial – uma narrativa capaz de substituir até mesmo o americaníssimo arquétipo do *self-made man*: “começando como uma espuma pegajosa, eles [homens] assumiram a posição ereta, tornaram-se conscientes de si mesmos, desenvolveram sentimentos sociais e princípios morais e se lançaram em direção às estrelas. Esse grande processo ainda está em ação e podemos levá-lo ainda mais longe”<sup>105</sup> (ibid., p. 312).

Em resumo, o tema da evolução aparece nos textos do BSCS e em outras expressões da “Síntese Moderna” com um protagonismo e desenvolvimento inéditos. A centralidade da teoria é afirmada para unificar o campo da Biologia, para esclarecer as operações e o sentido do mundo vivo, e para inspirar certos posicionamentos no presente e grandes expectativas para o futuro.

No âmbito curricular, “evolução” deixaria finalmente de ser um item entre tantos, circunscrito em um capítulo inicial ou final de livro didático, para se tornar uma perspectiva inescapável, adotada de saída para a compreensão de qualquer assunto biológico. Se antes era fácil “pular” a discussão da controversa teoria, agora, com a ampla difusão do BSCS e dos livros similares que ele inspiraria<sup>106</sup>, isso se tornaria praticamente impossível no estudo escolar da Biologia.

---

solidly upon the discoveries of modern science, is, when fully incorporated into men’s personalities, the source of the profoundest idealism and hope”.

<sup>105</sup> No original: “from a slimy scum they [men] have stood erect, become aware of themselves, evolved social feelings and moral principles, and striven toward the stars. It shows that this great process is still at work and that we can carry it further”.

<sup>106</sup> O próprio Oswaldo Frota-Pessoa produziria livros didáticos alinhados com a perspectiva sintética do BSCS nos anos seguintes, como “Biologia na escola secundária” (1969) e “Biologia Nordeste” (1971). Vale dizer também que o famoso exemplo do alongamento do pescoço da girafa na comparação entre as teorias de Darwin e Lamarck aparece pela primeira vez nos livros do BSCS. A partir de então, a maioria dos livros didáticos de Biologia passou a repetir esse exemplo, até hoje. (ALMEIDA; FALCÃO, 2010)

#### **1.4. Reações ao novo ensino de Biologia: o antievolucionismo norte-americano e a organização da alternativa criacionista**

Naturalmente, essa expansão escolar do evolucionismo não se daria sem resistência. Em 1960, Madalyn Murray O’Hair, uma advogada em Baltimore, Maryland, entraria com um processo contra a escola em que seu filho estava matriculado. De acordo com O’Hair, seu filho estaria sendo obrigado pela escola a participar de leituras diárias da Bíblia, algo que estaria em contradição com a Primeira Emenda à Constituição dos Estados Unidos. (LARSON, 2003, cap. 4)

A Primeira Emenda definia que o “Congresso não fará lei para o estabelecimento de religião, nem para proibir seu livre exercício”<sup>107</sup>. Originalmente, ainda nos tempos dos “Pais Fundadores”, o propósito desta emenda havia sido impedir que uma igreja estatal – como a Igreja Anglicana, da Inglaterra – fosse estabelecida na república religiosamente diversa<sup>108</sup> que se estava criando na América do Norte.

No entanto, desde os anos 1940, uma nova interpretação desse texto seria consolidada pela Suprema Corte, segundo a qual esse “estabelecimento” de religião diria respeito também a qualquer tipo de apoio ou favorecimento a expressões religiosas específicas. A partir daí, diversas contestações legais borbulhariam pelo território norte-americano contra, por exemplo, o uso de ônibus públicos sendo utilizados para levar crianças para escolas dominicais, ou contra a leitura obrigatória da Bíblia nas escolas.

---

<sup>107</sup> No original: "Congress shall make no law respecting an establishment of religion, or prohibiting the free exercise thereof". O texto completo da constituição dos Estados Unidos está disponível em: <https://www.whitehouse.gov/about-the-white-house/our-government/the-constitution/>. Acesso em: 11/09/2023.

<sup>108</sup> Ainda que essa diversidade se desse principalmente dentro da própria matriz cristã. (ver BUTLER, 1992)

O processo de O’Hair seria uma das mais célebres de tais contestações e, em 1963, a Suprema Corte decidiria que a escola de fato estava infringindo a Primeira Emenda e que o direito de descrença da criança deveria ser protegido. Ironicamente, essa vitória de uma mãe atea contra a imposição religiosa exercida sobre seu filho abriria as comportas para uma nova onda – um verdadeiro dilúvio – de ativismo escolar contra o ensino de evolução e a favor do ensino do criacionismo nas escolas – nos Estados Unidos e no mundo.

Ainda no mesmo ano da decisão favorável a O’Hair, que era também o ano da publicação comercial do BSCS nos Estados Unidos, outra mãe de aluno matriculado em escola pública no país, Nell Segraves, faria uma contestação legal semelhante, mas invertida. Segraves entraria com uma petição requerendo do Conselho de Educação da Califórnia a suspensão imediata do ensino de evolução nas escolas do estado. Segundo ela, o ensino da teoria feria o direito de crença de seu filho, Kelly, e “estabelecia” o ateísmo com recursos públicos.

“Têm as crianças cristãs direitos iguais às crianças ateias e descrentes nas escolas custeadas por impostos?”<sup>109</sup>, perguntava Segraves. E acrescentava: “Restringir o ensino acerca das origens a uma única teoria, a da evolução orgânica, viola a proibição constitucional contra o ensino de visões religiosas sectárias tão claramente quanto se o ensino acerca das origens fosse restrito ao Livro de Gênesis”<sup>110</sup>. Para que não fosse “estabelecida” nenhuma religião nas escolas – seguindo o vocabulário e a interpretação mais recente da Primeira Emenda –, seria necessário, na opinião de Segraves, uma de

---

<sup>109</sup> No original: "Do Christian children have equal rights with atheist and unbelieving children under the law in tax supported schools?" (LARSON, 2003, p. 98).

<sup>110</sup> No original: "To restrict the teaching concerning origins to a single theory, that of organic evolution, violates the Constitutional prohibition against the teaching of sectarian religious views just as clearly as if the teaching concerning origins were restricted to the Book of Genesis" (LARSON, 2003, p. 96).

duas coisas: remover a evolução dos currículos ou apresentá-la lado a lado com o criacionismo.

#### **1.4.1. Antecedentes: o antievolucionismo na “Era Scopes”**

A primeira solução – remover a evolução dos currículos – já havia sido proposta por antievolucionistas nos Estados Unidos quase meio século antes. Entre 1922 e 1928, uma série de projetos de lei havia circulado em instâncias locais e nacionais visando limitar o ensino escolar da teoria evolutiva. A primeira dessas legislações havia sido proposta no estado do Kentucky, demandando a proibição do ensino da teoria da evolução “no que diz respeito à origem do homem” [*as it pertains to the origin of man*] e da aquisição de livros didáticos incluindo tal conteúdo em escolas financiadas com dinheiro público. Prevvia-se multa de mil dólares para quem transgredisse tais proibições (LAATS, 2010). Essa mesma proposta, expressando também a preocupação mais profunda dos antievolucionista com relação à fé dos alunos, incluía uma vedação à presença do agnosticismo e do ateísmo nas escolas. Mais do que um ataque pontual à teoria da evolução, portanto, a legislação do Kentucky se apresentava como uma defesa geral da educação tradicional cristã protestante no país<sup>111</sup>.

Nos anos seguintes, seguindo o exemplo do Kentucky, diversos outros estados formulariam propostas de lei de caráter amplo buscando salvaguardar a religião contra o “ateísmo, agnosticismo, Darwinismo, ou qualquer outra hipótese que coloca o homem em

---

<sup>111</sup> Adam R. Shapiro (2008) chama a atenção para a dimensão de “guerra cultural” dessa disputa educacional. Os currículos de biologia aos quais os antievolucionistas se opunham não traziam como inovação apenas a apresentação de um novo conteúdo, a teoria da evolução, mas também uma “visão de mundo cultural e econômica” especificamente “nortista, industrial e progressista”, em intenso contraste com a cultura predominante nas comunidades mais rurais e conservadoras do sul, onde esses currículos também estavam sendo implantados.

uma relação de sangue com qualquer outra forma de vida”<sup>112</sup> (citado por LAATS, 2010, p. 63). Várias dessas propostas chegariam a ser aprovadas com ampla margem nas respectivas câmaras municipais, mas acabariam derrotadas no Senado ou simplesmente estagnariam por motivo de morosidade processual. Das 53 resoluções promovidas pelos antievolucionistas em 21 estados norte-americanos, apenas cinco seriam de fato implementadas na qualidade de leis: em Oklahoma (1923), Flórida (1923), Tennessee (1925), Mississippi (1926) e Arkansas (1928). (LAATS, 2015, p. 25–72)

As duas primeiras dessas leis recorreriam a redações relativamente tímidas na intenção de alcançar mais facilmente a tão ansiada aprovação. A primeira delas, em Oklahoma, limitava-se a proibir o uso de recursos públicos para a aquisição de livros didáticos que ensinassem “a ‘Concepção Materialista da História’ (i.é.) a Teoria da Criação de Darwin *versus* a Narrativa Bíblica da Criação”<sup>113</sup> (citado por LARSON, 2003, p. 50). A lei aprovada na Flórida no mesmo ano, 1923, também tinha efeito limitado, proibindo apenas o ensino da teoria da evolução humana como verdade, isto é, permitia-se ao professor abordar tal conteúdo desde que o qualificasse como “mera hipótese”<sup>114</sup> [*mere hypothesis*].

As leis adotadas pelo Tennessee, Mississippi e Arkansas, estas sim, eliminavam qualquer possibilidade de se mencionar o assunto evolução humana em sala de aula. As duas últimas apenas repetiam os termos da primeira, a lei aprovada no Tennessee em 1925. Esta, talvez a legislação mais icônica da história do antievolucionismo norte-americano, proibia qualquer instituição de ensino, completa ou parcialmente financiada pelo estado, incluindo universidades, de “ensinar qualquer teoria que negue a História da Divina

---

<sup>112</sup> No original: “atheism, agnosticism, Darwinism, or any other hypothesis that links man in blood relationship to any other form of life”.

<sup>113</sup> No original: “the ‘Materialistic Conception of History’ (i.e.) the Darwin Theory of Creation versus the Bible Account of Creation.”

<sup>114</sup> Até hoje essa caracterização da evolução como uma “mera hipótese” por oposição a um “fato” ou uma “lei” é bastante presente no discurso antievolucionista, tanto nos Estados Unidos quanto no Brasil. Sobre esse debate, ver Branch e Mead (2008).

Criação do homem conforme ensinada na Bíblia, ou ensinar que o homem descende de uma ordem inferior de animais”<sup>115</sup>.

Imediatamente após a aprovação dessa lei, a *American Civil Liberties Union* (ACLU), uma organização engajada na defesa de direitos e liberdades individuais, colocaria anúncios em alguns jornais do estado pedindo a colaboração de algum professor local disposto a desafiar a lei antievolucionista do Tennessee. O plano era que o professor fosse condenado na justiça do estado para que a organização pudesse apelar à Suprema Corte e utilizá-la como espaço para uma defesa nacional do ensino da teoria e da autonomia dos educadores de maneira geral. (LARSON, 2006)

Assim, na cidade de Dayton, Tennessee, no verão de 1925, ocorreria o famoso julgamento *The State of Tennessee v. John Thomas Scopes*<sup>116</sup>. O evento, apelidado na imprensa norte-americana como “Julgamento do Macaco” [*Monkey Trial*], assumiria uma proporção tal, que, antes mesmo do início dos procedimentos, centenas de jornalistas e curiosos inundariam a cidade, hospedando-se nas casas dos habitantes locais. Espetáculos itinerantes também se instalariam nos arredores de Dayton, como o *show* de Joe Mendi, um “chimpanzé de 100.000 dólares com a inteligência de uma criança de cinco anos”<sup>117</sup> (Figura 4). Os macacos, de fato, apareceriam por toda parte. Quando não estivessem

---

<sup>115</sup> No original: “any theory that denies the Story of the Divine Creation of man as taught in the Bible, and to teach instead that man has descended from a lower order of animals”. Texto completo disponível no link: <http://law2.umkc.edu/faculty/projects/ftrials/scopes/tennstat.htm>. Acesso em: 17/03/2023.

<sup>116</sup> O “Caso Scopes” motivou uma farta produção historiográfica nos Estados Unidos, começando com trabalhos praticamente contemporâneos ao evento, como os capítulos finais de *The History of Fundamentalism*, de Stewart G. Cole (1931). Algumas das principais referências hoje são *When All Gods Trembled: Darwinism, Scopes and American Intellectuals*, de Paul K. Conkin (1998); *Summer for the Gods: The Scopes Trial and America’s Continuing Debate over Science and Religion*, de Edward Larson (2006); *In the Beginning: Fundamentalism, the Scopes Trial, and the Making of the Antievolution Movement*, de Michael Lienesch (2007); *Fundamentalism and Education in the Scopes Era*, de Adam Laats (2010); e *Trying Biology: The Scopes Trial, Textbooks, and the Antievolution Movement in American Schools*, de Adam R. Shapiro (2013).

<sup>117</sup> No original: “\$100.000 chimpanzee with the Intelligence of a Five-Year Old Child”. A chamada para o espetáculo dizia: “Take a look at Joe. [...] Every man has a perfect right to decide for himself as to whether his ‘family tree’ bore coconuts or not”. (MORAN, 2002, p. 1)

presentes de carne e osso, como Joe Mendi, estariam representados em charges nos jornais (Figura 5) ou costurados como fantoches, com os quais seria possível ver meninas brincando do lado de fora do tribunal (Figura 6).



*Figura 4: Foto do chimpanzé Joe Mendi (1925)*

Disponível na coleção digital "Of Monkeys and Men: Public and Private Views from the Scopes Trial". Disponível em: <https://digital.lib.utk.edu/collections/islandora/object/scopes%3A105>. Acesso em: 16 de março de 2022.



Figura 5: "Ordem no tribunal!", charge publicada no jornal Los Angeles Times (9 de julho de 1925)



Figura 6: Meninas com fantoches de macaco.

Disponível na coleção digital "Of Monkeys and Men: Public and Private Views from the Scopes Trial". Disponível em: <https://digital.lib.utk.edu/collections/islandora/object/scopes%3A161>. Acesso em: 16 de março de 2022.

Contudo, nem todos encarariam a situação como um espetáculo ou uma brincadeira. De um lado, o próprio réu, o professor John T. Scopes (1900-1970), não teria alternativa a não ser levar a questão absolutamente a sério. De outro, aqueles que se opunham ao ensino da teoria da evolução nas escolas ansiariam por uma condenação exemplar de Scopes e, de maneira mais geral, por uma remoção definitiva desse tema dos currículos escolares. Representando esse anseio, próximo às meninas brincando com macacos de pelúcia, seria possível ver estandes de venda e distribuição de livretos antievolucionistas com títulos como “A ameaça do darwinismo” [*The Menace of Darwinism*] e “O inferno e as escolas secundárias” [*Hell and The High Schools*] (Figura 7).



Figura 7: “Quartel geral” do evangelista T. T. Martin em Dayton, exibindo livretos antievolucionistas

Foto: Topical Press Agency.

A compreensão de muitos ativistas antievolucionistas era a de que os jovens em idade escolar, sobretudo nos *high schools*, onde o tema vinha sendo crescentemente abordado,

estavam especialmente vulneráveis à “doutrina de Darwin”. Nas palavras do evangelista T. T. Martin (1862-1939), autor do panfleto “O inferno e as escolas secundárias” [*Hell and the High Schools*] (1922),

o ensino de evolução está sendo forçado em nossos meninos e meninas, em nossas escolas secundárias, na idade mais vulnerável e perigosa de suas vidas. [...] Enfiar veneno goela abaixo de nossas crianças não é nada comparado a condenar suas almas ao inferno com o ensino de evolução, que rouba delas a revelação de Deus e de um verdadeiro Redentor.<sup>118</sup> (citado por LARSON, 2003, p. 36).

No mesmo ano da publicação do panfleto de Martin, Williams Jennings Bryan, importante político<sup>119</sup> que atuaria junto à procuradoria contra John Scopes no Tennessee, teria um artigo publicado em um dos maiores jornais do país, o *The New York Times*, intitulado “Deus e Evolução – acusação de que os professores norte-americanos de darwinismo ‘fazem da Bíblia um pedaço de papel’”<sup>120</sup>.

No artigo, Bryan lançaria mão de um argumento que se tornaria recorrente no ativismo antievolucionista do período. Segundo ele, seria ilegítimo ensinar em instituições *públicas* uma “doutrina” que o *público* não aprovava – isto é, os contribuintes [*taxpayers*] que custeavam tais instituições. Nas suas palavras, “se ateístas querem ensinar ateísmo, por que eles não constroem suas próprias escolas e contratam seus próprios

---

<sup>118</sup> No original: “the teaching of evolution is being drilled into our boys and girls in our high schools during the most susceptible, dangerous age of their lives. [...] Ramming poison down the throats of our children is nothing compared with damning their souls with the teaching of evolution, that robs them of a revelation from God and a real Redeemer”. A comparação feita entre forçar crianças a tomar veneno e ensinar evolução mobilizava a memória acerca de um episódio da Grande Guerra, no qual soldados alemães teriam envenenado crianças francesas. (LARSON, 2003, p. 36)

<sup>119</sup> William Jennings Bryan foi um político democrata três vezes candidato à presidência. Encabeçando uma série de projetos reformistas, Bryan tornara-se uma figura nacional bastante popular ainda na última década do século XIX. Fora Secretário de Estado de Woodrow Wilson, conduziu o movimento populista contra o monopólio ferroviário, fora profundamente crítico aos grandes trustes do final do século XIX e atuara na campanha da lei seca e do sufrágio feminino. Contudo, nenhuma de suas cruzadas políticas marcaria mais sua biografia do que sua última, o antievolucionismo. (KAZIN, 2007)

<sup>120</sup> No original: GOD AND EVOLUTION – Charge That American Teachers of Darwinism “Make the Bible a Scrap of Paper”, 1922.

professores?”<sup>121</sup> (BRYAN, 1922); ou, como escreveria no mesmo ano ao editor do jornal progressista *Capital Times*, “Aqueles que pagam os impostos tem o direito de determinar o que é ensinado; a mão que assina o contracheque governa a escola”<sup>122</sup> (citado em LARSON, 2003, p. 49).

Essa posição de Bryan, manifestada também por diversas outras lideranças do ativismo antievolucionista, ressoava positivamente com o populismo<sup>123</sup> que compunha a atmosfera política do período e, de maneira especial, ressoava positivamente com o chamado majoritarianismo, uma ideia tradicional na filosofia política norte-americana segundo a qual as ações governamentais deveriam sempre refletir a vontade da maioria. Nesse espírito, Bryan, conhecido como “o grande homem comum” [*The Great Commoner*], apresentava-se como o campeão do “povo”, supostamente antievolucionista, contra a minoria de evolucionistas que, em suas palavras, queria “estabelecer uma oligarquia sobre quase quarenta milhões de norte-americanos cristãos”<sup>124</sup> (citado por LARSON, 2003, p. 44). Assim, aos seus irmãos de armas na “cruzada contra a evolução”<sup>125</sup>, Bryan aconselhava: “Coloque o caso nas mãos do povo [...] Esqueça, caso necessário, os intelectuais tanto do mundo político quanto acadêmico, e leve essa causa para o povo. Ele é o poder final e eficaz de correção”<sup>126</sup> (citado por NUMBERS, 1993, p. 44).

Seria precisamente seguindo esse conselho que os ativistas antievolucionistas da década de 1920 adotariam a pressão popular sobre o poder legislativo como principal estratégia

---

<sup>121</sup> No original: “If atheists want to teach atheism, why do they not built their own schools and employ their own teachers?”.

<sup>122</sup> No original: “Those who pay the taxes have a right to determine what is taught; the hand that writes the pay check rules the school”.

<sup>123</sup> O “populismo” nesse contexto era uma expressão política crescente no Sul e no Meio-Oeste dos Estados Unidos, associada principalmente à defesa dos interesses do “povo” – a numerosa população do meio agrário – face aos desafios que acompanharam a modernização do país, como o monopólio ferroviário e bancário. (KAZIN, 2007)

<sup>124</sup> No original: “to establish an oligarchy over the forty million American Christians”.

<sup>125</sup> A expressão “crusade against evolution” aparece na contracapa do panfleto *The Bible and Its Enemies*.

<sup>126</sup> No original: “Commit your case to the people [...] Forget, if need be, the highbrows both in the political and college world, and carry this cause to the people. They are the final and efficiently corrective power.”

para remover o tema da evolução das escolas públicas do país. Como já dito, a aplicação dessa tática renderia a implementação de leis contra o ensino de evolução em cinco estados norte-americanos. Contudo, avaliar efetivamente o sucesso dessa “primeira onda” do antievolucionismo escolar norte-americano é algo que requer muito mais do que uma contagem de legislações aprovadas ou rejeitadas<sup>127</sup>. O próprio caso Scopes ilustra bem essa complexidade.

No fim do tumultuado processo, Scopes terminaria condenado, como já era previsto. A acusação de ter ensinado evolução em sala de aula – algo definido como crime na lei do Tennessee – não seria propriamente resistida em momento algum do julgamento. O interesse da defesa era questionar a qualidade da lei e não o fato de Scopes tê-la infringido ou não. No entanto, a condenação de Scopes acabaria sendo anulada em razão de um erro referente ao valor estabelecido para a multa imposta sobre o réu. Conseqüentemente, o plano inicial da ACLU de apelar na Suprema Corte seria legalmente inviabilizado (SHAPIRO, 2013). Até aí, poderíamos considerar três derrotas para os evolucionistas: Primeiro, uma lei contra o ensino de evolução havia sido aprovada no Tennessee; depois, um professor evolucionista havia sido condenado sob essa lei; e, terceiro, a possibilidade de recurso havia sido excluída. Por outro lado, a intensa cobertura do caso pela imprensa, nacional e internacional, de proporções absolutamente extraordinárias, contribuiria de forma decisiva, entre outras coisas, para a ridicularização do movimento antievolucionista, que, a partir daí, ficaria estereotipado como uma reação rural e ignorante ao progresso intelectual e à modernização do país (LAFOLLETTE, 2008).

---

<sup>127</sup> Alguns trabalhos que se empenham em realizar essa avaliação para além da dimensão legal elegeram os livros didáticos como foco de análise. Grabiner e Miller (1974), Skoog (1979) e, mais recentemente, Ladouceur (2008a), são alguns desses trabalhos, aos quais nos referiremos nas próximas páginas.

O jornal *The Baltimore Evening Sun*, por exemplo, publicaria uma série de charges caracterizando os antievolucionistas como “caipiras” [*hicks* ou *yokels*] avessos ao pensamento livre e ao conhecimento científico (Figuras 8 e 9). O *New York World*, outro jornal de grande expressão no período, retrataria uma realidade educacional pós-Scopes na qual um professor amordaçado, sob o olhar de Bryan, emoldurado na parede, apresenta aos alunos um mapa da Terra plana – ideia que nunca foi defendida pelo algoz de Scopes, vale dizer (Figura 10).



Figura 8: Charge no jornal Baltimore Sun de 22 de julho de 1925

Best Minds



Figura 9: Charge no jornal Baltimore Sun de 21 de julho de 1925

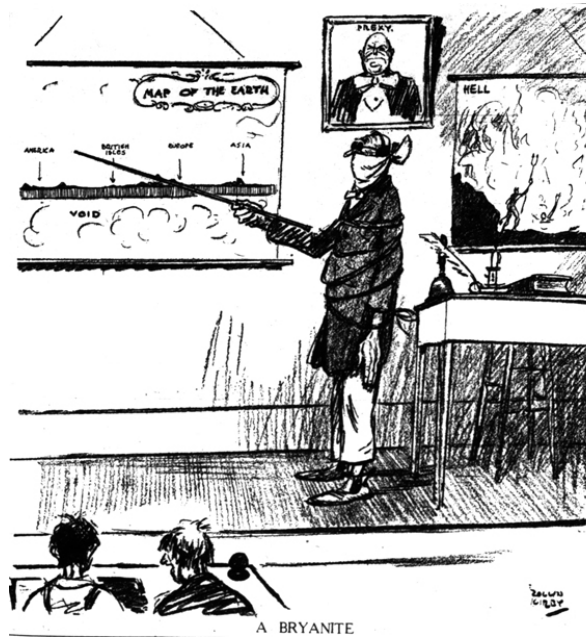


Figura 10: Charge no jornal New York World de 18 de julho de 1925

Todavia, ainda que por meio da ampla cobertura de imprensa o caso Scopes tenha lançado ridículo sobre o antievolucionismo, ficou também evidente a expressiva adesão a tal

posicionamento no país, sobretudo nos estados do sul. Para os autores e editoras que publicavam livros didáticos de biologia, ignorar a resistência desse grande público consumidor poderia significar perdas financeiras substantivas e até mesmo a falência. (SKOOG, 1979)

Nesse sentido, não surpreende que, já em 1926, George William Hunter, autor do material didático utilizado por Scopes para ensinar evolução em Dayton, Tennessee, tenha publicado uma nova edição de seu livro sob novo título, *New Civic Biology*, sem a seção "*The Doctrine of Evolution*", removendo qualquer referência a Darwin, substituindo a palavra "evolução" [*evolution*] por "desenvolvimento" [*development*], e adicionando à discussão sobre a espécie humana a frase: "O Homem é a única criatura que possui instintos morais e religiosos"<sup>128</sup> (citado por GRABINER; MILLER, 1974, p. 833). O livro de Truman J. Moon, o material didático mais fortemente evolucionista adotado antes do Caso Scopes, também ganharia uma nova edição em 1926. Nela, a imagem de Darwin que figurava no frontispício da edição anterior (Figura 11) seria substituída por um diagrama do sistema digestivo (Figura 12). A palavra "evolução" também seria substituída no livro pela menos polêmica "desenvolvimento", e algumas citações religiosas seriam adicionadas ao longo do texto.

---

<sup>128</sup> No original: "Man is the only creature that has moral and religious instincts."

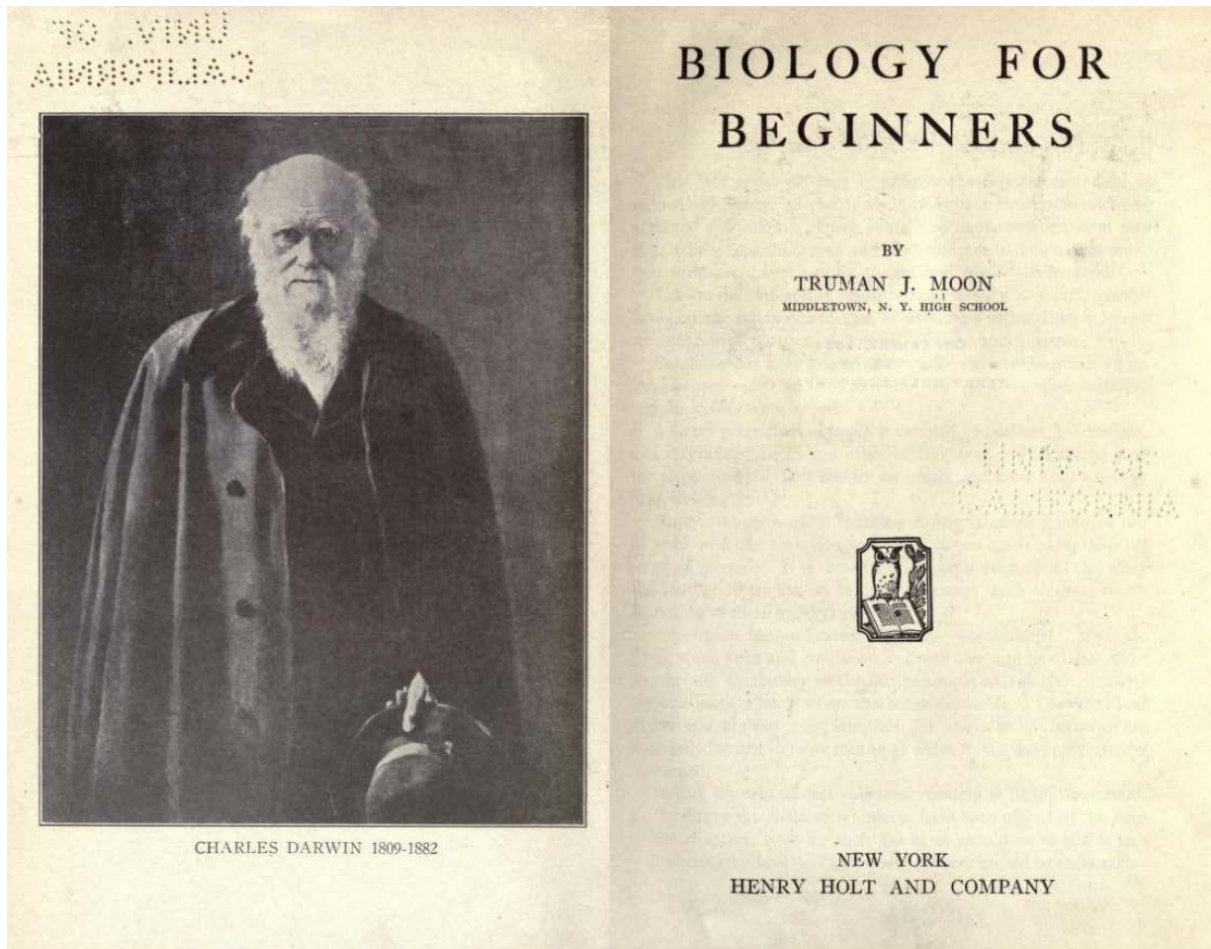
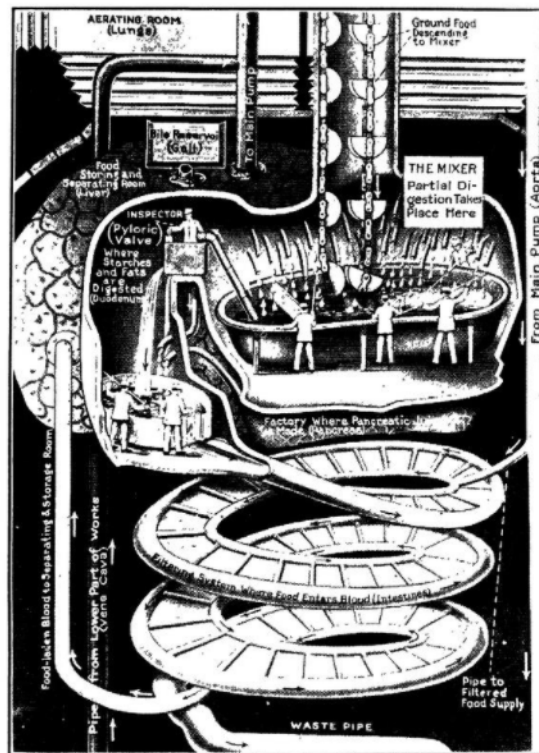


Figura 11: Primeiras páginas do livro "Biology for Beginners", de Truman J. Moon, edição de 1921



From Compton's "Pictured Encyclopedia" F. E. Compton & Co.

#### OUR FOOD FACTORY

This is a diagrammatic picture of the organs of digestion. The food comes down from the mouth to the stomach where it is thoroughly mixed and where part of the proteins are digested by fluids from the stomach walls. When properly mixed with this gastric fluid the food passes the inspector and enters the intestine where fluids from the liver and pancreas complete the process of digestion. As the digested food passes along the small intestine the useful parts are absorbed into the blood. The process is more fully described in Chapter XL.

Figura 12: Primeira página da edição de 1926 de "Biology for Beginners", de Truman J. Moon, substituindo a imagem de Darwin

Deve-se ressaltar, contudo, que tais modificações não significariam a extinção do tema da evolução nos livros didáticos, mas sim adaptações mínimas na luta pela sobrevivência editorial – como uma espécie de camuflagem. Mesmo sem a presença da palavra "evolução" ou de referências a Darwin, o tema da descendência com modificação, sobretudo por meio da seleção natural, continuaria presente nas novas edições, sem retração substancial. Ainda que tal estratégia fosse profundamente lamentada e criticada por ativistas evolucionistas<sup>129</sup>, ela garantiria a presença da perspectiva evolucionista ao

<sup>129</sup> Uma publicação antifundamentalista atuante durante as controvérsias educacionais da década de 1920 nos Estados Unidos, a *Evolution: A Journal of Nature*, criticaria de maneira veemente essa "suavização" do tema da evolução nos livros didáticos. Tal postura seria constantemente referida na revista como *pussyfooting*, literalmente "andar como um gatinho", algo como o nosso "pisar em ovos", porém mais depreciativo. (ver CALDEIRA, 2018)

longo de décadas sob proibição legal do ensino da teoria em importantes estados norte-americanos. Além disso, o abafamento dos elementos mais polêmicos na controvérsia evolução-criação, como a palavra "evolução", referências à evolução humana, e a figura de Darwin, satisfaria, em boa medida, os antievolucionistas – nem sempre tão atentos ao conteúdo geral dos livros –, que reduziriam significativamente sua atuação política antievolucionista a partir de 1930.<sup>130</sup>

#### **1.4.2. Uma nova onda de antievolucionismo: as organizações criacionistas, o “Tratamento Balanceado” e a “Ciência da Criação”**

O arrefecimento do antievolucionismo escolar, contudo, também não deve ser entendido como uma derrota das alternativas criacionistas, isto é, das propostas de explicações pretensamente científicas da origem do mundo baseadas na ideia de um evento ou processo de *criação* divina. Pelo contrário, nas décadas subsequentes, o criacionismo se tornaria cada vez mais organizado. Em 1935, dez anos após o julgamento de Scopes, seria fundada a primeira organização criacionista nos Estados Unidos, a *Religion and Science Association* (RSA). Sem objetivos imediatos de restringir o ensino de evolução, a RSA buscava colocar pensadores criacionistas em contato uns com os outros para discutir os méritos das principais interpretações dos textos bíblicos acerca das origens. Um de seus fundadores, George McCready Price, acabaria eventualmente deixando a organização e formando, em 1938, outro grupo mais estrito, a *Deluge Geology Society* (DGS), na qual

---

<sup>130</sup> Vale dizer que, antes mesmo do caso Scopes, já era possível verificar um processo de seleção e adaptação antievolucionista nos livros didáticos de biologia. *New Biology* (1924), de Smallwood, Reveley e Bailey, por exemplo, não reservava mais que duas páginas para o tema, e silenciava completamente quanto à evolução humana. *Biology and Human Welfare* (1924), de Peabody e Hunt, excluía referências à teoria, argumentando no prefácio que o tema seria de difícil compreensão para os alunos de *high school*. O próprio Gruenberg, autor de *Elementary Biology*, publicaria, em 1925, outro material, *Biology and Human Life*, reduzindo expressivamente a ênfase na evolução. (LADOUCEUR, 2008a)

só seriam bem-vindos os que acreditassem em “seis dias literais, e que o Dilúvio deveria ser estudado como a causa das grandes alterações geológicas desde a criação”<sup>131</sup> (citado em NUMBERS, 1993, p. 118). É interessante mencionar que um dos membros fundadores dessa sociedade, Frank Lewis Marsh, enviaria uma de suas publicações para dois dos “arquitetos da Síntese”, Ernst Mayr e Theodosius Dobzhansky. O primeiro ignoraria completamente o contato; já o segundo responderia dizendo que o livro trazia uma grande lição: a de que “nenhuma evidência é poderosa o suficiente para forçar alguém a aceitar uma conclusão que é emocionalmente desagradável” (citado em NUMBERS, 1993, p. 131)

Outras organizações mais abertas também se constituiriam para defender a compatibilidade entre os textos bíblicos e as ciências naturais. Um exemplo é a *American Scientific Affiliation* (ASA), formada em 1941 por cientistas protestantes com diferentes perspectivas acerca da Criação. Conforme observa Ronald Numbers (1993, p. 158), os membros da ASA “investiram mais energia em avaliar do que em opor a evolução”<sup>132</sup>. Realizando diversos debates nas décadas de 1940 e 1950, a organização eventualmente se veria mais engajada em combater a proposta criacionista literalista representada pela RSA e a DGS do que em resistir efetivamente à teoria da evolução<sup>133</sup>. Isso, porém, não deve ser entendido como um afastamento da ASA de sua posição criacionista. Na realidade, grande parte dos integrantes da afiliação aderiam a uma forma de criacionismo que ficaria conhecida como “criacionismo progressivo” ou “criacionismo teísta”,

---

<sup>131</sup> No original: “six literal days, and that the Deluge should be studied as the cause of the major geological changes since creation”.

<sup>132</sup> No original: “devoted more energy to appraising than to opposing evolution.”

<sup>133</sup> Um dos membros mais importantes da ASA, J. Laurence Kulp (1921-2006) diria acerca da Geologia Diluviana: “essa teoria não-científica da geologia diluviana tem causado e ainda causará considerável dano à propagação do evangelho entre pessoas educadas” [“this unscientific theory of flood geology has done and will do considerable harm to the strong propagation of the gospel among educated people”] (citado em NUMBERS, 1993, p. 167).

simultaneamente criacionista e evolucionista – algo que evidencia a complexidade e diversidade de posicionamentos abarcados sob o termo “criacionismo” no período<sup>134</sup>.

De qualquer forma, nos anos seguintes, a expressão mais vocal do criacionismo antievolucionista seria, de fato, a interpretação mais literalista proposta por autores como George McCready Price. Nas décadas de 1960 e 1970, quando as controvérsias sobre o ensino de evolução nas escolas reacendessem nos Estados Unidos, seriam precisamente duas organizações criacionistas partidárias da “Geologia Diluviana” de Price que assumiriam maior protagonismo: a *Creation Research Society* (CRS) e o *Institute for Creation Research* (ICR).

Essas organizações surgiriam precisamente no contexto das contestações ao ensino de evolução baseadas na Primeira Emenda, como aquela feita por Nell Segraves em 1963. Nesse cenário, a ideia de remover a teoria da evolução dos currículos parecia fora de questão. O movimento de reforma do ensino de Biologia representado pelo BSCS já havia se consolidado no cenário educacional. Assim, a estratégia escolhida pelos ativistas antievolucionistas seria menos negativa (remover o evolucionismo) e mais positiva, promover o criacionismo como uma alternativa que *também* pudesse estar presente nas escolas. Essa proposta de “equilibrar” o currículo, dando espaços equivalentes para a apresentação de ambas as posições, ficaria conhecida como “Tratamento Balanceado” [*Balanced Treatment*] e ganharia forte tração do final da década de 1960 até a década de 1980. (LARSON, 2003, cap. 5)

Passados quase quarenta anos do Caso Scopes, os criacionistas estavam certamente muito mais preparados e organizados para seguir esse curso de ação. Uma das instituições que representava esse novo momento do ativismo antievolucionista era a *Creation Research*

---

<sup>134</sup> Discutiremos especificamente essa temática no último capítulo da tese.

*Society* (CRS), fundada em 1963 após uma divisão interna da antiga *American Scientific Affiliation* (ASA). Representando uma perspectiva mais literalista, a CRS afirmaria em sua declaração de fé que “A Bíblia é a Palavra escrita de Deus, e por ser integralmente inspirada, todas as suas asserções são histórica e cientificamente verdadeiras em seus manuscritos originais”<sup>135</sup>. A declaração acrescentava: “Para o estudante da natureza, isso significa que o relato das origens no Gênesis é a apresentação factual de simples verdades históricas”<sup>136</sup>. O texto continua afirmando a criação especial dos seres vivos, o caráter literal da “Semana da Criação”, a importância do Dilúvio dos tempos de Noé para explicar a história da Terra e da vida, e a correlação necessária entre a crença na criação especial de Adão e Eva e a crença em Jesus Cristo como Senhor e Salvador. (CRS Quarterly 1, p. 2)

Direta em seu posicionamento doutrinário, a CRS seria também, desde o início, direta em seu posicionamento político-social. Ainda no primeiro ano de existência, a sociedade participaria diretamente do ativismo legal antievolucionista, apoiando a petição de Nell Segraves contra o Conselho de Educação da Califórnia e diversas outras ações semelhantes que se espalharam por estados como o Arkansas e o Arizona<sup>137</sup>. O sucesso inicial de tais atividades, contudo, seria praticamente nulo. A partir de 1965, o movimento de professores de biologia a favor do ensino de evolução – como Susan Epperson, que protagonizaria um caso que ficaria conhecido como “Scopes II”<sup>138</sup> – colecionaria muito

---

<sup>135</sup> No original: “The Bible is the written Word of God, and because it is inspired throughout, all its assertions are historically and scientifically true in all the original autographs.”

<sup>136</sup> No original: “To the student of nature this means that the account of origins in Genesis is a factual presentation of simple historical truths.”

<sup>137</sup> O projeto de lei proposto no Arizona (1964-5) demandava tempo igual para “the presentation of the doctrine of divine creation, where such schools conduct a course which teaches the theory of evolution” (citado em LARSON, 2003, p. 97)

<sup>138</sup> Em 1965, em Little Rock, Arkansas, um comitê de professores de biologia, do qual fazia parte a professora Susan Epperson, escolheria *Modern Biology* como material didático a ser utilizado. Essa era a nova versão de um livro que, anos antes, havia camuflado o tema da evolução, mas após o lançamento do BSCS o havia explicitado novamente. Como a lei antievolucionista do Arkansas ainda estava em vigor, os professores se articulariam para derrubá-la e, assim, poderem ensinar evolução legalmente. O argumento para derrubar a lei era de que a proibição legal ao ensino de evolução era religiosamente motivada, e impô-

mais vitórias do que seus adversários. Defensores do ensino de evolução conseguiriam derrubar diversas leis antievolucionistas aprovadas nos tempos de Scopes, inclusive a lei que havia criminalizado o ensino de evolução no Tennessee, agora interpretada como “estabelecimento” de religião específica e, portanto, inconstitucional por violar a Primeira Emenda (LARSON, 2003, cap. 4).

Na década seguinte, contudo, a controvérsia pública evolução-criação tomaria novos rumos. Sem sucesso em questionar a presença escolar da evolução, mais estabelecida do que nunca após as reformas no ensino de ciências, e também sem sucesso em promover o ensino do criacionismo, entendido como promoção de religião em desconformidade com a Constituição, os ativistas antievolucionistas resolveriam pela aplicação de uma nova estratégia: afirmar, acima de tudo, a *cientificidade* do criacionismo, de modo a evitar sua classificação como “religião” e, assim, pleitear um espaço nas aulas de Biologia.

Nesse esforço, a CRS assumiria mais uma vez o protagonismo. Em 1970, a organização lançaria um material didático de biologia para escolas secundárias desenvolvido integralmente sob perspectiva criacionista: o “Biologia: uma busca por ordem na complexidade” [*Biology: A Search for Order in Complexity*]. No prefácio, Henry M. Morris, professor universitário de Engenharia Civil e um dos fundadores da CRS, descrevia o material como “um livro-texto de *ciência* biológica” e adiantava ao leitor que era “explícito ao longo de todo o texto que a explicação mais razoável para os verdadeiros  *fatos da biologia* conforme estes são conhecidos *cientificamente* é a do criacionismo bíblico”<sup>139</sup> (citado em LARSON, 2003, p. 123, ênfase minha).

---

la legalmente seria “favorecer” [*establish*] o cristianismo fundamentalista. Em 1968, o caso iria para a Suprema Corte, que definiria a favor dos professores, concordando que a lei era, de fato, inconstitucional.

<sup>139</sup> No original: “a textbook of biological science”; “it is explicit throughout the text that the most reasonable explanation for the actual facts of biology as they are known scientifically is that of Biblical creationism”.

No mesmo espírito, também em 1970, Henry Morris se uniria a Nell e Kelly Segraves, mãe e filho que haviam protagonizado o caso que reabriria a controvérsia legal sobre o ensino de evolução nas escolas norte-americanas, para fundar outra entidade criacionista, o *Creation-Science Research Center* (CSRC). Apoiada pelo pastor fundamentalista Tim LaHaye<sup>140</sup> (1926-2016), líder batista de grande popularidade e capilaridade política no período, a CSRC seria criada especificamente para preparar material didático criacionista para as séries elementares, além de promover pesquisa nos “aspectos físicos do Dilúvio”, e apoiar a difusão do criacionismo por rádio, seminários e material escrito (NUMBERS, 1993, p. 284). Como seu próprio nome indica, a instituição se alinhava perfeitamente com a estratégia de apresentar o criacionismo como uma ciência, a “*Creation-Science*”. O CSRC ficaria sediado no *Christian Heritage College*, uma faculdade recém-criada por LaHaye, na qual Morris ofereceria também um curso intitulado “Criacionismo Científico”<sup>141</sup> [*Scientific Creationism*], no qual evolução e criação seriam apresentadas como “hipóteses científicas em disputa” [*competing scientific hypotheses*] (NUMBERS, 1993, p. 245).

Essa multiplicação de organizações criacionistas “científicas” continuaria ao longo dos anos 1970. Em 1972, insatisfeito com a forma com que os Segraves e Tim LaHaye estavam conduzindo o CSRC – privilegiando manobras políticas em detrimento da realização de pesquisa e produção de material educacional criacionista – Henry Morris abandonaria a instituição e fundaria o *Institute for Creation Research* (ICR), “controlado e operado por cientistas” (NUMBERS, 1993, p. 286). Apesar de o nome da organização sugerir que esta fosse um “instituto de pesquisa”, pouca atividade do tipo seria realizada

---

<sup>140</sup> Para uma análise da importância de Tim LaHaye para a formação da chamada “Direita Cristã” nos Estados Unidos, para além da cruzada antievolucionista, ver Rocha (2019).

<sup>141</sup> O uso recorrente da palavra “ciência” próxima à palavra “criacionismo” não era de modo algum accidental. Em pelo menos uma reunião da CRS em 1972, os membros da entidade seriam diretamente instruídos a empregar sempre que possível o termo “criacionismo científico”. (NUMBERS, 1993, p. 245)

em sua primeira década de existência. Segundo Ronald Numbers, nesse período, o ICR realizaria apenas duas viagens ao Monte Ararate, na Turquia, à procura da Arca de Noé, além de quinze expedições geológicas e arqueológicas com objetivos bastante vagos (ibid.). De fato, como explicaria um integrante do próprio Instituto em 1978, a principal atividade desenvolvida pela equipe do ICR nesses anos era a leitura de literatura científica em busca de referências potencialmente favoráveis ao criacionismo. A esperança de fazer jus ao nome de “instituto de pesquisa”, no entanto, se manteria viva na instituição. “É nosso sonho e fervorosa esperança”, diria o criacionista Duane Gish, “que algum dia nós tenhamos as instalações, o pessoal e os fundos para conduzir pesquisa de bancada aqui mesmo no Instituto”<sup>142</sup> (ibid.). Nos próximos capítulos, examinaremos mais de perto essa busca de status científico por parte dos criacionistas.

De todo modo, essa apresentação do criacionismo como uma teoria científica alternativa à evolução e, portanto, merecedora de espaço nos currículos escolares colaboraria para a aprovação de algumas leis nas décadas de 1970 e 1980. Estados como o Tennessee, do Caso Scopes, e a Califórnia, de Nell Segraves, adotariam legislações para garantir o “Tratamento Balanceado” das duas perspectivas. No Tennessee, isso significaria até mesmo a rejeição das três versões do BSCS pelo Conselho de Educação<sup>143</sup>. De maneira mais informal, também é certo que diversos outros conselhos de educação e professores individuais aproveitaram esse avanço do antievolucionismo para restringir o ensino de evolução ou promover o ensino do criacionismo. (LARSON, 2003, p. 125–155)

---

<sup>142</sup> No original: "It is our dream and fervent hope that some day we will have the facilities, the personnel and the funds to carry out bench-type research right here in the Institute,"

<sup>143</sup> Nesse contexto de avanço do antievolucionismo, o BSCS seria um alvo constante. Em 1972, a *National Science Foundation* chegaria a ser processada por antievolucionistas por ter colaborado no financiamento desse novo material didático. (LARSON, 2003, p. 133)

Os partidários do ensino de evolução, porém, não deixariam esses avanços sem resposta. Em 1981, a lei de “Tratamento Balanceado” adotada no estado do Arkansas<sup>144</sup>, o *Balanced Treatment for Creation-Science and Evolution-Science Act*, seria desafiada na justiça em um processo coletivo de pais, grupos religiosos, biólogos e outros cidadãos. O líder dessa resposta ao avanço do criacionismo antievolucionista, vale destacar, seria um pastor metodista chamado William McClean. O caso *McClean v Arkansas Board of Education* terminaria com uma vitória para o ensino de evolução. O juiz William R. Overton, a partir da consideração da fala de diversos especialistas chamados para o processo, como o paleontólogo Stephen Jay Gould e o filósofo da ciência Michael Ruse, definiria que a “Ciência da Criação” [*Creation Science*] não era propriamente ciência, mas sim religião, e, portanto, seu ensino era inconstitucional pela Primeira Emenda.

Em 1985, um processo semelhante ocorreria no estado da Louisiana. O professor Don Aguillard acusaria o estado, representado pelo governador Edwin Edwards, de infringir a Primeira Emenda ao impor o “Tratamento Balanceado”. O caso *Edwards v. Aguillard* seria levado para a Suprema Corte, que, repetindo a sentença do juiz Overton, negaria a cientificidade do criacionismo e definiria seu ensino como inconstitucional. É digno de nota que 72 vencedores do Prêmio Nobel, 17 academias de ciência e 7 outras organizações científicas assinariam uma carta em apoio ao professor Aguillard e contrária à ideia de que a “Ciência da Criação” fosse efetivamente ciência<sup>145</sup>. (LARSON, 2003, p. 156–184)

---

<sup>144</sup> Essa lei definia a alternativa à evolução nesses termos: "Creation-science includes the scientific evidences and related inferences that indicate: (1) Sudden creation of the universe, energy, and life from nothing; (2) The insufficiency of mutation and natural selection in bringing about development of all living kinds from a single organism; (3) Changes only within fixed limits of originally created kinds of plants and animals; (4) Separate ancestry for man and apes; (5) Explanation of the earth's geology by catastrophism, including the occurrence of a worldwide flood; and (6) A relatively recent inception of the earth and living kinds" (citado em NUMBERS, 1993, p. x).

<sup>145</sup> Essa nota dos nobelizados contra o criacionismo seria amplamente noticiada na imprensa brasileira, como veremos nos capítulos seguintes.

O veredito da Suprema Corte em 1987 significaria a derrota federal da proposta do “Tratamento Balanceado” e do ensino da “Ciência da Criação”. A partir daí, os antievolucionistas teriam que buscar novas estratégias para avançar publicamente as suas posições<sup>146</sup>. Contudo, apesar do eventual fracasso legal, a nova onda de antievolucionismo que havia se levantado nos Estados Unidos na década de 1960 e avançado pelas duas décadas seguintes produziria efeitos permanentes na história global do criacionismo.

As organizações criacionistas norte-americanas surgidas nesse contexto seriam crucialmente influentes no desenvolvimento do criacionismo no Brasil na segunda metade do século XX. Conforme veremos no próximo capítulo, a primeira organização brasileira do tipo, a Sociedade Criacionista Brasileira (SCB), iniciaria suas atividades traduzindo e reproduzindo artigos publicados pela *Creation Research Society*. A Associação Brasileira de Pesquisa da Criação (ABPC), por sua vez, nasceria a partir de contatos com outras entidades criacionistas norte-americanas, particularmente com o *Institute for Creation Research*.

\*\*\*

Em resumo, a expansão do criacionismo no Brasil na segunda metade do século XX esteve fundamentalmente conectada com processos históricos internacionais. Neste capítulo, busquei apresentar algumas dessas conexões: primeiro, a renovação da educação científica que começou nos Estados Unidos e estimulou, inclusive com apoio financeiro, um processo semelhante no Brasil; segundo, a implementação dos currículos do BSCS em ambos os países, que representaram essa renovação educacional e deram um

---

<sup>146</sup> Uma dessas novas estratégias seria o desenvolvimento da chamada “Teoria do Design Inteligente”, que ganharia proeminência entre criacionistas a partir de 1989, mas sofreria também os seus reveses judiciais na Suprema Corte norte-americana em 2005 (SCOTT, 2009, cap. 7). A introdução desse novo movimento na controvérsia evolução-criação marca o recorte final desta tese e, portanto, não será examinada aqui.

protagonismo inédito ao tema da evolução; terceiro, a articulação do ativismo antievolucionista norte-americano, motivado também pelo contexto de reformas no ensino de Biologia, que serviu como principal referência para o desenvolvimento de sociedades criacionistas no Brasil. Este último ponto, apenas sinalizado neste capítulo, é o que veremos detalhadamente a seguir.

## **2. A matriz fundamentalista do criacionismo no Brasil: as sociedades criacionistas norte-americanas e a Sociedade Criacionista Brasileira**

“Há muito tempo se faz sentir em nosso país a necessidade da divulgação de aspectos científicos ligados à doutrina criacionista tal como exposta na Bíblia. Com essa intenção foi fundada a Sociedade Criacionista Brasileira” (FC n. 1, p. 1). Assim se apresenta a primeira organização criacionista do Brasil, criada em 1972 pelo engenheiro mecânico e eletricista Ruy Carlos de Camargo Vieira.

As palavras dessa apresentação deixam claro o objetivo da sociedade: suprir uma velha demanda de material criacionista no Brasil. No entanto, uma pergunta permanece no ar: se era realmente antiga essa lacuna de material criacionista no país, porque apenas agora aparecia uma entidade dedicada a preenchê-la? O que explica o aparente sentimento de urgência relacionado a essa antiga carência?

Conforme veremos neste capítulo, a resposta a essa pergunta passa por pelo menos por três questões, as quais se expressam em diferentes escalas: uma questão nacional, uma outra internacional e uma última pessoal. A primeira é a expansão do ensino de evolução no Brasil, relacionada às reformas curriculares que abordamos no primeiro capítulo. A segunda é a organização de entidades antievolucionistas nos Estados Unidos, que produziriam a maior parte do material que seria traduzido e publicado no Brasil por iniciativas como a Sociedade Criacionista Brasileira (SCB). E a terceira é a própria pessoa do fundador da SCB, Ruy Vieira, que, imerso nesse contexto de expansão do ensino de evolução (que ele testemunhava na escola de seu filho) e ciente da disponibilidade de material criacionista produzido por entidades norte-americanas (de uma das quais ele se

tornaria membro), daria início uma reação organizada contra o ensino de evolução no Brasil.

Para examinar precisamente como essa reação se desenrolou, focalizaremos primeiro o contato de Ruy Vieira com o tema da evolução na educação brasileira e com os criacionistas norte-americanos. Em seguida, analisaremos aspectos teológicos dessa reação, expondo suas conexões históricas com o movimento mais amplo do fundamentalismo e com as teorias criacionistas gestadas nos Estados Unidos no século XX. E, finalmente, destacaremos aspectos relacionados à materialidade, ao conteúdo e à circulação dos materiais produzidos pela Sociedade Criacionista Brasileira, sobretudo seu periódico oficial, a *Folha Criacionista*.

## **2.1. A origem da Sociedade Criacionista Brasileira: inserção nacional e referências internacionais**

Nos meses finais de 1969, um jovem estudante adventista, Rui Corrêa Vieira, se preparava para a conclusão do quarto ano do curso ginásial, equivalente hoje ao último ano do ensino fundamental<sup>147</sup>. O sentimento era certamente de grande satisfação pela conclusão de mais uma etapa da vida estudantil. No entanto, havia também um clima de preocupação. À época, a escola na qual Rui estava matriculado, o Instituto Adventista Campineiro<sup>148</sup>, não oferecia o curso colegial, etapa que vinha na sequência do curso ginásial. Isso significava que, muito provavelmente, Rui teria que deixar o Instituto, que

---

<sup>147</sup> As informações biográficas contidas neste parágrafo foram obtidas por meio de entrevista realizada com Rui Corrêa Vieira e Ruy Carlos de Camargo Vieira em setembro de 2021 no Centro Cultural da SCB, Brasília, onde fui gentilmente recebido pela família.

<sup>148</sup> Hoje Centro Universitário Adventista de São Paulo – Campus Hortolândia.

tão bem representava sua identidade religiosa, e se arriscar em outra escola, talvez menos adequada a suas crenças e valores.

Contudo, atendendo à insistente demanda da turma de Rui, o Instituto acabaria abrindo matrículas para um curso colegial científico – uma das opções do colegial, ao lado dos cursos clássico e normal – e possibilitaria, dessa forma, que o jovem estudante pudesse continuar sua educação em uma instituição de ensino vinculada a sua igreja, a Igreja Adventista do Sétimo Dia<sup>149</sup>.

A rápida criação desse curso científico, porém, não se daria sem um pouco de improviso. Faltavam na instituição professores de Física, Química e Biologia que pudessem assumir tais disciplinas básicas do curso colegial científico. Esses, portanto, acabariam sendo buscados em outras escolas da região, sem que compartilhassem necessariamente o credo do Instituto Adventista. No caso da Física, isso não seria preciso, pois o pai de Rui Corrêa, Ruy Carlos de Camargo Vieira, professor da Escola de Engenharia de São Carlos (EESC), da Universidade de São Paulo (USP), assumiria voluntariamente o cargo. Os professores de Química e Biologia, todavia, seriam buscados em um curso pré-vestibular da região, trazendo consigo seus próprios materiais didáticos – no caso da Biologia, os dois volumes de “Biologia: das moléculas ao homem”, a versão azul do BSCS.

A adoção desse livro, de abordagem fortemente evolucionista, provocaria imediatamente desconforto em parte dos alunos e pais de alunos ligados à instituição. Seu aparente descompasso com a doutrina da Criação, tão cara à tradição adventista<sup>150</sup>, era embaraçoso.

---

<sup>149</sup> A Igreja Adventista do Sétimo Dia surgiu nos Estados Unidos em meados do século XIX e chegou ao Brasil nas últimas décadas do mesmo século, primeiro na Região Sul, depois no Sudeste. Em termos de doutrina, o adventismo é caracterizado principalmente pela crença na iminência da volta de Cristo (o advento) e pela ênfase nas profecias, sobretudo aquelas da fundadora do movimento, Ellen G. White. (CARVALHO, F. L. G. DE, 2014)

<sup>150</sup> Uma das características distintivas dos adventistas do sétimo dia é justamente a guarda do “sétimo dia”, o sábado. Essa prática é entendida na doutrina adventista como uma repetição do próprio descanso de Deus após a criação em seis dias, e, portanto, como um “memorial da criação”, um dia para se lembrar de maneira

O próprio pai de Rui consideraria a presença do BSCS no Instituto Adventista como uma evidência do que chamaria mais tarde de “domínio exclusivista da Teoria da Evolução” no Brasil, o qual deveria ser ativamente resistido (Folha Criacionista [doravante “FC”] n. 3, p. 62). E os meios para essa resistência não demorariam a se apresentar.

No mesmo ano em que o Instituto Adventista Campineiro adotara o BSCS, 1970, um pastor da Igreja Adventista de São Carlos, Leondenis Vendramin, promoveria um evento chamado “Semana da Cultura”, dedicado a refletir sobre diversas expressões culturais – das artes às ciências – a partir de uma perspectiva adventista. Por ocasião desse evento, Ruy Vieira, pai do jovem Rui, teria a oportunidade de assistir a uma palestra do professor Orlando Rubem Ritter, matemático e físico formado pela USP, e então vice-diretor do Instituto Adventista de Ensino. Na palestra, Ritter argumentaria contra a eficácia do método de datação por carbono 14, questionando sobretudo a sua utilização por adeptos do evolucionismo. Era exatamente o tipo de informação que Vieira buscava para contrapor o material didático de Biologia adotado pela escola de seu filho.

Encerrada a palestra, o interessado Ruy Vieira perguntaria a Ritter sobre a procedência das informações trazidas por ele no evento e, assim, ficaria ciente da existência de uma organização norte-americana exclusivamente dedicada a combater o evolucionismo e a promover “o registro Bíblico da criação”<sup>151</sup>: a Creation Research Society (CRS). A partir daí, Vieira iniciaria uma série de contatos com a CRS, tornando-se membro da sociedade ainda em 1970 (Figura 13) e conseguindo, dois anos depois, autorização para traduzir e publicar os artigos da revista da entidade, a *Creation Research Society Quarterly*. Estabelecia-se, assim, a possibilidade de produzir e difundir consistentemente material

---

especial da primazia de Deus como Criador e da adoração requerida dos crentes como criaturas (LOPES, 2021).

<sup>151</sup> No original: “the Biblical record of creation” (CRSQ1, p. 2)

antagônico ao evolucionismo representado, por exemplo, pelo BSCS no Brasil e à tendência mais ampla observada na educação de “inculcar a doutrina evolucionista na mente das crianças em idade escolar, fazendo-as aceitá-la como verdade comprovada e incontestável” (FC n. 21, p. 62).

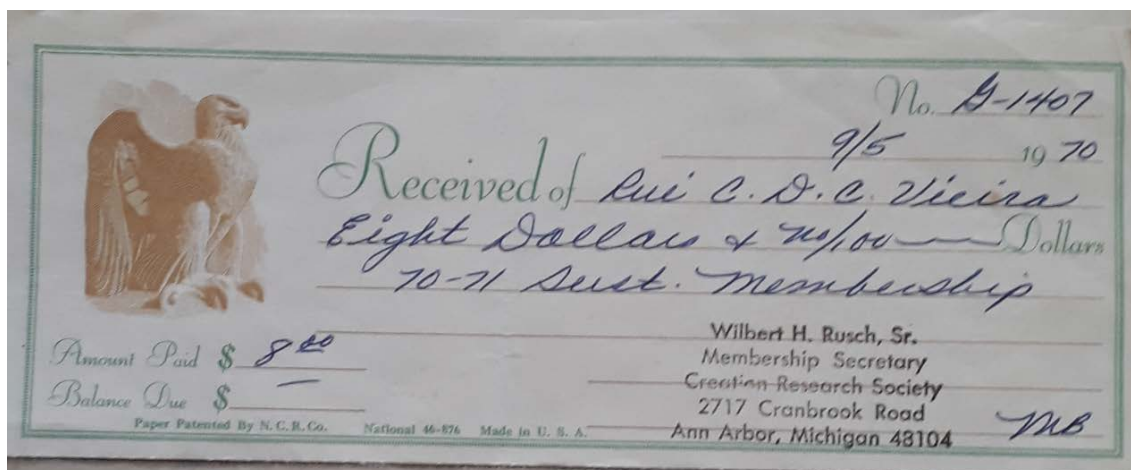


Figura 13: Recibo de pagamento da taxa de contribuição anual de Ruy Vieira para a CRS

Foto obtida em visita ao Centro Cultural da SCB em Brasília

Assim, com esse objetivo, surgia, em 1972, a Sociedade Criacionista Brasileira (SCB), a primeira organização do gênero no Brasil. Segundo os estatutos da entidade, a principal finalidade da SCB seria “a divulgação de evidências, resultantes de pesquisas, que apoiem a tese de que o mundo físico, incluindo as plantas, os animais e o homem, são o resultado de atos criativos diretos de um Deus pessoal” (FC n. 1, 3). Nesses termos, desde o início, a Sociedade evitaria a ideia de que fosse uma reação religiosa a uma teoria científica, a evolução. Antes, seu objetivo seria argumentar que a Bíblia estava em perfeito acordo com a razão e os fatos, tendo, portanto, autoridade também em assuntos de ciência.

“A Bíblia”, diriam os estatutos da SCB, “é a Palavra de Deus escrita, e por ser no seu todo inspirada, todas as suas proposições são verdadeiras historicamente e cientificamente, da maneira como estão escritas originalmente” (FC n. 1, 3). E continua:

“Para o estudioso da natureza isso significa que o relato das origens, como apresentado no livro de Gênesis, é uma exposição real de simples verdades históricas” (ibid.). Sendo assim, a ideia evolutiva de uma modificação lenta e gradual dos seres vivos ao longo de milhões ou bilhões de anos deveria ser descartada em favor da leitura bíblica segundo a qual “Todos os tipos básicos de seres viventes, inclusive o homem, foram criados por atos criativos diretos de Deus durante a Semana da Criação descrita no livro de Gênesis” e “Quaisquer mudanças biológicas ocorridas desde então, somente acarretaram alterações dentro das espécies originalmente criadas” (ibid.).

Essa proposta bastante singular de articulação entre Bíblia e ciência, segundo a qual as escrituras – ou pelo menos o “relato das origens” – deveriam ser lidas e interpretadas como “simples verdades históricas” e, portanto, fidedignas em seu caráter literal, factual, informativo ou científico, seria uma característica definidora da Sociedade Criacionista Brasileira e também da tendência teológica à qual ela se alinhava: o fundamentalismo – um fenômeno que assumiria crescentes proporções no Brasil a partir da segunda metade do século XX, mas que tinha suas raízes nos Estados Unidos do início desse mesmo século. Assim, antes de continuar nosso exame da SCB, vale a pena considerar brevemente a história do fundamentalismo.

## **2.2. Antecedentes da relação entre fundamentalismo e o antievolucionismo**

Em uma manhã de maio nos Estados Unidos, em 1922, o pastor presbiteriano Henry Emerson Fosdick (1878-1969) proferia um sermão a seus correligionários sobre a importância da tolerância eclesial. Nos tempos modernos, dizia Fosdick, era imprescindível que a igreja fosse “intelectualmente receptiva, tolerante e amante da liberdade”. Divergências doutrinárias, como o fato de Jesus ter ou não nascido de uma

virgem, ou de a Bíblia ter sido ou não ditada diretamente por Deus, não deveriam motivar atritos dentro da igreja e afastar os cristãos da missão maior de viver em amor. “Opiniões podem estar equivocadas; o amor nunca está”.<sup>152</sup> (FOSDICK, 1922)

O sermão de Fosdick, intitulado “Vencerão, afinal, os fundamentalistas?” [*Shall the Fundamentalists Win?*], mirava uma crescente fissura dentro das denominações protestantes norte-americanas, que ficaria conhecida como a controvérsia modernista-fundamentalista (LONGFIELD, 1991). Para compreender essa controvérsia e precisar suas implicações decisivas na configuração da polêmica sobre a presença do tema da evolução nas escolas do país, é necessário, primeiramente, traçar um breve perfil dos dois grupos que a protagonizaram: os modernistas e os fundamentalistas.

O modernismo, movimento sócio-teológico<sup>153</sup> do qual participava o pastor Henry Emerson Fosdick, caracterizavam-se por um objetivo explicitado já em seu próprio nome: a modernização da religião cristã. Segundo a avaliação dos modernistas, uma fé excessivamente agarrada ao passado estaria fadada a se tornar irrelevante para o mundo moderno; ou, como declarou o pastor batista Walter Rauschenbusch (1861-1918), “se a teologia parar de crescer, ou não for capaz de se ajustar ao ambiente moderno [...] ela morrerá”<sup>154</sup> (citado por HUTCHISON, 1992, p. 170).

As palavras de Rauschenbusch expressam de modo especialmente eloquente uma característica importante da perspectiva modernista. “Parar de crescer”, “ajustar-se ao ambiente”, “morrer”, são todas expressões marcadamente orgânicas, biológicas. Sob esse

---

<sup>152</sup> No original: “As I plead thus for an intellectually hospitable, tolerant, liberty-loving church, I am of course thinking primarily about this new generation. [...] Opinions may be mistaken; love never is”.

<sup>153</sup> Utilizamos aqui o termo sócio-teológico para destacar que os modernistas, assim como os fundamentalistas, não se limitavam a emitir, validar e criticar proposições teóricas sobre o sagrado e assuntos correlacionados, mas se caracterizavam também por um *ethos*, uma forma de viver, compreender e agir sobre o mundo, tanto individualmente quanto de forma coletiva e organizada – desde a igreja até o congresso.

<sup>154</sup> No original: “if theology stops growing, or is unable to adjust itself to its modern environment [...] it will die”.

olhar, a teologia é vista como um organismo vivo, cuja sobrevivência na luta pela vida depende de sua capacidade adaptativa. A doutrina cristã, da mesma forma, era entendida pelos modernistas menos como uma revelação pronta e acabada, e mais como expressão de um processo evolutivo. O que os autores bíblicos disseram no passado, eles o disseram no passado – que era, para eles, seu presente, com seus desafios, seu imaginário e suas limitações próprias. No entanto, desde então, muita coisa havia mudado: o mundo moderno era caracterizado por novos sistemas de governo, novas legislações, novas tecnologias, novos métodos e novas teorias científicas.

Conseqüentemente, na visão dos modernistas, os problemas e as possibilidades das sociedades industriais pouco teriam em comum com aqueles dos antigos israelitas que protagonizavam boa parte da narrativa bíblica. Princípios legados nas escrituras e na tradição judaico-cristã poderiam ter grande valor, desde que escrutinados, corrigidos e ajustados à luz da realidade presente - e, especialmente, à luz da ciência do presente<sup>155</sup>. E nesse esforço, dadas as pressões seletivas do pensamento moderno, diversas crenças e práticas de menor valor adaptativo deveriam ser suprimidas para favorecer a evolução do cristianismo. A ideia de milagres e outros elementos "sobrenaturais", por exemplo, deveria ceder espaço para a presença natural de Deus, imanente tanto na história evolutiva do universo, quanto do desenvolvimento das sociedades humanas. Nesse mesmo espírito, a expectativa quanto ao fim do mundo também deveria se converter em esperança engajada na transformação do mundo. A ideia de salvação, racionalizada, não significaria mais a garantia individual de um lugar no Céu, mas a reforma coletiva das condições

---

<sup>155</sup> Seria exatamente nesses termos que um dos mais influentes teólogos modernistas, o batista Shailer Matthews (1863-1941), definiria o modernismo: “O que é, então, o Modernismo? [...] Ele é o uso dos métodos da ciência moderna para encontrar, declarar e aplicar os valores centrais e permanentes da ortodoxia herdada para lidar com as necessidades do mundo moderno”. Ou, no original, “*What then is Modernism? [...] It is the use of the methods of modern science to find, state and use the permanent and central values of inherited orthodoxy in meeting the needs of a modern world*”. (Citado por LOFTON, 2006, p. 385)

terrenas. O Reino de Deus, enfim, não deveria ser visto como um destino, mas como um projeto – e um projeto sob a responsabilidade dos “filhos do Rei”, a humanidade.<sup>156</sup>

Em suma, na avaliação dos modernistas, a relevância do cristianismo para o presente seria, acima de tudo, de ordem ética. A autenticidade factual de episódios como aqueles apresentados nas narrativas bíblicas, ou a realidade efetiva de certas proposições dogmáticas deveriam ser tratadas como questões secundárias. Como escreveu o historiador William Hutchison (1992, p. 124), muitos modernistas “renunciaram a certificação intelectual de verdades religiosas em favor de certificação moral”<sup>157</sup>. Isto é, a relevância da religião no mundo moderno deveria ser medida mais por sua capacidade de transformar do que de informar. Segundo Rauschenbusch, os cristãos verdadeiros não eram aqueles que simplesmente anuíam às proposições teológicas ou eclesiásticas, mas “os homens que estão dando o coração e a vida pela divulgação de um novo sistema social”<sup>158</sup>.

Esse cristianismo modernista – socialmente engajado, otimista, reformista e progressivista, ou, em sentido amplo, evolucionista – de fato não se adaptaria mal a seu contexto social e religioso. Até 1920, essa expressão teológica inovadora obteria considerável adesão: mais de um terço dos púlpitos e mais de metade dos meios educacionais, jornalísticos, sociais, literários e teológicos das principais igrejas protestantes dos Estados Unidos se alinhariam ao movimento (HUTCHISON, 1992, p. 4). No entanto, para outros setores dentro do protestantismo norte-americano, o

---

<sup>156</sup> Vale dizer que esse modernismo teológico que se desenvolverá nos Estados Unidos tem fortes raízes europeias, sobretudo alemãs, inspirando-se no Idealismo Alemão, mas também no Positivismo inglês (ver HUTCHISON, 1992).

<sup>157</sup> No original: “renounce[d] the intellectual certification of religious truth in favor of moral certification”.

<sup>158</sup> No original: “the men who are giving their heart and life to the propaganda of a new social system”.

modernismo parecia representar menos uma proposta de cristianização do mundo moderno do que de mundanização do cristianismo original.

Respondendo ao sermão de Fosdick mencionado no início dessa seção, “Vencerão, afinal, os fundamentalistas?”, o pastor também presbiteriano Clarence Edward McCartney (1879-1957) produziria um sermão intitulado “Vencerá, afinal, a descrença?” [*Shall Unbelief Win?*] (1922), que se encerra com as seguintes palavras: “O movimento [modernista] está secularizando a Igreja aos poucos, e, caso seja permitido que ele continue sem contraponto e sem oposição, produzirá em breve um novo tipo de cristianismo em nossas igrejas [...] um cristianismo sem adoração, sem Deus e sem Jesus Cristo”<sup>159</sup> (MCCARTNEY, 1922). Isto é, por meio da marginalização do sobrenatural em favor de uma "redução antropológica" da religião (ver KANT, 2006), os modernistas estariam negligenciando – ou mesmo minando – os fundamentos do cristianismo. Em razão da defesa de tais "fundamentos", o movimento diametralmente oposto ao modernismo ficaria conhecido precisamente como fundamentalismo.

No clássico *Fundamentalism and American Culture* (2006), o historiador George Marsden definiu o movimento fundamentalista como “evangelicalismo protestante militantemente antimodernista”<sup>160</sup> (p. 4). De fato, apesar de ter raízes teológicas tão profundas quanto o modernismo, o movimento fundamentalista, na forma como foi articulado nos Estados Unidos no início do século XX, teve um perfil efetivamente reativo, caracterizando-se como uma resposta ao que considerava como tendências perigosas na teologia.

---

<sup>159</sup> No original: “The movement [o modernismo] is slowly secularizing the Church, and if permitted to go unchecked and unchallenged, will ere long produce in our churches a new kind of Christianity, [...] a Christianity without worship, without God, and without Jesus Christ.”

<sup>160</sup> No original: “militantly anti-modernist Protestant evangelicalism”.

Inicialmente, o nome "fundamentalismo" não carregava a conotação negativa que assumiria mais tarde; antes, era um estandarte que antimodernistas portavam com orgulho. Curtis Lee Laws, por exemplo, pastor batista e editor do semanário *Watchman-Examiner*, escreveria em 1920: “Nós sugerimos que aqueles que ainda se agarram aos grandes fundamentos e que estão dispostos a lutar pelos fundamentos sejam chamados de ‘fundamentalistas’. Por esse nome, este editor [...] está disposto a ser chamado”<sup>161</sup> (citado por MOORE JR, 1968, p. 197).<sup>162</sup>

Em contraste com a *adaptabilidade* doutrinal dos modernistas, os autores fundamentalistas enfatizavam, acima de tudo, a *firmeza* de suas convicções religiosas. Enquanto as metáforas dos modernistas eram tipicamente orgânicas, os fundamentalistas preferiam referências mais arquitetônicas. Para os fundamentalistas, os princípios cristãos não deveriam ser como indivíduos ou espécies em processo de desenvolvimento, mas sim como pedras de fundação ou blocos de construção, prontos e acabados.

De fato, esse despreço dos fundamentalistas por metáforas orgânicas ilustra de modo particularmente interessante suas divergências em relação aos modernistas no que diz respeito a suas visões da História, em geral, e da História Natural, em particular. Contrariamente aos modernistas, que costumavam entender a História como um processo evolutivo – com o sentido habitual de progresso, dos povos nômades às sociedades industriais, da violência tribal ao direito constitucional, das superstições dos antigos à

---

<sup>161</sup> No original: “We suggest that those who still cling to the great fundamentals and who mean to do battle royal for the fundamentals shall be called 'Fundamentalists.' By that name the editor [...] is willing to be called”.

<sup>162</sup> Ainda que alguns atribuam a Laws a popularização do termo "fundamentalismo" em 1920, é possível que a alcunha do movimento faça referência a uma produção da década anterior, a série de livretos teologicamente conservadores *The Fundamentals*. Produzidos entre 1910 e 1915, os doze volumes que formam a coleção *The Fundamentals* lidavam precisamente com temas contemporâneos considerados polêmicos no ambiente protestante dos Estados Unidos, tais como o marxismo, o modernismo e o darwinismo. Vale destacar também que este movimento não estava contido no território norte-americano, tendo também importante expressão no Reino Unido (CALDEIRA, 2016b).

ciência moderna –, os fundamentalistas, em geral, viam a História como um plano inclinado, no qual a humanidade se deslocava com trajetória descendente – e com considerável aceleração.

Esse pessimismo histórico fundamentalista se ancorava teologicamente em uma doutrina preponderante dentro do movimento, o chamado dispensacionalismo pré-milenista. Segundo essa compreensão, a História se dividia em sete grandes épocas (ou dispensações), começando no ponto mais elevado, Adão e Eva em comunhão com seu Criador no Paraíso, e decaindo após seguidas falhas da humanidade em sua relação com Deus. A primeira vinda de Cristo teria inaugurado a sexta época – uma última oportunidade de conversão da impiedade à fé – e seu retorno marcaria o fim da História, tal como a conhecemos, e o início do Milênio, a sétima época, na qual aqueles que foram salvos estariam em definitiva paz com Deus, e os que se perderam sofreriam eternamente no Inferno. (SANDEEN, 1967)

Os que assim entendiam a História tendiam a ver os problemas do presente como sinais do fim dos tempos, como uma comprovação de que o mundo estava inapelavelmente condenado, e a única esperança seria a intervenção sobrenatural divina. Em pontos como esse, portanto, a teologia fundamentalista ia frontalmente de encontro com o otimismo reformista dos modernistas. Mas não só. Essa desconfiança geral sobre a ideia de progresso na história social se estendia também à ideia de evolução na História Natural. Para os fundamentalistas, a história da Bíblia deveria ser entendida a partir do tema central da “Queda e Redenção”. O papel principal nesse drama era o de Cristo, o Redentor, e esse papel só faria sentido caso houvesse algo perdido – caído – a redimir. Ora, se a história humana não fosse uma trajetória decadente, “do Éden ao deserto”, como viam os

fundamentalistas, mas uma ascendente, "do protoplasma ao Homem", como criam os modernistas, que necessidade haveria de socorro divino?<sup>163</sup>

Além disso, em resposta à leitura histórico-crítica da Bíblia promovida pelos modernistas, era comum que fundamentalistas defendessem a chamada “doutrina da inerrância bíblica”, articulada principalmente por teólogos do Seminário de Princeton, uma instituição calvinista de enorme influência durante todo o século XIX. Tal doutrina afirmava que os textos bíblicos estariam totalmente ausentes de erros em seus manuscritos originais, não só no que diz respeito ao conteúdo moral e espiritual, mas também quanto às referências históricas, físicas, geográficas, geológicas, biológicas e astronômicas (SANDEEN, 1962).<sup>164</sup>

Tal compromisso com a acurácia, inclusive em sentido factual, científico, das informações presentes na Bíblia acabaria predispondo muitos fundamentalistas a rejeitarem explicações acerca do mundo natural que parecessem conflitar com suas leituras literais do texto, como era o caso das teorias evolutivas. Isso não implicaria, contudo, que os fundamentalistas se identificassem como adversários da ciência. Ao contrário, fundamentalistas tipicamente se apresentavam como defensores da “verdadeira ciência” – caracterizada pelo empirismo e pelo indutivismo, e personificada por figuras piedosas do início do período moderno, como Francis Bacon e Isaac Newton. Além disso, apresentavam-se também frequentemente como opositores da “falsa ciência” – caracterizada por um recurso excessivo a hipóteses e conjecturas e personificada por Darwin e os evolucionistas de então<sup>165</sup>. (CALDEIRA, 2016b)

---

<sup>163</sup> Voltaremos a essa questão a seguir, quando examinarmos os “Princípios Fundamentais” da SCB.

<sup>164</sup> Voltaremos também a essa discussão na próxima seção.

<sup>165</sup> Desenvolveremos de maneira mais aprofundada uma reflexão sobre essa postura contra a “falsa ciência” característica do antievolucionismo no capítulo três, quando encontrarmos esse tema no contexto brasileiro.

Sobretudo por esses motivos, o fundamentalismo teria, desde o início, uma expressiva dimensão antievolucionista<sup>166</sup>. E, como vimos no primeiro capítulo, a oposição ao ensino de evolução nas escolas se tornaria, de fato, uma das principais bandeiras dos fundamentalistas na década de 1920 e, mais tarde, nas décadas de 1960 em diante. Seria precisamente nesse segundo momento de efervescência fundamentalista que se formariam as organizações criacionistas norte-americanas que acabariam por se tornar as principais referências para os criacionistas brasileiros, como a *Creation Research Society* (CRS) e o *Institute for Creation Research* (ICR).

### **2.3. Estatutos da Sociedade Criacionista Brasileira: os “Princípios Fundamentais”**

Ruy Vieira, como dito, tornara-se membro da CRS em 1970, logo após ter notícia da organização por meio da palestra do professor adventista Orlando Rubem Ritter, na Semana da Cultura, em São Carlos. A partir daí, com planos de emular em alguma medida a atividade de difusão do criacionismo que a CRS representava, Vieira começou a idealizar o que viria a ser, em 1972, a Sociedade Criacionista Brasileira. Essa forte conexão da entidade brasileira com a norte-americana se manifestaria principalmente em dois aspectos, a definição de seus estatutos e a procedência dos textos de seu periódico, a *Folha Criacionista*.

Quanto aos estatutos, uma rápida leitura do texto apresentado por ambas as instituições é suficiente para constatar que a SCB reproduziu de forma quase integral o modelo da CRS.

---

<sup>166</sup> Dos noventa artigos presentes na coleção de textos fundamentalistas *The Fundamentals* (1910-1915), por exemplo, vinte e três fariam referências explícitas ao tema da evolução biológica; e, desses, quatro o discutiriam como assunto principal (CALDEIRA, 2016b).

Na seção “Princípios Fundamentais” dos estatutos da sociedade brasileira, por exemplo constam os seguintes pontos:

Artigo 5 – A Bíblia é a Palavra de Deus escrita, e por ser no seu todo inspirada, todas as suas proposições são verdadeiras histórica e cientificamente, da maneira como escritas originalmente.

Parágrafo único – Para o estudioso da natureza isso significa que o relato das origens, como apresentado no livro de Gênesis, é uma exposição real de simples verdades históricas.

Artigo 6 – Todos os tipos básicos de seres viventes, inclusive o homem, foram criados por atos criativos diretos de Deus durante a Semana da Criação descrita no livro de Gênesis.

Parágrafo único – Quaisquer mudanças biológicas ocorridas desde então somente acarretaram alterações dentro das espécies originalmente criadas.

Artigo 7 – O Dilúvio descrito no livro de Gênesis foi um fato histórico, universal em sua extensão e efeito.

Artigo 8 – A sociedade receberá como membros, portadores de diplomas universitários, estudantes universitários e pré-universitários, que aceitem a Jesus Cristo como seu Senhor e Salvador.

Parágrafo único – O relato da criação especial de Adão e Eva como o primeiro casal de seres humanos, e a sua posterior queda em pecado, é a base para tal fé na necessidade de um Salvador para toda a humanidade, de tal maneira que a salvação só pode ser alcançada mediante a aceitação de Jesus Cristo como nosso Salvador. (FC n. 1, p. 3-4)

Na “Declaração de Fé” [*Statement of Belief*] da CRS, por sua vez, encontramos estes quatro pontos em destaque:

1. The Bible is the written Word of God, and because it is inspired throughout, all its assertions are historically and scientifically true in the original autographs. To the student of nature this means that the

account of origins in Genesis is a factual presentation of simple historical truths.

2. All basic types of living things, including man, were made by direct creative acts of God during the Creation Week described in Genesis. Whatever biological changes have occurred since Creation Week have accomplished only changes within the original created kinds.

3. The great flood described in Genesis, commonly referred to as the Noachian Flood, was an historic event worldwide in its extent and effect.

4. We are an organization of Christian men and women of science who accept Jesus Christ as our Lord and Savior. The account of the special creation of Adam and Eve as one man and one woman and their subsequent fall into sin is the basis for our belief in the necessity of a Savior for all mankind. Therefore, salvation can come only through accepting Jesus Christ as our Savior.<sup>167</sup> (CRS, 1964, p. 1)

A única distinção significativa entre os dois textos é o Artigo 8 dos estatutos da SCB, a respeito da estrutura de membros, que não consta na “Declaração de Fé” da CRS. No entanto, tal artigo também repete a fórmula da entidade norte-americana, que dividia seus membros em “MEMBROS COM VOTO (devem ter pelo menos mestrado na área de ciências) / MEMBROS APOIADORES / MEMBRO ESTUDANTE (somente ensino

---

<sup>167</sup> “1. A Bíblia é a Palavra escrita de Deus e, por ser totalmente inspirada, todas as suas afirmações são histórica e cientificamente verdadeiras nos autógrafos originais. Para o estudante da natureza isto significa que o relato das origens em Gênesis é uma apresentação factual de simples verdades históricas. / 2. Todos os tipos básicos de seres vivos, incluindo o homem, foram criados por atos criativos diretos de Deus durante a Semana da Criação descrita em Gênesis. Quaisquer mudanças biológicas que tenham ocorrido desde a Semana da Criação resultaram apenas em modificações dentro das espécies originalmente criadas. / 3. O grande dilúvio descrito em Gênesis, comumente chamado de Dilúvio de Noé, foi um evento histórico mundial em sua extensão e efeito. / 4. Somos uma organização de homens e mulheres de ciência cristãos que aceitam Jesus Cristo como nosso Senhor e Salvador. O relato da criação especial de Adão e Eva como um homem e uma mulher e a sua subsequente queda no pecado é a base para a nossa crença na necessidade de um Salvador para toda a humanidade. Portanto, a salvação só pode vir através da aceitação de Jesus Cristo como nosso Salvador.”

médio e graduação) / ASSINATURAS (bibliotecas, igrejas, escolas e aqueles que sentem que não podem assinar a declaração de crença)<sup>168</sup> (CRS, 1964).

Contudo, se uma leitura rápida basta para constatar a dependência dos “Princípios” da SCB em relação à “Declaração” da CRS, uma leitura mais cautelosa e historicamente contextualizada é necessária para entender efetivamente o conteúdo desses textos. Por mais que possam parecer enunciados simples e sucintos à primeira vista, a verdade é que condensam e respondem a décadas – e, às vezes, séculos – de discussão acerca da relação entre religião e ciência, ou, mais precisamente, entre a interpretação da Bíblia e as ciências naturais. Vale a pena, portanto, comentar cada um dos “Princípios Fundamentais” dos Estatutos da Sociedade Criacionista Brasileira.

### **2.3.1. Artigo 5: a doutrina da inerrância e a autenticidade factual da Bíblia**

Artigo 5 – A Bíblia é a Palavra de Deus escrita, e por ser no seu todo inspirada, todas as suas proposições são verdadeiras histórica e cientificamente, da maneira como escritas originalmente.

Parágrafo único – Para o estudioso da natureza isso significa que o relato das origens, como apresentado no livro de Gênesis, é uma exposição real de simples verdades históricas.

O Artigo 5 dos “Princípios Fundamentais” estabelece logo uma característica basilar do criacionismo fundamentalista, que é a leitura literalista da Bíblia. Sob essa visão, o texto bíblico é abordado como um repositório de fatos, ou como um “relato”, como diz o próprio artigo. Importa menos o seu valor narrativo do que o seu teor informativo. Aqui,

---

<sup>168</sup> No original: “VOTING MEMBERS (must have at least a masters in science area) / SUSTAINING MEMBERS / STUDENT MEMBER (high school & undergraduate college only) / SUBSCRIPTIONS (libraries, churches, schools and those who feel they cannot sign the statement of belief)”.

a SCB parece se alinhar finamente com a doutrina da inerrância bíblica, tão cara à tradição hermenêutica fundamentalista. Basta comparar esse Artigo 5 dos “Princípios *Fundamentais*” com a proposta interpretativa do teólogo norte-americano Charles Hodge (1797-1878), que deu forma a essa doutrina ainda no século XIX:

Se a ciência natural se dedica aos fatos e leis da natureza, a teologia se dedica aos fatos e princípios da Bíblia. Se o objeto da primeira é organizar e sistematizar os fatos do mundo exterior, e confirmar as leis que o determinam; o objeto da segunda é sistematizar os fatos da Bíblia e confirmar os princípios ou verdades gerais envolvidas nesses fatos<sup>169</sup>.  
(HODGE, 1874, p. 18)

Isto é, a mesma primazia conferida aos fatos na ciência indutiva, baconiana, deveria ser aplicada também aos “fatos bíblicos” no exercício da teologia “sistemática”, “científica”, “baconiana”, “newtoniana” – todos adjetivos utilizados por Hodge na exposição de sua doutrina. Diante dos dados contidos na Bíblia, como cronologias, informações geográficas, descrições de fenômenos naturais e eventos históricos, caberia ao leitor apenas anuir, com a mesma receptividade “neutra” e “objetiva” que Francis Bacon havia prescrito àquele que se propõe a ler o livro da natureza. (WELLS, 1988)

A tarefa da hermenêutica, sob esse ponto de vista, seria simplesmente ler o que está escrito – nem menos, nem mais. A visada deveria ser direta. Hipóteses eram algo a ser evitado. Hodge, quanto a isso, repetiria o bordão de Newton: *hypotheses non fingo*, “não invento hipóteses”<sup>170</sup>. Nesse espírito, entende-se a insistência em afirmar no parágrafo único, mais uma vez, que o “relato” de Gênesis expõe “*simples* verdades históricas”. Parece haver aí

---

<sup>169</sup> No original: “If natural science be concerned with the facts and laws of nature, theology is concerned with the facts and the principles of the Bible. If the object of the one be to arrange and systematize the facts of the external world, and to ascertain the laws by which they are determined; the object of the other is to systematize the facts of the Bible, and ascertain the principles or general truths which those facts involve”.

<sup>170</sup> Antievolucionistas entre o século XIX e XX repetiriam frequentemente esse bordão, tentando atrair para si a autoridade científica de Newton, para questionar a cientificidade da biologia evolutiva e do método hipotético-dedutivo de maneira geral. (BOZEMAN, 2012)

uma defesa contra as propostas de interpretação da Bíblia menos simples, ou seja, indiretas, simbólicas, alegóricas.

É importante lembrar que a hermenêutica modernista, contra a qual o fundamentalismo militava, contrapunha-se radicalmente a essa abordagem literalista, “simples”. Ao contrário, os modernistas preferiam aplicar o chamado “método histórico-crítico” para atravessar a aparência superficial dos “fatos” e encontrar, “por trás” deles, o valor do texto. Ao invés de coletar os dados presentes na Bíblia como um empirista explorando a natureza, os modernistas se empenhavam mais em meditar sobre o sentido desses “dados”. E, para alcançar esse sentido, era preciso atentar para o que *não* estava dado no texto, como o contexto histórico de produção, as convenções literárias pertinentes e as intenções pessoais do autor (LOFTON, 2006).

Seria precisamente por meio dessa visada hermenêutica crítica que os modernistas lançariam diversas suspeitas sobre a autenticidade factual da Bíblia. Segundo eles, a história, a geografia, a biologia e a cosmologia expostas pela Bíblia deveriam ser explicadas a partir das circunstâncias culturais das quais ela havia emergido. Conseqüentemente, na dimensão factual, os “relatos” bíblicos não eram “Palavra de Deus escrita”, como defenderia a Sociedade Criacionista Brasileira, mas palavras de pessoas historicamente situadas – falíveis, errantes. Ou seja, assim como outros textos antigos, as escrituras judaico-cristãs também poderiam conter uma boa dose de lendas, folclore e mitologia. (HUTCHISON, 1992)

Para os fundamentalistas, claro, essa conclusão era inadmissível. Por mais inverossímil que fosse o conteúdo de certas narrativas, ele deveria ser acolhido como “simples verdade histórica” e conviver no mesmo plano dos fatos científicos. E isso valeria tanto para o estudioso da Bíblia quanto para o “estudioso da natureza”, como diz o artigo. Isto é, para a SCB, um bom cientista não poderia aderir ao chamado “naturalismo metodológico”, ou

seja, à convenção de que causas sobrenaturais não poderiam ser admitidas como parte da explicação científica de fenômeno naturais<sup>171</sup>. Se Deus havia criado a humanidade literalmente conforme o “relato” de Gênesis – do pó da terra, começando por um único par, e separada dos animais –, isso deveria ser levado em conta no trabalho científico de um geneticista criacionista, por exemplo.

Sendo assim, uma consequência dessa leitura factualista da Bíblia, isto é, da compreensão dos textos bíblicos como repositórios de fatos da mesma natureza que os fatos históricos e científicos, é que ficava estabelecida uma dialética entre a leitura criacionista da Bíblia e da Natureza: esta última deveria ser feita a partir de pressupostos bíblicos, mas a primeira também deveria se harmonizar em algum grau com as evidências científicas. Exemplos disso são as questões da idade da Terra e do Universo e a questão do Dilúvio, que, não por acaso, dominam, respectivamente, os Artigos 6 e 7 dos “Princípios Fundamentais” dos Estatutos da SCB. É o que veremos a seguir.

### **2.3.2. Artigo 6: a duração da Criação e a estabilidade das espécies**

Artigo 6 – Todos os tipos básicos de seres viventes, inclusive o homem, foram criados por atos criativos diretos de Deus durante a Semana da Criação descrita no livro de Gênesis.

Parágrafo único – Quaisquer mudanças biológicas ocorridas desde então somente acarretaram alterações dentro das espécies originalmente criadas.

---

<sup>171</sup> A ideia de “naturalismo metodológico”, ainda que tenha raízes mais profundas no mecanicismo dos tempos da chamada Revolução Científica, tornou-se especialmente relevante para a definição do exercício profissional dos cientistas no século XIX, e teve como um de seus principais promotores o “bulldog de Darwin”, Thomas H. Huxley, precisamente num contexto de defesa das ideias do naturalista inglês contra críticas motivadas por questões teológicas (“sobrenaturalistas”). (DILLEY, 2013b)

O Artigo 6 estabelece pelo menos três compromissos teóricos ou doutrinários de maneira bastante sucinta, primeiro com a ideia de “tipos básicos”, depois com a de “atos criativos diretos” e, finalmente, com a de “Semana da Criação”. Todas essas ideias são basilares para o criacionismo da SCB e, portanto, devem ser examinadas uma a uma nesta seção.

O termo “Semana da Criação” não é empregado por acaso. Ao contrário, ele expressa uma preferência hermenêutica bastante específica e igualmente polêmica dentro do próprio movimento criacionista. A referência no livro de Gênesis à criação do mundo em seis dias (ou sete, contando o dia de descanso) foi interpretada de diversas formas ao longo da história – e até mesmo ao longo da história do criacionismo.

No contexto do julgamento do professor John Scopes, discutido no capítulo anterior, a compreensão de que os “dias” da Criação fossem dias literais de vinte e quatro horas era, inclusive, bastante minoritária entre os antievolucionistas. William Jennings Bryan, por exemplo, o algoz de Scopes, rejeitava essa interpretação. Bryan admitia aceitar “a Bíblia absolutamente”, acreditava que “tudo na Bíblia deve ser aceito conforme está dado” e afirmava que a Bíblia “foi inspirada pelo Todo-Poderoso”<sup>172</sup> (citado por MORAN, 2002, p. 144–147). No entanto, Bryan concedia que o Autor das Escrituras “pode ter utilizado um linguajar compreensível para aquele tempo”<sup>173</sup> (citado por MORAN, 2002, p. 147), em vez de uma linguagem totalmente objetiva, e que os seis “dias” da Criação, poderiam aludir a períodos maiores do que vinte e quatro horas.

Essa não era apenas uma interpretação particular de Bryan, mas sim uma das múltiplas correntes de leitura da narrativa da Criação circulantes dentro do protestantismo norte-americano e de sua expressão fundamentalista. Essa posição de que os “dias”

---

<sup>172</sup> No original: "the Bible absolutely"; "everything in the Bible should be accepted as it is given there"; "was inspired by the Almighty".

<sup>173</sup> No original: "may have used language that could be understood at that time".

mencionados no primeiro capítulo do Gênesis pudessem ser entendidos, na verdade, como “eras” – chamada, por isso, de “teoria dia-era” [*day-age theory*] –, havia se tornado bastante popular nos Estados Unidos ainda no século XIX, sobretudo por sua capacidade de acomodar os novos dados e interpretações da geologia moderna dentro dos tradicionais seis “dias” bíblicos, entendidos como seis períodos indeterminados de tempo. (NUMBERS, 1993)

Outra interpretação bastante comum entre os fundamentalistas das primeiras décadas do século XX, proposta também para harmonizar o texto bíblico com as novidades científicas de então – sobretudo nas ciências da terra –, era a "teoria da lacuna" [*gap theory*]. Segundo essa interpretação, os seis “dias” deveriam ser entendidos de fato como períodos de vinte e quatro horas. Porém, essa sequência de seis dias não diria respeito à *creatio ex nihilo*, isto é, à criação a partir do nada, mas sim ao trabalho divino de ordenação e restauração da criação original, que poderia, esta última, ter ocorrido em um passado indefinidamente distante. Haveria, nesse sentido, uma lacuna ou um hiato narrativo na parte inicial do Gênesis entre a "criação dos céus e da terra" (a criação a partir do nada) e sua reformulação em seis dias de vinte e quatro horas – um hiato longo o suficiente para comportar qualquer achado da geologia sem prejuízo para a credibilidade da narrativa canônica. (MCIVER, 1988)

Além dessas duas propostas mais populares de harmonização entre os relatos bíblicos e científicos acerca das origens, havia ainda uma terceira interpretação, minoritária no período, mas que alcançaria enorme expressão nas décadas seguintes<sup>174</sup>. Essa alternativa,

---

<sup>174</sup> Embora essa corrente, como dito, fosse minoritária no período, é interessante notar que um de seus principais articuladores e expositores receberia uma breve menção durante o julgamento de Scopes. Quando perguntado se poderia dizer o nome de algum cientista que corroborasse suas ideias sobre a idade da Terra, William Jennings Bryan responderia de pronto: George McCready Price. À época, Price já era celebrado entre antievolucionistas. Sua reputação no meio acadêmico, no entanto, não era tão positiva. Um dos principais especialistas em fósseis no período, David Starr Jordan (1851-1931), por exemplo, havia respondido uma carta de Price referente à publicação de seu libelo antievolucionista, *Illogical Geology*

defendida sobretudo por integrantes da Igreja Adventista do Sétimo Dia na década de 1920, recusava tanto a ideia da equivalência entre dias e eras quanto a teoria do hiato. Em vez disso, afirmava-se que a “Semana da Criação” teria se passado inteiramente dentro de um período de sete dias de vinte e quatro horas. Assim, os longos processos geológicos e biológicos que vinham sendo estudados pelos cientistas deveriam ser explicados por meio de causas mais pontuais, de curta duração. A narrativa do Dilúvio, nesse sentido, apareceria como principal recurso explicativo para a aparência de antiguidade da Terra, mas deixaremos para abordar esse ponto na discussão do próximo artigo dos Estatutos da Sociedade Criacionista Brasileira.

Aqui, o que interessa é destacar é que, ao se referir à “Semana da Criação” no Artigo 6, a SCB assinala essa terceira opção hermenêutica em detrimento de outras possibilidades. E esse compromisso com a ideia de um universo e uma Terra relativamente jovem seria, de fato, honrado também nas edições da *Folha Criacionista*. Um artigo intitulado “Registros Cronológicos Antigos” (FC n. 29), por exemplo, defende a ideia de “um mundo recente, originado há não mais de poucos milhares de anos” (p. 5). O autor, David C. C. Watson, membro do *Institute for Creation Research*, argumenta a favor dessa posição recorrendo ao testemunho de outros textos antigos, como fontes “árabe, indú, babilônica, chinesa, egípcia, persa e abissínia” (p. 5), e questiona a “Arqueologia Moderna”, que “baseia-se em pressupostos darwinistas” (p. 30).

É significativo que, além de atacar a cronologia evolucionista, Watson critica também outras interpretações criacionistas que se afastam da leitura mais literalista da “Semana da Criação”. Segundo ele, “a resposta dada hoje por muitos eruditos evangélicos” sobre

---

(1906), dizendo que não se poderia esperar “que qualquer geólogo levasse [o trabalho de Price] a sério”. Diante da menção de Bryan a Price durante o julgamento de Scopes, a defesa ecoaria a sentença de Jordan: “Você mencionou Price porque ele é o único ser humano no mundo que você conhece que se diz geólogo e concorda com você [...] todos os cientistas deste país sabem que ele é um charlatão e um impostor e não um geólogo coisa nenhuma” (citado por MORAN, 2002, p. 154). (Ver NUMBERS, 1993, p. 89)

se o “Velho Testamento provê uma cronologia a partir da Criação” é “decididamente NÃO!” (p. 21). No entanto, complementa: “Ousaríamos desafiar esse consenso de opiniões mantido por tantos estudiosos ilustres e devotos? Penso que deveríamos” (p. 21, grifo no original). A partir daí, o autor investe contra as teorias “dia-era” e a do “hiato”. Sobre a última, o autor chega a afirmar com dureza: “Para um observador honesto e imparcial, pouca dúvida pode existir quanto ao fato de a teoria dos hiatos cronológicos ter sido um expediente em desespero de causa inventado por pessoas apavoradas” (p. 31).

Esse firme compromisso com a ideia de uma Criação em exatos seis dias de vinte e quatro horas se estabelece claramente como um viés na avaliação das evidências científicas – as quais são rejeitadas quando não se coadunam com a cronologia bíblica da Terra jovem. Ou seja, a leitura fundamentalista da Bíblia influencia diretamente a leitura criacionista da natureza. Mas é possível observar também o efeito contrário, isto é, como o contato com o discurso científico enviesa igualmente a interpretação dos textos bíblicos.

Isso pode ser visto, por exemplo, em um texto publicado na *Folha Criacionista* de número 38, no qual o editor comenta um artigo sobre o que teria acontecido nos instantes iniciais do Big Bang. O texto destaca a afirmação presente no artigo de que os “cientistas estão hoje voltando suas especulações teóricas para a descrição do que aconteceu nos primeiros  $10^{-35}$  segundos da existência do Universo” (p. 3), e então comenta: “Não contentes com especulações envolvendo intervalos de tempo infinitamente grandes, astrofísicos teóricos passam agora aos intervalos de tempo infinitamente pequenos” (p. 3). Apesar dessa ironia direcionada a um suposto excesso de confiança da parte dos cientistas que se dedicam a tais pesquisas, o autor acaba admitindo algumas concordâncias com a teoria do Big Bang, sobretudo no que se refere a sua ocorrência brusca. Destacando precisamente esse aspecto, o editor escreve:

Independente de qualquer modelo teórico, o texto bíblico refere-se aos atos criativos de Deus de forma consentânea com as últimas especulações teóricas voltadas para os tempos infinitamente pequenos, 'Pois Ele falou e tudo se fez, Ele ordenou e tudo passou a existir' (Salmo capítulo 33, versículo 9). '... Ele mandou e logo tudo apareceu.', conforme outras traduções." (p. 3, grifo no original).

Ao trazer esse versículo bíblico em apoio à ideia de um surgimento brusco do Universo, o editor dá pistas de como aborda e interpreta tal texto. O destaque na palavra “logo” é feito com intenções claras de remeter à enorme velocidade com a qual o Universo teria sido criado. Mais uma vez, as ideias de longos hiatos ou de “dias” significando lentas “eras” são preteridas em favor de uma criação quase instantânea – algo que o editor sugere estar em harmonia também com certos aspectos da teoria do Big Bang. Seja como for, o que é crucialmente interessante aqui é que, ao ler esse salmo, isto é, essa canção de louvor tradicional da liturgia judaica, o autor não vê ali as características típicas desse gênero literário, mas sim informações de valor científico.

Não é difícil imaginar outras interpretações possíveis para essa passagem, sem quaisquer pretensões de precisar detalhes cronológicos ou cosmológicos. Por exemplo, o texto poderia estar dizendo que o Deus de Israel “mandou e logo tudo apareceu” apenas com o intuito de afirmar a soberania e o poder dessa entidade sobre tudo o que existe. A ideia de velocidade presente no “logo”, nesse caso, remeteria apenas à eficácia do comando de Deus, semelhante a um rei cheio de autoridade, que manda e logo é obedecido, sem hesitação ou questionamentos.

Essa seria uma interpretação possível do texto. Mas, para o criacionista preocupado em responder questões científicas a partir de “informações” e “relatos” presentes na Bíblia, abordada como um repositório de fatos, essa interpretação desperdiçaria o potencial da

passagem para explicar detalhes da história do universo, como o ritmo e as etapas da Criação. Assim, é possível perceber como o interesse pela verdade científica sobre as origens do mundo natural poderia participar – e certamente participou – do exercício de interpretação criacionista dos textos bíblicos. Nesse sentido, pode-se falar de uma relação dialética entre a leitura criacionista da Bíblia e da Natureza: uma certa interpretação da Bíblia condiciona uma certa interpretação da Natureza, e uma determinada abordagem à realidade natural condiciona uma determinada abordagem ao texto bíblico.

Para além do tema da “Semana da Criação”, também é possível observar essa mesma dinâmica interpretativa dialética nas referências que o Artigo 6 faz às ideias de “atos criativos diretos” e de “tipos básicos”. Ambas essas ideias remetem a certas passagens no livro de Gênesis, como esta: “E fez Deus as feras da terra *conforme a sua espécie*, e o gado *conforme a sua espécie*, e todo o réptil da terra *conforme a sua espécie*” (Gênesis 1:25, ênfase nossa). De novo, as interpretações poderiam ser várias. Para os modernistas, por exemplo, a narrativa bíblica tinha como objetivo afirmar a origem divina do cosmos, mas não visava explicar factualmente o processo pelo qual se deu a Criação. Nesse sentido, o teólogo modernista Shailer Matthews, por exemplo, havia escrito: “Estou totalmente convencido de que Deus criou os céus e a terra, mas não sei como ele procedeu. Tenho certeza que Ele fez o homem à sua imagem, mas não encontro nada nas Escrituras que me diga o seu método”<sup>175</sup>. E também: “O Gênesis e a evolução são complementares, o Gênesis enfatizando a causa primeira divina e a ciência os detalhes do processo através do qual Deus trabalha”<sup>176</sup> (HILLEARY; METZGER, 1925, p. 224–225).

---

<sup>175</sup> No original: “I am thoroughly convinced that God created the heavens and the earth, but I do not know how he proceeded. I am sure that He made man in His own image, but I find nothing in Scriptures that tells me His method”.

<sup>176</sup> No original: “Genesis and evolution are complementary to each other, Genesis emphasizing the divine first cause and science the details of the process through which God works”.

E é precisamente contra essa proposta hermenêutica que o Artigo 6 dos Estatutos da SCB afirma que todos os seres foram criados por “atos criativos *diretos*”. Aqui não há espaço para a ideia de que Deus fosse apenas indiretamente responsável pela Criação, isto é, que houvesse entre o Criador e as criaturas processos intermediários como a evolução. Deus deveria ser tomado como causa direta e causa imediata da Criação. Contudo, disso resulta uma questão. É possível observar no presente o surgimento de novas variações biológicas, como raças de cachorro ou vegetais “melhorados” por cruzamento seletivo. Seriam essas também resultantes de “atos criativos diretos” de Deus? Parece difícil responder afirmativamente; afinal, os próprios criadores de cães e melhoristas de plantas é que parecem realizar intervenções mais diretas sobre seus objetos. E é exatamente por isso que o uso da expressão “tipos básicos” é fundamental no Artigo em questão.

Ao dizer que apenas os “tipos básicos de seres vivos” resultam de “atos criativos diretos” de Deus, abre-se espaço na leitura criacionista para uma explicação naturalista das variações *dentro* de cada espécie. Os produtos originais do Criador na “Semana da Criação” teriam sido apenas os “tipos básicos”, por exemplo, o cão, ou o gato. As variações observáveis nesse “tipo” a partir daí, desde pequenas diferenças observadas dentro de uma mesma ninhada, até grandes variações observadas entre as raças, já não seriam necessariamente resultado de intervenções sobrenaturais.

E aqui nós voltamos à leitura criacionista da passagem de Gênesis: “E fez Deus as feras da terra conforme a sua espécie, e o gado conforme a sua espécie, e todo o réptil da terra conforme a sua espécie” (Gênesis 1:25). A expressão “conforme a sua espécie”, repetida

no texto, seria, na interpretação de alguns criacionistas, como o fundador da SCB, uma referência a esse princípio biológico, *genético*, da permanência dos “tipos”<sup>177</sup>.

É interessante notar que o fundador da SCB, Ruy Vieira, lançaria mão precisamente dessa ideia em uma crítica ao BSCS registrada na Folha Criacionista. Contrapondo-se ao uso de uma série de exemplos apresentados no livro como evidência da evolução, como a famosa história das mariposas escuras e claras na Inglaterra industrial, Vieira ressaltaria o seguinte: “as mariposas de Kettlewell continuaram a ser mariposas, os camundongos da Universidade de Michigan continuaram a ser camundongos, os *Staphylococcus aureus* continuaram a ser *Staphylococcus aureus* e as moscas resistentes ao DDT continuaram a ser moscas” (FC n. 5, p. 57). Ou seja, ao invés de corroborar a teoria da evolução por seleção natural, esses exemplos, na avaliação do autor, confirmariam a “lei genética” do Gênesis: a permanência dos “tipos” e a reprodução “conforme a espécie”, sem nunca dela escapar.

Assim, lendo a Natureza à luz da Bíblia – ou, pelo menos, de uma interpretação criacionista e fundamentalista da Bíblia – os Estatutos da SCB se posicionariam negativamente quanto à possibilidade da origem de novas espécies. Todos os “tipos básicos” já haviam sido produzidos por “atos criativos diretos” de Deus durante a “Semana da Criação”. No entanto, se, por um lado, o surgimento de novas espécies estava excluído da História Natural conforme entendida pelos criacionistas, por outro, o desaparecimento de antigas espécies era um fato central para eles. Um fato explicado

---

<sup>177</sup> Um autor criacionista adventista norte-americano bastante estimado por Ruy Vieira, Frank Lewis Marsh (1899-1992), proporia até mesmo um campo de estudos específico para se dedicar à identificação de quais seriam exatamente esses “tipos básicos” criados na Semana da Criação. A esse campo, Marsh daria o nome de “baraminologia” [*baraminology*], uma combinação do grego *logos*, estudo, com o hebraico *bara*, criar, e *min*, tipo. (MARSH, 1950, cap. 14)

principalmente por meio da referência ao Dilúvio dos tempos de Noé – o tema do Artigo 7.

### **2.3.3. Artigo 7: A “Geologia Diluviana” contra o uniformismo evolucionista**

Artigo 7 – O Dilúvio descrito no livro de Gênesis foi um fato histórico, universal em sua extensão e efeito.

A dedicação de um artigo inteiro entre os “Princípios Fundamentais” dos Estatutos da SCB para tratar exclusivamente do tema do Dilúvio pode parecer desproporcional à primeira vista. Mas a verdade é que esse episódio bíblico ocupa um papel quase tão importante no quadro conceitual do criacionismo fundamentalista quanto a própria narrativa da Criação. Daí a necessidade de um artigo específico que defenda a sua veracidade factual, rejeite outras abordagens hermenêuticas e afirme a sua capacidade de explicar diversos fenômenos naturais. Tudo isso o Artigo 7 faz em uma única frase. As palavras-chave aqui são “fato histórico”, “extensão universal” e “efeito universal”.

Primeiramente, é importante reconhecer que os fundamentalistas não foram os primeiros a afirmar a pertinência científica do episódio do Dilúvio. Não era incomum entre geólogos dos séculos XVII e XVIII a crença de que tal evento bíblico fosse historicamente real e pudesse ter um papel importante na explicação da História Natural. Nicolaus Steno (1638-1686), por exemplo, um dos fundadores da estratigrafia moderna, atribuía a deposição dos fósseis ao contexto do Dilúvio; Thomas Burnet (1635-1715) acreditava que esse evento havia sido responsável por fragmentar a crosta terrestre; e William Buckland (1784-1856), o primeiro paleontólogo a realizar uma descrição completa de um dinossauro, supunha que uma determinada camada de depósitos sedimentares havia se

formado durante a catástrofe bíblica, chamando-a inclusive de *diluvium* (RUDWICK, 2014, cap. 2 e 3).

Contudo, autores como esses não subscreviam necessariamente a uma interpretação literal da Bíblia. Georges Cuvier (1769-1832), por exemplo, considerava que uma catástrofe em tempo recente poderia explicar a extinção de espécies das quais restava apenas o testemunho fóssil. Mas essa sua hipótese não se baseava exclusivamente na Bíblia; eram relevantes também testemunhos de outros textos antigos sobre eventos catastróficos. Nesse sentido, nos estudos de Cuvier, a Bíblia era tratada mais como um registro escrito de antigas tradições orais do que propriamente como uma revelação divina – algo que o distancia, portanto, dos criacionistas do século XX. Como argumenta o historiador Martin J. S. Rudwick, nesse contexto, “A teoria diluviana era antes de tudo uma ideia científica, que dava sentido à maioria das evidências disponíveis”<sup>178</sup> (RUDWICK, 2014, p. 127).

Todavia, no decorrer do século XIX, essa situação seria profundamente alterada. Referências à Bíblia ou a outros textos tradicionais perderiam espaço gradativamente nas discussões entre naturalistas. Outras catástrofes sem qualquer teor teológico, como as “eras do gelo”, assumiriam parte do papel que o Dilúvio havia tido nas explicações geológicas e paleobiológicas; e, mais ainda, interpretações sem quaisquer referências a catástrofes passariam a conquistar mais adeptos. Essas expressariam o princípio chamado de “atualismo” ou “uniformitarismo”, a crença de que “o presente é a chave para o passado”, isto é, de que apenas causas observáveis no presente deveriam ser evocadas para explicar a história da Terra. Uma das consequências da adoção dessa premissa era a de que o planeta deveria ser extremamente antigo, dado que o tempo necessário para que

---

<sup>178</sup> No original: “The diluvial theory was first and foremost a scientific idea, which made good sense of most of the evidence available”

o efeito das causas conhecidas no presente se acumulasse a ponto de resultarem nas características geológicas e biológicas do mundo atual seria incalculavelmente alto<sup>179</sup>. (BOWLER, 2003, cap. 2 e 3)

Dessa forma, no século XX, o recurso à narrativa bíblica do Dilúvio para explicar a conformação natural terrestre já estava virtualmente ausente da discussão científica. Até mesmo teólogos, acompanhando o consenso acadêmico de então, evitariam interpretar a narrativa do Dilúvio como um relato histórico preciso, preferindo, por exemplo, a ideia que o episódio registrado na Bíblia tivesse como lastro histórico um evento local, possivelmente relacionado a cheias de grandes rios do Antigo Oriente Próximo, como o Tigre e o Eufrates, sem grande impacto no quadro geológico. (RUDWICK, 2014, cap. 7)

Seria precisamente contra essa leitura, comum não só entre teólogos liberais mas também entre conservadores no século XX, que a Sociedade Criacionista Brasileira se posicionaria ao afirmar que o episódio do Dilúvio, tal como “descrito no livro de Gênesis”, era “um fato histórico, universal em sua extensão e efeito”, isto é, factualmente verídico, de proporções planetárias e consequências decisivas para a compreensão da paisagem geológica e biológica atual. Esse zelo pela autenticidade e relevância científica do Dilúvio, mesmo em um contexto no qual tal ideia já havia sido abandonada pela maioria dos estudiosos da área, seria um elemento característico do criacionismo na segunda metade do século XX – curiosamente, ainda mais do havia sido nas décadas anteriores. (NUMBERS, 1982)

Como dito na discussão do artigo anterior, havia diferentes leituras da narrativa da Criação no contexto de desenvolvimento do fundamentalismo nos Estados Unidos. As ideias mais comuns, mesmo entre fundamentalistas, eram a interpretação “dia-era” e a

---

<sup>179</sup> Um dos principais nomes dessa corrente uniformitarista, Charles Lyell (1797-1875), teria um impacto decisivo no pensamento de Charles Darwin.

“teoria do hiato”. Mas havia também uma abordagem ao texto que concluía que o mundo havia sido criado em seis dias de vinte e quatro horas e não tinha mais do que poucos milhares de anos. Essa abordagem resultava em uma série de atritos com as principais teorias geológicas e biológicas do período – como a evolução – que afirmavam a antiguidade da Terra e a gradualidade das transformações na paisagem natural. Consequentemente, aqueles que quisessem manter ao mesmo tempo essa interpretação e a crença na exatidão científica da Bíblia deveriam argumentar contra a exatidão científica da geologia e da biologia modernas e oferecer uma interpretação alternativa dos fenômenos que essas ciências buscavam explicar.

Foi exatamente isso que um professor adventista canadense, George McCready Price (1870-1963), propôs-se a fazer ao longo das primeiras décadas do século XX. Price, que seria uma importante referência para a SCB<sup>180</sup>, considerava que o princípio do uniformismo na geologia era o alicerce mais básico e mais frágil da teoria da evolução. Se ele conseguisse apresentar uma causa plausível que explicasse as características da paisagem terrestre sem a necessidade de um longo período de tempo de atuação, ou seja, se ele pudesse apontar uma causa abrupta, repentina e catastrófica que fizesse sentido das formações geológicas e de outros fenômenos, como os depósitos fossilíferos, o consenso acadêmico uniformista – e evolucionista – poderia ser decisivamente perturbado. Para isso, Price confiava no poder explicativo do episódio bíblico do Dilúvio, sobre o qual ele basearia sua teoria antievolucionista, a “Geologia Diluviana”. (ver WEINBERG, 2014)

Nas palavras desse autor, nosso mundo teria sido, “em algum momento no passado, atingido por uma súbita e horrível convulsão mundial, cujos resultados agora nós temos espalhados por todos os continentes, na forma de grandes depósitos estratificados”<sup>181</sup>

---

<sup>180</sup> Hoje uma das estantes no Centro Cultural da SCB leva o seu nome.

<sup>181</sup> No original: “at some time in the long ago overtaken by a sudden and horrible world convulsion, the results of which we now have spread out over all the continents, in the form of the major stratified deposits”.

(citado em NUMBERS, 1993, p. 82). Essa “convulsão repentina”, o Dilúvio, explicaria não só a configuração das camadas geológicas, mas também o posicionamento estratigráfico dos fósseis: “Os peixes vertebrados, se mortos em grande número, tenderiam a subir à superfície. Os animais maiores e o homem fugiriam para o topo das colinas, escapando da elevação das águas, e, quando finalmente alcançados, seriam simplesmente afogados, e não imediatamente cobertos com depósitos de terra”<sup>182</sup> (citado em NUMBERS, 1993, p. 77).

As ideias de Prince se popularizariam entre os fundamentalistas principalmente após a publicação de seu livro *New Geology*, em 1923. O autor seria até mesmo citado por William Jennings Bryan durante o julgamento de John Scopes – algo que impeliu a defesa a intervir imediatamente dizendo que Price era “um charlatão e um impostor e não um geólogo coisa nenhuma”<sup>183</sup> (citado em NUMBERS, 1993, p. 73). De fato, a atuação de George McCready Prince nas décadas seguintes não se daria propriamente no campo acadêmico da Geologia, mas nas instituições criacionistas que começavam a surgir no período. Ele mesmo participaria da fundação da primeira sociedade criacionista norte-americana, a *Religion and Science Association* (RSA), em 1935, e, três anos mais tarde, da *Deluge Geology Society* (DGS). Como mencionado no capítulo anterior, a “Geologia Diluviana” seria resistida mesmo dentro do movimento criacionista, como, por exemplo, pelos membros da *American Scientific Affiliation* (ASA) e conservaria seu status marginal durante a primeira metade do século XX.

Seria apenas na década de 1960, no contexto de reavivamento da controvérsia sobre o ensino de evolução nas escolas, que a teoria de Price passaria a circular de forma

---

<sup>182</sup> No original: “The vertebrate fishes, if killed in numbers, would tend to rise to the surface. The larger animals and man would flee to the hill-tops from the rising waters, and, when finally engulfed, would be simply drowned, and not immediately covered with earthy deposits”.

<sup>183</sup> No original: “a mountebank and a pretender and not a geologist at all”.

realmente ampla. Isso em razão da publicação de *The Genesis Flood* (1961), um livro assinado pelo teólogo John C. Whitcomb (1924-2020) e pelo engenheiro hidráulico Henry M. Morris (1918-2006); este último, fundador da *Creation Research Society* (CRS), a principal referência da Sociedade Criacionista Brasileira.

Esse livro era resultado de uma revisão da tese de doutorado em Teologia de Whitcomb, que havia reciclado os argumentos de Price para combater a geologia uniformista e a interpretação de que o Dilúvio bíblico havia sido um episódio meramente local. *The Genesis Flood* se tornaria um *best-seller* fundamentalista<sup>184</sup>, vendendo mais de 200.000 cópias em um quarto de século e se tornando uma importante referência para os autores criacionistas engajados no antievolucionismo escolar, inclusive no Brasil, por meio da SCB. (NUMBERS, 1993, cap. 10)

Artigos baseados na “Geologia Diluviana” podem ser encontrados com facilidade ao longo das edições da *Folha Criacionista*. Uma delas, aliás, a edição 23, é dedicada integralmente a apresentar “uma série de artigos referentes ao dilúvio e à arca de Noé” (FC n. 23, p. 3). Nela, há uma matéria sobre pensamentos medievais acerca da arca de Noé, uma série de textos da CRS sobre o a data do Dilúvio, comentários a um texto de uma revista adventista sobre a possibilidade de encontrar a arca, e uma transcrição do “Relato Bíblico do Dilúvio” a partir da versão da Bíblia de Jerusalém. Em outras edições, também se encontram artigos sobre o tema, às vezes reproduzindo fielmente os argumentos de Price e citando-o nominalmente, ou às vezes propondo algumas inovações.

---

<sup>184</sup> Segundo Numbers (1993, p. 204), “Os criacionistas estritos elogiaram-no por tornar o catastrofismo bíblico intelectualmente respeitável novamente, enquanto os criacionistas progressistas e os evolucionistas teístas o denunciaram como uma farsa da geologia que ameaçava devolver a ciência cristã à Idade das Trevas”. Ou, no original: “Strict creationists praised it for making biblical catastrophism intellectually respectable again, while progressive creationists and theistic evolutionists denounced it as a travesty on geology that threatened to return Christian science to the Dark Ages”.

Um exemplo de artigo fiel à tradicional “Geologia Diluviana” é “A Paleoeologia e o Dilúvio” (FC n. 24, p. 13-24), do biólogo adventista Harold W. Clark. Nele, o autor afirma que “*em anos recentes os advogados da teoria diluvialista da Geologia destacaram a existência de muitos problemas que tornam razoável interpretar as evidências fósseis mais em termos catastrofistas do que em termos de longos períodos evolutivos*” (p. 13, *itálicos no original*). Essa “interpretação razoável” seria a “teoria da zonation ecológica”, segundo a qual as sequências fósseis não teriam relação com “longas eras evolutivas”, mas sim com a localização geográfica e topográfica dos seres quando o Dilúvio os atingiu. Segundo argumenta Clark, “Devemos lembrar que o relato de Gênesis menciona 40 dias até que as mais altas montanhas foram cobertas pelas águas. Foi este um período de tempo suficientemente amplo para a migração em massa dos tipos inteligentes” (p. 22). E conclui:

Assim, é possível que os mamíferos tenham migrado para as regiões mais elevadas até eventualmente serem cobertos pelas águas. A sua presença nas rochas terciárias, portanto, é melhor compreendida como resultante de sua migração e destruição final, em vez de seu soterramento nos habitats naturais. (p. 22)

Outros artigos presentes na *Folha Criacionista* reforçam essa crença no poder explicativo de um Dilúvio “universal em sua extensão e efeito”, mas inovam significativamente no que diz respeito à forma pela qual o Dilúvio produziu efeitos universais. O artigo “Impactos de Asteróides e o Dilúvio” (FC n. 41 p. 13-27), por exemplo, sugere que os “cientistas que estão desenvolvendo modelos da Terra compatíveis com a estrutura de um Dilúvio global deveriam considerar o papel que poderiam ter desempenhado os asteróides” (p. 13). O autor, David W. Unfred, combina em sua argumentação uma série de descobertas científicas recentes, como o grande número de crateras na superfície

terrestre identificadas por meio de satélites artificiais, com curiosas interpretações da Bíblia, como a ideia de que as “águas de cima” mencionadas na narrativa da Criação no primeiro capítulo de Gênesis pudessem se referir a “densas nuvens constituindo berçário de cometas, anéis de gelo primordial entrando em colapso, ou qualquer outra fonte extraplanetária” (p. 24) de água que teria sido direcionada para Terra durante o Dilúvio. Em conclusão, esse “intenso bombardeio” (p. 24) “ordenado e executado por Deus” (p. 23) poderia explicar “a transformação geográfica terrestre” (p. 24) e poderia esclarecer também “muitas relações de causa e efeito evidenciadas na natureza catastrófica do registro fóssil” (p. 17).

Por fim, vale ressaltar que não é só a seção de artigos na *Folha Criacionista* que toca os temas do catastrofismo e do uniformismo. A seção de notícias também faz frequentes menções a artigos de jornais e revistas referentes a esses tópicos. Artigos sobre assuntos que vão desde oceanografia, mudanças climáticas, extinção dos dinossauros, formação da Cordilheira dos Andes, erupções vulcânicas e meteoritos se somam para formar um quadro que supostamente evidenciaria uma “gradual substituição dos pontos de vista uniformistas por modelos catastrofistas no seio do pensamento científico moderno” (FC n. 41, p. 3) – algo que poderia resultar em um ambiente científico mais acolhedor à “Geologia Diluviana”<sup>185</sup>.

---

<sup>185</sup> Ainda que evidências e posicionamentos favoráveis ao dito catastrofismo não signifiquem necessariamente nenhuma corroboração do criacionismo ou da “Geologia Diluviana”, essas duas coisas parecem ter sido vistas sempre de maneira conectada pelo editor da *Folha Criacionista*. Diz ele, em certa ocasião: “Continua a grande controvérsia entre o uniformismo e o catastrofismo, um aspecto particular da controvérsia maior entre o evolucionismo e o criacionismo!” (FC n. 41, p. 29). E, comentando um artigo sobre a possibilidade de o clima antigo ter sido radicalmente diferente do atual, o editor comenta: “Mesmo dentro da moldura evolucionista, os fatos existentes são uma evidência a mais que vem reforçar a tese criacionista aliada ao dilúvio universal!” (FC n. 3, p. 47).

Esse anseio por uma presença maior do criacionismo no âmbito educacional e científico é algo que se manifesta também no último artigo dos “Princípios Fundamentais” dos Estatutos da SCB – um artigo acerca da titulação e da salvação de seus membros.

#### **2.3.4. Artigo 8: os critérios para a admissão e para a salvação dos membros da SCB**

Artigo 8 – A sociedade receberá como membros, portadores de diplomas universitários, estudantes universitários e pré-universitários, que aceitem a Jesus Cristo como seu Senhor e Salvador.

Parágrafo único – O relato da criação especial de Adão e Eva como o primeiro casal de seres humanos, e a sua posterior queda em pecado, é a base para tal fé na necessidade de um Salvador para toda a humanidade, de tal maneira que a salvação só pode ser alcançada mediante a aceitação de Jesus Cristo como nosso Salvador.

A percepção do criacionismo como uma causa ao mesmo tempo religiosa e científica, promotora da “correta interpretação” da Bíblia e da Natureza, ajuda a entender o perfil intelectualizado pretendido pela SCB desde sua fundação. Ao se contrapor à hegemonia científica e educacional do período no que diz respeito à evolução, a Sociedade buscava se apresentar como uma alternativa ao menos no mesmo nível de seus adversários. Assim, também como “Princípio Fundamental” da entidade, definia-se que “A Sociedade receberá como membros, portadores de diplomas universitários, estudantes universitários e pré-universitários”, sendo tais membros divididos em duas classes: “Membros com direito a voto – limitada a portadores de diploma universitário” e “Membros sem direito a voto – compreendendo os demais membros” (FC n. 1, 4).

A qualificação acadêmica, dessa forma, aparece como critério decisivo para a filiação e hierarquização dos membros da entidade, que, assim, focalizava sua atuação e concentrava sua presença nos espaços de maior expressão do evolucionismo – escolas e

universidades – e, ao mesmo tempo, abrihantava suas próprias credenciais como uma alternativa séria, intelectual, erudita, acadêmica e cientificamente qualificada em contraposição ao “domínio exclusivista da Teoria da Evolução”.

De fato, a Sociedade conseguiria atrair alguns membros com significativo prestígio acadêmico, como o professor titular do Departamento de Hidráulica da USP, Dr. Samuel Murgel Branco, e a geneticista da UNESP, Dra. Dértia Villalba Freire-Maia. Esta última, juntamente com seu marido Dr. Ademar Freire-Maia, também do Departamento de Genética da UNESP, chegaria até mesmo a colaborar com a tradução de um artigo para a *Folha Criacionista*, intitulado “Dezessete Problemas para os Evolucionistas” (FC n. 21).

Nº 083 Scto: Sim  Não  DOAÇÃO  c. 10/2/77 Ficha Nº \_\_\_\_\_

DÉRTIA VILLALBA FREIRE-MAIA, Dra. F. S.

(Nome)

R. Vitória Régia, 180 / sep. Genética

(Endereço)

18610 - BOTUCATU SP

CEP Cidade Ar. Rubião Júnior - 411868 Curitiba Est.

X GENÉTICA

Nível PRE UNIV DIPL CURSO

CONTROLE DE EXPEDIÇÃO DA FOLHA CRIACIONISTA:

Nº	Data da Expedição	Valor	Pagam.	Nº	Data da Expedição	Valor	Pagam.
01	016/19/01/77	15,00	✓ 904398G	21	08/02/80	15,00	doafp
02	016/19/01/77	15,00	✓ 904398G	22	13/10/80	25,00	doafp
03	—	10,00	✓ diuh	23	13/10/80	25,00	doafp
04	—	10,00	✓ diuh	24	29/6/83	100,00	✓
05	—	10,00	✓ diuh	25	—	100,00	✓
06	—	10,00	✓ diuh	26	5/20/86	20,00	✓
07	—	10,00	✓ diuh	27	9/86	20,00	✓
08	—	10,00	✓ diuh	28	11/86	20,00	✓
09	—	10,00	✓ diuh	29	308/86	20,00	✓ NP
10	—	10,00	✓ diuh	30	—	20,00	✓ NP
11	—	10,00	✓ diuh	31	—	20,00	✓ NP
12	—	10,00	✓ diuh	32	—	20,00	✓ NP
13	—	10,00	✓ diuh	33	—	—	—
14	—	10,00	✓ diuh	34	—	—	—
15	—	10,00	✓ 175500E	35	—	—	—
16	056/03/03/78	10,00	✓ 175500E	36	—	—	—
17	056/03/03/78	15,00	✓ 175500E	37	—	—	—
18	016/19/01/77	15,00	✓ 904398G	38	—	—	✓
19	016/19/01/77	15,00	✓ 904398G	39	—	—	✓
20	08/02/80	15,00	doafp	40	—	—	✓

c-89

Figura 14: Ficha de controle de expedição da Folha Criacionista de Dértia Freire-Maia

Foto obtida em visita ao Centro Cultural da SCB em Brasília

No entanto, ainda que a Sociedade tenha conseguido atrair um número significativo de “portadores de diplomas universitários” para o seu quadro membros, a proporção de estudantes ou graduados em cursos mais diretamente relacionados às discussões antievolucionistas da entidade, como Biologia e Geologia, é menos expressiva. Em uma amostra de 793 membros arrolados entre 1972 e 1983, aqueles ligados ao curso de Teologia são os mais numerosos: 297. Na sequência, aparecem os engenheiros (56), os médicos (39) e finalmente aqueles que preencheram a seção “CURSO” na ficha de membros com “Biologia” ou “Ciências Biológicas” (23) – se somarmos a esses os graduados ou estudantes de “Ciências” e “História Natural”, o total sobe para 31. Apesar da centralidade dos temas geológicos nas discussões da SCB, apenas 3 membros assinalaram “Geologia” e 3 “Geografia” no período em questão.



*Figura 15: Fichas de controle de expedição da Folha Criacionista para membros, 1972 a 1983*

Foto obtida em visita ao Centro Cultural da SCB em Brasília

O predomínio de teólogos nessa amostra pode indicar uma de duas coisas – ou ambas: o acesso mais fácil da Sociedade a esse grupo, e/ou o caráter mais religioso do que científico da motivação para se engajar no movimento criacionista. Quanto à primeira possibilidade, o fundador da SCB, Ruy Vieira, confirmou em entrevista que muitos membros procediam do curso de Teologia do Instituto Adventista de Educação (IAE), órgão da Igreja Adventista do Sétimo Dia, da qual Vieira participava de forma bastante ativa. Quanto à segunda possibilidade, é algo que o próprio Artigo 8 dos “Princípios Fundamentais” parece corroborar, afinal ser portador de diploma universitário ou estudante universitário ou pré-universitário não era o único critério para se associar à SCB, era preciso também aceitar “Jesus Cristo como seu Senhor e Salvador”.

Nesses termos, fica clara a ideia de que, para a Sociedade Criacionista Brasileira, o compromisso com a explicação criacionista da História Natural não era apenas questão de instrução, mas também de salvação. Como explica o parágrafo único que acompanha o Artigo 8, a autenticidade do “relato da criação especial” e da “queda” é o que tornaria coerente a crença na *necessidade* de um Salvador. Caso não fosse verdade que a humanidade tivesse sido perfeita em sua origem e posteriormente tivesse se afastado dessa condição pelo pecado, então a ideia de um *retorno* a tal perfeição por meio de uma ação salvadora perderia o sentido.

Esse argumento, mais uma vez, remonta aos primórdios do antievolucionismo fundamentalista. Um cartum de uma publicação fundamentalista de 1919, *Sunday School Times*, resume bem a ideia (Figura 16). À esquerda, um homem instruído pela leitura de Darwin medita sobre o passado simiesco, inferior, da humanidade e conclui satisfeito que houve grande progresso desde então; à direita, outro homem – após ler a narrativa da criação dos humanos à imagem e semelhança de Deus em Gênesis e, depois, o comentário

do apóstolo Paulo sobre o episódio da Queda, quando “todos pecaram e [agora] estão aquém da glória de Deus” – demonstra insatisfação com a sua condição atual e clama por misericórdia. A legenda do cartum arremata: “Faz muita diferença acreditar em uma ou em outra” história, aquela apresentada pela *Origem das Espécies*, ou aquela apresentada pela Bíblia.

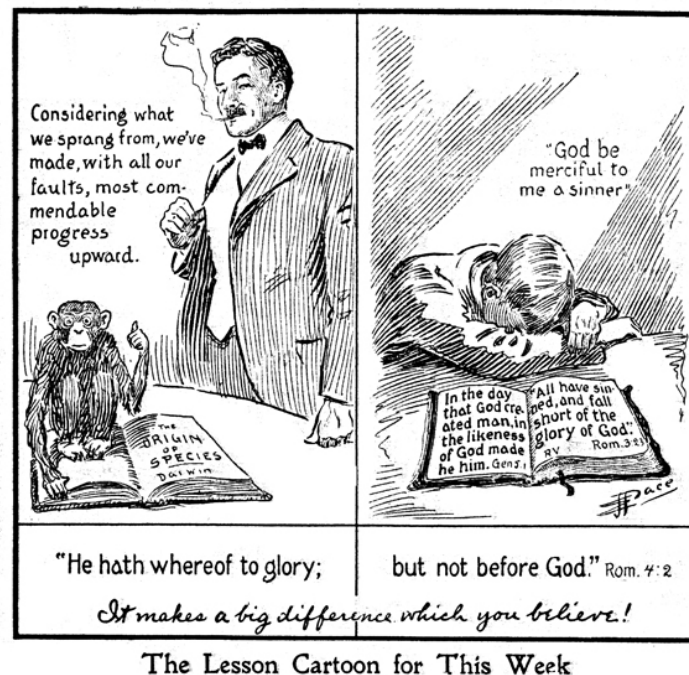


Figura 16: Sunday School Times, 19 de abril de 1919

Aqui fica claríssima a preocupação mais que científica dos antievolucionistas. Não interessa apenas a precisão dos fatos sobre o passado da humanidade, da Terra ou do Cosmos. Interessa, muito mais do que isso, salvar a integridade de uma determinada visão de mundo e impedir o triunfo de outra. Os efeitos perigosos do evolucionismo aos olhos dos criacionistas fundamentalistas não é que as pessoas possam acabar se equivocando quanto à idade exata do planeta ou quanto às causas reais do depósito fossilífero. A questão principal é outra. O próprio George McCready Price já havia admitido isso em 1906 ao justificar a publicação de sua obra diluvialista, *Illogical Geology*:

Ideias corretas sobre geologia removerão um grande número de noções vãs [...] acerca de nossa origem, que agora passam sob o nome de ciência. E, removendo falsas ideias, o terreno ficará limpo para ideias mais corretas sobre a criação, e, conseqüentemente, para conceitos *morais* mais verdadeiros, [...] baseados em nossa relação com Deus como Suas criaturas<sup>186</sup>. (PRICE, 1906, p. 269, ênfase minha)

Décadas depois, Henry Morris, um dos autores de *The Genesis Flood*, repetiria essa crença e esperança:

Se o sistema de geologia diluviana puder ser estabelecido com uma boa base científica, e for efetivamente promovido e divulgado, então toda a cosmologia evolutiva, ao menos na sua forma presente neodarwiniana, vai a colapso. Isto, por sua vez, significaria que todo e qualquer sistema e movimento anticristão (comunismo, racismo, humanismo, libertinismo, behaviorismo e todo o resto) seria privado do seu fundamento pseudo-intelectual (MORRIS, 1995, p. 252).<sup>187</sup>

E, finalmente, o próprio fundador da Sociedade Criacionista Brasileira se coloca na ponta dessa linha remonta aos primórdios da história do antievolucionismo fundamentalista norte-americano. Na *Folha Criacionista*, Ruy Vieira associa o sucesso do evolucionismo ao triunfo de uma visão de mundo materialista ateia:

A aceitação paulatina das doutrinas evolucionistas, *visando à exclusão de Deus não só na criação como em todas as atividades humanas*, insere-nos hoje em um contexto no qual a ideologia aceita pela maioria, sem maiores questionamentos, realmente postula o materialismo, negando a própria existência de Deus. (FC n. 26, p. 37, ênfase minha)

---

<sup>186</sup> No original: “Correct ideas of geology will remove a great many vain notions [...] regarding our origin, which now pass under the name of science. And in thus removing false ideas it leaves the ground cleared for more correct ideas regarding creation, and thus for truer concepts of morality [...] based on our relation to God as His creatures.”

<sup>187</sup> No original: “If the system of flood geology can be established on a sound scientific basis, and be effectively promoted and publicized, then the entire evolutionary cosmology, at least in its present neo-Darwinian form, will collapse. This, in turn, would mean that every anti-Christian system and movement (communism, racism, humanism, libertinism, behaviorism, and all the rest) would be deprived of their pseudo-intellectual foundation”.

Assim, compreende-se o duplo aspecto do ativismo da SCB, científico e religioso, assentado na esperança de que a eventual validação da biologia e da geologia criacionista pudesse devolver a respeitabilidade intelectual à crença na narrativa bíblica das origens e, conseqüentemente, devolver a respeitabilidade intelectual à crença na doutrina bíblica da salvação – lida, claro, pelo viés fundamentalista.

#### **2.4. A *Folha Criacionista*: materialidade, circulação e conteúdo**

Apesar de suas elevadas ambições de impactar o cenário científico e teológico brasileiro, a SCB teria em suas primeiras décadas de atuação um caráter bastante caseiro, familiar e informal<sup>188</sup>. A sede da Sociedade seria a própria casa de Ruy Vieira – em São Carlos até meados de 1985, depois em Brasília<sup>189</sup> –, onde os projetos da Sociedade seriam conduzidos primordialmente pelo próprio fundador, auxiliado por sua mãe, Berta de Camargo Vieira, e seu filho, Rui Corrêa Vieira. Nessa fase, a principal atividade da entidade seria a produção e difusão de textos criacionistas por meio de um periódico intitulado *Folha Criacionista* (FC). Apesar de modesto em termos de apresentação gráfica e editoração, esse periódico quadrimestral (com pretensões persistentemente frustradas de se tornar trimestral) conquistaria um alcance surpreendente, circulando internacionalmente ainda em seus primeiros anos de existência e acumulando um expressivo número de leitores. Falemos, portanto, da *Folha Criacionista*.

Em 1972, Ruy Vieira e seu filho Rui Corrêa fariam a primeira grande viagem de divulgação dos trabalhos da SCB. Após superar a longa estrada de chão Belém-Brasília,

---

<sup>188</sup> A SCB seria efetivamente formalizada, no sentido de se tornar personalidade jurídica, apenas no ano 2000.

<sup>189</sup> A mudança para Brasília está relacionada ao trabalho de Ruy Vieira no MEC, que comentaremos adiante.

os representantes da Sociedade embarcariam em uma jornada de cinco dias de navio para subir até Manaus, onde seria realizado um congresso de universitários adventistas no Teatro Amazonas. O evento, que congregaria grande número de jovens de diversas partes do Norte e do Nordeste, serviria como oportunidade para ampla distribuição das duas primeiras edições da *Folha Criacionista*.

Um acidente, no entanto, por pouco não deitou os planos da SCB por água abaixo. Após concluir o trajeto de navio, no momento de desembarque, uma das bagagens contendo as revistas acabou caindo no rio Amazonas, mas, por sorte ou milagre – como preferem os Ruis, que contam com frequência a história em entrevistas e eventos – a bagagem flutuou, possibilitando o resgate das edições, apenas um pouco molhadas.

Antes desse episódio, a SCB já havia realizado uma ação mais modesta de divulgação de material criacionista com a colaboração de um pastor da Igreja Batista da Graça, em São Carlos, onde foram distribuídos folhetos para vestibulandos que se encontravam na cidade – um polo universitário – para a ocasião dos exames. Em ambos os casos, não há quaisquer pistas sobre a recepção do material distribuído. O fato é que, nos anos seguintes, a forma de divulgação da *Folha Criacionista* se afastaria consideravelmente dessa estratégia de tipo panfletária<sup>190</sup>. Antes de dizer mais sobre a circulação do periódico, contudo, é importante destacar alguns aspectos de sua materialidade e forma de produção.

#### **2.4.1. Materialidade**

---

<sup>190</sup> Todavia, as atividades de caráter mais panfletário não seriam completamente extintas. Em 1981, por exemplo, sabemos pelos próprios registros da SCB que “A Sociedade Criacionista Brasileira patrocinou a tradução e a impressão de alguns textos elaborados por um de seus colaboradores, visando à divulgação de pequenas mas incisivas mensagens criacionistas sob a forma de folhetos, para ampla divulgação em ocasiões oportunas que reúnam grande número de possíveis eventuais interessados” (FC n. 24, p. 39).

Durante todo o período que nos interessa, da primeira edição em 1972 até a última da década de 1980, a *Folha Criacionista* foi impressa em formato pequeno, meio ofício, contando entre 50 e 80 páginas. As edições eram feitas em preto e branco, a partir de originais datilografados, que, às vezes, eram acompanhados com ilustrações em nanquim. A datilografia, nos primeiros números, era feita por um profissional contratado, Décio Valentim Dias, mas depois foi assumida pelo jovem Rui Corrêa. A revisão do texto ficava a cargo da avó de Rui, Berta de Camargo Vieira, que era professora de português. E as ilustrações, que, na maioria dos casos, eram reproduções de ilustrações obtidas em outras publicações criacionistas ou evolucionistas, eram realizadas voluntariamente por Francisco Batista de Melo, professor de desenho técnico da família. Preparados os originais, a *Folha Criacionista* era reproduzida por meio de mimeógrafos e encadernada com cola ou grampo. Esse processo era realizado na gráfica da Escola de Engenharia de São Carlos (EESC), na USP, onde Ruy Vieira era professor. O serviço era devidamente pago por Viera e o valor era recebido pelos cofres da EESC.<sup>191</sup>

Não há informações sobre as tiragens de cada exemplar, mas a *Folha Criacionista* de número 16, publicada em novembro de 1977, dá notícia de que, até aquele ponto, cinco anos após a primeira publicação, haviam sido distribuídos 4870 exemplares, o que daria uma média de 324 exemplares distribuídos por número, do 1 ao 15. Esses exemplares circularam principalmente entre os membros da Sociedade e pessoas que solicitavam a revista por correspondência.

Sobre os membros da Sociedade, a mesma edição número 16 anuncia que, àquela altura, eram 100 os “sócios devidamente inscritos”, sendo que, no ano seguinte à sua criação, a SCB já contava “cerca de quarenta” membros (FC n. 11, p. 1); ou seja, verifica-se uma

---

<sup>191</sup> Informação concedida em entrevista com Rui Corrêa e Ruy Vieira em setembro de 2021. Ver nota 146.

expressiva adesão de interessados na Sociedade em seu primeiro ano, mas a expansão subsequente parece ocorrer em ritmo menos acelerado. Isso pode ser explicado pelo fato de que os primeiros membros a aderirem à SCB provinham majoritariamente de espaços próximos a Vieira, sobretudo do Instituto Adventista de Ensino (IAE) – com destaque para os teólogos formados ou formando pela instituição. Após a conquista desses membros mais “à mão” logo no primeiro ano, a expansão subsequente teria que se dar pela conquista mais esporádica, individualizada e difusa de novos membros ou leitores da *Folha Criacionista*.

#### **2.4.2. Relações internacionais**

De fato, as correspondências da SCB, preservadas até hoje pela família Vieira, oferecem importantes pistas sobre essa expansão da entidade – inclusive em escala internacional<sup>192</sup>. Ainda em 1973, por exemplo, a partir de notícia dada a respeito da fundação da Sociedade Criacionista Brasileira por alguns órgãos de comunicação adventistas, como o *Universitario Adventista* e o *Vida Feliz*, ambos publicados em espanhol e com circulação por diversos países latino-americanos, a SCB receberia pedidos de assinatura da *Folha Criacionista* e perguntas de interesse geral sobre a Sociedade. Tais contatos seriam feitos principalmente por estudantes de graduação, professores secundários e universitários e instituições de ensino da Argentina, Chile, Uruguai, Peru e Venezuela, geralmente ligados à Igreja Adventista em seus respectivos países.

---

<sup>192</sup> Quando estive em visita ao Centro Cultural da SCB, em Brasília, Rui Corrêa generosamente me concedeu acesso às cartas recebidas e enviadas pela Sociedade para pessoas e entidades fora do Brasil. A correspondência nacional, contudo, não foi localizada na ocasião, e, portanto, não pôde ser considerada nesta pesquisa.

Nesse sentido, é possível perceber que já nos seus primeiros anos a Sociedade Criacionista Brasileira assumiria um papel de referência na América Latina. Um membro da *Creation Research Society* chega, inclusive, a propor para Ruy Vieira que ele produzisse uma edição em espanhol da *Folha Criacionista*, algo que o fundador da SCB diz ser impossível no momento por causa das “dificuldades relativas à tradução e também aos contatos necessários para conseguir assinantes em países de língua espanhola”<sup>193</sup>.

Ainda nas duas primeiras décadas de história da SCB, há também contatos de particulares em Angola, Estados Unidos e Espanha demonstrando interesse nas atividades da entidade e solicitado assinatura da *Folha Criacionista*. No caso da Espanha, há uma correspondência especialmente interessante iniciada por um espanhol de nome David A. Muniesa em março de 1979, por meio da qual temos notícia da criação de uma organização criacionista no país chamada Coordinadora Creacionista, que visava “agrupar os esforços de alguns irmãos que sentem a responsabilidade de manter o testemunho de sua fé na Bíblia em um ambiente majoritariamente contrário”<sup>194</sup>. Apesar da manifestação mútua de realizar esforços em comum, não há indícios de que isso tenha de fato ocorrido.

Nem sempre, contudo, a correspondência internacional partiria de terceiros em direção à SCB. O próprio diretor da Sociedade, Ruy Vieira, era também bastante ativo no sentido de estabelecer contatos internacionais. Em uma carta enviada ao geólogo e paleontólogo italiano Roberto Fondi, por exemplo, Vieira diz ter recebido “através da esposa do adido aeronáutico brasileiro em Roma, notícia de seu interesse por estudos relativos à controvérsia entre o Criacionismo e o Evolucionismo”. A partir dessa introdução, o

---

<sup>193</sup> No original: “difficulties related to the translation and also to the necessary contacts needed for getting subscriptions from Spanish-speaking countries”.

<sup>194</sup> No original: “agrupar los esfuerzos de algunos hermanos que sienten la responsabilidad de mantener el testimonio de su fe en la Biblia en un ambiente mayoritariamente contrario”.

fundador da Sociedade Criacionista Brasileira dá notícias da entidade e solicita “informações a respeito de publicações em língua italiana sobre a questão”. Finalmente, Ruy Vieira manifesta o desejo de “manter correspondência com o prezado Professor, trocando informações pertinentes que possam nos ser mutuamente de interesse” (Carta de Rui Carlos de Camargo Vieira ao Ilmo. Sr. Prof. Roberto Fondi, 25/11/1983).

Cartas como essa demonstram não só o empenho da SCB em estabelecer contatos e possíveis parceiras com entidades criacionistas fora do Brasil, mas também o fácil acesso de seu fundador a figuras de alta posição, como, no caso, um oficial das Forças Armadas em função diplomática e um professor da Universidade de Siena<sup>195</sup>. De fato, percebe-se na dinâmica de circulação da SCB e da *Folha Criacionista* uma identificação muito expressiva com a circulação do próprio Ruy Vieira. Como dito acima, viagens como aquela para Manaus ou atividades panfletárias como aquela realizada em São Carlos ainda em 1972 seriam pouco típicas do modo de operação da Sociedade em suas primeiras décadas. Mais comum seria que Vieira aproveitasse suas viagens de trabalho para encaixar em sua agenda um ou outro encontro com particulares interessados no criacionismo, ou visitar grupos e igrejas abertos a realizações de palestra sobre o tema.

Ruy Vieira era formado em engenharia mecânica e elétrica pela Escola Politécnica da Universidade de São Paulo (USP) e, quando fundou a Sociedade Criacionista, atuava como professor na Escola de Engenharia da São Carlos (EESC). Assim, ocasiões como congressos acadêmicos, por exemplo, poderiam oferecer oportunidades de viagens pelo país e viabilizar encontros para divulgação dos trabalhos da SCB. Em 1972, mesmo ano de fundação da Sociedade, Vieira passaria a integrar a Comissão de Especialistas em

---

<sup>195</sup> Outro exemplo para ilustrar esse ponto poderia ser o fato de que, para receber o valor de *Folhas Criacionistas* vendidas para assinantes nos Estados Unidos, Vieira solicita que estes enviem o pagamento para um amigo, o professor John Hunter, do Latin American Studies Center, da Universidade de Michigan.

Ensino de Engenharia do Departamento de Assuntos Universitários<sup>196</sup> do Ministério da Educação e Cultura (MEC), dentro da qual acompanharia e avaliaria escolas de engenharia por todo o Brasil. Isto é, mais uma situação favorável à divulgação de seus trabalhos paralelos na SCB. Finalmente, entre 1979 e 1985, Ruy Vieira assumiria por dois mandatos o cargo de diretor científico da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP), aumentando ainda mais seu prestígio, sua influência e sua rede de contatos<sup>197</sup>.

#### **2.4.3. Conexões com entidades congêneres**

Além desse estabelecimento de contatos e circulação mais difusa da SCB e da *Folha Criacionista* relacionados à própria circulação pessoal e profissional do fundador da entidade, é preciso destacar também uma outra frente, mais focalizada, de conexões internacionais iniciadas por Ruy Vieira; estas, com as organizações criacionistas norte-americanas.

Além da já referida aproximação com a *Creation Research Society* (CRS), que serviria como principal referência institucional e bibliográfica para a Sociedade Criacionista Brasileira, a SCB manteria contato desde sua primeira década de atividade com diversas outras entidades semelhantes, como a *Creation Science Research Center* (CSRC), a *Bible-Science Association* (BSA), o *Institute for Creation Research* (ICR) e o *Geoscience Research Institute* (GRI).

---

<sup>196</sup> O Departamento de Assuntos Universitários (DAU) se tornaria, poucos anos mais tarde, a atual Secretaria de Educação Superior (SESu).

<sup>197</sup> É interessante ressaltar que a nomeação de Vieira como diretor científico da FAPESP não parece ter sido alvo de questionamentos relacionados ao fato de ele ser também fundador de uma sociedade criacionista. Examinaremos melhor esse ponto no terceiro capítulo.

Em todos os casos, as organizações criacionistas norte-americanas seriam bem receptivas às aproximações da SCB, parabenizando-a pelo empenho em difundir o tema no Brasil e cedendo gratuitamente, ou pelo menos com facilidades, os direitos de reprodução de textos e outros materiais com temática criacionista para exposições em igrejas e palestras. No caso dos textos, Ruy Vieira recebia por correio (às vezes na forma de permuta com a *Folha Criacionista*) os periódicos de todas as entidades mencionadas acima<sup>198</sup> (o *Creation Research Society Quarterly* da CRS, o *Bible-Science Newsletter* da BSA, o *Acts and Facts* do ICR, e o *Origins* do GRI), dos quais obtinha permissão para traduzir e publicar seus artigos. No caso dos *filmstrips*, que consistiam de rolos contendo apenas imagens, as quais poderiam ser acompanhadas por narração ao vivo ou gravações de áudio à parte, os gastos e dificuldade de obtenção eram consideravelmente maiores, particularmente por questões relacionadas a direitos autorais. Das entidades mencionadas, as principais fontes de *filmstrips* para a SCB seriam a CSRC, a qual Vieira solicitaria os filmes “Fossils, Strata and Evolution”, “The Origin of the Solar System”, “Search for Extra-Terrestrial Life”, “Search for Noah’s Ark” e “Mountains of Ararat”, e a BSA, à qual seriam solicitados “The Necessity for Creationism”, “The Search for Noah’s Ark”, “Canyon of Canyons”, “Noah’s Ark”, “Glacier Park and the Bible”, “Whose World?”, “Dinosaurs 4000 Years Ago”, “The Atom Speaks Series”, “In the Beginning”, “Designed for Dissolution”, “No Place to Hide” e “New Heavens and New Earth”.<sup>199</sup>

Na *Folha Criacionista*, Ruy Vieira anunciaria orgulhosamente a obtenção de parte desse acervo ainda em 1977. No editorial do número 16, publicado em novembro do referido ano, consta que a SCB, “em contato com suas congêneres no exterior, conseguiu reunir um bom número de interessantes palestras gravadas, juntamente com seu roteiro escrito

---

<sup>198</sup> Exceto, talvez, da CSRC, do qual não há notícia nas correspondências.

<sup>199</sup> Informações obtidas a partir de diversas cartas sem organização formal acessadas no Centro Cultural da SCB em Brasília em setembro de 2021.

e as respectivas coleções de dispositivos ilustrativos” (FC n. 16, p. 53), que “a partir de 1978 deverá ser usado amplamente para palestras e conferências de divulgação dos temas criacionistas” (FC n. 16, p. 3). No número seguinte da revista, novo editorial menciona os *filmstrips*, delimitando agora de forma mais específica um público-alvo: “Ênfase especial será dada pela Diretoria na divulgação dos audio-visuais que foram especialmente preparados para atingir a população estudantil de 2º grau e universitária” (FC n. 17, p. 3).

Um detalhe sobre o material audiovisual cobijado pela SCB é que, em razão do fato de nem todos os filmes mencionados acima pertencerem às instituições às quais foram solicitados, Vieira acabaria tendo que recorrer ainda a outros contatos para obtê-los, como o *International Audio Visual Service*, ligado à Igreja Adventista, a *Pacific Meridian Publishing Company*, a *Outdoor Pictures*, a *Scientific Technical Presentations* e a *Films for Christ Association*. Nas correspondências com esta última, há mais pistas interessantes sobre o uso dos filmes pela SCB. Vieira diz à associação que “Os filmes deverão ser exibidos por mim mesmo em igrejas e outros locais, sem alugar, sempre com entrada franca” e que “eu costumo ficar em Brasília, mas como estou viajando muito pelo país, pretendo exibir os filmes por onde eu for”<sup>200</sup> (Carta de Ruy Carlos de Camargo Vieira à Films for Christ Association, 25/08/1977). Aqui, mais uma vez, aparece de forma evidente a identificação da SCB à pessoa de seu fundador. Não apenas pela ligação de sua circulação pessoal e a circulação da Sociedade, mas também por seu protagonismo nas aproximações internacionais, tomando sempre a iniciativa de localizar e contactar

---

<sup>200</sup> No original: “The films should be shown by myself in churches and other places, without any rental, always with free admission”; “I usually stay in Brasilia, but as I am traveling too much throughout the country, I intend to exhibit the films whereas I go”.

instituições que pudessem colaborar de alguma forma com seus esforços de difusão do criacionismo no Brasil.

Nesse ponto, é importante notar que a colaboração de entidades criacionistas norte-americanas com a SCB aconteceu, via de regra, sob demanda da entidade brasileira. Não houve, em nenhum momento, por exemplo, doações, financiamento ou presença de atores estrangeiros na gestão da Sociedade. As colaborações se resumiram basicamente a concessões de direitos de reprodução de material e notas curtas de divulgação da SCB nos periódicos criacionistas norte-americanos. Até mesmo os serviços postais para receber material em texto e filme foram todos pagos com verba da SCB, a qual não parece se distinguir inicialmente em relação à verba pessoal de seu fundador<sup>201</sup>.

Quanto à procedência dos textos da *Folha Criacionista*, esta seria composta, conforme já antecipado, principalmente por artigos traduzidos pelo próprio Ruy Vieira a partir de originais da *Creation Research Society Quarterly*. Nos primeiros anos da publicação, essa dependência bibliográfica seria praticamente total. Todavia, gradativamente, um volume maior de contribuições originais, principalmente comentários de Vieira a livros e notícias relacionados à controvérsia evolução-criação, bem como traduções de textos de outras fontes e contribuições esporádicas de autores latino-americanos ganhariam um espaço maior na revista.

De todo modo, as traduções de artigos estrangeiros formariam sempre o miolo mais espesso da *Folha Criacionista*, algo que seria ao mesmo tempo uma vantagem e um desafio para a revista, já que, por um lado, o material sobre a controvérsia evolução-

---

<sup>201</sup> Em suas correspondências com o professor John M. Hunter, da Universidade de Michigan, é possível verificar que Ruy Vieira pagava uma série de despesas nos Estados Unidos por seu intermédio. Essas despesas incluem desde obtenção de material criacionista até compra de remédios e pagamento de taxas universitárias para um sobrinho de Vieira que estudava em Nova York. O fundador da SCB cobria todos esses custos bastante diversos com um único cheque.

criação produzido em inglês era farto e facilmente acessível, mas, por outro lado, o trabalho de traduzir todo esse material acabava levando muito tempo. É o que expressaria Vieira em um editorial em 1975, no qual justifica as falhas no cronograma da publicação (idealizada como trimestral, mas publicada principalmente em periodicidade quadrimestral) e convoca membros a colaborarem no esforço de tradução (sem sucesso):

A maior preocupação dos editores não é falta de material para ser publicado, pois desde o início das suas atividades a Sociedade Criacionista Brasileira conseguiu acumular um grande número de artigos e livros para serem objeto de suas publicações. O grande estrangulamento está sendo na tradução desse material, o qual em sua maior parte está escrito em inglês.

Esse material em inglês, como dito, provinha sobretudo das publicações da *Creation Research Society* e tinham um estilo geralmente técnico, semelhante a artigos acadêmicos ou de divulgação científica. Nos termos da *Folha Criacionista*, eram artigos que haviam sido “julgados suficientemente adequados para o nível médio dos eventuais interessados em potencial”, isto é, o público-alvo graduado, universitário ou pré-universitário da revista.

Os temas recorrentes em tais textos variavam dentro de um repertório tradicional da argumentação antievolucionista norte-americana, visando principalmente a refutação de argumentos evolucionistas relativos, por exemplo, à antiguidade do planeta Terra, à possibilidade da origem da vida a partir de não-vida, à interpretação do registro fóssil e à confiabilidade de reconstruções artísticas realizadas a partir de vestígios paleontológicos. Além de críticas antievolucionistas, alguns artigos traziam também defesas propositivas de teses criacionistas, como a plausibilidade da ocorrência histórica de um Dilúvio universal (sua datação e efeitos biogeográficos), o suposto testemunho das pesquisas

genéticas a respeito da “permanência dos tipos” (imutabilidade das espécies), e variações em torno do argumento teleológico popularizado por William Paley (“analogia do relojoeiro”) a respeito da inviabilidade de organismos complexos surgirem por acaso.

Além desses artigos traduzidos de periódicos criacionistas, é considerável também o espaço dado na revista à reprodução de artigos de revistas científicas e de divulgação científica norte-americanas de grande prestígio, como *Science*, *Nature* e *National Geographic*. A partir dessas fontes, Vieira reproduzia trechos de artigos referentes à controvérsia evolução-criação que considerava, em alguma medida, favoráveis à posição criacionista; por exemplo, notícias que confrontavam diferentes teorias evolutivas, ou que apresentavam novas incertezas e questionamentos acerca da interpretação de alguma informação biológica ou geológica.

Esses trechos selecionados de revistas eram geralmente comentados pelo editor, que aproveitava para arrematar os textos com conclusões favoráveis para os criacionistas – por exemplo: “Apesar de certa posição dogmática intransigente a respeito da evolução como verdade comprovada, percebe-se a grande dificuldade reconhecidamente existente para adequar os fatos existentes no registro paleontológico à teoria da evolução” (FC n. 26, p. 39) – ou, em alguns casos, eram reproduzidos sem qualquer comentário, dizendo apenas o editor que “Propositadamente são apresentadas transcrições de algumas notícias, sem comentários pormenorizados a seu respeito, para deixar ao próprio leitor o exercício de compará-las com os pontos de vista criacionistas, para tirar suas próprias conclusões” (FC n. 15, p. 3).

É importante destacar que esse uso seletivo e comentado de notícias obtidas de fontes não-criacionistas não se restringiu a material norte-americano. Trechos de notícias do *Estado de S. Paulo*, *Folha de S. Paulo*, *O Globo*, *Zero Hora* e *Ciência e Cultura*, por

exemplo, também figuram na seção “Notícias” da *Folha Criacionista*. No caso da *Ciência e Cultura*, revista publicada pela Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), é interessante notar que houve pelo menos uma interação direta entre o periódico e um criacionista próximo a Ruy Vieira e à SCB.

Em uma edição de 1972, a *Ciência e Cultura* daria espaço na seção “Cartas” a um texto pró-criacionista de autoria de Roberto C. Azevedo, professor formado em Biologia pela USP que se tornaria apoiador da Sociedade Criacionista Brasileira, no qual são questionadas “as ideias ‘modernas’ acerca da possível origem da vida” (CC v. 24, n. 9, 1972, p. 878-9), referindo-se às hipóteses de Oparin, Urey e Miller. Como contraponto, o autor menciona um artigo antievolucionista intitulado “O caráter científico da doutrina da evolução”, traduzido da *Creation Research Society Quarterly*, e publicado no primeiro número da *Folha Criacionista*.

Na sequência do texto de Azevedo, é curioso perceber que a própria *Ciência e Cultura* daria ainda maior espaço à recém lançada *Folha Criacionista*, descrevendo-a de maneira surpreendentemente neutra: “Encerra, além de noticiário, artigos sobre a terra no espaço e no tempo, datação pelo radiocarbono, caráter científico da doutrina da evolução, explicação simplificada da primeira e da segunda lei da termodinâmica” (CC v. 24, n. 9, 1972, p. 879).<sup>202</sup>

Repercutindo essa publicação, Vieira escreveria em seu próprio periódico que a presença da carta de Azevedo na revista da SBPC “reflete a existência de um início de reação salutar, também em nosso país, ao domínio exclusivista da Teoria da Evolução” (FC n. 3, p. 62). Preciso ou não em seu prognóstico antievolucionista, o fato é que as décadas de

---

<sup>202</sup> Refletiremos de maneira mais dedicada sobre as características dessa recepção inicial do ativismo criacionista por autoridades científicas no terceiro capítulo, no qual essa reflexão poderá se beneficiar de um estudo comparativo dos criacionismos no Brasil e nos Estados Unidos.

1970 e 1980 representariam realmente um momento bastante significativo para a expansão do criacionismo no Brasil. Em 1979, somando-se à forte atuação da SCB na difusão de material criacionista, seria fundada uma segunda organização criacionista no Brasil, a Associação Brasileira de Pesquisa da Criação (ABPC). Nos anos seguintes, alguns livros criacionistas também seriam produzidos no Brasil (além de traduções de livros criacionistas estrangeiros), incluindo um livro-texto criacionista que chegaria a integrar o Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) da Fundação de Assistência ao Estudante (FAE), órgão do MEC. No próximo capítulo, examinaremos a participação da ABPC e de alguns desses livros na história do criacionismo no Brasil.

\*\*\*

Para resumir as conclusões propostas neste capítulo, poderíamos começar afirmando que a primeira organização criacionista do Brasil surge a partir de um estímulo nacional, a saber, a expansão do evolucionismo, sobretudo na educação escolar, e se molda tendo como referência as organizações criacionistas norte-americanas, principalmente a *Creation Research Society*.

Nesse esforço de articular uma oposição ao evolucionismo no Brasil, a Sociedade Criacionista Brasileira apostaria inicialmente na difusão de textos antievolucionistas com pretensão de pertinência científica, buscando conquistar respeitabilidade intelectual para a alternativa criacionista ao “domínio exclusivista da Teoria da Evolução”. Esses textos seriam majoritariamente oriundos de publicações norte-americanas e circulariam entre seminaristas, estudantes pré-universitários e universitários e até mesmo entre figuras de grande prestígio acadêmico, como a geneticista Dértia Freire-Maia. Por meio da *Folha Criacionista*, esse material circularia também internacionalmente, sendo uma referência para criacionistas de diversos países da América Latina.

Além do alcance resultante da produção e circulação da *Folha Criacionista*, a SCB apostaria também em palestras em igrejas, escolas e eventos organizados por particulares nas quais poderia apresentar também outro tipo de material criacionista de origem norte-americana, os *filmstrips*. A realização de eventos como esses e a própria difusão da *Folha Criacionista* ocorreria principalmente como resultado do esforço pessoal do fundador da sociedade, Ruy Vieira, que parece ter sempre carregado consigo o ativismo criacionista, tanto nos espaços religiosos quanto acadêmicos e profissionais pelos quais circulou.

A despeito desse caráter um tanto caseiro e pessoal que caracterizou a Sociedade Criacionista Brasileira em suas primeiras décadas, a entidade representaria, já desde a fundação, o início de uma nova fase do antievolucionismo no Brasil: institucionalmente organizado, militante e com elevadas pretensões teóricas – “científicas”. Este último ponto será especialmente importante para as discussões do próximo capítulo.

### **3. O “status científico” do criacionismo: a Associação Brasileira de Pesquisa da Criação e outros esforços de afirmação da cientificidade da cosmogonia bíblica**

Nos capítulos anteriores, consideramos as hipóteses de que a expansão do criacionismo no Brasil teria sido favorecida pela expansão do ensino de evolução no país e pela pronta disponibilidade de material criacionista norte-americano, apropriado por antievolucionistas brasileiros para contrapor essa renovação curricular. Agora, devemos considerar uma terceira hipótese, a de que a valorização da ciência na cultura brasileira também teria oportunizado a emergência de movimentos criacionistas no país.

Essa hipótese pode parecer inusitada, dado que o criacionismo, enquanto proposta de explicação das origens do universo, da vida e da humanidade, foi rejeitado pelas principais autoridades científicas do Brasil (e dos Estados Unidos). No entanto, o que pretendo argumentar ao longo deste capítulo é que o criacionismo, ainda que não tenha sido oficialmente acolhido por departamentos universitários ou reconhecido como uma teoria plausível em periódicos científicos, foi apresentado por seus adeptos como tendo “status científico”. Mais ainda, na defesa dessa pretensa cientificidade do criacionismo, alguns autores criacionistas também atacaram os méritos científicos das teorias evolutivas, propondo que o criacionismo era “mais científico” que a evolução.

Independente da validade dessa afirmação de que o criacionismo teria “status científico”, parece indiscutível que, para os criacionistas, ter tal status era algo de grande importância – assim como negar esse mesmo status à evolução. Caso a ciência fosse algo indiferente ou desprezível para os criacionistas, toda essa argumentação – que, repito, é central nos textos criacionistas – careceria completamente de sentido. Só um grupo ou uma sociedade que reconhecesse o discurso científico como legitimador de ideias e crenças, inclusive no

que diz respeito à Bíblia, a Deus e aos elementos da religião cristã, poderia dedicar algum espaço ao criacionismo: um empenho pela validação científica das narrativas bíblicas das origens. Por isso a hipótese de que uma valorização da ciência no Brasil na segunda metade do século XX poderia ter contribuído para elevar o apelo do criacionismo nesse mesmo período.

Para desenvolver esse argumento, apresentarei primeiro alguns personagens que buscaram afirmar esse “status científico” do criacionismo no Brasil, entre eles a segunda entidade criacionista fundada no país, a Associação Brasileira de Pesquisa da Criação (ABPC). Em seguida, buscarei situar a atividade desses personagens no contexto mais amplo de afirmação social da ciência no Brasil, contando com as reflexões de Simon Schwartzman e com análises de fontes primárias, como a revista *Ciência e Cultura* e as edições brasileiras do BSCS. E, por fim, examinarei as discussões sobre essa pretensa cientificidade do criacionismo no primeiro livro didático criacionista produzido no Brasil e na polêmica que resultou dessa publicação.

### **3.1. A Associação Brasileira de Pesquisa da Criação (ABPC) e a presença universitária do criacionismo**

Em uma manhã de 1976, Christiano Pinto da Silva Neto, professor universitário de Matemática, faria uma compra na Inglaterra com importantes consequências para a história do criacionismo no Brasil. Christiano havia se formado em Matemática e Física na Universidade Federal do Paraná e já havia lecionado na Universidade Gama Filho, no Rio de Janeiro, e na Universidade Estadual de Maringá, no Paraná. Agora, em 1976, cursava uma pós-graduação em Ciências na Universidade de Londres. No trajeto diário até a instituição, tinha o costume de passar em frente à vitrine de uma livraria evangélica

à procura de títulos interessantes. E, nessa manhã específica, um volume lhe chamara bastante a atenção: um livro fino, em formato de revista, com um crânio em destaque na capa e uma pergunta instigante: “a evolução é verdade?” [“*is evolution true?*”] [Figura 17].

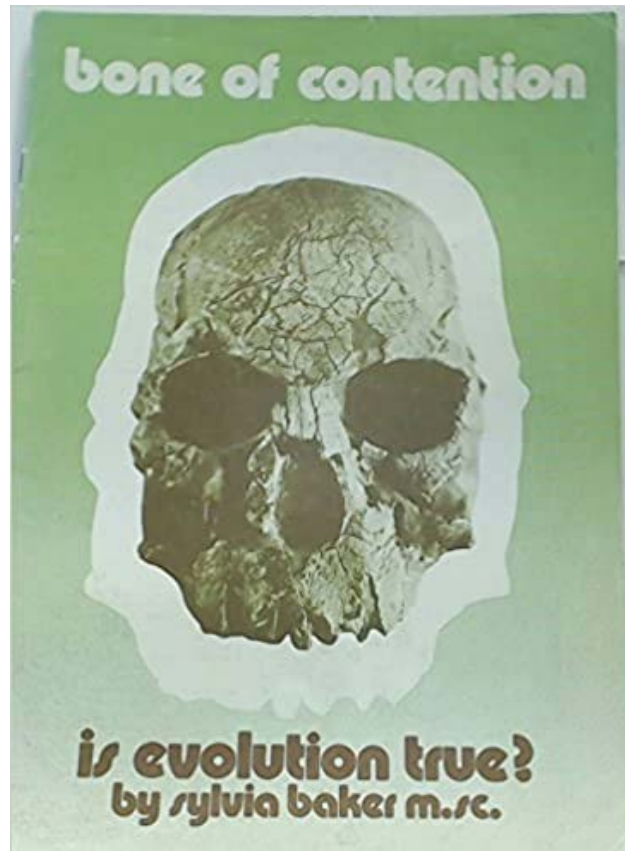


Figura 17: Capa do livro “Bone of Contention: Is Evolution True”, de Sylvia Baker

Conforme costuma recordar em entrevistas<sup>203</sup>, Christiano havia sido atormentado desde criança pela controvérsia evolução-criação. Nascido e criado em uma família – e em uma

---

<sup>203</sup> Alguns exemplos são: RÁDIO SUPER 100.5 FM. DE TUDO UM POUCO - Congresso Universitário abordará temas como Fé x Ciência - 1/2. Youtube, 2013. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=mC4xjUWMpbc>. RÁDIO SUPER 100.5 FM. DE TUDO UM POUCO - Congresso Universitário abordará temas como Fé x Ciência - 2/2. Youtube, 2013. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=CQmRXLOQ6Og>. REDE SUPER DE TELEVISÃO. NUNCA É TARDE - "Não há vida sem Deus", diz presidente da Associação de Pesquisa da Criação. Youtube, 2015. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=yN3fLkpJvsU>. REDE SUPER DE TELEVISÃO. MENTE ABERTA - Professor e pastor Christiano da Silva Neto fala sobre fé e ciência. Youtube, 2015. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=lZ43TUJycZw>. REDE SUPER DE TELEVISÃO. Teoria da evolução e da criação | BATE-PAPO. Youtube, 2016. Disponível em:

igreja – evangélica, sentia-se confuso pelas aparentes contradições entre o que ouvia dos pastores, de um lado, e dos professores, de outro, naquilo que dizia respeito às origens do universo, da vida e da humanidade. Em certa fase de sua vida, tal incongruência o faria desconfiar da veracidade absoluta da Bíblia, texto fundamental de sua comunidade religiosa, e motivaria recorrentes crises de fé.

Segundo suas lembranças, as tentativas de resolver o dilema em conversas com seus pares na igreja haviam sido infrutíferas, pois não havia ninguém qualificado ou mesmo efetivamente interessado em discutir a questão nesse ambiente<sup>204</sup>. Seria necessário esperar décadas para encontrar, do outro lado do Atlântico, material que pudesse satisfazer suas inquietações quanto ao problema evolução-criação – um material que não fosse simplesmente de cunho religioso, que repetisse o que a Bíblia diz ou que apelasse exclusivamente para a fé, mas sim um material que fornecesse bases razoáveis, racionais e científicas para a crença de que “a Bíblia tinha razão”<sup>205</sup>.

Esse material adquirido na livraria evangélica londrina era *Bone of Contention: Is Evolution True?* (1976), uma obra antievolucionista escrita por Sylvia Baker, bióloga inglesa com mestrado na Universidade de Londres. O livro se apresentava como uma contribuição efetivamente científica ao debate sobre a história da vida na Terra, contendo argumentos tocantes aos vestígios fósseis, à datação do nosso planeta e à relação entre genética e evolução. O caráter técnico do livro alimentaria a antiga esperança de

---

<https://www.youtube.com/watch?v=0mRIU-xyrHo>. REDE SUPER DE TELEVISÃO. "Só o criacionismo explica, cientificamente, a origem do universo", diz cientista | BATE-PAPO. Youtube, 2017. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=sy2boohdSTY>. Todos acessados em 07/09/2023.

<sup>204</sup> Ainda que essa seja uma percepção individual e limitada em escopo, não deixa de ser uma pista da pouca expressão da controvérsia evolução-criação e, conseqüentemente, do criacionismo como tema nas igrejas evangélicas brasileiras em meados do século XX.

<sup>205</sup> *E a Bíblia tinha razão...* é o título de um livro muito vendido no Brasil a partir da década de 1950, escrito pelo alemão Werner Keller, que afirmava que “pesquisas arqueológicas demonstram a verdade histórica dos Livros Sagrados” e que “a ciência comprova os acontecimentos descritos na Bíblia” – estes são precisamente dois subtítulos que aparecem nas edições brasileiras da obra. Não foi esse o material que Christiano Neto teve acesso e não é um livro que aborda a questão das origens, nem da evolução, nem do criacionismo. Faço referência ao título apenas porque ele expressa de forma sucinta esse desejo e projeto de legitimar cientificamente as narrativas bíblicas que seria absolutamente central no criacionismo.

Christiano da Silva Neto de que a ciência – a “verdadeira ciência”, não evolucionista – poderia dar às narrativas da Bíblia maior e mais sólida sustentação, ao invés de minar sua credibilidade, como até então parecia ser o caso.

A partir desse encontro, Christiano Neto passaria a buscar com grande entusiasmo novos materiais criacionistas semelhantes e, em 1979, já de volta ao Brasil, fundaria uma organização inteiramente dedicada à expansão do criacionismo no país, a Associação Brasileira de Pesquisa da Criação (ABPC). A fundação da ABPC aconteceria em Viçosa, Minas Gerais, onde seu fundador havia assumido posição de docente no Departamento de Matemática da universidade federal da cidade, a UFV. Esta teria um papel significativo na constituição da ABPC e em seus primeiros esforços de divulgação. É justamente por meio de um boletim editado pela universidade que temos notícia das primeiras ações realizadas pela Associação. Diz o *UFV Informa* de 08 de novembro de 1979:

Professores e cientistas participaram, terça-feira, em Viçosa, da primeira reunião pública da Associação Brasileira de Pesquisa da Criação, entidade cultural, educacional e científica, sediada em Viçosa, que realça a existência de uma alternativa para a evolução, que é o Criacionismo, filosofia que explica melhor a criação do mundo em que vivemos. (FC n. 22, p. 53)

O texto diz ainda que a reunião foi realizada em um auditório no *campus* e contou com a presença do reitor, Paulo Mário del Giudice. A partir desse primeiro trecho veiculado pelo boletim da UFV, já é possível destacar uma série de pontos importantes sobre a fundação da ABPC. Primeiramente, é notória a receptividade da universidade ao projeto criacionista de Christiano Neto. Além do espaço concedido no *UFV Informa* para noticiar a reunião, o próprio evento havia acontecido precisamente nas instalações da instituição – e isso com a presença legitimadora do reitor.

Além disso, chama a atenção a apresentação positiva feita da ABPC, descrita como “entidade cultural, educacional e científica”, representante de uma “filosofia que explica *melhor* a criação do mundo em que vivemos” (destaque meu). Também é digna de nota a referência ao criacionismo como uma “alternativa para a evolução”, ou seja, não como uma crença religiosa ou como uma perspectiva complementar, mas como um desafio explícito ao consenso acadêmico na Biologia.

Na sequência desse trecho, o boletim acrescenta ainda que “Na oportunidade, foi feita uma exposição dos objetivos da Associação, exibida uma projeção de slides, intitulada ‘As Rochas Revelam o Dilúvio de Noé’, encerrando-se a reunião com a exibição de um filme de caráter científico” (n. 22, p. 53). Aqui, mais uma vez, a cientificidade é ressaltada como um valor e uma qualidade da organização. A procedência do “filme de caráter científico”, cujo título parece remeter à Geologia Diluviana (discutida no capítulo anterior), é desconhecida, mas é certo que a ABPC manteve, desde seus primórdios, laços estreitos com o *Institute for Creation Research* (ICR), que pode ter fornecido o material.

Outra informação valiosa registrada no boletim em análise diz respeito à composição da primeira diretoria da Associação. A lista é a seguinte: “Cristiano Pinto da Silva Neto, diretor-presidente; Américo José da Silveira, diretor-associado; José Cambraia, diretor-associado; Fernando Pinheiro Reis, secretário; e Sirlene Passos da Silva, tesoureira” (FC n. 22, p. 53). Cristiano Neto, conforme já dito, era professor do Departamento de Matemática da UFV. Os diretores-associados, Silveira e Cambraia, também faziam parte do corpo docente da universidade, o primeiro no Departamento de Fitotecnia<sup>206</sup> e o segundo no Departamento de Biologia Geral<sup>207</sup>. O secretário Fernando Pinheiro Reis,

---

<sup>206</sup> Conforme registrado na tese de Gouvea (2017, p. 91).

<sup>207</sup> IGREJA PRESBITERIANA DE VIÇOSA. História e Testemunho por José Cambraia. YouTube, 2020. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=rfzVyYWTHjA>. Acesso em: 07/09/2023.

mestre em Genética e Melhoramento pela própria UFV, pertencia ao Departamento de Estatística<sup>208</sup>. A única integrante da diretoria da ABPC externa à UFV era Sirlene Passos da Silva, esposa de Christiano da Silva Neto.

Essa composição da diretoria certamente contribuiria para a respeitabilidade acadêmica da Associação<sup>209</sup> e, conseqüentemente, para sua livre atuação dentro do *campus*, no qual seriam realizadas outras reuniões. O boletim *UFV Informa* de 14 de novembro de 1979, por exemplo, noticiaria um novo encontro da ABPC:

Mostrando-se aberta também aos estudantes, a Associação Brasileira de Pesquisa da Criação (ABPC) reuniu-se, sábado passado, em duas sessões, no auditório do Departamento de Economia Rural, com os alunos de graduação desta Universidade.

O objetivo do encontro, que contou com a participação de cerca de 400 universitários, foi mostrar aos estudantes a filosofia da ABPC, entidade criacionista recentemente fundada em Viçosa, sem fins lucrativos, de caráter cultural, educacional e científico.

Não há nenhuma nota sobre a recepção – se positiva ou negativa – dos universitários presentes em relação à “filosofia da ABPC”. No entanto, de qualquer forma, o número estimado de expectadores é bastante expressivo e aponta para um alcance significativo conquistado pela Associação ainda em seus primeiros momentos. No ano seguinte, esse alcance poderia ser verificado também através da menção que a revista *Ciência e Cultura* faria da instituição: “A Associação Brasileira de Pesquisa da Criação é entidade sem fim lucrativos, aberta a profissionais, colaboradores e estudantes, de caráter cultural, educacional e científico. Procura sustentar o criacionismo em bases científicas” (CC v.

---

<sup>208</sup> Listado na página de ex-docentes do Departamento de Estatística da UFV. Disponível em: <https://det.ufv.br/ex-docentes/>. Acesso em: 07/09/2023.

<sup>209</sup> Em uma entrevista exibida na Rede Super de Televisão em 11 de maio de 2017, Christiano diz não ter sofrido qualquer constrangimento da parte de seus pares no contexto de fundação e divulgação inicial dos trabalhos da ABPC. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=sy2boohdSTY>. Acesso em: 07/09/2023.

32, n. 3, 1980, p. 377). Mais uma vez, como havia sido com a SCB, a divulgação aconteceu sem qualquer sombra de polêmica. Não há nenhuma nota editorial, nenhum comentário ou contextualização que faça referência à controvérsia evolução-criação<sup>210</sup>.

Depois de tal divulgação, curta e imparcial, a ABPC não seria mais mencionada nas páginas da *Ciência e Cultura*. Outros veículos de imprensa, contudo, repercutiram as atividades da Associação ao longo da década de 1980. A revista *Veja*, por exemplo, registrou, em 1985, uma reportagem a respeito de um livro infantil criacionista que vinha sendo motivo de grande controvérsia nos Estados Unidos. Nessa reportagem, o autor se refere aos criacionistas como “desalojados do mundo científico” e diz que “pareciam fadados à extinção”, mas que continuavam presentes, inclusive no Brasil. É nesse ponto que um box intitulado “Uma trincheira brasileira do criacionismo” dá notícia da ABPC. Segundo o texto, “Os criacionistas começaram modestamente no Brasil, mas estão evoluindo”, e uma expressão disso seria precisamente a instituição encabeçada por Christiano Pinto da Silva Neto: “Em 1979, ele e mais oito colegas fundaram na Universidade de Viçosa [...] a Associação Brasileira de Pesquisa da Criação, que acaba de passar a barreira dos 1000 associados em todo o país”.

Além de registrar essa quantidade bastante significativa de associados, a reportagem também menciona a distribuição de boletins mensais pela Associação e aponta para as pretensões político-educacionais da entidade, ilustradas pela seguinte declaração obtida diretamente de seu fundador: “Não cremos que seja justo que os filhos de pais criacionistas estejam, nos bancos escolares, expostos apenas a uma visão unilateral da questão das nossas origens”. A reportagem ainda lembra que Christiano Neto, à época com 37 anos, tinha três filhos em idade escolar.

---

<sup>210</sup> Discutiremos essa relativa desatenção à expansão do criacionismo no Brasil mais à frente neste capítulo.

Comparando a atuação da ABPC com entidades congêneres norte-americanas, como o ICR – que, aliás, era a entidade por trás do livro infantil que havia motivado a reportagem da *Veja* –, o autor da matéria escreve que “Sem ter o poder de fogo dos criacionistas americanos, o professor Christiano Neto se dedica, no Brasil, a tarefas mais modestas”, como a promoção de “cursos apostilados de sua *religião*, em que os alunos verificam seus conhecimentos fazendo testes de múltipla escolha ou palavras cruzadas cujos espaços em branco são preenchidos com termos colhidos de textos criacionistas” (ênfase minha).

Em 1985, portanto, a revista *Veja* já registrava uma reportagem pouco favorável à ABPC, na qual, como dito, criacionistas eram referidos como “desalojados do mundo científico” e o próprio criacionismo era referido como uma “religião”, e não como ciência. No entanto, no ano seguinte, a mesma revista daria espaço para um artigo antievolucionista completo escrito pelo próprio Christiano Pinto da Silva Neto. Publicado na seção “Ponto de Vista” sob o título “Por uma nova Biologia”, o texto atacaria particularmente a presença do ensino de evolução nas escolas brasileiras e a ausência da alternativa criacionista. “Tipicamente irracional e simiesca é a atitude que nossas escolas assumem hoje quando se trata de ensinar Biologia a nossos filhos”, diria o fundador da ABPC. “Por uma razão obscurantista, os professores ensinam somente a chamada teoria da evolução das espécies” (*Veja*, 19/03/1986, p. 162).

Na opinião de Christiano Neto, realmente só uma “razão obscurantista” – ou mesmo uma “conspiração que tem o objetivo de lançar-nos no completo descrédito” – poderia explicar o fato de as escolas brasileiras se manterem “aferradas no dogma do darwinismo”. Afinal, segundo sua avaliação, os méritos científicos da doutrina da evolução orgânica eram praticamente nulos: faltava rigor à interpretação dos fósseis, faltava lógica à consideração das mutações como fatores positivos de adaptação, e faltava coerência na compatibilização da ideia de evolução com a segunda lei da termodinâmica. Diante de

tudo isso, o autor se permitia concluir: “Estou convencido – e centenas de pesquisadores sérios em todas as partes do mundo o afirmam com convicção – de que tal ideia [a evolução] não é boa nem como teoria” (ibid.).

Apoiado sobre essa convicção, o fundador da ABPC ainda aproveitaria seu espaço na revista *Veja* para conclamar os pais de alunos em idade escolar a resistir ao que Ruy Vieira, da SCB, já havia denunciado anos antes como o “domínio exclusivista da Teoria da Evolução”. Não sendo possível, ao menos por ora, remover o evolucionismo das escolas, Christiano Neto proporia um esforço para inserir o criacionismo em iguais condições no currículo de ciências e biologia: “Ora, os pais devem exigir que, ao lado desse tipo de ensinamento [evolucionista], as crianças recebam lições que recoloquem a figura do Criador na interpretação do universo e na explicação da origem da vida”. E voltaria a insistir no decorrer do texto: “Porque não permitir que as escolas procedam a uma livre investigação das origens, honesta e criteriosa, abordando ambos os modelos [criacionista e evolucionista]?”. Pergunta para a qual sugeriria imediatamente uma resposta: “Talvez porque [os evolucionistas] saibam que a livre discussão desse assunto apressará a chegada do dia em que sua teoria será desnudada como o grande mito do nosso século” (ibid.).

É importante notar que essa proposta de ensino conjunto de evolução e criacionismo veiculada nacionalmente pelo fundador da ABPC por meio da revista *Veja* representava uma estratégia antievolucionista internacional. Como visto anteriormente, entidades criacionistas norte-americanas como a CRS e o ICR, referências fundamentais para as brasileiras SCB e ABPC, respectivamente, haviam se engajado em uma intensa batalha para frear a expansão do ensino de evolução associada à reforma dos currículos científicos pós-Sputnik. Como a eliminação da perspectiva evolucionista nos espaços escolares parecia completamente inviável dado o sucesso da implantação de livros como o BSCS,

os antievolucionistas norte-americanos organizados nas referidas instituições optariam estrategicamente por “balancear” a situação por meio da inserção curricular do criacionismo.

No Brasil, para a consternação dos criacionistas, a situação parecia se repetir. Versões adaptadas do BSCS penetravam até mesmo em colégios evangélicos confessionais – como o Instituto Adventista Campineiro, conforme vimos no caso do filho de Ruy Vieira –, e a perspectiva de adicionar o criacionismo nos currículos, em vez de remover dele o evolucionismo, parecia mais realista. Considerado todo esse contexto, compreende-se por que o artigo radicalmente antievolucionista de Christiano Neto, ainda que associe ao ensino de evolução termos como “razão obscurantista”, “dogma do darwinismo” e “mito do nosso século”, não proponha em momento algum a sua exclusão das escolas, mas apenas a inserção do criacionismo “*ao lado* desse tipo de ensinamento”.

No contexto brasileiro, contudo, mais ainda que nos Estados Unidos, essa estratégia sofreria de uma fraqueza básica. Ainda que um espaço maior fosse dado ao ensino do criacionismo nas aulas de ciências, haveria, afinal, material de apoio específico disponível para orientar esse ensino? Na data em que a *Veja* dava notícia pela primeira vez da ABPC, a resposta era “não”. Alguns meses depois, porém, já se poderia responder ao menos com um “talvez”.

Todavia, antes de partir para o exame do primeiro livro didático criacionista brasileiro, é importante destacar outra fonte que repercutiria as atividades da ABPC, dessa vez, de forma absolutamente favorável. Uma fonte que é, ela mesma, um importante documento para a história do criacionismo no Brasil e um expressivo testemunho da pretensão de cientificidade característica do movimento: o livro *Da Origem do Homem* (1982).

### **3.2. Samuel Novaes Figueira e a afirmação da “verdadeira ciência” criacionista (e a negação da “falsa ciência” evolucionista)**

Em 1982, começava a circular no Brasil um livro que, nas palavras de um certo médico baiano, “liquidou a moral científica da evolução” (FIGUEIRA, 1982 orelha do livro). Os primeiros exemplares da obra já saíam do prelo adornados com preciosos elogios, pendurados na orelha esquerda e na direita: “Trata-se de uma publicação esmerada, erudita, solidamente argumentada, oportuníssima” (ibid.), diria o Dr. Nilson Campos, geofísico e geólogo da Petrobrás. “Trata-se do trabalho de um cientista que, jogando com opulenta erudição científica [...], lança evolucionistas contra a evolução” (ibid.), acrescentaria o Dr. Victal Sarmento, professor adjunto de Neurologia na Universidade Federal da Bahia (UFBA). Por sua vez, o Prof. Francisco Pinheiro de Lima, também da UFBA, registraria seu elogio à obra por “mostrar a falta de fundamentação científica de uma hipótese que é arvorada como fato definitivamente provado, a evolução” (ibid.). E, finalmente, a Profa. Rosália Campos, do Instituto de Biologia da federal baiana, enalteceria a publicação como uma “contribuição científica sólida e logicamente arquitetada contra a teoria de Darwin, objeto de dogmatismo e idolatria nos meios culturais” (ibid.).

Erudição, cientificidade e pensamento lógico. Segundo o testemunho dos Profs. e Drs. citados, eram essas as principais marcas de *Da Origem do Homem* (1982), um libelo antievolucionista escrito pelo médico cirurgião e conferencista Samuel Novaes Figueira, natural de Vitória da Conquista, Bahia. De fato, essa impressão – a excelência científica e intelectual do livro – é reforçada da primeira à última página. Passando pelas orelhas e chegando à folha de rosto, o leitor descobre que o autor é membro da Sociedade Brasileira

de Médicos Escritores e da Academia Evangélica de Letras do Brasil – informação que se encontra em destaque logo abaixo de seu nome (FIGUEIRA, 1982, p. 1).

Na sequência, vê-se que a dedicatória do livro é feita “À Juventude estudantil brasileira” e, sarcasticamente, “Aos numerosos sábios evolucionistas cuja sinceridade indiscreta me forneceu preciosos subsídios para a feitura deste modesto trabalho” (ibid., p. 3). Na página de agradecimentos, os elogios dos Profs. e Drs. da orelha são retribuídos: “A todos quantos me encorajaram com palavras de estímulo [...]: FRANCISCO PINHEIRO, professor de Filosofia, ANÍBAL SILVANY, de Anatomia Patológica, e VICTAL SARMENTO, de Neurologia, todos da UFBA” (ibid., p. 7). Na sequência, começa uma introdução escrita por mais um Dr., o Dr. Ivan Milton Pitzer de Souza, reitor do Seminário Batista da Bahia, segundo o qual “A erudição neste livro torna os argumentos irrefutáveis” (ibid., p.10).

Finalmente, entra o texto de Samuel Figueira, que, na realidade, consiste em uma coleção de escritos produzidos ao longo de décadas, incluindo conferências realizadas em ambientes universitários, como a Faculdade Federal de Filosofia da Bahia. Tais escritos avançam, naturalmente, pela maior parte das páginas. Mas, antes de chegar à contracapa, ainda há algumas páginas de bibliografia e “Algumas Opiniões de Professores Universitários e outros Intelectuais sobre este livro” (ibid., p. 259) – todas favoráveis.

### **3.2.1. Contra a cientificidade do evolucionismo**

Como temos visto, essa característica marcante em *Da Origem do Homem* – a de afirmar insistentemente sua qualidade intelectual, científica e acadêmica – não é algo excepcional entre as publicações criacionistas. Pelo contrário, poderíamos até mesmo argumentar que esse esforço para legitimar *cientificamente* certas crenças e narrativas tradicionais sobre

a origem do mundo e da humanidade é uma das marcas distintivas do criacionismo propriamente dito; algo que o diferencia de conceitos aproximados, como, por exemplo, o de cosmogonia.

Narrativas sobre a gênese do cosmos, isto, é, cosmogonias, são fatos sociais universais. Povos desde os maxacalis, do nordeste de Minas Gerais, até os iorubás, originários da África Ocidental, passando pelos inuítes das regiões árticas e os hebreus do Antigo Oriente Próximo, produziram histórias sobre os primórdios dos tempos. No entanto, ainda que a veracidade dessas histórias fosse geralmente pressuposta, sua função tradicional era (e é) algo radicalmente distante da função das explicações científicas modernas.

Como resumiu o antropólogo Malinowski, “o mito [incluindo os cosmogônicos] em sua forma primitiva não é meramente uma história contada, mas uma realidade vivida”<sup>211</sup> (citado em JAMES, 1969, p. 9). Ainda que remetam ao passado, as cosmogonias visam principalmente o presente: oferecem legitimidade e significação para a ordem vigente de coisas – hierarquias sociais, sistemas políticos, identidades e costumes. Como descreveu o também antropólogo E. O. James, “ao fundamentar a ordem estabelecida numa realidade sobrenatural e nas suas sanções, é dada estabilidade à estrutura social e às suas instituições e organização, tornando-as à prova das forças desintegradoras da mudança e da decadência.”<sup>212</sup> (ibid., p. 4). Não por acaso, em incontáveis sociedades ao redor do mundo, *mitos* cosmogônicos estiveram (e estão) associados a *ritos* cosmogônicos, isto é, a atualizações performáticas ou encenações recorrentes de histórias relativas às origens; uma prática que realiza e manifesta essa presença do passado<sup>213</sup>.

---

<sup>211</sup> No original: “myth in its primitive form, is not merely a tale told but a reality lived”.

<sup>212</sup> No original: “by grounding the established order in a supernatural reality and its sanctions, stability is given to the social structure and its institutions and organization, making them proof against the disintegrating forces of change and decay”.

<sup>213</sup> A afirmação criacionista do status científico do Gênesis não anula ou substitui seu caráter cosmogônico. A “história primordial” continua sendo vivida pelas comunidades de fé e fundamentando seus valores e

No criacionismo, contudo, entendido como uma perspectiva de explicação da história natural alternativa à perspectiva evolucionista, o que se propõe é demonstrar a realidade objetiva, impessoal e factual de certos enunciados sobre a origem do mundo que nos cerca, buscando, para isso, evidências materiais e argumentos lógicos que possam ser universalmente aceitos como válidos. A Bíblia, claro, é absolutamente central nesse esforço, mas não como uma espécie de “texto ancestral” de um único povo ou local, e sim como um relato exato das origens, “tal como realmente foi”, e, portanto, passível de confirmação científica.

No capítulo anterior, vimos como a própria SCB, em seu pioneirismo criacionista no Brasil, já expressava de forma muito clara essa abordagem científicante à narrativa cosmogônica do livro de Gênesis. O editorial da primeira *Folha Criacionista* justificaria o lançamento dessa publicação precisamente nos termos da “necessidade da divulgação de aspectos *científicos* ligados à doutrina criacionista tal como exposta na Bíblia” (FC n. 1, p. 1, ênfase minha). Vimos também como a ABPC reivindicou para si mesma credenciais científicas elevadas e se propôs a apresentar o criacionismo como alternativa científica à evolução. Falando aos cerca de 400 universitários presentes na segunda reunião da Associação na Universidade Federal de Viçosa, Christiano Pinto da Silva Neto insistiria reiteradamente sobre esse ponto:

Queremos mostrar-lhes *provas científicas* de que o modelo criacionista é o que *melhor explica* a realidade do mundo em que vivemos. Desejamos apresentar-lhes uma *alternativa científica* para a evolução, *mais compatível* com as leis da natureza [...]. Recentes investigações, em vários *setores da Ciência*, têm permitido sustentar o movimento criacionista *em bases científicas*. (FC n. 22, p. 53, ênfases minhas)

---

práticas. A guarda do sábado pelos adventistas é um exemplo de “rito” que atualiza o “mito” do descanso divino. Voltaremos a essa relação entre o caráter “mítico” e “científico” do texto bíblico das origens na conclusão deste trabalho.

Essa autocompreensão dos antievolucionistas como defensores, e não como opositores da ciência é um elemento marcante da história do criacionismo e remonta aos próprios tempos de Darwin. Entre os primeiros críticos da obra do naturalista inglês estiveram presentes diversas figuras que colocaram em questão sua metodologia e rigor científico (BOWLER, 2003, cap. 6). O paleontólogo de Harvard, Louis Agassiz (1807-1873), por exemplo, avaliaria a *Origem das Espécies* como “um erro científico, falso em seus fatos, não-científico em seu método, e pernicioso em sua orientação”<sup>214</sup> (AGASSIZ, 1860, p. 154).

Críticas dessa natureza seriam também apropriadas, desenvolvidas e reproduzidas por teólogos presentes no nascimento do movimento fundamentalista. Vinte e três dos noventa artigos que compõem a coleção *The Fundamentals* (1910-1915), por exemplo, fazem referência às controvérsias pós-darwinianas, sendo que quatro deles são dedicados especificamente ao tema. Nesses textos, abundam críticas à cientificidade das teorias evolutivas. O autor do artigo “Evolutionism in the Pulpit”, por exemplo, acusa o evolucionismo de ser “um sistema baseado apenas em hipóteses [...] sem um único fato conhecido que possa lhe dar suporte”<sup>215</sup> (“Evolutionism in the Pulpit”, 1917, p. 88). E, em “Decadence of Darwinism”, o reverendo Henry H. Beach diz que a teoria de Darwin não pode “ser racionalmente discutida até que [os conceitos de] espécie e gênero sejam definidos”<sup>216</sup> (BEACH, 1917, p. 59), algo que outro artigo, “The Passing of Evolution”, afirma estar longe de acontecer “nas ciências exatas”<sup>217</sup> (WRIGHT, 1917, p. 73).

---

<sup>214</sup> No original: “a scientific mistake, untrue in its facts, unscientific in its method, and mischievous in its tendency”.

<sup>215</sup> No original: “a system based upon hypothesis only [...] without a single known fact to support it”.

<sup>216</sup> No original: “nor do we think that it can be rationally discussed until species and genus are defined”.

<sup>217</sup> No original: “The definition is far from being one that would be accepted in the exact sciences”.

Essa forte negação da legitimidade científica do darwinismo, em particular, e das teorias evolutivas, em geral, pode ser melhor entendida quando considerada a filosofia da ciência que a fundamentava. Isto é, para entender por que alguns naturalistas como Agassiz e alguns teólogos como os de *The Fundamentals* diziam que evolução era *falsa* ciência, é preciso entender o que eles consideravam como *verdadeira* ciência.

Em resumo, a ideia de ciência nutrida por muitas dessas figuras estava enraizada em uma tradição filosófica bastante popular nos Estados Unidos desde o século XVIII, a chamada filosofia “baconiana”<sup>218</sup>. Esta definia que a rota adequada para o conhecimento científico era a obtenção empírica de dados, sem imposição prévia de hipóteses ou teorias, seguida pela classificação desses dados e eventual generalização das conclusões obtidas. Assim definida, a “verdadeira ciência” deixava pouco espaço para o exercício da especulação e para sugestões sem possibilidade de verificação direta.

Vistas por esse prisma, as teorias da evolução pareciam a seus opositores excessivamente incertas. Expressando essa opinião, o líder fundamentalista William Bell Riley (1861-1947), por exemplo, afirmaria “que a evolução não é uma ciência; é apenas uma hipótese, uma especulação”<sup>219</sup> (citado em NUMBERS, 1993, p. 50). William Jennings Bryan, em um texto preparado para o julgamento de John Scopes, também se posicionaria em termos semelhantes: “Não é à verdade científica que os cristãos se opõem, pois a verdadeira ciência é conhecimento ordenado e, portanto, nada pode ser científico a menos que seja

---

<sup>218</sup> Apesar do termo “baconismo”, pelo qual essa postura científica e filosófica ficou conhecida, Bozeman observa que ela é apenas indiretamente inspirada nos textos de Bacon. No século XVIII, por exemplo, há pouquíssimas referências à filosofia de Bacon, mesmo por Newton, Locke ou os iluministas norte-americanos. Foi graças ao realismo escocês, especialmente as influentes obras *Inquiry into the Human Mind, on the Principles of Common Sense* (1764), de Thomas Reid, e *Elements of Philosophy of the Human Mind* (1792), de Dugald Stewart, os dois livros mais emprestados na biblioteca de Harvard desde 1795 até a chegada de Agassiz, em 1846, que o Lord Chanceler, Sir Francis Bacon, se tornou conhecido como “pai da verdadeira filosofia” nos Estados Unidos. (Nartonis, 2005; Ahlstrom, 1955)

<sup>219</sup> No original: “that evolution is not a science; it is a hypothesis only, a speculation”.

verdadeiro. A evolução não é verdade; é apenas uma hipótese – são milhões de suposições reunidas”<sup>220</sup> (citado em YOUNG; LARGENT, 2007, p. 158).

Além de acusarem a evolução de ser “apenas uma hipótese”<sup>221</sup>, os antievolucionistas do início do século XX, sobretudo no contexto do fundamentalismo norte-americano, também questionavam a cientificidade da teoria denunciando a ocorrência de fraudes na produção de evidências favoráveis a ela e alegando que os evolucionistas vinham aceitando essas e outras evidências apenas em razão de seu compromisso dogmático com a teoria. Nesse aspecto, o caso evocado com maior recorrência na literatura antievolucionista é, sem dúvida, a fraude de Piltdown.

Nesse episódio, um crânio encontrado na Inglaterra fora apresentado por paleontólogos como um “elo perdido” entre símios e humanos, porém, algumas décadas mais tarde, ficaria comprovado que o achado se tratava, na verdade, de uma combinação fraudulenta de um crânio humano anatomicamente moderno com a mandíbula de um orangotango. Antes que a farsa fosse exposta, contudo, o “Homem de Piltdown” seria objeto de reconstruções artísticas, exposições museais e figuraria até mesmo como evidência a favor da evolução no julgamento de John Scopes. Essa grave confusão jamais seria perdoada pelos antievolucionistas, que se refeririam constantemente a ela para lançar suspeita sobre a confiabilidade dos métodos e das evidências exibidas por seus adversários. (SPENCER, 1990)

Críticas como essas sobreviveriam e proliferariam ao longo das décadas. A *Folha Criacionista* da SCB, por exemplo, lembraria da farsa de Piltdown ao comentar uma

---

<sup>220</sup> No original: “It is not scientific truth to which Christians object, for true science is classified knowledge, and nothing therefore can be scientific unless it is true. Evolution is not truth; it is merely an hypothesis – it is millions of guesses strung together”.

<sup>221</sup> Até hoje essa caracterização da evolução como uma “mera hipótese” ou “apenas uma teoria” por oposição a um “fato” ou uma “lei” é bastante presente no discurso antievolucionista, tanto nos Estados Unidos quanto no Brasil. Sobre esse debate, ver Branch e Mead (2008).

notícia sobre manipulação de dados em uma pesquisa científica mais recente<sup>222</sup>: “a notícia é de interesse para os leitores da Folha Criacionista, que em sua maioria estão cientes das fraudes perpetradas visando à defesa cega das idéias evolucionistas, como nos casos do Homem de Piltdown e da lei biogenética de Haeckel<sup>223</sup>” (FC n. 16, p. 48). Algo interessante é que, ao mesmo tempo em que esse comentário colocava sob suspeita o trabalho científico dos evolucionistas em razão de tais precedentes, ele evitava ser tomado como um ataque geral à ciência, deixando, na sequência, o adendo: “Sem desmerecer a verdadeira ciência e os verdadeiros cientistas” (ibid., ênfases minhas).

A definição do que é realmente ciência também é central em um comentário que a *Folha Criacionista* faz a respeito do conteúdo do BSCS, versão Azul. Examinando um trecho do livro que defende precisamente a cientificidade da biologia evolutiva, o editor afirma que essa “nada mais é do que uma série de hipóteses não testadas e não confirmadas, posto que baseada em fatos não científicos – observações que não podem ser repetidas nem verificadas” (FC n. 5, p. 56). Assim, não sendo testável, confirmável, repetível e verificável, o “Evolucionismo como doutrina” constituiria, na opinião do editor, “a mais completa pseudo-ciência jamais construída” (FC n. 25. p. 66).

O livro de Samuel Novaes Figueira, *Da Origem do Homem*, também seguiria uma linha semelhante, prometendo expor as “razões pseudo-científicas do Evolucionismo” (p. 23). Segundo o autor, a teoria da evolução se tratava “de uma generalização apressada, de uma hipótese que até hoje espera a confirmação *experimental* que não aparece. [...] O coeficiente científico é mínimo, mesmo desprezível” (p. 23, ênfase minha). Figueira também faz referência à fraude de Piltdown para levantar dúvida sobre a honestidade científica de evolucionistas e resgata as críticas à metodologia de Darwin feitas por

---

<sup>222</sup> Referência ao Caso Burt (Burt Affair). Ver Joynson (1989).

<sup>223</sup> Sobre as acusações de fraude a Haeckel, ver Hopwood (2006).

Agassiz e outros “vultos da ciência” do século XIX, como Pasteur, Virchow e Quatrefages.

### 3.2.2. Pela cientificidade do criacionismo

De fato, essa batalha pela delimitação da “verdadeira ciência” – e pela exclusão da evolução de seus limites – seria parte fundamental do ativismo criacionista no Brasil, como já havia sido nos Estados Unidos e em outras partes do mundo. Contudo, esse quadro não estaria completo se considerássemos apenas a dimensão antievolucionista desse esforço, isto é, apenas a *negação* da cientificidade da evolução. O criacionismo, afinal, não se resume a antievolucionismo. Este poderia ser definido simplesmente como oposição ao evolucionismo, sem necessariamente qualquer proposta de explicação alternativa<sup>224</sup>. O criacionismo, por outro lado, se caracteriza também por uma *afirmação*, a de que “Deus criou” (o mundo, a vida e/ou a humanidade) conforme registrado nas narrativas bíblicas e de que esse “fato” deve ser considerado como relevante para as investigações científicas sobre as origens. Precisamos aqui, portanto, examinar também essa dimensão afirmativa do criacionismo.

Nesse sentido, é ilustrativo um trecho da *Folha Criacionista* que, ao confrontar as “duas interpretações distintas da realidade – a criacionista e a evolucionista”, não apenas nega à última o rótulo de ciência, mas faz questão de aplicá-lo à primeira:

Do nosso ponto de vista, [...] as evidências da modalidade criacionista de interpretação daquilo que pode ser observado no Universo, apresenta

---

<sup>224</sup> Um exemplo de antievolucionista não criacionista poderia ser alguém que se opusesse à teoria da evolução, mas não estivesse convencido por nenhuma outra teoria sobre a história da vida. Outro exemplo poderia ser alguém que rejeitasse a evolução em prol da crença de que a realidade em que vivemos é uma simulação de computador ou um produto de experiências alienígenas. Sobre esse último caso, ver o artigo de Richter (2012) sobre os aspectos cosmogônicos e escatológicos que caracterizam a crescente “religião” dos “alienígenas do passado” ou “deuses astronautas”.

grande coerência, *coaduna-se com os princípios básicos da Ciência atual*, e explica satisfatoriamente o 'por que' e o 'para que'<sup>225</sup> da realidade física que nos envolve". (FC n. 39, p. 7, ênfase minha)

Em *Da Origem do Homem*, Samuel Figueira também rejeita a ideia de que o “Criacionismo seja teoria exclusivamente religiosa” em favor da opinião de que este tem “status científico” (p. 23). Segundo o autor, o criacionismo “dominou o cenário cultural do mundo durante muitos séculos”, sendo firmado em “bases bíblicas”, confirmado pelo “senso-comum”<sup>226</sup> e depois pela “própria ciência” (p. 23). Em resumo, “primitivamente **religioso**, especificamente bíblico, o Criacionismo ganhou espaço e **status científico** na guerra defensiva contra a Evolução” (p. 23, negrito no original). Enfim, na avaliação de Figueira, a “realidade é que a Evolução tem pretensões científicas, enquanto o Criacionismo tem bases científicas” (p. 24).

Um exemplo surpreendente oferecido por criacionistas a respeito dos méritos científicos de seu posicionamento é a comprovação que a genética supostamente teria dado a ele. Como vimos no capítulo anterior, Ruy Vieira havia argumentado que a “moderna ciência da Genética” teria mostrado, mais do que qualquer outra coisa, a permanência dos tipos biológicos, ou, expresso por meio de um versículo bíblico, o fato de que os seres se reproduzem “de acordo com as suas espécies” (Gênesis, 1:24), nunca produzindo novas. Contrapondo argumentos evolucionistas do BSCS por essa perspectiva, Vieira sentenciaria: “as mariposas de Kettlewell continuaram a ser mariposas, os camundongos da Universidade de Michigan continuaram a ser camundongos, os *Staphylococcus aureus*

---

<sup>225</sup> Interessante observar que aqui a dimensão da finalidade (teleologia) é explicitamente reinserida no quadro da “Ciência atual”. Sobre o lugar da teleologia no pensamento evolutivo, ver o influente artigo de Mayr (1992), a análise histórico-filosófica de Ruse (2000) e as considerações de Ferreira (2003).

<sup>226</sup> A expressão aqui tem sentido positivo e remete ao *Common Sense* da língua inglesa (aquilo que qualquer um “em pleno gozo de suas faculdades mentais” reconhece como verdadeiro), e não ao “senso comum” no sentido de opiniões intelectualmente frágeis, não refinadas.

continuaram a ser *Staphylococcus aureus* e as moscas resistentes ao DDT continuaram a ser moscas”<sup>227</sup> (FC n. 5, p. 57).

Samuel Figueira sustentaria o mesmo argumento em *Da Origem do Homem*. Em suas palavras, a “genética é uma namorada muito disputada pelos evolucionistas, mas o compromisso franco dela é com o Criacionismo” (p. 98). Na visão do autor, os experimentos genéticos teriam demonstrado “muita irradiação horizontal”, mas nenhuma “irradiação vertical” (p. 120)<sup>228</sup>. Isto é, a variação dentro das espécies, admitida pelo criacionismo, teria tido sua confirmação experimental, mas a origem natural de novas espécies, postulada pelo evolucionismo, não. No vocabulário criacionista, novos “tipos”, ou “espécie-raiz” ou “matriz”, só poderiam resultar de “**fiats** criadores de DEUS” e, portanto, as “brechas ou abismos no registro geológico só se explica[ria]m pelas intervenções criativas de Deus” (p. 120, negrito no original).

É desnecessário dizer que as principais autoridades no assunto no período não compartilhavam dessa interpretação dos resultados das pesquisas em genética; nem nos Estados Unidos, nem no Brasil. Ainda que, de fato, precursores no estudo molecular da hereditariedade, como William Bateson (1861-1926) e Thomas H. Morgan (1866-1945), tenham sido críticos ferrenhos do darwinismo, entendido sobretudo como expressão de uma tradição naturalista ultrapassada, pouco experimental e demasiadamente

---

<sup>227</sup> Aqui o autor faz referência aos principais exemplos apresentados em livros didáticos do período a favor da teoria da origem das espécies por meio da seleção natural. As mariposas de (Bernard) Kettlewell são as mariposas de Manchester, das quais as mais escuras eram comuns nas áreas industrializadas, onde as árvores haviam sido escurecidas pelo efeito da atividade industrial e, dessa forma, passaram a favorecer a camuflagem (e a sobrevivência a ataques de predadores) das mariposas mais escuras. Para Vieira, esse e os outros exemplos citados demonstravam o aspecto negativo (deletério) da seleção natural, mas não o aspecto positivo (criativo, inovador) da origem das espécies. Para uma defesa recente da pertinência desse exemplo no ensino de evolução, ver Majerus (2009)

<sup>228</sup> Sobre esse ponto, Figueira cita um livro didático em circulação no Brasil que parece endossar sua posição: o *Curso de Biologia*, escrito por Alencar Barros, da Escola Paulista de Medicina. Diz o livro: “Por que, na nossa época, as mutações só se dão dentro da espécie, nunca no phylum? Será que as condições atuais não são adequadas à evolução?... Concluímos então: o problema da Evolução deve ser encarado como uma simples hipótese filosófica” (p. 21). A edição mais antiga que encontrei desse livro é de 1956.

especulativa<sup>229</sup>, na segunda metade do século XX, a posição predominante entre os geneticistas seria bastante diferente.

Como vimos no primeiro capítulo deste trabalho, a essa altura, o movimento da “Síntese Moderna” havia articulado com grande sucesso acadêmico os esforços de pesquisa em genética e evolução, aproximando tradições até então distantes (e até mesmo rivais) de pesquisa em laboratório e em campo (ARAÚJO, 2001). Um grande expoente desse movimento havia sido Theodosius Dobzhansky, cuja colaboração com pesquisadores brasileiros resultaria na consolidação da “Síntese” também nos departamentos universitários do Brasil (ARAÚJO, 2004). Portanto, nas décadas de 1970 e 1980, ainda que Ruy Vieira e Samuel Figueira reclamassem a fidelidade da genética ao criacionismo, os departamentos universitários brasileiros e norte-americanos já haviam oficializado o casamento dessa “namorada muito disputada” com a biologia evolutiva.

Por fim, é importante observar uma curiosa ambiguidade que se apresenta em textos como os da *Folha Criacionista* e em *Da Origem do Homem* no que se refere a essa questão da cientificidade dos modelos evolucionista e criacionista. Por mais que o primeiro modelo seja frequentemente apresentado como “falsa ciência” e o segundo como “verdadeira ciência”, há também ocasiões em que ambos são considerados não como ciência – nem falsa, nem verdadeira –, mas como “filosofias”, “esquemas conceituais” ou “pontos de vista”.

Em uma interessante passagem da *Folha Criacionista*, por exemplo, o editor escreve que as “observações por si mesmas jamais decidirão a favor ou contra qualquer desses dois

---

<sup>229</sup> É importante destacar que, ainda que os autores citados fossem críticos do darwinismo, ambos eram evolucionistas. T. H. Morgan, em 1932, afirmou que somente o mendelismo poderia permitir “uma discussão objetiva da teoria da evolução, em estrito contraste com o método especulativo mais antigo de tratar a evolução como um problema de história” (citado em MAYR, 1998, p. 604), isto é, em contraste com o método herdeiro da História Natural e da tradição dos naturalistas.

pontos de vista, e somente a ideologia (poderíamos dizer: a fé) do cientista, ou a que de forma geral prevalece na época, dará preferência a um dos dois pontos de vista” (FC n. 26, p. 31). Essa aceitação resignada do papel incontornável da subjetividade na escolha entre os dois modelos parece contrastar com a firmeza com que a publicação sustenta a objetividade da abordagem criacionista em contraposição à arbitrariedade do evolucionismo.

No livro de Samuel Figueira, também se percebe um contraste semelhante. Por um lado, o autor dedica a maior parte do texto à afirmação do “status científico” do criacionismo e à refutação de argumentos científicos a favor da evolução. Por outro, Figueira produz também uma forte denúncia do chamado “cientificismo”, que ele define como “um respeito sagrado, apriorístico, e ilimitado por tudo que tem o rótulo de ‘científico’” (p. 179). Na opinião de Figueira, essa postura científicista teria se exacerbado em tempos recentes, e muitos teriam sido “arrastados pela onda da época” (p. 179). Mas o que o autor parece não considerar é que ele mesmo, e todo o movimento criacionista, se não foram arrastados por essa mesma onda, tiveram pelo menos que nadar na mesma direção. A obsessão pela legitimação científica da cosmogonia judaico-cristã narrada no livro de Gênesis, tão característica do criacionismo, evidencia essa alta valorização da ciência pelo movimento. A ênfase constante nos títulos e prestígio acadêmico de defensores do criacionismo ou, pelo menos, questionadores do evolucionismo, também o fazem.

Essa ambivalência perceptível no movimento criacionista em relação ao “papel da ciência na visão da verdade”, para remeter ao título de um dos capítulos de *Da Origem do Homem* (p. 179), diz muito sobre sua relação com o contexto histórico no qual o movimento se desenvolveu. Poderíamos voltar ao século XIX para constatar a conexão entre a emergência da controvérsia evolução-criação e o processo de profissionalização, autonomização e elevação do prestígio e da presença social da ciência na Europa e nos

Estados Unidos<sup>230</sup>. No entanto, para nos determos propriamente no contexto que mais nos interessa, o da expansão do criacionismo no Brasil, podemos avaliar diretamente algumas possíveis relações entre essa expansão e o cenário científico brasileiro da segunda metade do século XX. Para isso, vale a pena, primeiro, examinar algumas características desse cenário para, em seguida, considerar alguns de seus efeitos sobre o discurso e as práticas criacionistas.

### **3.3. A valorização social da ciência no Brasil do pós-Guerra e a exaltação das ciências biológicas no BSCS**

“A luta pela hegemonia no mundo atual é, num grau nunca antes atingido, uma luta entre tecnologias. Por isso a eficiência do ensino de biologia é considerada, nos países mais adiantados, como condição vital de sobrevivência” (CC, 1964, v. 16, n. 4, p. 425). Com essas palavras, Oswaldo Frota-Pessoa abre seu artigo intitulado “Características do BSCS”, publicado na edição especial sobre ensino de ciências da revista *Ciência e Cultura*, de 1964. Precedido por artigos sobre outros novos currículos científicos norte-americanos, o artigo de Frota-Pessoa tinha como função básica apresentar o BSCS aos leitores da revista. No entanto, logo nas palavras iniciais, fica claro que, mais que do que meramente descrever as características do BSCS, importava para o autor afirmar a necessidade de uma verdadeira reforma curricular.

Ao falar em “luta pela hegemonia” e “luta entre tecnologias”, Frota-Pessoa trazia para o debate sobre o ensino de ciências a gravidade do contexto da corrida armamentista e espacial – e tecno-científica em geral – que havia motivado o investimento do governo

---

<sup>230</sup> O artigo clássico sobre a dimensão profissional do conflito vitoriano entre ciência e religião (e evolução e criação) foi escrito por Turner (1978). Uma coletânea de textos que contextualiza o “mito do conflito” entre ciência e religião a partir do século XIX europeu e norte-americano foi editado mais recentemente por Hardin, Numbers e Binzley (2018).

norte-americano na reforma dos currículos científicos escolares. Mais ainda, ao elencar o ensino de biologia como peça decisiva nesse tabuleiro geopolítico global, “condição vital de sobrevivência”, Frota-Pessoa reivindicava para essa ciência o mesmo prestígio social que a física e a química haviam adquirido na Era Atômica.

Esse esforço de afirmação social da biologia e das ciências em geral, tal como se vê no artigo de Frota-Pessoa, seria realmente um elemento central no cenário científico e acadêmico do período, tanto no Brasil quanto nos Estados Unidos. A reforma do ensino de ciências, que começamos a abordar no primeiro capítulo deste trabalho, seria também uma reforma da percepção pública da ciência; afinal, para ser bem sucedido, o movimento deveria contar com todo o apoio possível: governamental, popular e até mesmo de entidades privadas. Nesse sentido, poderíamos dizer que, de certo modo, o principal produto oferecido pelos reformadores do ensino de ciências não era propriamente o conjunto de livros-texto produzido por eles, como as edições brasileiras do BSCS, mas sim a visão de ciência promovida por meio desses livros: uma ciência *útil, coletiva e libertadora*.

### **3.3.1. A utilidade da ciência**

Para ilustrar o primeiro aspecto dessa visão de ciência, o aspecto da *utilidade*, poderíamos remeter novamente à visão de Frota-Pessoa sobre o lugar da biologia na luta tecnológica pela hegemonia global. Como resumiu Simon Schwartzman, era “muito grande, nos anos seguintes à Segunda Guerra Mundial, o otimismo em relação ao papel positivo que a ciência e a tecnologia poderiam desempenhar para elevar os países latino-americanos a patamares sócio-econômicos mais satisfatórios” (2001, cap. 8, p. 3).

Desde o século XIX, já era lugar comum nos círculos intelectuais brasileiros a vinculação entre ciência, progresso e modernização<sup>231</sup>. Contudo, seria principalmente a partir dos anos 1930, com os impulsos urbano, comercial e industrial, que essa vinculação começaria a se materializar de forma mais expressiva<sup>232</sup>. Universidades, por exemplo, começariam a ser plantadas pelo país, e, após a Segunda Guerra, essas mesmas instituições seriam renovadas de modo a atribuir “à pesquisa científica e tecnológica um papel central no planejamento sócio-econômico” nacional (cap. 4., p. 22).

Nos anos 1960 e 1970, essa “crença renovada no valor de redenção da moderna ciência e tecnologia” estimularia investimentos governamentais sem precedentes em pesquisas científicas<sup>233</sup> e no desenvolvimento de pós-graduações. Nesse processo, a educação formal, desde o ensino primário até as etapas mais avançadas do ensino superior, ampliou sua presença na vida social dos brasileiros e conquistou maior reconhecimento social. Para ilustrar brevemente esse processo, poderíamos mencionar que a população<sup>234</sup> alfabetizada no Brasil passou de cerca de 43% para 74,5% entre 1950 e 1980, e as matrículas em instituições de ensino superior subiriam de 0,9% para 10% do grupo etário nesse mesmo período (cap. 8, p. 2).

Nessa nova realidade, como argumenta Schwartzman, é possível notar o desenvolvimento de um novo “ativismo científico”, que “levou os cientistas a sustentar que lhes cabia a responsabilidade de não se limitarem a ter somente uma vida acadêmica. Eles queriam participar de todas as decisões relevantes da sociedade, e sentiam-se capacitados para tal

---

<sup>231</sup> A emergência da figura do “cientista” no Brasil do século XIX é analisada por Sá (2006). A relação entre a valorização da ciência e o *ethos* positivista nesse contexto foi bem abordada por Ferreira (2007).

<sup>232</sup> Esse processo é examinado principalmente nos capítulos 5 e 6 do clássico de Schwartzman (2001). Sobre os caminhos mais específicos da valorização, projeção e formalização da Biologia nesse mesmo contexto, ver Duarte (2010).

<sup>233</sup> “Em 1973, e depois também em 1975, foi promulgado um plano nacional bianual para ciência e tecnologia, projetando gastos anuais que variavam de 323 a 824 milhões de dólares.” (SCHWARTZMAN, 2001, cap 9, p. 4).

<sup>234</sup> Contabilizando pessoas com 10 anos ou mais de idade.

missão” (cap 8. p. 4). E um dos principais espaços para o exercício desse ativismo era precisamente a educação – o que nos leva mais uma vez ao discurso de Frota-Pessoa sobre a “eficiência do ensino de biologia” como “condição de sobrevivência” no mundo moderno.

Aqui vale a pena abrir um pequeno parêntesis para destacar o fato de que figuras atuantes na reforma educacional que ocorria simultaneamente nos Estados Unidos também compartilhavam dessa perspectiva. Um exemplo disso é o artigo “Cem anos sem darwinismo já são o bastante”<sup>235</sup> (1959), publicado cinco anos antes do artigo de Frota-Pessoa pelo geneticista norte-americano Hermann J. Muller, laureado com o Nobel em 1946 por suas pesquisas sobre mutações genéticas desencadeadas por raios X.

O artigo de Muller, que originalmente havia sido uma palestra realizada em uma reunião de professores de ciências<sup>236</sup>, denunciava a ausência da teoria da evolução no ensino público dos Estados Unidos – e na sociedade, de modo geral – e culpava especialmente o fundamentalismo antievolucionista por essa realidade<sup>237</sup>. Mais ainda, Muller alertava para as possíveis consequências desse ensino defasado para o progresso dos Estados Unidos e para a sua sobrevivência à Guerra Fria:

Precisamos, nestes dias decisivos de tensão mundial, [...] fazer uma renovação completa nessa área crítica da educação [as ciências naturais]. Não ousemos deixar que apenas os soviéticos ofereçam aos homens a inspiração que pode ser obtida a partir da maravilhosa visão de mundo aberta por Darwin e outros biólogos ocidentais. [...] Ela

---

<sup>235</sup> No original: “One Hundred Years Without Darwinism are Enough”.

<sup>236</sup> “Address to Central Association of Science and Mathematics Teachers, delivered at Indianapolis, Nov. 28, 1958. Contribution No. 667 of Zoology Dept., Indiana University”, como aparece em nota em Muller (1959, p. 304).

<sup>237</sup> Uma indireta aos fundamentalistas é o trecho: “Neste ponto, algumas pessoas desejarão objetar, dizendo que, afinal, a evolução não é um fato. Essas pessoas tendem a ser aquelas que, em alguns outros campos, são as mais dispostas a aceitar sem questionamento doutrinas que não podem ser provadas cientificamente”. No original: “At this point some people will wish to object, saying that after all evolution is not a fact. These people are apt to be the very ones who in some other fields are the most willing to accept without question doctrines that cannot be scientifically proved”. (MULLER, 1959, p. 304)

deveria nos apoiar na nossa luta por um mundo mais livre<sup>238</sup>. (Muller, 1959, p. 306)

Aqui, da mesma forma que Frota-Pessoa faria alguns anos mais tarde, Muller insere a reforma da educação científica no contexto mais amplo da tensão geopolítica global. Também antecipando as palavras do geneticista brasileiro, o geneticista norte-americano ressalta o papel da biologia entre as demais ciências na “luta por um mundo mais livre”. Entendidas dessa forma, ciência e biologia deveriam circular amplamente por meio da educação básica não apenas por sua veracidade, mas principalmente por sua utilidade na sobrevivência aos desafios do presente<sup>239</sup>.

Essa afirmação da utilidade das ciências – e da biologia em particular – acontece em pelo menos três escalas no texto de Muller e nos discursos semelhantes do contexto das reformas da educação científica (tanto nos Estados Unidos quanto no Brasil): a escala internacional, nacional e local/individual.

Na escala internacional, conforme explicitado nas citações anteriores, o desenvolvimento científico era apresentado como algo estratégico para prevalecer no jogo geopolítico da Guerra Fria. Na avaliação de Frota-Pessoa, a “luta pela hegemonia” era uma “luta entre tecnologias”, e o investimento em ensino e pesquisa científica era o caminho para progredir nesse campo; para Muller, de modo semelhante, a difusão do “método da ciência” por meio do ensino era “a única estrada confiável [...] para as tecnologias superiores”<sup>240</sup> (p. 311); e, segundo a versão *Yellow* do BSCS, a “ciência da biologia” e o

---

<sup>238</sup> No original: “We need, in these decisive days of world tension, [...] to execute a complete about-face in this critical area of education. We dare not leave it to the Soviets alone to offer men the inspiration that is to be gained from the wonderful world view opened up by Darwin and other Western biologists. [...] It should lend us support in our struggle for a freer world”.

<sup>239</sup> Para Muller, aliás, verdade e utilidade estavam necessariamente imbricadas: “homens livres resistirão ou cairão de acordo com o quão plenamente eles reconhecem e agem de acordo com as visões mais honestas que podem obter da verdade”. No original: “free men will stand or fall according to how fully they recognize and act upon the most honest views of the truth that they can glean”. (Muller, 1959, p. 306)

<sup>240</sup> No original: “the only reliable road [...] to the higher technologies”.

“método da ciência” haviam tornado “o homem semelhante aos deuses antigos em seu poder de controlar a natureza e fazer ‘milagres’”<sup>241</sup> (*Yellow*, 1963, p. 686).

Curiosamente, ao mesmo tempo em que o ensino de ciências era apresentado como solução para acelerar o progresso tecnológico, mobilizando assim os ânimos desenvolvimentistas do período, ele aparecia também nos discursos da reforma da educação científica como uma solução para sanar potenciais efeitos nocivos desse mesmo desenvolvimento tecnológico, mobilizando assim os receios existentes em relação à perda do controle sobre essas tecnologias – sobretudo, em relação ao poder nuclear<sup>242</sup>.

A versão *Yellow* do BSCS, por exemplo, a mesma que exaltava o homem moderno ao patamar de deus antigo, alertava os estudantes quanto aos perigos dos poderes liberados pelas novas tecnologias e quanto à necessidade de se aplicar o conhecimento científico para canalizá-los em prol da humanidade. Em uma declaração lapidar, esta, que é sem dúvida a versão do BSCS mais apurada na retórica, resume a questão: “Obviamente não é seguro macacos brincarem com átomos. Da mesma forma, não se pode esperar que homens que renunciaram ao seu direito inato ao conhecimento científico possam governar a si mesmos”<sup>243</sup> (p. 686).<sup>244</sup>

Ainda no que se refere à afirmação da importância e da utilidade da ciência e da biologia em escala internacional, também devem ser destacadas outras áreas nas quais o potencial da educação científica era destacado pelos reformadores. Na edição brasileira da versão

---

<sup>241</sup> No original: “science of biology”; “method of science”; “makes man like the ancient gods in his power to control nature and to work ‘miracles’”.

<sup>242</sup> O tema da “ansiedade nuclear” [nuclear anxiety] está bem representado no artigo de Smith (1988). Em relação à história cultural desse “paradoxo do progresso” nos Estados Unidos, sobretudo relacionado à corrida espacial, uma excelente referência é o livro de Maher (2017).

<sup>243</sup> No original: “It seems obvious that it is not safe for apes to play with atoms. Neither can men who have relinquished their birthright of scientific knowledge expect to rule themselves”.

<sup>244</sup> Em outra passagem, a versão *Yellow* também afirma: “O homem tem conhecimentos e habilidades inigualáveis para se ajudar – e talvez ele também seja a única espécie com poder suficiente para se destruir”. No original: “Man has unequalled knowledge and abilities to help himself - he is also perhaps the only species with the power of destroying itself.” (*Yellow*, p. 160)

Verde do BSCS, por exemplo, um texto incluído como apresentação do volume descreve a “Biologia como área da maior importância, por estarem vinculados a ela problemas tão atuais como aumento da população, obtenção de alimento, poluição, etc.” (Verde, 1972, sem página).

A referência a esses três desafios de escala planetária se repete ao longo do livro, bem como nas outras versões do BSCS e em outros textos associados à reforma do ensino de ciências. Já no primeiro capítulo da versão Verde, por exemplo, intitulado “A Teia da Vida”, os autores chamam a atenção para problemas como “perturbação da homeostase da biosfera”, “aumento populacional” e “acúmulo de detritos” (Verde, p. 35). No último capítulo, intitulado “O Homem na Teia da Vida”, o livro retorna a essas questões, dessa vez aventando soluções possíveis (e impossíveis) a esses desafios. Em relação ao excesso populacional, por exemplo, os autores consideram a possibilidade de enviar parte da população para outro planeta, ou de aplicar medidas de controle de natalidade, ou ainda de aumentar deliberadamente a taxa de mortalidade global – a primeira solução é considerada inviável do ponto de vista tecno-científico, a segunda é considerada viável, mas ainda pouco aceita socialmente, e a última é descartada imediatamente como algo imoral (ibid., p. 378)<sup>245</sup>.

Não surpreende que a versão Verde do BSCS reflita sobre tais questões, afinal, trata-se da versão organizada a partir de temáticas ecológicas. No entanto, conforme dito acima, tais discussões aparecem também nas outras versões. No capítulo 18 da versão Azul, por exemplo, há uma seção intitulada “O futuro da espécie humana” que elenca uma série de

---

<sup>245</sup> É interessante perceber que as “soluções científicas” para os problemas globais são consideradas no livro de maneira complexa, considerando não apenas aspectos de viabilidade tecno-científica, mas também questões de moralidade e aceitabilidade social. O condicionamento social da ciência é notavelmente reconhecido.

desafios de escala planetária, como o fato de que a “população mundial está aumentando com grande velocidade”. O problema é colocado nestes termos:

Quais são as conseqüências desse crescimento em progressão geométrica da população mundial? Novamente, não se pode responder com certeza. O espaço livre terá um alto valor, quantidades adequadas de alimento, já criticamente pequenas em muitas áreas da Terra, tornar-se-ão ainda mais difíceis de serem obtidas. A água será escassa em muitos lugares. (Azul, p. 153)

Aqui, novamente, a ciência e a educação (científica) entram como promessas de solução: “Muitos cientistas, educadores, administradores e cidadãos estão se preocupando com esse problema. Uma maneira óbvia de diminuir a velocidade de crescimento da população é reduzir o número de nascimentos” (p. 153). Mas, de novo, fatores socioculturais entram como complicadores: “Em alguns países, isso não é possível, por causa dos padrões de vida e educação; em outros, existem razões religiosas que impedem restrição do número de crianças” (p. 153). Finalmente, o próprio aluno, leitor do livro-texto, é instigado a participar de forma cientificamente informada no enfrentamento desse desafio: “Talvez, como estudante de Biologia, você possa prever algumas das conseqüências biológicas da superpopulação e sugerir algumas soluções para esse problema” (p.153).<sup>246</sup>

### 3.3.2. A coletividade da ciência

---

<sup>246</sup> A versão *Yellow* também apresenta esses desafios de escala planetária logo no prefácio e afirma a posição de protagonismo da ciência no enfrentamento a eles: “Estabelecer uma base para uma melhor compreensão pública da gestão sábia dos recursos naturais, dos riscos biológicos dos agentes nucleares em tempos de paz e de guerra, e dos métodos pelos quais as informações científicas são obtida como fontes primárias de força nacional e bem-estar nesta nova era da história, também era claramente uma obrigação inescapável do novo currículo de biologia”. No original: “To establish a basis for a better public understanding of the wise management of natural resources, of the biological hazards of nuclear agents in peace and in war, and of the methods by which scientific information is achieved, as primary sources of national strength and well-being in this new era of history, was clearly also an inescapable obligation of the new biology curriculum” (*Yellow*, 1963, p. xviii).

Esse chamado feito aos alunos para se engajarem em assuntos públicos a partir de sua capacitação científica é um traço marcante dos livros do BSCS e da visão de ciência que eles promovem. Nesse ponto, o aspecto da *utilidade* das ciências se articula de maneira precisa com seu aspecto de *coletividade*, não só para a solução de desafios de escala internacional ou planetária, como vimos acima, mas também para a intervenção em questões nacionais e locais. Sob esse prisma, educar-se cientificamente não é nada menos do que uma questão de cidadania.

É o que conclui, por exemplo, a professora Maria Julieta S. Ormastroni, do IBECC de São Paulo, na seção “A Reforma em Marcha” de seu artigo para a edição da *Ciência e Cultura* de 1964 dedicada ao ensino das ciências: “*Todo o cidadão*, membro da sociedade, cuja sobrevivência e progresso depende da Ciência, deve estar informado do seu progresso e do seu conteúdo” (CC, p. 417, ênfase minha). A apresentação da versão Verde do BSCS, escrita para a edição brasileira, também expressa essa mesma convicção: “A importância da ciência na vida moderna é tão fundamental que não se pode conceber a formação dos jovens sem que tenham, desde o curso primário, uma boa visão operacional do processo científico” (BSCS Verde, sem página). Os reformadores norte-americanos iam na mesma linha. Bentley Glass, em artigo publicado no periódico *The School Review* em 1962, que apareceria traduzido dois anos depois na revista *Ciência e Cultura*, defendia que

Uma compreensão segura da biologia é um direito inalienável de cada jovem que, quando adulto, terá de enfrentar problemas individuais de nutrição e saúde; problemas familiares de sexo, reprodução e paternidade; problemas sociais de manipulação de recursos nacionais, perigos biológicos dos artefatos nucleares de paz e de guerra; problemas relacionados ao apoio do governo à ciência, como fonte primária da força nacional e do bem estar dos indivíduos. (CC, 1964, p. 361)

Em uma única frase, Glass advoga a universalidade da educação científica (biológica, mais precisamente), entendida como um direito social, que se justifica pelo seu valor na solução de problemas de escala individual/familiar, nacional e internacional. Em sua compreensão e na dos demais autores citados acima, a “vida moderna” está ligada à ciência de modo inextricável; dela nasce e sem ela não pode prosseguir. Portanto, não só os cientistas, mas todos os cidadãos que compõem uma sociedade, uma nação, um bloco internacional, ou, idealmente, a Humanidade, deve estar capacitado a viver de forma “verdadeiramente científica em espírito e em empenho”<sup>247</sup>, como diria Bentley Glass em outra ocasião (citado em RUDOLPH, 2002, cap. 140).

Por mais que essa visão de ciência possa parecer um tanto idealista e genérica à primeira vista, é importante enfatizar que ela era, pelo contrário, absolutamente pragmática e estratégica, articulada em e para uma situação histórica bastante específica<sup>248</sup>. Primeiramente, esse ideal de ciência advogado pelos reformadores da educação científica ressoava muito bem com o ideal de sociedade propagandeado pelos Estados Unidos, na qualidade de cabeça do chamado bloco ocidental, ou capitalista. Na caricatura geopolítica consolidada no imaginário “ocidental”, os Estados Unidos representavam a democracia e o republicanismo, enquanto a União Soviética representava a oligarquia e a ditadura. Nesse cenário, caso quisesse prevalecer, a reforma da educação científica não poderia ser vista de modo algum como a imposição autoritária da visão de mundo de uma elite intelectual sobre o povo. Ao invés disso, ela deveria ser entendida como um esforço coletivo, realizado por e para cidadãos livres e informados, em prol do bem comum. (WOLFE, 2018)

---

<sup>247</sup> No original: “truly scientific in spirit and in endeavor”.

<sup>248</sup> Um trabalho completo sobre os usos pragmáticos e estratégicos de certas visões de ciência no ambiente sócio-político norte-americano, desde a Guerra Civil até a Guerra Fria é o livro de Jewett (2012). Para uma síntese rápida a respeito dessa discussão, há um artigo curto do mesmo autor (JEWETT, 2003).

Assim, fazendo clara alusão a essa caricatura do “mundo bipolar”, Bentley Glass declararia que “uma nação com um número ínfimo de cientistas moldando e alterando a vida das pessoas, e uma população que não compreende, que é supersticiosa e resistente às novas ideias dos cientistas, e que ao mesmo tempo aceita passivamente os frutos tecnológicos dessas mesmas ideias [...] não pode perdurar.”<sup>249</sup>. Ou “nós” – os cidadãos norte-americanos e, por extensão, os “ocidentais” – nos engajamos com a ciência de forma democrática e republicana<sup>250</sup>, ou nós “teríamos oligarquia e, eventualmente, o colapso de nossa forma de civilização, nosso modo de vida”<sup>251</sup>. (Rudolph, p. 140)

Além disso, ainda falando sobre a relação dessa visão de ciência com sua situação histórica, é importante ressaltar que essa ideia da educação científica como um direito social universal e indispensável à vida moderna era crucial também para garantir a própria viabilidade do projeto de reforma da educação científica. Se a ciência era um projeto necessariamente colaborativo<sup>252</sup> e, preferencialmente, colaborativo em escala nacional e internacional, seria imprescindível então a participação governamental nesse projeto –

---

<sup>249</sup> No original: “a nation of a microscopically few scientists molding and altering people's lives, and a populace uncomprehending, superstitious, and resistant to the novel ideas of the scientist while blandly accepting the technological fruits of those very ideas, [...] cannot endure”.

<sup>250</sup> A identificação entre a natureza da ciência e a tradição política norte-americana é tão forte nos textos da reforma da educação científica que republicanismo e democracia aparecem não só na condição de formas de governo favoráveis à atividade científica, mas também parecem estar impressos na própria natureza estudada pelos cientistas. No *BSCS Yellow*, por exemplo, lê-se “O equilíbrio da natureza [...] é um sistema de controles e contrapesos, semelhante a um bom sistema de governo humano”; (p. 175) e, mais à frente, no capítulo sobre “The Cultural Evolution of Man”, é dito: “Nós, nos Estados Unidos, acreditamos que encontramos a resposta para esse problema [estimular a cooperação sem comprometer a liberdade e a individualidade] na democracia. Nosso próprio progresso ao longo dos últimos dois séculos sustenta essa crença melhor do que qualquer palavra poderia fazer. No entanto, devemos lembrar que a democracia é uma das características culturais que, mais do que qualquer outra, deve ser transmitida de uma geração para outra por meio do ensino, aprendizado e exemplos. Se algum dia começarmos a dar essa herança democrática como garantida, certamente começaremos a perdê-la.” (p. 684). No original: “The balance of nature [...] is a system of checks and balances, like a good system of human government”; “We in the United States believe that we have found the answer to this problem in democracy. Our own progress over the last two centuries supports this belief better than any words could do. But we must remember that democracy is one of the cultural traits that, more than any other, must be passed down from one generation to another by teaching, learning, and setting examples. If we should ever take for granted this democratic heritage, we shall surely begin to lose it”

<sup>251</sup> No original: “[would] face oligarchy, and eventual collapse of our form of civilization, our way of life”.

<sup>252</sup> E de fato é o que defende o material do BSCS. Na versão Azul, por exemplo, se lê: “Esta é a maneira como a Ciência, geralmente, progride: não com descobertas sensacionais, feitas subitamente por um gênio, e sim pelo paciente e árduo trabalho de muitos homens, durante muito tempo” (p. 193).

sobretudo em seu financiamento e apoio institucional. Hermann Muller, no artigo já mencionado em que denunciava a ausência do ensino de evolução nas escolas e clamava por uma reforma educacional<sup>253</sup>, dizia, por exemplo, que, contra os desafios pontuais à renovação do ensino de ciências – como o ativismo antievolucionista e o desinteresse das editoras em renovar seus livros-texto – era necessária uma articulação verdadeiramente nacional: “Aqui é onde a intervenção tanto do governo, quanto do público em geral e dos grupos profissionais mais envolvidos - como os professores e cientistas - é necessária para quebrar o círculo vicioso”<sup>254</sup> (MULLER, 1959, p. 315). De fato, conforme já vimos, esse envolvimento governamental no curso da reforma da educação científica seria amplo e decisivo.

### **3.3.3. A liberdade da e pela ciência**

Finalmente, tendo falado dos aspectos de *utilidade* e de *coletividade* presentes na visão de ciência dos reformadores, é preciso falar agora de seu duplo aspecto de liberdade: de ciência *livre e libertadora*. Aqui, mais uma vez, pode-se entrever as caricaturas políticas da Guerra Fria, de um mundo dividido entre liberdade e autoridade, autonomia e coerção, livre expressão e censura, educação e doutrinação.

Uma anedota sobre minhocas, contada frequentemente por Arnold Grobman, primeiro diretor do BSCS, ilustra bem esse ponto. Em finais de 1950, o diretor do BSCS, Arnold Grobman havia sido convidado para assistir a uma aula de ciências de nível médio em Hong Kong. A atividade do dia era dissecação de minhocas – algo que certamente não

---

<sup>253</sup> Um clamor retórico. Muller sabia perfeitamente que uma ampla reforma educacional já estava em curso, contando, inclusive, com a sua ativa contribuição.

<sup>254</sup> No original: “Here is where intervention both by government, by the general public, and by the professional groups most concerned – those of teachers and scientists – is in order to break the vicious circle”.

era nenhuma coincidência, dado o conhecido entusiasmo do zoólogo Grobman por atividades empíricas em sala de aula. No curso da atividade, no entanto, o diretor do BSCS notaria algo que o deixaria com uma impressão bastante negativa, e não positiva da dinâmica realizada. Grobman notaria que a anatomia das minhocas dissecadas, obtidas em solo local, era diferente daquela das minhocas descritas no livro-texto, de origem britânica, utilizado com referência para o exercício de dissecação. Os estudantes, não obstante, classificavam as partes dos animais “corretamente”, seguindo os diagramas do livro, e recebiam a aprovação dos professores.<sup>255</sup>

Essa história poderia ser arrematada com diversas conclusões exemplares, ou “morais da história”. Mas aqui nos interessa apenas a conclusão tirada pelo próprio Grobman: segundo o zoólogo norte-americano, em vez de se basearem efetivamente na própria experiência, os alunos estavam fazendo apenas o que lhes era imposto, tanto pela autoridade do livro quanto do professor. E isso era absolutamente perigoso – não apenas pedagogicamente, mas politicamente, pois criava cidadãos prontos para serem doutrinados e, conseqüentemente, vulneráveis à influência do comunismo<sup>256</sup>! Por oposição, o estímulo à autonomia intelectual dos estudantes, encorajados a descobrir e verificar os fatos por si mesmos e, claro, orientados pelo método correto para fazê-lo, isto é, o “método científico”, afastaria esses estudantes do comunismo, um sistema que, para Grobman, só poderia se propagar de maneira forçada, por autoridade e doutrinação, nunca por adesão livre, racional e ponderada<sup>257</sup>.

---

<sup>255</sup> Essa anedota é relatada na introdução de Wolfe (2018).

<sup>256</sup> Sobre as relações entre ciência e Guerra Fria, ver principalmente Oreskes e Krige (2014) e Wolfe (2018).

<sup>257</sup> Essa é a tese de Wolfe (2018) sobre a promoção do “método científico” contra o comunismo no contexto da diplomacia cultural norte-americana. Autoridades governamentais e educacionais dos Estados Unidos estariam convencidas de que o comunismo faria adeptos apenas por força da autoridade, enquanto o pensamento livre levaria inevitavelmente a sua negação. Assim, “a política da liberdade se fundiu com o anti-comunismo para criar uma visão da ciência nos Estados Unidos que enfatizava o empirismo, a objetividade, o compromisso com a pesquisa pura e o internacionalismo”. Ou, no original: “the politics of freedom fused with anti-Communism to create a vision of science in the United States that highlighted

Nesse mesmo espírito, Hermann Muller afirmaria que, mais importante do que ensinar às crianças os fatos da ciência, era ensinar o seu método: “Isto é, eles devem ser encorajados a não aceitar nada – absolutamente nada – com base na autoridade, a questionar tudo livremente, a expressar essas perguntas abertamente e sem serem repreendidos (pelo contrário, sendo elogiados por isso!)”<sup>258</sup> (Muller, p. 311). E, segundo o prefácio do BSCS *Yellow*, “a principal falha no ensino de biologia e outras ciências nas escolas secundárias é que a ênfase tem sido colocada no conteúdo *autoritativo* – fatos, conceitos, princípios”<sup>259</sup> (ibid., p. xvii, ênfase minha). A estratégia a partir de agora deveria ser enfatizar “os processos investigativos da ciência e a história das ideias científicas”<sup>260</sup> (ibid. p. xviii).<sup>261</sup>

Mas o que seria exatamente esse “método” ou “processo investigativo” da ciência? Nos textos do BSCS e de outras expressões da reforma da educação científica, há várias propostas de descrição da atividade científica. O BSCS Azul, por exemplo, diz que “a Ciência está ligada à coleta e organização dos fatos do nosso mundo físico, às ideias criadoras ou, mesmo, intuições, à pesquisa, à insegurança e reavaliação, para relacionar apenas um certo número de fatores que a compõem” (Azul, p. 141). O texto prossegue acrescentando que a “Ciência existe porque o homem tem espírito inquisitivo. [...] A mente inquisidora não usa apenas as evidências já conhecidas, mas procura outras na

---

empiricism, objectivity, a commitment to pure research, and internationalism” (introdução, sem página). Ponto importante é que os cientistas envolvidos nessa “diplomacia cultural” não se viam necessariamente como agentes políticos. Eram financiados por órgãos políticos (como a CIA) para promoverem algo no qual genuinamente acreditavam: a importância de um “esclarecimento” [*enlightenment*] científico global.

<sup>258</sup> No original: “That is, they must be encouraged to take nothing – *but nothing* – on authority, to question everything freely, to voice these questionings openly and without being rebuked (on the contrary, being praised for it!)”.

<sup>259</sup> No original: “the major fault in the teaching of biology and other sciences in the secondary schools is that emphasis has been placed on authoritative content – facts, concepts, principles”.

<sup>260</sup> No original: “the investigative processes of science and the history of scientific ideas”.

<sup>261</sup> De fato, o BSCS *Yellow* recorre frequentemente à História das Ciências na apresentação e discussão dos conteúdos propostos. Apenas para dar um exemplo, o terceiro capítulo do livro reproduz quatro páginas *fac-simili* do *Micrographia* (1665), de Robert Hooke, para ensinar uma discussão sobre o estudo das estruturas celulares. Nos capítulos seguintes, é frequente a aparição de personagens como Aristóteles, Redi, Van Leeuwenhoek, Pasteur e, claro, Charles Darwin.

experimentação” (ibid.). E, finalmente, afirma que o cientista, depois de colocada uma pergunta, “utilizará uma hipótese para guiar seu raciocínio e poder determinar quais as experiências que devem ser feitas, enquanto ela fôr útil. Se forem encontradas provas contraditórias, êle deve rever sua hipótese ou mesmo reiniciar todo o seu trabalho” (ibid.).

Por esse trecho, depreende-se que o método da ciência é algo como uma indagação estimulada por um conjunto de dados, orientada por hipóteses, que por sua vez são confirmadas ou rejeitadas mediante experimentação. Se considerarmos que, como o livro dirá na sequência, “Pela sua própria natureza, a Ciência necessita revisão e modificações contínuas” (Azul, p. 141), os resultados desse processo deverão ser necessariamente provisórios e tentativos. Os termos “insegurança e reavaliação”, portanto, são muito importantes nessa caracterização da ciência e de seu método. E é, no mínimo, corajosa a escolha da palavra “insegurança” para descrever algo que se quer promover. Mas, como já dito, essa visão de ciência deveria se contrapor fundamentalmente a qualquer ideia de “autoridade” e “crença” e, conseqüentemente teria que assumir sua falibilidade.

Vale dizer que essa visão de ciência caracterizada como um espelho invertido do dogma, além de ressoar com os discursos antissoviéticos do contexto da Guerra Fria, servia também de maneira importante no enfrentamento de questões domésticas norte-americanas, como o antievolucionismo. Muller, por exemplo, rebatia os que duvidavam do fato da evolução nestes termos: “Neste ponto, algumas pessoas desejarão objetar, dizendo que, afinal, a evolução não é um fato. Essas pessoas tendem a ser aquelas que, em alguns outros campos, são as mais dispostas a aceitar sem questionamento doutrinas que não podem ser provadas cientificamente”<sup>262</sup> (Muller, 1959, p. 304). Ou seja, nesse

---

<sup>262</sup> No original: “At this point some people will wish to object, saying that after all evolution is not a fact. These people are apt to be the very ones who in some other fields are the most willing to accept without question doctrines that cannot be scientifically proved”.

ponto, a crítica de Muller aos antievolucionistas recaía não tanto sobre o questionamento que eles faziam ao evolucionismo, mas sobre os questionamentos que eles deixavam de fazer acerca daquilo que afirmavam: o criacionismo.

De fato, pareceria incoerente se Muller negasse aos antievolucionistas a possibilidade e a legitimidade de fazerem questionamentos à evolução, dado que ele mesmo defendia o “questionamento aberto a tudo”. Por isso, era importante, ao mesmo tempo, afirmar a verdade da evolução, mas assegurar que ela não fosse tomada como um dogma – ainda que seu grau de certeza, na visão de Muller, fosse tão “enorme, ramificado e consistente [...] que se alguém pudesse agora refutá-la, eu teria minha concepção da ordem do universo tão abalada que levaria a questionar até mesmo minha própria existência”<sup>263</sup> (Muller, 1959, p. 305). Nesse mesmo espírito, a versão Azul do BSCS também faz questão de deixar claro:

Como a evolução é um assunto novo para alguns estudantes, estes poderão perguntar: 'os biólogos acreditam realmente em evolução?' A resposta é que 'acreditar' não é o termo adequado para exprimir o ponto de vista do cientista em relação à evolução. *Evolução não é um credo*, mas uma teoria científica que se desenvolveu baseada num conjunto de fatos e tem sido testada por mais de um século, diante de um acúmulo de conhecimentos cada vez maior. (Azul, p. 32, ênfase minha)

Ainda que os textos do BSCS evitem se referir explicitamente ao movimento antievolucionista, é possível perceber por meio de trechos como este citado acima, que as figuras envolvidas em sua elaboração tinham plena consciência de sua existência – e da resistência que representavam a seu projeto de expandir a presença do tema da evolução na educação secundária. Em um texto de apresentação das características dos materiais

---

<sup>263</sup> No original: “enormous, ramifying, and consistent [...] that if anyone could now disprove it, I should have my conception of the orderliness of the universe so shaken as to lead me to doubt even my own existence”.

do BSCS, por exemplo, Bentley Glass declararia: "Fomos unânimes em decidir que, qualquer que fôsse a oposição oferecida por pessoas ou grupos bem intencionados, porém mal informados, faríamos um tratamento científico apropriado de assuntos biológicos supostamente controvertidos" (CC, p. 360). E o primeiro desses "assuntos controvertidos", enumerados na sequência, é precisamente "a evolução orgânica"<sup>264</sup>.

Nesses termos, Glass afirmava a liberdade dos cientistas em relação a qualquer tipo de coerção externa, sobretudo ao que ele considerava como os principais inimigos históricos da ciência, "a *autoridade* da tradição, da religião e do estado"<sup>265</sup> (citado em RUDOLPH, 2002, p. 139 ênfase minha). O governo era chamado a colaborar na viabilização da reforma da educação científica, mas, idealmente, deveria abrir mão de qualquer tentativa de intervenção ideológica, respeitando o espaço de absoluta liberdade que, segundo essa visão de ciência, era condição necessária para produzir *verdadeira* ciência.

Haven Kolb, supervisor da versão Verde do BSCS concordava. Para ele, a ciência deveria ser necessariamente "uma atividade social, que depende de comunicação precisa e livre". Mesmo a utilidade da ciência na resolução de problemas, tão exaltada na busca por apoio social e governamental, não deveria constranger os cientistas a se limitarem a pesquisas com aplicabilidade imediata. Segundo Kolb, a ciência não "precisa se relacionar *necessariamente* com os esforços para melhorar a vida humana, embora leve a êsse resultado muito mais freqüentemente do que qualquer outro empreendimento"<sup>266</sup> (Verde, sem página, ênfase no original).

---

<sup>264</sup> Os outros são: "a natureza das diferenças individuais e raciais, o sexo e a reprodução na espécie humana e os problemas do crescimento da população e seu controle" (CC, p. 360).

<sup>265</sup> No original: "the authority of tradition, of religion, or of the state".

<sup>266</sup> Nessa declaração é possível entrever, mais uma vez, as relações desse discurso com a realidade da Guerra Fria. A "ciência comunista", segundo a caricatura que dela se fazia no "ocidente", submetia a atividade científica à ideologia e aos projetos concretos do partido, em detrimento do cultivo da "ciência pura", da objetividade e do internacionalismo. (Ver WOLFE, 2018)

Assim, nota-se o duplo aspecto de *liberdade* que participa da visão de ciência proposta pelos reformadores da educação científica: uma ciência livre e libertadora. Livre porque autônoma em relação ao governo e aos interesses de grupos particulares da sociedade (como os antievolucionistas), irreverente diante da tradição, cultivada em um ambiente coletivo e democrático, sempre flexível e adaptável, e aberta perante qualquer questionamento. Libertadora porque os próprios cidadãos poderiam comungar com o espírito livre da ciência, principalmente a partir da aplicação de seu “método” para compreensão e intervenção na realidade da qual fazem parte. Agindo assim, os indivíduos poderiam chegar a suas próprias conclusões, tomar suas próprias decisões e assumir o protagonismo de suas próprias vidas, emancipando-se de autoridades externas, fossem professores, políticos ou pastores.

### **3.4. O balanço do criacionismo na “onda” do cientificismo: entre o fundamentalismo e o “uso público da razão”**

À primeira vista, pode parecer estranho que esse contexto marcado pela afirmação social da ciência, tanto no Brasil como nos Estados Unidos durante a Guerra Fria, seja também um contexto marcado pela expansão do criacionismo em ambos os países. Contudo, é possível identificar fortes relações entre os dois fenômenos, não só por contraste, mas também por afinidade. Partindo da fala de Samuel Figueira de que o “cientificismo” era a “onda da época”, talvez pudéssemos dizer o criacionismo balançou em ambas as direções dessa onda – no fluxo e no refluxo.

Como já dissemos, o criacionismo se apresentou desde o início como uma alternativa *científica* à perspectiva evolucionista. Ainda que as propostas teóricas e empíricas avançadas pelos criacionistas estivessem em profundo descompasso com os

posicionamentos mais consensuais e melhor estabelecidos entre os cientistas da época, essa pretensão de cientificidade em si mesma já dá pistas de algum tipo de valorização da ciência dentro do movimento criacionista. Não fosse esse o caso, poderíamos esperar que entidades como a SCB e ABPC simplesmente ignorassem o debate científico sobre as origens e argumentassem com afirmações exclusivamente bíblicas e teológicas. Mas o que se verifica é que ambas as organizações – e outros atores criacionistas, como Samuel Figueira, autor de *Da Origem do Homem* – buscaram enfrentar o evolucionismo principalmente nos campos da física, da biologia, da química e da matemática, o que pressupõe o reconhecimento da relevância dessas áreas.

Além disso, também já vimos que muitos criacionistas possuíam credenciais acadêmicas significativas e, não raro, as ostentavam com orgulho. Ruy Vieira, da SCB, era professor universitário de Engenharia, integrante do Departamento de Assuntos Universitários do MEC, e havia sido diretor científico da FAPESP por dois mandatos. Christiano Neto, da ABPC, também era professor universitário de matemática e física e pós-graduado em Ciências pela Universidade de Londres. Samuel Figueira, de *Da Origem do Homem*, era médico cirurgião e membro da Sociedade Brasileira de Médicos Escritores e da Academia Evangélica de Letras do Brasil. Nos Estados Unidos, não era diferente. Todos os fundadores da *Creation Research Society*, principal referência da SCB, tinham doutorado: Walter E. Lammerts e William J. Tinkle eram PhD em Genética, e Henry Morris, PhD em Engenharia Hidráulica. Entre as principais figuras do ICR, principal inspiração da ABPC, também encontramos diversos diplomados nas ciências naturais, como Duane Gish, PhD em bioquímica, e podemos mencionar que a entidade tentou até mesmo criar programas próprios de pós-graduação em Biologia, Geologia, Astrofísica, Geofísica e Ensino de Ciências – todos reprovados por instâncias governamentais (NUMBERS, 1993, p. 287).

Essas trajetórias intelectuais e profissionais de lideranças criacionistas, ligadas às ciências e ao meio acadêmico, também corroboram a ideia de que havia no criacionismo alguma valorização da ciência. Nesse aspecto, o movimento seguia a direção da “onda da época”, derivando boa parte de sua autoridade e relevância da elevada condição social que a ciência e a tecnologia haviam assumido na segunda metade do século XX. Insisto: Em uma sociedade na qual a ciência fosse irrelevante, um movimento criacionista como o que temos discutido neste trabalho também seria profundamente irrelevante. Para afirmar que o Deus da Bíblia criou o mundo, bastaria a Bíblia. Mas em uma sociedade na qual a ciência se impunha como importante meio de legitimação das crenças, tornava-se imperioso o esforço de corroborar *cientificamente* o texto bíblico – sobretudo havendo a pretensão de ver essa crença criacionista representada na esfera pública.

Sobre esse último ponto, vale lembrar das considerações de Habermas sobre a chamada “razão pública” ou “razão natural”. Conforme escreveu o autor, a “autocompreensão do Estado de direito democrático formou-se no quadro de uma tradição filosófica que apela exclusivamente a uma razão ‘natural’, ou seja, a argumentos públicos que [...] são *acessíveis da mesma maneira* a todas as pessoas” (HABERMAS, 2007, p. 135 ênfase no original). Desse modo, ainda que um crente no Brasil ou nos Estados Unidos da segunda metade do século XX se satisfizesse com o testemunho da Bíblia sobre a Criação por critérios internos à sua tradição religiosa, isso não bastaria para legitimar sua atuação pública na defesa do ensino do criacionismo nas escolas. Antes, tal indivíduo deveria recorrer ao que Habermas chama de “uso público da razão”, isto é, o reconhecimento da razão humana comum como base epistêmica para a justificação de uma ação política formal. Em outras palavras, citando Rainer Forst, “uma pessoa deve estar em condições de *traduzir* aos poucos seus argumentos em razões aceitáveis na base de valores e princípios da razão pública” (citado em HABERMAS, 2007, p. 149 n. 37, ênfase no

original) – no caso dos criacionistas, “traduzir” a cosmogonia bíblica, judaico-cristã, em uma autêntica cosmologia, cientificamente plausível.

Por outro lado, conforme já antecipamos, a valorização da ciência não seria a única direção na qual o criacionismo se deslocaria na “onda da época”. O movimento experimentaria também um certo refluxo, resistindo ao que considerava como sendo excessivo nessa exaltação da cientificidade e da racionalidade – o “cientificismo”. Em *Da Origem do Homem*, por exemplo, Samuel Figueira dedica praticamente um capítulo inteiro para se opor ao “tabu da ciência”, isto é, o “respeito sagrado [...] por tudo que tem o rótulo de ‘científico’” (FIGUEIRA, 1982, p. 181). Na sua avaliação,

A ciência, divulgada pelos espetaculares progressos da tecnologia nas aventuras espaciais, e em todos os campos em geral, impressionou demasiadamente a Humanidade, levando-a a não só crer cegamente no que leva o rótulo de “científico”, como a acreditar que só a ciência tem condições de ditar a Verdade. (Ibid. p. 179)

A correlação feita por Figueira entre a corrida tecnológica dos tempos de Guerra Fria e o crescente prestígio social das ciências parece ressoar com a declaração de Frota-Pessoa, já discutida acima, que colocava o ensino de ciências como “condição vital de sobrevivência” na “luta pela hegemonia no mundo atual”. No entanto, se o geneticista da USP partia dessa correlação para enaltecer ainda mais a relevância pública da ciência, o médico baiano a evocava para alertar quanto a possíveis excessos. Segundo ele, a sociedade brasileira – e não só, mas a “Humanidade” – estaria aceitando de forma acrítica *todos* os pronunciamentos dos cientistas, e, mais ainda, estaria aceitando *apenas* os pronunciamentos dos cientistas, ignorando outras “fontes do conhecimento”, como a “filosofia, intuição, fé, etc” (ibid., p. 180).

Por meio dessa crítica, claro, Figueira mirava não apenas relativizar a autoridade dos cientistas, mas também reabilitar a autoridade da “fé”, incluindo aí, sem dúvida, a autoridade da Bíblia – inclusive no que diz respeito à história das origens – e da “revelação divina” de maneira mais ampla, algo que o autor coloca sob a rubrica de “intuição”. De fato, buscando “reequilibrar” os poderes da ciência e da fé, Figueira chega a propor que o cientificismo não se caracteriza como algo efetivamente distinto de uma fé. Não é por acaso que o autor recorre a expressões como “tabu da ciência”, “respeito sagrado”, e “endeusamento da ciência” para descrever esse fenômeno.

E algo interessante acontece a partir dessa caracterização. A partir do momento em que o cientificismo é entendido como uma fé, parece tornar-se razoável avaliá-lo a partir de critérios aplicáveis a essa categoria, ou até mesmo compará-lo com outras expressões de fé, como o cristianismo. E nessa comparação, evidentemente, Figueira pronunciará o cientificismo como inferior ao cristianismo, sendo considerado uma “religião” menos firme no aspecto doutrinal e menos edificante no aspecto moral (ibid., 1982, p. 237).

Quanto à falta de firmeza doutrinal, o autor escreve que “a história das ciências é um vasto cemitério de doutrinas e teorias que tiveram sua época. As teorias de PTOLOMEU e de LAPLACE foram verdades científicas intocáveis em suas respectivas épocas” (ibid., p. 185). Isto é, diferente da “verdadeira doutrina cristã”, que o autor julga eterna e imutável, a ciência seria efêmera: aquilo que é consensual no presente poderá deixar de sê-lo no futuro – é o que o autor parece esperar que aconteça em breve em relação ao “dogma” do evolucionismo.

Quanto à ineficácia moral da ciência, Figueira escreve:

falhou também o lado utópico [da ciência], pois se esperavam prodígios sociais da extinção do analfabetismo no século passado, e com o avanço e divulgação dos conhecimentos científicos as guerras e os crimes em

geral deveriam desaparecer. As escolas fechariam os reformatórios e as prisões, e assim viveríamos dias de paz e de absoluta tranqüilidade. (Ibid. p. 186)

Aqui, além de criticar a “fé” dos cientificistas no efeito moralizante da ciência, o autor parece sugerir que a solução para esses problemas sociais – guerras, crimes etc. – deveria ser buscada em outras esferas da cultura, como, por exemplo, a religião. Continua o texto: “a cultura é muito mais ampla e abrangente do que a ciência, e esta é apenas um aspecto, importante, mas não o mais importante da cultura” (ibid., p. 187).

Essa discussão sobre as implicações morais do cientificismo, do materialismo e do evolucionismo é algo central no discurso criacionista fundamentalista e será explorada mais a fundo no capítulo seguinte. Mas, antes de avançar nessa direção, é preciso apresentar um último documento de grande relevância para a história do criacionismo no Brasil, o primeiro livro didático criacionista produzido por e para brasileiros.

### **3.5. Ciências e Programa de Saúde: 5ª Série**

O passado remoto do universo, da vida e da humanidade sempre instigou a imaginação humana. Dos mitos antigos às teorias cosmológicas recentes, passando pela ficção científica e pelas interpretações religiosas, foram incontáveis os cenários construídos para representar o início de tudo – cada um com seu próprio repertório, método e propósito. Não estranha, portanto, que um certo livro publicado em 1985 tenha decidido começar seu discurso sobre as origens a partir de um convite à imaginação: “Você pode imaginar como era a Terra logo após a Criação?”

A resposta a essa pergunta, no entanto, é oferecida de maneira tão imediata, completa e prontamente “imaginada” (Figura 18) que é provável que apenas um pequeno número de leitores tenha conseguido de fato aproveitar esse convite à imaginação de maneira mais ativa, restando à maioria apenas um passeio guiado pela imaginação dos autores:

A Terra era como um belo jardim, florido o ano todo. A grama permanecia verde. Não havia frio, calor, nem seca e enchente.

Havia colinas com grandes árvores e muitas frutas, o solo era rico e produtivo. O ouro, a prata e as pedras preciosas atingidas pela luz do Sol, reluziam e aumentavam a beleza da Terra.

Nas margens dos rios havia árvores verdes e lindas flores. As águas eram limpas e puras. O ar era limpo e claro. Não havia tempestades, vendavais ou furacões.

Os animais eram mansos e dóceis e faziam companhia para os primeiros seres humanos.

Nossos primeiros pais recebiam em seu belo lar a visita de Deus e de Seus anjos. (CPS5, p. 11).



Figura 18: Imagens da “Terra logo após a Criação” segundo o livro *Ciências e Programa de Saúde: 5ª Série*, p. 11

O livro em questão é *Ciências e programa de saúde: ar, terra, água, universo: 5ª série*, um livro didático destinado a estudantes do primeiro grau. Como dito acima, não seria de se estranhar que alguma imaginação sobre as origens de tudo fosse assunto de algum tipo

de livro em 1985 – ou em qualquer outro tempo. Não obstante, *essa* imaginação *nesse* tipo de livro seria sim – e de fato foi – motivo para grande estranhamento, especialmente *nesse* tempo, 1985. O livro *Ciências e programa de saúde*, afinal, se apresentava como um livro escolar de ciências<sup>267</sup> e, ao mesmo tempo, rejeitava completamente uma série de ideias científicas consolidadas na pesquisa e no ensino brasileiro no período, como, destacadamente, a evolução orgânica.

O caráter antievolucionista do livro, aliás, é explicitado pelos próprios autores desde a mensagem inicial direcionada aos professores: “Como professor cristão, acreditamos que você, tanto quanto nós, deve estar preocupado com os livros de ciências inteiramente voltados para o evolucionismo”. Outra vez, a preocupação é com o “domínio exclusivista da Teoria da Evolução”, o mesmo que havia motivado Ruy Vieira e Christiano Neto a organizarem as primeiras entidades criacionistas no Brasil. E a alternativa levantada contra o ensino de evolução, também outra vez, não é outra senão o ensino do criacionismo: “Este livro representa uma tentativa de tornar o estudo de ciência voltado para o criacionismo bíblico” (CPS5, p. 5).

#### *Origem do livro*

Aqui, os autores dessa mensagem precisam ser apresentados. Nem a SCB nem a ABPC são diretamente responsáveis pelo *Ciências e programa de saúde: 5ª série*. O projeto do livro nasceria, na realidade, do desejo de uma professora de Ciências e Biologia de contar com material didático para expor o criacionismo em suas aulas. Não havendo tal material disponível no período, isto é, em meados da década de 1970, a professora, Nair dos Santos, começaria a elaborar material próprio a partir de artigos publicados na *Folha Criacionista* da Sociedade Criacionista Brasileira e, mais tarde, contaria também com

---

<sup>267</sup> Em sua ficha catalográfica, constam os assuntos “Ciências (1º grau)”, “Ecologia (1º grau)”, “Educação (1º grau)”, “Sanitária e Higiene (1º grau)”.

livros criacionistas infanto-juvenis norte-americanos como referência, como a coleção *Earth's Treasures*, publicada pela Pacific Press a partir de 1971, e a coleção *Science and Health*, publicada pela editora adventista Review and Herald a partir de 1974. (Silva, 2017, p. 43-54)

Nair Elias dos Santos, nascida em 1944 na cidade de Planura, Minas Gerais, havia se licenciado em História Natural pela Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de São José do Rio Preto, São Paulo, e em Educação pela Universidade de Ribeirão Preto (UNAERP), e lecionava Biologia Geral, Higiene Escolar e Metodologia do Ensino de Ciências na Faculdade Adventista de Educação do Instituto Adventista de Ensino (IAE), além de atuar, como dito, como professora da Ciências e Biologia no mesmo instituto (CSP5, p. 10). No início dos anos 1980, depois de já haver explorado amplamente a literatura criacionista a que tivera acesso, Nair dos Santos proporia ao Instituto Adventista de Ensino realizar traduções de coleções criacionistas produzidas nos Estados Unidos. A proposta seria recusada, mas, alguns anos depois, a Divisão Sul Americana da Igreja Adventista do Sétimo Dia, denominação religiosa à qual o Instituto estava ligado, votaria para que a professora produzisse um livro de ciências para escolas adventistas juntamente com outro professor ligado à denominação, Admir de Matos. (Silva, 2017, p. 43-54)

Admir Josafá Arrais de Matos, nascido em 1949 na cidade de Dracena, São Paulo, havia se graduado em Ciências pela Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Santos e em Biologia pela Pontifícia Universidade Católica de Campinas (PUCC), e, na época, contava também com uma Pós-Graduação em Biologia pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). Também inserido no IAE, lecionava Parasitologia e Microbiologia na Faculdade de Enfermagem do Instituto e Ciências no nível básico, também no IAE (CSP5, p. 10). Compartilhando, portanto, muitas características de formação acadêmica, atuação profissional e filiação religiosa, Admir de Matos trabalharia ao lado de Nair dos

Santos no início dos anos 1980 para produzir o que viria a ser o primeiro livro escolar de ciências declaradamente criacionista publicado no Brasil.

*Ciências e programa de saúde: 5ª série* seria publicado pela Casa Publicadora Brasileira, editora adventista sediada em Tatuí, São Paulo, em 1985, como parte de uma série de publicações para o Ensino Fundamental intitulada “O Criador, o Mundo e Você”. O livro seria adotado imediatamente em escolas adventistas, conforme planejado. Porém, rápida e inesperadamente, seu alcance se ampliaria, chegando a escolas confessionais de outras denominações cristãs e até mesmo em escolas públicas. Porém, antes de examinar a circulação do livro e a polêmica que viria a ser formar em torno dele, é importante examinar alguns aspectos de seu conteúdo propriamente dito.

Na maior parte, *Ciências e programa de saúde* é um livro didático convencional e bastante enxuto, contendo menos de 150 páginas. Além de apresentar os conteúdos básicos esperados, como explicações sobre as camadas da atmosfera, o ciclo da água, tipos de nuvem e as diferentes formações rochosas, o livro traz também uma série de experiências para realização em sala de aula ou em casa e orientações de caráter prático sobre, por exemplo, como cultivar uma horta e escolher alimentos saudáveis. O material também exhibe uma notável preocupação ecológica, insistindo, do início ao fim, na responsabilidade ambiental como um dever de todos, destacadamente dos alunos que o leem. Há, no entanto, elementos que distinguem muito claramente a publicação adventista dos demais livros com os quais ele competia na seleção escolar.

Primeiramente, algo que se nota simplesmente folheando o livro é a presença de versículos bíblicos nas margens das páginas ou em boxes contornados de cor chamativa (Figura 19 e 20). Tais inserções parecem querer ancorar a matéria apresentada pelo livro na tradição religiosa que ele representa, sugerindo que a Bíblia, de algum modo, já

antecipava a sabedoria científica, ou, inversamente, que a ciência corrobora a sabedoria bíblica. O salto entre uma autoridade e outra, contudo, é meramente insinuado, sem desenvolvimentos explícitos por parte dos autores. Na seção sobre a composição da atmosfera terrestre, por exemplo, lê-se na margem: “*E disse Deus: ‘Apareça um firmamento...’ Gênesis 1:6*” (CSP5, p. 28, itálicos no original), e, na seção sobre o ciclo da água: “*“Quem... chama as águas do mar, e as derrama sobre a Terra: o Senhor é o Seu nome.’ Amós 5:8*” (p. 64, itálicos no original). Seria uma sugestão de que os autores bíblicos estariam, nesses textos, manifestando ciência de fenômenos que só seriam efetivamente compreendidos centenas ou milhares de anos depois?

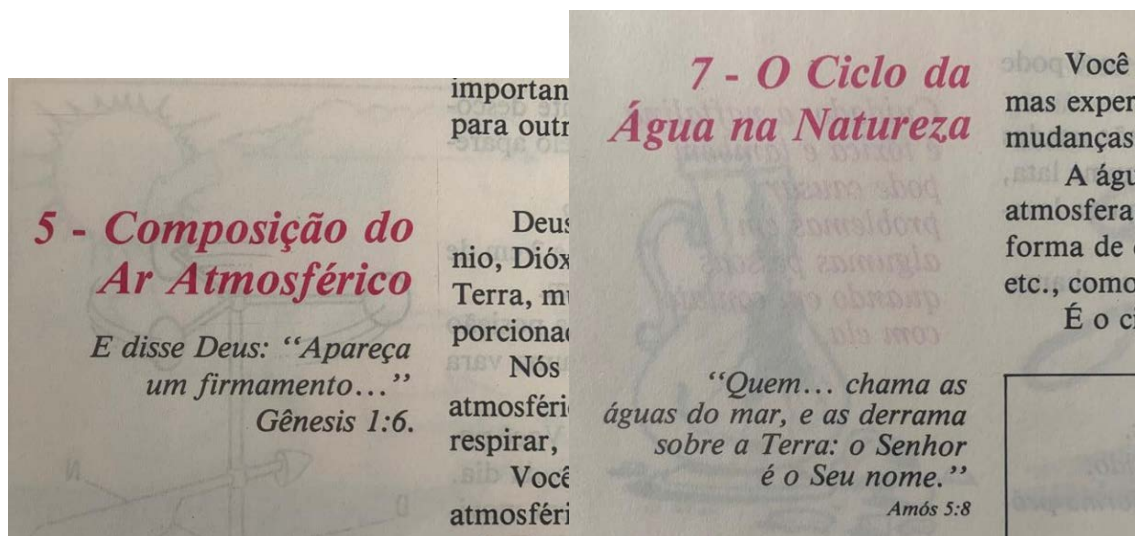


Figura 19: Margens das páginas do Ciências e Programa de Saúde: 5ª Série, p. 28 e 64

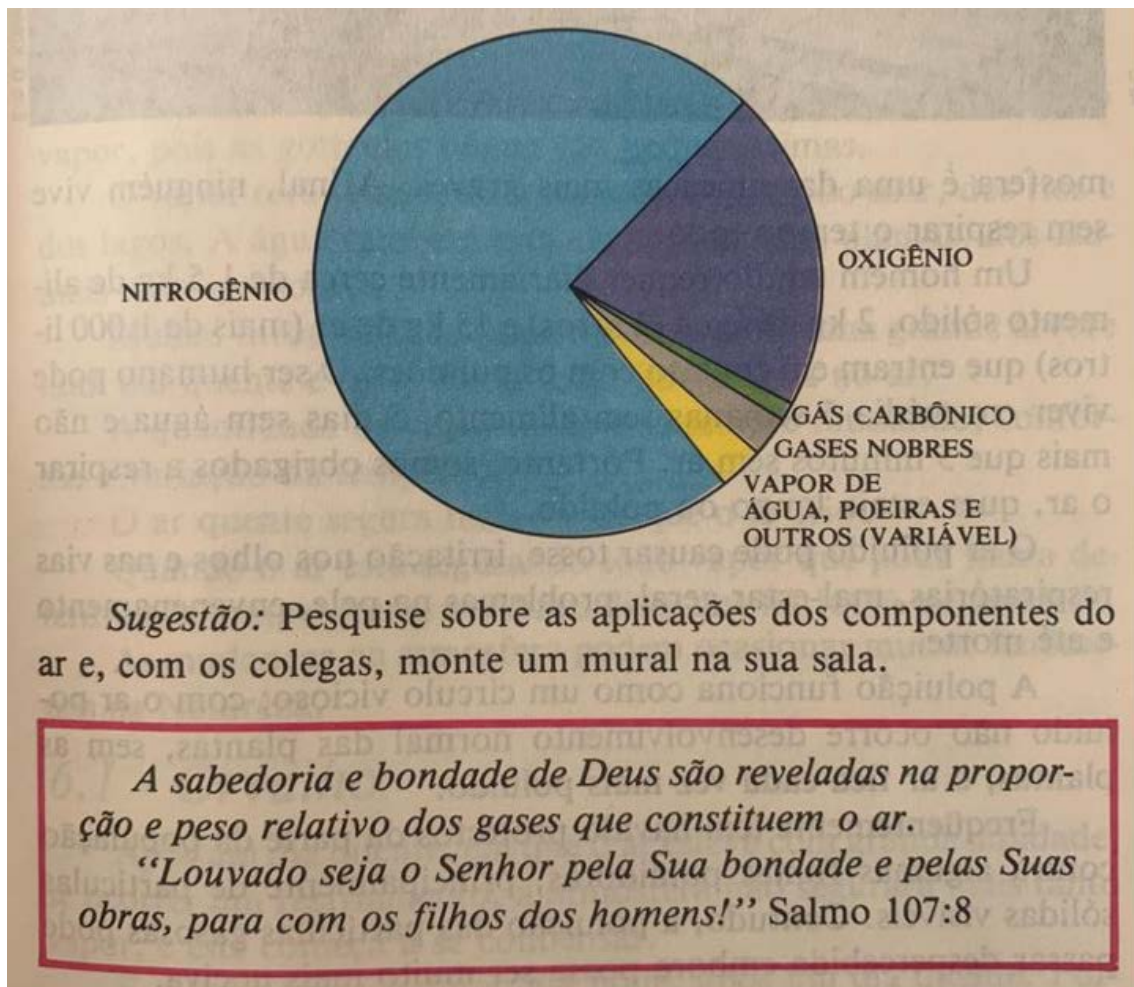


Figura 20: Box bíblico no Ciências e Programa de Saúde: 5ª Série, p. 31

Seja como for, essas inserções mais pontuais não são as únicas peculiaridades do livro de Nair Elias dos Santos e Admir Arrais de Matos. Outra característica distintiva que se observa no material didático adventista é a explicação de alguns fenômenos naturais por meio de fatores sobrenaturais, como planejamento ou intervenção divina. Os dois principais “eventos” referidos ao longo do livro para explicar a história e as características do mundo natural são os episódios bíblicos da Criação e do Dilúvio. O primeiro, como fica claro no trecho sobre “a Terra logo após a Criação”, apresentado no início dessa seção, é citado para explicar as condições iniciais do cosmos. Falando sobre a composição do ar atmosférico, por exemplo, os autores dizem: “Deus falou e, imediatamente, trilhões

de toneladas de Oxigênio, Dióxido de Carbono, Nitrogênio e outros gases envolveram a Terra, muito bem dosados, numa mistura perfeitamente bem proporcionada para manter a nossa vida e a vida dos animais e plantas” (CSP5, p. 28).

Essa ênfase na dosagem cuidadosa dos elementos e na adequação do ambiente ao ser humano (e não o contrário)<sup>268</sup> é fundamental. Ao longo do livro, os autores frequentemente destacam a complexidade da “Criação” como argumento a favor da existência de um Criador inteligente; e, mais ainda, um Criador sábio e bom, digno não só de crença, mas de admiração: “Só o nitrogênio e só o oxigênio puros não se prestam à respiração dos seres vivos. Mas Deus, que fez a atmosfera, é tão sábio que os misturou colocando 4 partes de nitrogênio para 1 de oxigênio” (CSP5, p. 29, destaque meu). Em outro exemplo, aproveitando o tema dos estados da matéria abordado na unidade “A Água”, os autores escrevem:

Você aprendeu algo sobre os líquidos, sólidos e gases e as leis a que eles obedecem. Você aprendeu algo sobre Deus também. Todas as leis de cada estado da matéria foram criadas por Deus em benefício do homem. Deus, em Sua grande sabedoria, discernimento e amor, viu as necessidades do homem, e fez tudo nos mínimos detalhes, com o propósito de atendê-las e torná-lo feliz. (CSP5, p. 63)

A referência ao episódio da Criação, portanto, é central no livro não apenas para explicar o mundo natural, mas também para dar sentido a ele, contrapondo o *acaso* do evolucionismo materialista com o *propósito* do criacionismo bíblico. Afirma-se, desse modo, que Deus fez todas as coisas e, mais importante, fez todas as coisas para proporcionar um ambiente favorável à vida humana. É sobre essa afirmação, a propósito,

---

<sup>268</sup> Na perspectiva evolutiva, naturalmente, as características do *homo sapiens* é que são explicadas como resultado de processos de adaptação condicionados pelo meio ambiente, e não o contrário – ainda que a interação cultural da nossa espécie com o meio nos permita falar também de ambientes adaptados à vida humana, mas como resultado da ação humana e não de planejamento divino.

que se sustenta a preocupação ambiental característica do livro. É o que se constata, por exemplo, nas primeiras frases do texto de apresentação aos alunos, logo no início do volume:

Deus fez o céu, a terra, o mar, as flores e os animais para a sua felicidade.

Se você aprender a cuidar da sua casa, do ar que respira e da água que bebe; se você aprender a amar as belezas naturais e a adorar o Verdadeiro Deus Criador, durante este ano, através deste livro, ficaremos contentes por ter alcançado nosso objetivo. (CSP5, p. 6)

O cuidado com o meio ambiente, por essa perspectiva, impõe-se como uma espécie de pacto entre Deus e a humanidade, ou como uma contrapartida à cessão territorial divina. E “aprender a amar as belezas naturais”, também por essa perspectiva, não é algo distante de “adorar o Verdadeiro Deus Criador”; afinal, como dito em um dos versículos inseridos ao longo do livro, “‘Os céus proclamam a glória de Deus e o firmamento anuncia as obras das Suas mãos.’ Salmo 19:1” (CSP5, p. 127).

#### *A Teologia Natural e o Problema do Mal*

Esse equacionamento entre contemplação e estudo da natureza, de um lado, e serviço e adoração a Deus, do outro, remonta notavelmente a uma tradição teológica que foi discutida até mesmo por Darwin: a Teologia Natural. Conforme a definição do historiador John Hedley Brooke, “Natural theology is a type of theological discourse in which the existence and attributes of the deity are discussed in terms of what can be known through natural reason, in contradistinction (though not necessarily in opposition) to knowledge derived from special revelation” (FERNGREN, 2000, p. 67). Apesar de contar com um longuíssimo *pedigree*, a Teologia Natural ganharia notoriedade sob esse nome na Inglaterra dos séculos XVIII e XIX, tendo como um de seus principais expositores o sacerdote anglicano William Paley (1743-1805).

Em uma publicação intitulada precisamente como *Teologia Natural* [*Natural Theology*] (1802), Paley apresenta seu argumento teleológico a favor da existência de Deus, também conhecido como a “Analogia do Relojoeiro”, segundo o qual o aspecto intrincado do mundo natural, composto por “peças” complexas em si mesmas e “encaixadas” com precisão em suas relações umas com as outras, evidenciaria o caráter planejado dessa realidade e, conseqüentemente, a necessidade de um planejador – da mesma forma que as peças de um relógio e a complexidade de seu mecanismo evidenciariam que este não poderia ser resultado do acaso, mas sim da intenção e do trabalho de um artífice.<sup>269</sup>

Esse argumento seria desafiado por uma série de autores, entre eles Charles Darwin, que, com sua teoria da origem das espécies por meio da seleção natural, sugeriria que a *aparência* de planejamento poderia ser produzida sem planejamento real. Um órgão bem adaptado a determinado ambiente poderia ser fruto não de providência divina, mas de um longuíssimo processo multigeracional em que variações desse mesmo órgão menos adaptadas ao ambiente teriam se tornando menos comuns, ao passo que as variações mais favoráveis à sobrevivência e à reprodução em um contexto de recursos limitados teriam se tornado prevaletentes. (BIZZO, NELIO M.V., 2010)

Nesse sentido, Darwin poderia concordar com Paley – como explicitamente concordou – quanto ao fato de que “Nenhum órgão será formado, como observou Paley, com o propósito de causar dor ou ferir seu possuidor”<sup>270</sup> (DARWIN, 1859, p. 201); contudo, a maneira de interpretar e explicar esse fato divergiria profundamente entre os autores. Se, para Paley, esse era um testemunho do poder, da sabedoria e da bondade do Criador, para

---

<sup>269</sup> A “analogia do relojoeiro” tem um longo pedigree. A sua ideia geral, a de que a aparência de ordem sugere a existência de um ordenador, remonta à Antiguidade (SEDLEY, 2007). E a sua característica mais específica, o uso do relojoeiro como exemplo, já aparece nos trabalhos de Robert Hooke, no século XVII, em textos de Voltaire, no século XVIII, e finalmente na expressão mais conhecida de Paley, no século XIX (AYALA, 2013).

<sup>270</sup> No original: “No organ will be formed, as Paley has remarked, for the purpose of causing pain or for doing an injury to its possessor”.

Darwin, tratava-se apenas de uma consequência da incessante luta pela vida, na qual organismos inaptos eram pouco vistos simplesmente porque não duravam tempo.

Apesar de a interpretação do autor de *A Origem das Espécies* parecer inicialmente menos favorável a uma interpretação teologicamente positiva da natureza, é importante destacar que não poucos autores concluiriam justamente o contrário. Afinal, tão conhecidas como as “perfeições” da natureza, como órgãos bem adaptados, eram as suas “imperfeições”, como o fato das doenças, do sofrimento e da dor. E uma interpretação que atribuísse absolutamente todas as características do mundo natural a um Criador poderia acabar por responsabilizá-lo não só pelo bem, mas também pelo mal. Assim, abrir maior espaço para o acaso na explicação e interpretação da natureza poderia funcionar como uma interessante solução teológica para o antigo problema da teodiceia<sup>271</sup>.

Voltando ao Brasil dos anos 1980, é interessante observar como os problemas que haviam alimentado esses debates na Inglaterra do século XIX persistem na controvérsia evolução-criação e, em particular, no livro *Ciências e programa de saúde: 5ª série*. Se, por um lado, o livro afirma que “Deus, em Sua grande sabedoria, discernimento e amor, viu as necessidades do homem, e fez tudo nos mínimos detalhes, com o propósito de atendê-las e torná-lo feliz” (CSP5, p. 51), por outro, a imaginação sobre “a Terra logo após a Criação”, quando “Não *havia* frio, calor, nem seca e enchente”, “Não *havia* tempestades, vendavais ou furacões” e “Os animais *eram* mansos e dóceis” traz em si a confissão de que as coisas já não são assim no presente. Há, inquestionavelmente, violência e hostilidade no mundo planejado por um Criador sábio e amoroso. Como explicar essa

---

<sup>271</sup> Teodiceia é o termo que abriga uma série de discussões teológicas e filosóficas que buscam harmonizar a bondade de um deus onipotente e onisciente com a existência do mal e do sofrimento na experiência cotidiana. O termo, que significa “justiça de Deus”, foi popularizado por G. W. Leibniz no século XVIII, mas remonta à Antiguidade, com a discussão, por exemplo, do Paradoxo de Epicuro. Para um panorama da discussão sobre o “problema do mal” e a teodiceia, ver o excelente *companion* editado por McBrayer e Howard-Snyder (2013).

aparente contradição? E é aí que entra o segundo “evento” bíblico central apresentado no livro para explicar a história e as características do mundo natural: o Dilúvio.

Segundo esse livro didático de ciências para o primeiro grau, a situação imperfeita da Terra não se trata de um erro de planejamento ou de uma obra do acaso, mas de uma consequência do mal comportamento humano. Logo depois de descreverem a paradisíaca “Terra logo após a Criação”, os autores acrescentam:

Depois de algum tempo as pessoas se esqueceram de Deus e não mais Lhe obedeciam, e não tiveram muito cuidado com o belo mundo que tinha sido criado para eles.

Finalmente, Deus precisou destruir a Terra e começar tudo de novo.  
(CSP5, p. 13)

A referida destruição – feita por Deus, mas justificada como algo necessário diante da ação dos verdadeiros culpados, os humanos – é o episódio do Dilúvio, do qual apenas Noé, sua família e os animais abrigados na famosa Arca teriam se salvado. Quanto ao resto do mundo, “O ouro, a prata e as pedras preciosas foram cobertos. As colinas suaves se transformaram em imensas montanhas e surgiram também profundos abismos. Quase todo o bom solo foi levado para o mar” (CSP5, p. 13). É interessante perceber que a referência ao Dilúvio se apresenta aqui não só como solução teológica para o problema do mal, mas também como alternativa para dar conta de certos fenômenos naturais, os quais, em outros livros de ciências mais convencionais, seriam explicados como resultado de processos de longuíssima duração.

A separação dos continentes, por exemplo, convencionalmente explicada a partir da teoria da deriva continental de Alfred Wegener, é explicada no *Ciências e Programa de Saúde* como resultado do Dilúvio: “Durante o Dilúvio, a crosta terrestre foi quebrada e isto envolveu muita atividade vulcânica. [...] Hoje os cientistas falam que os continentes

foram separados e que o oceano foi aberto. Estes movimentos podem ter começado a acontecer no tempo do Dilúvio” (CSP5, p. 64). Dessa maneira, a necessidade de estipular uma idade de bilhões ou milhões de anos para a Terra, algo tão fundamental para a teoria da deriva continental quanto para a teoria da evolução, é contornada pela atribuição de transformações geográficas bruscas a um evento rápido e relativamente recente, ocorrido há poucos milhares de anos.

O mesmo se dá com relação à explicação da formação das rochas – “Provavelmente a maior parte das rochas sedimentares tenha sido formada no Dilúvio” (CSP5, p. 94); “Também rochas ígneas e metamórficas foram formadas durante o Dilúvio” (p. 95) – e, ainda mais importante, com a explicação do registro fóssil:

É provável que depois do pecado de Adão e Eva, e até pouco antes do Dilúvio, alguns fósseis tenham se formado.

Quando o Dilúvio começou, todas as condições necessárias e ideais para a formação de um fóssil se verificaram. Uma grande quantidade de areia e lama foi carregada. Muitas plantas e animais foram soterrados rapidamente. Não houve tempo para os animais que se alimentam de carniça ou mesmo os decompositores agirem. (CSP5, p. 97)

Percebe-se, assim, a polivalência explicativa do episódio do Dilúvio e, acima de tudo, seu valor antievolucionista, como uma espécie de “peça curinga” capaz de substituir qualquer proposta teórica geológica ou biológica pós-darwiniana. Além disso, é importante notar a relação de mão dupla que os autores de *Ciência e Programa de Saúde* estabelecem entre a Bíblia e a Ciência a partir do eixo temático do Dilúvio. Não só a autoridade bíblica é mobilizada para responder a questões científicas, mas também a autoridade científica é mobilizada para autenticar o texto bíblico. A existência de fósseis, por exemplo, deixa de ser um problema para o criacionismo para aparecer no livro adventista como prova da historicidade da narrativa da Arca de Noé: “Estas estranhas marcas [os fósseis] nos dão

uma pequena idéia do mundo antigo. Elas *testificam* que a história de Noé e do Dilúvio contadas no livro de Gênesis são verdadeiras” (CSP5, p. 84, destaque meu). O mesmo se dá em relação às rochas sedimentares, como os depósitos de carvão mineral, que, segundo o livro, “são provavelmente a evidência mais convincente de um Dilúvio universal” (p. 102).

A convicção de que tais ocorrências geológicas e paleontológicas pudessem, de fato, servir à causa do criacionismo – e não o contrário, como poderiam argumentar os evolucionistas – levaria os autores de *Ciência e Programa de Saúde* até mesmo a propor aos alunos a ideia de criar museus criacionistas nas escolas. Escrevem os autores: “Você já pensou em participar na organização de um museu criacionista em sua escola? Com a orientação de seu professor e a colaboração de seus colegas, seus pais, e amigos da escola, vocês poderiam conseguir muitas peças fósseis” (CSP5, p. 102). E dão dicas para a condução da empreitada: “Os locais onde se fazem escavações, como cerâmicas, minas e pedreiras são bons lugares para se conseguir fósseis” (p. 102).

A presença de um material com essas características entre os livros escolares de ciência – explicitamente criacionista, religioso e antievolucionista – não passaria despercebida por muito tempo. Enquanto sua circulação se mantivesse limitada basicamente às escolas adventistas, sua presença seria sim pouco percebida por observadores externos. Porém, dois anos após sua publicação, o livro atingiria um público muito mais amplo graças a subsídios governamentais, e, então, sem demora, acadêmicos e jornalistas tomariam ciência de sua existência, e uma intensa polêmica se desenvolveria à sua volta.

Mas antes de examinar esse ponto de virada com relação à atenção de jornalistas e cientistas frente à expansão do criacionismo no Brasil, é importante considerar

rapidamente o momento anterior a ela, isto é, a situação de significativa *desatenção* ao fenômeno.

### **3.6. A desatenção inicial em relação à expansão do criacionismo no Brasil**

Em 1972, ano de fundação da Sociedade Criacionista Brasileira, a revista *Ciência e Cultura* informou aos seus leitores sobre a existência da entidade e da *Folha Criacionista*. No entanto, como já observamos anteriormente, tal informação não foi acompanhada por nenhum comentário positivo ou negativo sobre a iniciativa ou sobre o criacionismo de forma geral. O periódico registrou apenas que a *Folha Criacionista* “[e]ncerra, além de noticiário, artigos sobre a terra no espaço e no tempo, datação pelo radiocarbono, caráter científico da doutrina da evolução, explicação simplificada da primeira e da segunda lei da termodinâmica” (CC 24, 9, 1972, p. 879).

Essa apresentação acrítica da *Folha Criacionista*, que parece aceitar a identificação do periódico como efetivamente científico, ocorrera na mesma edição em que a *Ciência e Cultura* abria espaço na seção “Cartas” para um texto do biólogo criacionista Roberto Cesar de Azevedo<sup>272</sup>. Na carta, Azevedo questiona “as ideias ‘modernas’ acerca da possível origem da vida”, referindo-se sobretudo à experiência de Miller e à origem da vida a partir de não-vida. Nas palavras do biólogo: “Realmente está refulgindo a crença da geração espontânea [...] Parece que quem divulga estas ideias desconhece o método científico. Ora, o método científico baseia-se em fatos demonstrados. Será que já

---

<sup>272</sup> Azevedo era adventista e havia cursado o nível médio no Instituto Adventista de Ensino de São Paulo, onde Rui Corrêa, filho do fundador da SCB, também havia estudado. Em 1963, ingressou na graduação em Biologia da USP e teve aulas com Myriam Krasilchik, uma das protagonistas da adaptação do BSCS para o Brasil. Deu aulas de Biologia por muitos anos, atuando também na administração da Igreja, e, mais tarde, obteve o título de mestre em Comunicação pela USP. Em 2007, encabeçou a criação do primeiro curso de pós-graduação *latu sensu* em Criacionismo na UNASP (Centro Universitário Adventista de São Paulo). (SILVA, 2017, p. 37–42)

esquecemos isto? O cientista honesto e racional está perplexo" (CC 24, 9, 1972, p. 879). Considerando que a própria revista da SBPC havia “divulga[do] estas ideias” na edição anterior, é surpreendente que essa carta tenha sido publicada sem absolutamente qualquer resposta ou comentário; afinal, entende-se que Azevedo não só acusava a *Ciência e Cultura* de “desconhece[r] o método científico”, como sugeria que cientistas ligados ao periódico não fossem “honesto[s] e raciona[is]”.

Na década seguinte, seria possível testemunhar novamente essa despreocupação da revista com a expansão do criacionismo no Brasil. Nesse ano, a *Ciência e Cultura* daria notícia da fundação da Associação Brasileira de Pesquisa da Criação, mais uma vez sem qualquer sombra de polêmica. Ficaria registrado apenas que a “Associação Brasileira de Pesquisa da Criação é entidade sem fins lucrativos, aberta a profissionais, colaboradores e estudantes, de caráter cultural, educacional e científico. Procura sustentar o criacionismo em bases científicas” (CC 32, 3, 1980, p. 377). Não há qualquer comentário que questione a pretensão de cientificidade da entidade; pelo contrário, o próprio texto de divulgação a afirma.

Finalmente, vale destacar também que o nome do fundador da SCB, Ruy C. C. Vieira, é mencionado duas vezes na revista *Ciência e Cultura* ao longo das décadas de 1970 e 1980. Contudo, em nenhuma dessas ocorrências há qualquer referência a sua ligação com o criacionismo. Como já dito, Vieira havia sido diretor-científico da FAPESP entre 1979 e 1985, e é apenas nessa capacidade que é mencionado na revista. Não se registra nenhuma oposição ou desconforto quanto ao fato de o diretor-científico da FAPESP ser criacionista e fundador de uma entidade criacionista<sup>273</sup>.

---

<sup>273</sup> Uma situação bastante diferente da polêmica mais recente em torno da indicação do criacionista Benedito Guimarães Aguiar Neto para a presidência da CAPES em 2020. A indicação teve uma repercussão bastante negativa, ampla e imediata, nacional e internacionalmente. Ver, por exemplo, as notícias do Jornal Nacional e da revista *Science*, respectivamente disponíveis em: <https://g1.globo.com/jornal->

Apesar dessa aparente despreocupação diante de manifestações criacionistas no Brasil, é curioso observar que o tema do criacionismo e até mesmo uma resistência ao criacionismo já se fazia presente na imprensa diária brasileira e até mesmo na própria *Ciência e Cultura* desde a década de 1970. Contudo, quando tais meios traziam à tona a controvérsia evolução-criação nesse período, era atentando para o que se passava nos Estados Unidos, e não no Brasil, que eles o faziam.

Em julho de 1971, por exemplo, o grande divulgador científico brasileiro José Reis (1907-2002) publicou um texto na Folha de S. Paulo alertando para tentativas contemporâneas de inserir o criacionismo nos currículos escolares. Todavia, o artigo intitulado “Querem ensinar o criacionismo” observava exclusivamente o contexto norte-americano. Escreveu Reis: “Revive sob *outra forma* em alguns Estados norte-americanos a pendência entre evolucionistas e os que acreditam na interpretação literal dos textos bíblicos para explicar a origem e evolução da vida” (Folha de S. Paulo [doravante “FSP”], 04/07/1971, p. 62, ênfase minha). A “outra forma” a que o autor se refere é a identidade pretensamente científica do movimento, encabeçado por figuras com diplomas e posições acadêmicas<sup>274</sup>. É justificável, claro, que José Reis ainda não fizesse referência à expansão de um movimento análogo no Brasil, que, em 1971, ainda teria que esperar um ano para ter a sua primeira sociedade organizada, a SCB. Contudo, mesmo nos anos seguintes, a própria Folha de S. Paulo e outros grandes órgãos de imprensa manteriam sua atenção voltada exclusivamente para os desdobramentos da controvérsia pública evolução-criação nos Estados Unidos.

---

[nacional/noticia/2020/01/28/novo-presidente-da-capes-gera-polemica-ao-defender-criacionismo.ghtml](https://www.nacional/noticia/2020/01/28/novo-presidente-da-capes-gera-polemica-ao-defender-criacionismo.ghtml) e <https://www.science.org/content/article/brazil-s-pick-creationist-lead-its-higher-education-agency-rattles-scientists>. Acesso em: 18/09/2023.

<sup>274</sup> “O que há de peculiar na pendência agora é que ela é provocada não por teólogos ou pessoas que seguem o raciocínio de certos teólogos, mas por um grupo de pessoas que se apresentam como cientistas e na realidade são diplomados em ciências naturais, com grau de mestre ou doutor.” (FSP, 04/07/1971, p. 62)

A revista *Ciência e Cultura*, por exemplo, que havia noticiado a fundação da SCB e a circulação da *Folha Criacionista* ainda em 1972, esqueceria completamente a entidade nos anos seguintes e acompanharia apenas a atuação das sociedades congêneres norte-americanas. Em 1973, o periódico da SBPC publicaria duas notas sobre a tentativa de inserção do criacionismo na Califórnia. Uma delas, inclusive, encerraria com as seguintes palavras: “Que se cuidem, pois, os cientistas de todo o mundo” (CC v. 25, n. 4, 1973, p. 364). Ainda assim, nenhum alerta seria feito quanto à presença do criacionismo no Brasil. Nos anos seguintes, entre 1978 e 1985, seriam publicados pelo menos mais quinze textos<sup>275</sup> sobre a controvérsia pública evolução-criação na revista, todos atentos às batalhas nos Estados Unidos; nenhum sequer mencionando o cenário brasileiro. E vale lembrar que nesse mesmo período, enquanto a revista publicava textos preocupados com a expansão do criacionismo nos Estados Unidos, o mesmo órgão daria notícia da criação da Associação Brasileira de Pesquisa da Criação, apresentando-a como uma entidade “de caráter cultural, educacional e científico”.

Outros periódicos de grande circulação nacional, como *O Estado de S. Paulo*, *O Globo*, o *Jornal do Brasil* e a própria *Folha de S. Paulo* também manifestariam a mesma desatenção ou desinteresse pelo criacionismo no Brasil. Ao longo dos anos 1970 e na primeira metade da década seguinte, esses jornais cobririam de perto processos como o embate entre Nell Segraves e o Conselho de Educação da Califórnia para a inserção do criacionismo nos currículos escolares, e também a decisão da Suprema Corte acerca da

---

<sup>275</sup> “Liberdade acadêmica e pseudociência” (CC 30, 9, 1978, p. 1138); “Evolução atacada” (CC 32, 8, 1980, p. 1128); “Armamento nuclear e criacionismo na AAAS” (CC 33, 6, 1981, p. 872); “Criacionismo sofre revés” (CC 34, 7, 1982, p. 951); “Criacionismo e idade da Terra” (CC 34, 8, 1982, p. 1083); “Contra o criacionismo” (CC 35, 6, 1983, p. 859); “Fundamentalismos” (CC 35, 12, 1983, p. 1996); Calhaus e criacionismo (CC 36, 1, 1984, p. 141-142); “Criacionismo” (CC 36, 2, 1984, p. 349); “A Bíblia contra Darwin” (CC 36, 2, 1984, p. 349); “Criacionismo” (CC 36, 3, 1984, p. 530); “Ainda o criacionismo” (CC 36, 3, 1984, p. 531); “Ciência e pseudociência” (CC 36, 6, 1984, p. 1038); “Criacionismo” (CC 37, 9, 1985, p. 1557); “Criacionismo científico” (CC 37, 11, 1985, p. 1897-1898).

constitucionalidade do “Tratamento Balanceado” de evolução e “ciência da criação” nas aulas de Biologia<sup>276</sup>. Mas, ainda assim, as atividades ou mesmo a existência da SCB e da ABPC passariam totalmente em branco – não teriam lugar nem mesmo nas margens das notícias sobre o contexto norte-americano.

Essa situação mudaria apenas na segunda metade da década de 1980. A partir daí, de repente, todos os periódicos citados acima, tanto os jornais diários quanto a revista *Ciência e Cultura*, voltariam sua atenção para a presença do criacionismo no Brasil. E uma das principais razões para essa mudança de foco é, sem dúvida, a publicação, em 1985, do primeiro livro didático criacionista brasileiro. É o que veremos na seção a seguir.

### **3.7. A polêmica em torno de *Ciência e Programas de Saúde* – 5ª Série na imprensa diária nacional e na revista *Ciência e Cultura***

Em maio de 1987, o jornal Folha de S. Paulo publicaria uma série de artigos na seção “Educação e ciência” acerca do tema “Ciência e fé”. A matéria de abertura da série levava a assinatura de Ricardo Bonalume Neto, jornalista que já havia publicado numerosos textos sobre o ativismo criacionista norte-americano. Dessa vez, porém, sua atenção se voltava completamente para o que estava acontecendo no Brasil. Seu artigo repercutia uma pesquisa conduzida pelo sociólogo Antonio Manuel Teixeira Mendes, realizada pelo Instituto Datafolha, sobre a aceitação do evolucionismo entre os paulistanos. O título da matéria, “Maioria dos paulistanos não crê na teoria da evolução”, já antecipava os resultados.

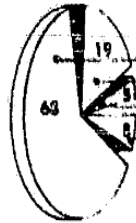
Perguntados se acreditavam “que o homem foi criado por Deus, ou que ele evoluiu a partir de outros animais”, 68% dos entrevistados responderam com “Criado por Deus”, 19%

---

<sup>276</sup> Ver Capítulo 1.

com “Evoluiu de outros animais”, e 5% com “Evoluiu de outros animais criados por Deus”. Mais ainda, perguntados sobre “qual dessas duas teorias [‘Criação divina’ ou ‘Evolução a partir de outros animais’] deve ter ensino obrigatório nas escolas”, 58% responderam que “Criação divina” deveria ser matéria obrigatória, 18%, “Evolução a partir de outros animais”, e 16%, ambas (Figura 21).

O (A) sr(a) acredita que o homem foi criado por Deus, ou que ele evoluiu a partir de outros animais?



Categorias	Sexo %		Idade %			Renda %			Escolaridade %			Religião %				
	M	F	18 a 24 anos	25 a 39 anos	40 ou mais	Até 3 s.m.	De 3 a 10 s.m.	Mais de 10 s.m.	1.º Grau	2.º Grau	Superior	Católica	Protestante tradicional	Espirita	Outras religiões	Não tem religião
Criado por Deus	65	72	59	66	75	78	70	56	79	98	90	71	92	66	73	34
Evoluiu de outros animais	20	17	24	22	13	10	19	28	10	27	33	17	3	16	15	41
Evoluiu de animais criados por Deus	5	5	7	5	8	2	4	10	3	7	10	5	9	13	3	8
Não sabe	10	6	10	7	7	10	7	6	8	8	7	7	2	5	9	17
Total	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100
N.º de entrevistas	(487)	(484)	(195)	(388)	(388)	(277)	(315)	(320)	(519)	(276)	(158)	(721)	(63)	(38)	(34)	(108)

Na sua opinião, qual dessas duas teorias deve ter ensino obrigatório nas escolas?

(total em %)



Categorias	Sexo %		Idade %			Renda %			Escolaridade %			Religião %				
	M	F	18 a 24 anos	25 a 39 anos	40 ou mais	Até 3 s.m.	De 3 a 10 s.m.	Mais de 10 s.m.	1.º Grau	2.º Grau	Superior	Católica	Protestante tradicional	Espirita	Outras religiões	Não tem religião
Criação divina	56	59	51	55	64	72	56	45	70	48	33	61	76	50	61	28
Evolução a partir de outros animais	19	17	28	18	12	9	17	27	9	26	33	16	3	18	12	41
Ambas	16	17	13	20	15	11	21	19	13	16	30	16	14	26	12	18
Nenhuma delas	3	2	4	3	2	2	1	5	1	5	2	1	2	3	9	9
Não sabe	6	5	4	4	7	6	5	4	7	5	2	6	5	3	6	4
Total	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100
N.º de entrevistas	(487)	(484)	(195)	(388)	(388)	(277)	(315)	(320)	(519)	(276)	(158)	(721)	(63)	(38)	(34)	(108)

Figura 21: Tabelas da pesquisa DataFolha sobre evolucionismo e criacionismo entre paulistanos. FSP 03/05/1987, p. 26



O simples fato de tal pesquisa ter sido realizada já é indicativo da expansão do tema do criacionismo na arena pública brasileira. Essa parece ter sido a primeira pesquisa do gênero realizada no país, que, até então, como já dito, acompanhava a controvérsia evolução-criação como um assunto estrangeiro, sobretudo norte-americano.<sup>277</sup>

Agora, no entanto, em 1987, quinze anos depois da fundação da Sociedade Criacionista Brasileira, o assunto aparecia finalmente na imprensa como algo de importância nacional. E a atenção de observadores brasileiros, como o autor da matéria, voltava-se para a presença de material criacionista em circulação no Brasil. “Já há livros didáticos criacionistas no mercado brasileiro”, alertava o jornalista, “mas nem a Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC) nem a Sociedade Brasileira de Genética (SBG) têm posições sobre o problema, pois seus sócios ainda não o debateram” (FSP, 03/05/1987, p. 26).

Ainda que Bonalume não dê nome aos “livros didáticos criacionistas” aos quais alude, a referência só pode ser ao livro – no singular – *Ciências e Programa de Saúde: 5ª série*, que, aliás, é discutido explicitamente em outro artigo da série “Ciência e fé”: “Adventistas tem obra criacionista destinada ao ensino” (FSP, 03/05/1987, p. 27). Essa matéria, assinada pela jornalista Luci Ayala, traz uma entrevista com Elias Pereira Mendes, coordenador da Casa Publicadora Brasileira (CPB), “a única editora no Brasil que publica um livro didático de ciências criacionista”, que dá importantes pistas sobre a circulação do livro em questão nesse período. Segundo Mendes, além de adotados por escolas adventistas, “nossos livros também são utilizados em escolas católicas, como o colégio ‘Jesus, Maria, José’, em Santo Amaro (zona sul de São Paulo), e em escolas públicas”, como a escola estadual Caetano de Campos, no centro de São Paulo. A matéria ainda dá

---

<sup>277</sup> Analisaremos outros dados dessa pesquisa no Capítulo 4.

notícia de que *Ciência e Programa de Saúde: 5ª série* “passa este ano a fazer parte do catálogo da Fundação de Assistência ao Estudante (FAE) para o Programa Nacional do Livro Didático”.

O Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) havia sido instituído por decreto (nº 91.542, de 19/08/1985) no mesmo ano de publicação do livro adventista. O programa tinha como objetivo principal avaliar, adquirir e distribuir livros didáticos para alunos de escolas públicas do Ensino Fundamental de forma universal e gratuita. Os livros eram indicados por professores e a execução do programa ficava a cargo da Fundação de Assistência ao Estudante (FAE), órgão do Ministério da Educação e Cultura (MEC) (MANTOVANI, 2009). Selecionado para integrar o catálogo da FAE e participar do PNLD em 1987, o livro *Ciência e Programa de Saúde: 5ª série* ampliaria decisivamente seu alcance e visibilidade – algo que seria celebrado por defensores do criacionismo<sup>278</sup> e, claro, lamentado e resistido por seus opositores.

É verdade, como Bonalume havia destacado em sua matéria, que “nem a Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC) nem a Sociedade Brasileira de Genética (SBG)” haviam, até então, se manifestado sobre o livro adventista ou sobre o antievolucionismo escolar de forma geral. Mas essa situação mudaria logo no mês seguinte. A edição referente a maio e junho de 1987 da revista *Ciência e Cultura*, periódico oficial da SBPC, abriria com um editorial exatamente sobre o tema. Publicado sob o título “De volta a um velho tema: ciência x fundamentalismo” (CC v. 39, n. 5/6, 1987, p. 451) e assinado por três biólogos e geneticistas da USP, Aldo Malavasi Filho, João Stenghel Morgante e Luiz Carlos Gomes Simões, o texto reprovava “a possível

---

<sup>278</sup> Nem todos. Ruy Vieira considerava a iniciativa precipitada, podendo prejudicar mais do que colaborar para o ativismo criacionista. Informação concedida em entrevista realizada com Ruy Vieira em Brasília em setembro de 2021.

utilização de livros didáticos que tendenciosamente apresentam conhecimentos científicos, especialmente os biológicos, sob a visão fundamentalista, isto é, segundo a interpretação literal da Bíblia” (ibid.).

Comentando essa situação, os autores também aproveitavam para alertar que as “nações que se dispõem a levar adiante programas realistas de desenvolvimento científico estão investindo no bem-estar social, no futuro, em sua própria sobrevivência e em sua independência política e econômica”, e ignorar a ciência ou “deformá-la com preconceitos ou falsas premissas, constitui na realidade ato de completa irresponsabilidade” (ibid.). Essa conexão entre desenvolvimento tecnocientífico e fortalecimento geopolítico, que já abordamos neste capítulo, seria mobilizada ainda mais uma vez no editorial para repudiar especificamente o endosso do MEC ao material criacionista.

Sobre esse ponto, Malavasi, Morgante e Simões declaravam estar preocupados em “saber que a Fundação de Assistência ao Estudante (FAE) do Ministério da Educação possa estar distribuindo livros escritos por pessoas cientificamente despreparadas, que poderão causar distorções graves na formação científica e cultural dos jovens” (ibid.). Procedendo dessa forma, “os dirigentes da nação” estariam impedindo a ciência de “melhor cumprir seu papel de fator gerador do bem-estar social e do engrandecimento dos valores humanos” (ibid.).

Além desse editorial, a edição de maio e junho de 1987 da *Ciência e Cultura* trazia também um artigo na seção “Livros e revistas” dedicado especificamente a comentar o livro *Ciência e Programa de Saúde: 5ª série*. O autor do artigo era o também biólogo e geneticista da USP, Antonio Brito da Cunha, que havia publicado trechos de seu comentário ao material didático criacionista na *Folha de S. Paulo* um mês antes, ao lado

das matérias de Ricardo Bonalume e Luci Ayala. Agora, na versão publicada na revista *Ciência e Cultura*, podia-se ler na íntegra as críticas incisivas de Brito da Cunha à publicação adventista, bem como sua defesa do ensino de evolução.

Logo no parágrafo de abertura, o texto posiciona o criacionismo representado pelo *Ciência e Programa de Saúde: 5ª série* ao lado das experiências totalitárias do século XX:

O fanatismo, tanto religioso como ideológico, é incompatível com a ciência, acarretando desde prejuízos culturais e econômicos até verdadeiras tragédias. Vejam-se os casos de Hitler, o racismo e o genocídio; de Stalin, Lyssenko [sic] e a eliminação dos geneticistas e o atraso da agricultura na Rússia; do chamado criacionismo, levando à incapacidade da compreensão das ciências naturais e do mundo em que vivemos. (Ibid. p. 575)

Para ilustrar esse efeito cognitivamente incapacitante do “fanatismo”, Brito da Cunha expõe em seu artigo o “nível do livro que estamos examinando”, reproduzindo numerosas passagens, com destaque para a já referida descrição da “Terra logo após a Criação”<sup>279</sup>. Para o geneticista, o cenário pintado no livro era “deliciosamente disneyano” (ibid.), algo que poderia ser um grande elogio para um filme infantil de fantasia, mas certamente não o era para um livro de ciências. Muito melhor do que essa expressão imaginativa seria a simples apresentação objetiva da evolução, “um fato comprovado cientificamente” do qual “[n]enhum biologista competente duvida” (ibid.). Assim, na opinião do autor, ao invés de ter contato com as mais importantes ideias da ciência e da biologia moderna, com esse material, as “crianças vão para escola aprender e são sujeitas a toda uma doutrinação facciosa, levando a verdadeira deformação mental” (ibid., p. 576).

Assim, Brito da Cunha concluía que livros “como esse merecem a atenção de nossas autoridades educacionais” e, referindo-se ao recém criado Programa Nacional do Livro

---

<sup>279</sup> Ver os primeiros parágrafos da seção 3.5.

Didático, acrescentava: “ainda mais agora quando o Governo está distribuindo livros didáticos escolhidos pelos professores” (ibid.). Todavia, ao escrever sua crítica ao *Ciência e Programa de Saúde: 5ª série*, o autor ainda não tinha ciência de que o referido livro já fazia parte do catálogo do programa. A pergunta “Será que o Governo está comprando e divulgando obras como esta?” (ibid.) ficaria em aberto – mas não por muito tempo.

Alguns meses depois, em novembro de 1987, a revista *Ciência e Cultura* daria espaço para uma réplica dos autores do livro criacionista, Admir Arrais de Matos e Nair Elias dos Santos, que, por sua vez, seria seguida por uma tréplica de Antonio Brito da Cunha, dessa vez em coautoria com João Stenghel Morgante, um dos autores do editorial referido acima. No texto de resposta à crítica original, Matos e Santos rejeitariam completamente o rótulo de dogmáticos, bem como qualquer associação com o totalitarismo. De fato, invertendo a situação, tais acusações seriam redirecionadas aos evolucionistas:

Queremos que saibam que os fatos demonstráveis são plenamente aceitos pelos criacionistas. Criacionismo não é sinônimo de fixismo. Por exemplo, mutação e variação nos seres vivos são fatos demonstráveis? Sim. Portanto são aceitos pelos criacionistas. Mas estes fenômenos levam à formação de novos tipos básicos de vida? É demonstrável? Não. (CC v. 39, n. 11, 1987, p. 1086)

Na opinião dos autores, portanto, os evolucionistas é que estariam abusando da imaginação em suas reconstituições da história da vida, e não os criacionistas. As evidências a favor do criacionismo, afinal, seriam “muito mais consistentes com o conhecimento que temos atualmente do universo” (ibid.). Além disso, ainda segundo os autores, seriam os anticriacionistas que estariam se aproximando do totalitarismo em sua oposição à compra e à divulgação do livro *Ciências e Programa de Saúde: 5ª série*: “Ameaçar, evocando a ação das autoridades para impedir o avanço e ensino criacionista, está fora de época, seria usar a força e cercear a liberdade de expressão e tolher a liberdade

de escolha dos pais e professores numa sociedade que procura consolidar a democracia” (ibid.).

Escrevendo no contexto de redemocratização do país, Matos e Santos buscariam se desvencilhar por meio de declarações como essa não só de qualquer associação com autoritarismos do passado recente brasileiro, mas também de comparações, como as sugeridas por Brito da Cunha, com Hitler, Stalin ou Lysenko. Estes, segundo os autores do livro didático criacionista, “estiveram mais afinados com ideias evolucionistas”. E acrescentam: “Podemos até sugerir o nazista Mengele, cujo livro de cabeceira era *A origem das espécies*, no qual se inspirou para praticar suas experiências” (ibid.). Desse modo, os personagens arquetipicamente sombrios da História eram lançados para o “time” dos evolucionistas, enquanto, para o “time” dos criacionistas, eram convocados os luminares da Ciência Moderna, “um exército de cientistas criacionistas de inquestionável capacidade como Pasteur, Newton, Faraday, Maxwell, Mendel e tantos outros” (ibid.).

Finalmente, além de defender que os criacionistas tinham as evidências “mais consistentes” e vinham de uma estirpe de cientistas de “inquestionável capacidade”, os autores de *Ciência e Programa de Saúde: 5ª série* reivindicavam também a qualidade de maioria: constituíam a “maioria criacionista” da população brasileira. Partindo dos dados da pesquisa realizada pelo instituto Datafolha e publicada na Folha de S. Paulo em meados daquele ano, Matos e Santos questionavam o direito de “uma minoria evolucionista de ensinar evolução a uma maioria criacionista”: “Não acham os senhores que seria razoável que os livros de ciências também tivessem espaço para o criacionismo? No mínimo seria mais democrático” (ibid., p. 1085).

A resposta a essa provocação viria logo na página seguinte da revista, na tréplica escrita por Antonio Brito da Cunha e João Stenghel Morgante: “Os argumentos usando os

resultados das pesquisas da Folha de S. Paulo são ridículos. A verdade científica não é obtida através de tomadas de opinião de público mas por meio de pesquisas sérias usando a metodologia apropriada, a da pesquisa científica” (ibid., p. 1087). Para os autores, os números da pesquisa significavam algo completamente diferente. A preferência pela resposta “Criação divina” para a pergunta sobre as origens da humanidade não deveria ser entendida como resultado de longa e informada ponderação da parte dos entrevistados. Pelo contrário, na avaliação de Brito da Cunha e Morgante, o que a pesquisa parecia deixar claro é que a população brasileira simplesmente ainda não havia sido adequadamente educada quanto ao fato da evolução: “Esses números só mostram uma coisa, o baixo nível de instrução do nosso povo e a péssima qualidade do ensino de ciências” (ibid.). E algo semelhante poderia ser dito sobre os “cientistas criacionistas” mencionados por Matos e Santos. Segundo os autores da tréplica, tais luminares da História da Ciência, como Newton e Maxwell, haviam sido criacionistas “simplesmente [porque] não tiveram possibilidade de serem expostos às ideias modernas sobre evolução” (ibid., p. 1088).

Contra a contra-acusação de autoritarismo, Brito da Cunha e Morgante também se posicionariam com firmeza: “Somos contra censura e nada teríamos a dizer contra o livro se fosse publicado como livro religioso. O que é inadmissível é apresentá-lo como um livro de ‘ciências’” (ibid., p. 1086). Nesse ponto, os autores ainda chamam a atenção para um agravante, que é um fato do qual diziam suspeitar e agora tinham a confirmação: o apoio governamental ao livro por meio do programa da FAE. Em uma realidade de “péssima qualidade do ensino de ciências”, o uso de recursos públicos em benefício de uma “pseudociência desenvolvida como um esforço para a interpretação literal da Bíblia” (ibid., p. 1088) – que é como os professores da USP definem o criacionismo na tréplica – seria, no mínimo, contraproducente.

Por último, Brito da Cunha e Morgante fariam questão de devolver também a “batata quente” dos personagens malditos da História para os criacionistas. Primeiro, afirmariam que Hitler, Stalin e Lysenko eram “completamente ignorantes em biologia” (ibid., p. 1087) e foram levados por suas ideologias a criarem pseudociências, algo que os autores parecem sugerir não ser algo tão diferente do que fizeram e fazem os criacionistas. A apropriação de Mengele das ideias de Darwin também exemplificaria apenas como uma “mente deformada e fanatizada por uma ideologia pode ser levada à deturpação de ideias corretas” (ibid.). E ainda que todas essas figuras tivessem sido verdadeira e corretamente evolucionistas, diziam os autores da tréplica, “Culpar por associação não é bom argumento. Isso aconteceu até mesmo com a Bíblia. Talvez esse livro sagrado seja o mais relacionado com guerras, mortes e sofrimentos em toda a história da Humanidade” (ibid., p. 1088).

Esse embate realizado em um importante periódico científico, com a participação de eminentes<sup>280</sup> cientistas brasileiros, e com repercussão em jornais de grande alcance como a *Folha de S. Paulo*, representa um novo momento de atenção à controvérsia evolução-criação no Brasil. No ano seguinte, em 1988, José Carlos Azevedo, físico e ex-reitor da UnB, lembraria desse embate em um artigo para a *Folha de S. Paulo* dizendo que este “fez surgir no Brasil, talvez pela primeira vez, a questão do ensino do criacionismo nas escolas, controvérsia antiga nos EUA” (FSP, 22/06/1988, p. 3, ênfase minha). É certo que essa questão já vinha sendo discutida muito antes do embate na *Ciência e Cultura*, mas a percepção de Azevedo é um testemunho importante de como a controvérsia, a partir daí, foi lançada realmente a um novo patamar de repercussão pública.

---

<sup>280</sup> Antônio Brito da Cunha era membro titular da Academia Brasileira de Ciências desde 1968, participou da fundação da FAPESP em 1962 e era sócio da SBPC desde sua fundação em 1948. Além disso, era pioneiro no estudo de genética no Brasil, tendo colaborado com Theodosius Dobzhansky em diversos projetos de pesquisa. (Ver GLICK, T. F., 2008)

Voltando à edição da *Folha de S. Paulo* de 1987, na qual um trecho dos pronunciamentos anticriacionistas de Antonio Brito da Cunha havia sido publicado, vemos como a ocasião é aproveitada para discutir o tema do criacionismo no Brasil de forma mais ampla. Um dos artigos finalmente examina a atuação da ABPC em território nacional; outro dá notícia de boletins criacionistas circulados por testemunhas de Jeová; outro explica a Teoria Sintética da Evolução e defende o consenso acadêmico sobre o assunto; outro dá voz a um padre e paleontólogo brasileiro que defende a compatibilidade entre o cristianismo e a biologia evolutiva; outro, no mesmo sentido, apresenta a visão conciliadora do geneticista Newton Freire-Maia<sup>281</sup>; e outro avalia a qualidade do ensino de evolução nas escolas brasileiras.

Este último conta com depoimentos de Myriam Krasilchik, uma das supervisoras da adaptação dos livros do BSCS para o Brasil, e traz um comentário instigante. Ao afirmar que ensinar Biologia “não é enunciar uma ciência neutra, asséptica, mas algo que tem vínculos com a sociedade” (FSP, 03/05/1987, p. 26), a bióloga e especialista em educação da USP diz que, embora “não seja tão freqüente”, pode acontecer de o professor ter problemas com “filhos de membros de algumas seitas mais rígidas” (ibid.) em razão de vínculos “problemáticos” entre a ciência evolutiva e a cultura de tais “seitas”. Nos limites deste trabalho, não podemos corroborar nem rejeitar a afirmação de Krasilchik, mas é importante registrar seu testemunho sobre a pouca frequência de atritos em sala de aula relacionados à controvérsia evolução-criação na década de 1980. Igualmente importante é notar a conexão feita por Krasilchik entre o criacionismo e “seitas mais rígidas”, uma provável alusão a grupos evangélicos conservadores. É precisamente essa conexão que examinaremos no próximo capítulo.

---

<sup>281</sup> Falaremos mais sobre esse assunto no próximo capítulo.

\*\*\*

Em resumo, pretendo ter demonstrado neste capítulo que o apelo à cientificidade do texto bíblico sobre as origens foi uma característica central do discurso criacionista no Brasil – como havia sido, e ainda era (e ainda é), nos Estados Unidos. A SCB havia sido criada para divulgar “aspectos científicos ligados à doutrina” e a ABPC surgira da necessidade percebida por seu fundador de salvaguardar a veracidade factual da Bíblia. Outros autores, como Samuel Figueira, afirmaram o “status científico” do criacionismo, e o livro *Ciências e Programas de Saúde – 5ª Série* fora idealizado para “tornar o estudo de ciência voltado para o criacionismo bíblico”.

Mais ainda, pretendo ter demonstrado que esse discurso de afirmação da cientificidade do criacionismo se situava em um contexto particular de valorização social da ciência. No tenso cenário geopolítico do período, o investimento em pesquisa e ensino de ciências era visto por muitos políticos, cientistas e educadores brasileiros como algo necessário para o desenvolvimento nacional, sobretudo por seu potencial tecnológico, mas também por seu valor para a cultura e a cidadania. Nesse cenário, promover algo como científico era especialmente eficaz. Em uma sociedade em que a ciência não tivesse grande relevância social, afirmar a cientificidade da narrativa tradicional do Gênesis poderia ter pouco ou nenhum apelo. Já na “Era Atômica”, defender a autoridade e a atualidade da Bíblia com argumentos a partir das leis da termodinâmica, por exemplo, poderia ser visto não só como interessante, mas como indispensável.

Pretendo também ter demonstrado que, ainda que essa “defesa científica” da cosmogonia bíblica não se coadunasse com o consenso acadêmico, muitos personagens que promoveram o criacionismo no Brasil possuíam titulações acadêmicas consideráveis e chegaram a ocupar elevadas posições. Ruy Vieira e Christiano Neto, os fundadores das

primeiras entidades criacionistas do país, eram ambos professores universitários, o primeiro tendo sido diretor científico da FAPESP por dois mandatos, e o segundo ostentando um mestrado pela Universidade de Londres. Vimos também que atividades da ABPC ocorreram em auditórios de uma universidade federal e que seus diretores-associados eram todos professores da mesma instituição. Além disso, é notável a forma neutra (ou mesmo positiva) que a revista *Ciência e Cultura*, periódico oficial da SBPC, repercutiu a fundação das entidades criacionistas – algo que começaria a mudar de modo significativo apenas depois da polêmica em torno da publicação do primeiro livro didático criacionista brasileiro e de sua divulgação com recursos federais.

Finalmente, pretendo ter demonstrado que esse discurso de cientificidade da cosmogonia bíblica e a produção e circulação desse discurso por e entre acadêmicos não pode ser entendida apenas como uma adesão dos criacionistas ao “espírito científico” da época. A relação entre promoção do criacionismo e valorização da ciência foi bastante ambígua. Por um lado, autores como Ruy Vieira, Christiano Neto e Samuel Figueira valorizavam titulações e espaços acadêmicos, diziam defender a “verdadeira ciência” e atribuíam grande peso a argumentos teóricos e empíricos. Por outro, opunham-se ao consenso dos especialistas (sobretudo da Biologia e da Geologia), rejeitavam as principais teorias e evidências sobre as questões relativas às origens e manifestavam grande desconforto com uma valorização “excessiva” da ciência, que menosprezava outras dimensões da cultura, como a religião.

No próximo capítulo, discutiremos precisamente as relações entre criacionismo e religião, considerando a possibilidade e as eventuais razões de uma expansão do protestantismo no Brasil na segunda metade do século XX ter favorecido a expansão do criacionismo no mesmo período.

#### **4. O criacionismo como “posição evangélica”: as transformações do protestantismo no Brasil e a aceitabilidade religiosa do evolucionismo**

No dia 15 de setembro de 1967, um simpósio intitulado “Evolução das Espécies” foi promovido pelo Centro de Estudos de História Natural da Faculdade Federal de Filosofia da Bahia. Na ocasião, uma série de conferências abordou diferentes questões relacionadas à biologia evolutiva. Duas dessas conferências foram dedicadas a expressar posições explicitamente religiosas sobre o tema, uma representando o “Pensamento Católico” e outra, o “Pensamento Evangélico”. (FIGUEIRA, 1982, p. 129)

O conferencista responsável por representar o “Pensamento Evangélico” foi Samuel Novaes Figueira, o médico que publicaria, anos mais tarde, o libelo criacionista *Da Origem do Homem*, examinado no capítulo anterior. Apesar da qualidade assumida de “Representante do Pensamento Evangélico”, Figueira deixaria claro desde o início de sua apresentação que estava ali para defender apenas uma de duas “correntes que existem no meio evangélico: a ala liberal e a conservadora” (FIGUEIRA, 1982, p. 138). Sua ala, claro, era a dos conservadores, que, na sua avaliação, “representam a quase totalidade evangélica entre nós” e “não aceitam o evolucionismo sob nenhum disfarce: nem o mitigado, nem o dirigido” (ibid., p. 139). Os liberais, por outro lado, ainda segundo Figueira, buscavam harmonizar a evolução com uma “nova hermenêutica do Texto Sagrado”, semelhante, aliás, àquela defendida pelo “Representante do Pensamento Católico” (ibid., p. 139). Na sua visão, porém, esses “teólogos modernos” eram uma “fração insignificante em nosso País” (ibid., p. 138).

Em 1972, Figueira participaria de outro evento similar na Universidade Federal da Bahia, no qual defenderia novamente a “posição evangélica face à origem do homem”, rejeitando

as opiniões dos liberais. Dessa vez, contudo, o conferencista não só assumiria seu lugar entre os conservadores, mas exaltaria a importância de uma expressão específica de protestantismo conservador para o ativismo criacionista: o “movimento fundamentalista”, “que vive uma fase esplêndida e que domina a cena cultural, não em termos numéricos, mas em vitalidade” (FIGUEIRA, 1982, p. 163).

Essas relações entre criacionismo, protestantismo, conservadorismo e fundamentalismo propostas por Samuel Figueira em suas conferências são bastante significativas e nos encaminham para a consideração da quarta hipótese principal deste trabalho, a de que a expansão do criacionismo no Brasil teria sido favorecida pela expansão do protestantismo na mesma época – sobretudo de correntes protestantes conservadoras e teologicamente fundamentalistas. Para corroborar essa hipótese, será necessário argumentar, primeiro, que houve uma expansão do protestantismo e do fundamentalismo no Brasil no período em análise; além disso, as conexões próprias dessas expressões religiosas com o criacionismo deverão ser examinadas; e, por fim, tais relações deverão ser situadas e consideradas no contexto religioso mais amplo do país, sendo comparadas, por exemplo, com a recepção do criacionismo por personalidades católicas.

Em resumo, veremos que houve não só uma expansão numérica do protestantismo no Brasil na segunda metade do século XX, mas que houve também uma expansão em termos de participação pública – cultural e política. Veremos também que uma parte significativa desse protestantismo em expansão se alinhou ideologicamente com outros movimentos conservadores, como os que levariam ao golpe militar de 1964, e que um eixo importante desse alinhamento foi um discurso de crise moral, dentro do qual o evolucionismo era considerado uma ameaça para a civilização cristã. Finalmente, veremos que a ideia de que o criacionismo deveria ser aceito como um fundamento do verdadeiro cristianismo – ideia frequentemente apresentada por autores fundamentalistas

– foi resistida tanto por protestantes liberais quanto por intelectuais católicos brasileiros, os quais propunham outras formas de articulação entre a ciência moderna e a fé cristã.

#### **4.1. A expansão demográfica e política do protestantismo no Brasil na segunda metade do século XX**

A presença de protestantes no Brasil remonta ao período colonial. Nos séculos XVI e XVII, experiências como as ocupações francesa e holandesa já haviam feito respingar no país alguma influência calvinista. Mais tarde, imigrações regulares de alemães e missões esporádicas de escoceses resultariam na fundação de algumas igrejas luteranas e outras congregacionais. No entanto, nenhum desses processos históricos iniciais provocaria grande agitação no cenário religioso nacional (MENDONÇA, 2005).

O que efetivamente iniciaria a “implantação”<sup>282</sup> do protestantismo no Brasil seria a intensa atividade de missionários norte-americanos que desembarcariam no país na segunda metade do século XIX. Entre as motivações para essas missões estariam sobretudo os chamados *Great Awakenings* [Grandes Avivamentos], movimentos religiosos com forte ênfase na conversão individual<sup>283</sup>, e a crença na responsabilidade civilizatória, ou “destino manifesto”, dos Estados Unidos da América<sup>284</sup>. Nesse contexto,

---

<sup>282</sup> Mendonça (2005) chama de “Período de Implantação” essa fase marcada pela presença de missionários sobretudo norte-americanos que, entre 1824 e 1916, consolidaram a presença das principais denominações protestantes históricas no Brasil: os presbiterianos, os batistas e os metodistas.

<sup>283</sup> Na descrição de Mendonça, “A teologia dominante na Era Missionária norte-americana, desenvolvida nos movimentos de reavivamento, era de João Wesley, originada de uma variação do calvinismo, que ganhara corpo na chamada Era Metodista. [...] A fé era determinada pela experiência pessoal e emotiva. A teologia conversionista consistia no rompimento abrupto do indivíduo com seu meio cultural através da adoção de novos padrões de conduta opostos àqueles e que havia sido criado” (MENDONÇA; VELASQUES FILHO, 1990, p. 32).

<sup>284</sup> Segundo Velasques Filho, “A ‘cultura’ protestante, com sua ideia de liberalismo econômico, democracia e direitos individuais, esteve e continua presente em tudo o que o protestante tradicional pensa e faz. O ‘destino manifesto’, traço das missões que acompanharam colonos norte-americanos na conquista do oeste, também impulsionou organizações paraeclesiásticas e diversas denominações protestantes a saírem mundo afora difundindo sua forma particular de protestantismo. Tratava-se de um protestantismo que se confundia com a cultura superior dos países anglo-saxões, branca e protestante” (MENDONÇA; VELASQUES FILHO, 1990, p. 104).

igrejas presbiterianas, metodistas e batistas seriam semeadas por todo o Brasil; surgiriam também os primeiros jornais protestantes, como a *Imprensa Evangélica* (1864), além de diversos projetos educacionais ligados a essas denominações cristãs, como o Instituto Presbiteriano Mackenzie (1870), atual Universidade Presbiteriana Mackenzie.

Essa forte ampliação da presença protestante no Brasil no final do século XIX e início do século XX, contudo, não significaria imediatamente uma integração do protestantismo à cultura e à política brasileira. Em grande medida, os protestantes desse contexto evitariam se envolver em questões de ordem pública e social, e reteriam mais características do “modelo burguês vitoriano” do que assimilariam elementos tradicionais brasileiros. É o que argumenta o historiador Antônio Gouvêa Mendonça por meio da seguinte síntese:

o ideário messiânico norte-americano, que se expressa civilmente, isto é, de preferência extra-ecclesialmente, impulsiona seu protestantismo para a América Latina, que o recebe como elemento estranho, e por esse fato, o aprisiona em bolsões isolados e estanques, como faz qualquer organismo ao se defender de intrusos. (MENDONÇA; VELASQUES FILHO, 1990, p. 14)

Esse “isolamento” inicial dos protestantes no Brasil, vale dizer, pode ser explicado tanto por questões externas (de ser isolado por outrem) quanto por questões internas (de optar pelo isolamento). Se fôssemos falar dos fatores externos, o principal seria, sem dúvida, a rejeição inicial ao protestantismo por parte de uma sociedade e de um Estado tradicionalmente católicos. Todavia, importa mais para as discussões deste capítulo considerar um fator interno do protestantismo que colaboraria para a sua situação de isolamento: a chamada “Teologia da Igreja Espiritual”. De acordo com essa doutrina, o papel da Igreja e do Estado eram nitidamente distintos e, conseqüentemente, importavam às igrejas apenas seus próprios assuntos, isto é, as questões “espirituais” (de fé e conduta individual). Quanto às questões “materiais”, “deste mundo”, como a política, as leis ou a

economia do país, estas não deveriam forçar igrejas nem fieis a qualquer posicionamento. Em poucas palavras: “a César o que é de César, e a Deus o que é de Deus”. Ou, em menos palavras ainda: “crente não se mete em política”. (MENDONÇA, 2005)

Essa situação, no entanto, começaria a mudar a partir da segunda metade do século XX. Em 1951, seria realizado o Congresso Pan-Americano Evangélico em São Paulo, um evento convocado pelo Conselho Internacional de Igrejas Cristãs (CIIC, ou ICC, *International Council of Christian Churches*), órgão criado pelo pastor fundamentalista norte-americano Carl McIntire para combater a teologia liberal (ou o “modernismo” teológico) e uma miscelânea de outras “ameaças” supostamente ligadas a ela, como a pornografia, os jogos de azar, o alcoolismo, a homossexualidade, o comunismo e o evolucionismo. E a guerra declarada por McIntire contra todos esses elementos, diferente do que era mais comum até então no Brasil, passava não apenas por exortações intra-eclesiais e pregações a indivíduos particulares, mas principalmente por engajamento e penetração política. Nas palavras do líder fundamentalista, os “cristãos precisam estar ativos nas questões sociais e políticas” e eram necessários “homens cristãos que entrem na política, disputem eleições” e “passem leis como ministros de Deus”<sup>285</sup> (RUOTSILA, 2017, p. 3).

Essa politização fundamentalista de setores do protestantismo no Brasil, impulsionada por McIntire e lideranças brasileiras ligadas a ele, como o pernambucano Israel Gueiros, fundador da Igreja Presbiteriana Fundamentalista do Brasil (IPFB), e o baiano Adrião Bernardes, editor do jornal *O fundamentalista* e autor do livreto antievolucionista *A Teoria da Evolução*<sup>286</sup>, avançaria de forma acelerada nas décadas seguintes. E tal

---

<sup>285</sup> No original: “‘Christians need to be active on social and political issues’ and ‘we must have Christian men who go into politics, run for office’ and ‘pass laws as ministers of God.’”

<sup>286</sup> Voltaremos a esse volume mais adiante neste capítulo.

politização, vale dizer, não seria a única em curso no meio protestante brasileiro durante esse período. Do outro lado do espectro político, religiosos partidários da teologia liberal também se organizariam em torno de pautas como a reforma agrária, o ecumenismo e os direitos das mulheres (JÚNIOR, 2012).

Essa polarização, naturalmente, acompanhava os combates geopolíticos que aconteciam também fora das igrejas. A CIIC de Carl McIntire, por exemplo, já havia defendido em 1946, nos Estados Unidos, o uso “preventivo” de armas nucleares contra os comunistas, antes que eles o fizessem. Durante os conflitos no Vietnã, nas décadas de 1960 e 1970, a entidade também organizaria manifestações a favor da guerra, nas quais alguns participantes poderiam ser vistos com cartazes contendo dizeres como “Mate um Comuna pelo Amor de Cristo”<sup>287</sup> (RUOTSILA, 2017, p. 4).

No Brasil, seis semanas antes do golpe de militar de 1964, a Aliança Latino Americana de Igrejas Cristãs (ALADIC), braço da CIIC no continente, lançaria uma campanha nas rádios conclamando os fiéis a votarem nas eleições que se aproximavam – e a votarem contra os socialistas. Um dia antes do golpe, mulheres da ALADIC organizariam também uma passeada pelos “valores da família” e contra os socialistas e os comunistas. E, finalmente, na ocasião da deposição de João Goulart, o órgão agradeceria publicamente a Deus por isso, reforçando o coro de diversos outros atores protestantes conservadores<sup>288</sup>. (COWAN, BENJAMIN A., 2021)

A partir desse momento, a presença política e cultural do protestantismo conservador e do fundamentalismo no Brasil assumiria uma nova dimensão. Unidos pela mesma

---

<sup>287</sup> No original: “Kill a Commie for Christ’s Sake”.

<sup>288</sup> O historiador Benjamin A. Cowan (2021, p. 79) destaca que jornais evangélicos comemoraram o golpe: “O Jornal Batista abraçou o golpe de 1964 com grande entusiasmo – e, ao contrário de outras publicações cristãs, o JB nunca se arrependeu desse apoio. ‘Já estava na hora!’”. No original: “The Jornal Batista embraced the coup of 1964 with representative gusto—and, unlike some other Christian publications, the JB never repented of that support. ‘It’s about time!’”.

linguagem de crise moral (que analisaremos adiante), líderes evangélicos e dirigentes do regime militar firmariam alianças duradouras. Num momento em que a Igreja Católica era vista com suspeita pelo governo<sup>289</sup> e os protestantes liberais eram alvo de perseguição e censura<sup>290</sup>, os fundamentalistas se lançariam com vigor inédito na política nacional. Em 1977, por exemplo, o assembleiano Samuel Escobar, no texto “O Cristão e a política”, convocaria os “evangélicos conservadores” para assumirem os lugares de influência política anteriormente ocupados por católicos marxistas e por católicos em geral (COWAN, 2021, p. 84). Poucos anos depois, o pastor Joanyr de Oliveira, também da Assembleia de Deus, ecoaria esse mesmo projeto político-religioso. Em um texto de oposição à legalização do aborto, ele diz: “Hoje em dia, a voz da Igreja Católica não influencia mais o governo [...] sobretudo porque o clero [católico] e o [governo federal] vivem uma das crises mais graves da história de suas relações [...]. É a hora e a vez das igrejas evangélicas se fazerem ouvir” (citado em COWAN, 2021, p. 84).

Esse processo de engajamento político teria significativos resultados ainda durante o governo militar<sup>291</sup>. Como resumiu o historiador Benjamin A. Cowan, “Houve uma troca de favores e recursos aqui – evangélicos conservadores apoiaram o regime de forma pública e particular, e o regime, por sua vez, concedeu favores e auxílio aos evangélicos conservadores, principalmente na forma de plataformas de mídia e assistência eleitoral”<sup>292</sup> (COWAN, BENJAMIN A., 2021, p. 83). Dessa relação nasceria a chamada

---

<sup>289</sup>289 Oficiais do Serviço Nacional de Informações (SNI) se pronunciaram diversas vezes contra o Concílio Vaticano II e até mesmo contra o Papa João XXIII, acusando-os de “revolucionários”. (COWAN, BENJAMIN A., 2021, p. 46)

<sup>290</sup> Em 1979, agentes do SNI no Rio de Janeiro produziram um relatório intitulado “Atividades da Igreja Protestante no Brasil”, alertando que “da mesma forma como há uma infiltração esquerdista no seio da Igreja Católica, isso também está acontecendo na Igreja Protestante” (citado em COWAN, 2021, p. 112). Essa “infiltração”, claro, seria alvo de repressão por parte do regime.

<sup>291</sup> Em 1982, essa aproximação se expressaria com especial nitidez no evento “Deus Salve a Família”, presidido pelo pastor batista Nilson Fanini, no Rio de Janeiro, que lotaria o Maracanã para um culto evangélico com presença e discurso do presidente João Figueiredo. (COWAN, 2014)

<sup>292</sup> No original: “There was an exchange of favors and resources here – conservative evangelicals backed the regime publicly and privately, and the regime in turn granted favors and aid to conservative evangelicals, most notably in the form of media platforms and electoral assistance”.

“bancada evangélica”, que sobreviveria à ditadura e, no contexto da Constituinte de 1988, assumiria proporções ainda maiores, chamando até mesmo a atenção da imprensa diária nacional em razão denúncias de beneficiamento indevido de igrejas<sup>293</sup>.

Além disso, também é importante registrar que a expansão do protestantismo no Brasil na segunda metade do século XX não ocorreria apenas nas dimensões política e cultural. A quantidade de protestantes no país também aumentaria significativamente nesse período. Em 1940, o censo do IBGE apontava que apenas 2,6% da população brasileira era composta por evangélicos. Em 1970, o número dobraria, chegando a 5,2%. Ao se encerrar a década de 1980, esse grupo religioso já seria responsável por quase um décimo da população (Tabela 1). (CAMPOS, 2008)

**Tabela 1 - Religiões no Brasil – 1940-2000**

ANO	Católicos	Evangélicos	outras religiões	sem religião
1940	95.2	2.6	1,9	0,2
1950	93.7	3.4	2,4	0,3
1960	93.1	4.3	2,4	----
1970	91.8	5.2	2,3	0,8
1980	89.0	6.6	2,5	1,6
1991	83.3	9.0	2,9	4,7
2000	73.9	15.6	3,5	7,4

**Fonte:** IBGE – Censos demográficos. (quadro comparativo por % da população do país)

*Tabela 1: Porcentagem de evangélicos no Brasil segundo os censos do IBGE*

(CAMPOS, 2008, p. 14)

#### **4.2. O discurso de crise moral e sua relação com o criacionismo**

<sup>293</sup> Na edição de sete de agosto de 1988, o Jornal do Brasil registrou o seguinte: “Boa parte dos evangélicos faz da tarefa de preparar a nova Constituição um grande e lucrativo comércio, negociando votos em trocas de vantagens e benesses para suas igrejas e, muitas vezes, para eles próprios. [...] Um ano e meio depois de instalada a Assembleia Constituinte, a nova Carta ainda não está pronta, mas já propiciou ao grupo [...] uma notável lista de ganhos, que inclui um canal de televisão, pelo menos meia dúzia de emissoras de rádio, importantes cargos no governo, benefícios dos mais variados tipos e sobretudo dinheiro, muito dinheiro”. (Jornal do Brasil, 07 de agosto de 1988, p. 4, caderno B/Especial).

Dito tudo isso, parece pouco controversa a afirmação de que a presença pública do protestantismo conservador – e, particularmente, do fundamentalismo – cresceu significativamente na segunda metade do século XX, tanto em termos numéricos quanto culturais e políticos. No entanto, para corroborar a hipótese de que esse crescimento teria sido algo favorável à expansão do criacionismo no Brasil, ainda é preciso explorar mais a fundo as conexões existentes entre os dois fenômenos.

No segundo capítulo deste trabalho, já observamos as relações históricas entre o fundamentalismo e o antievolucionismo nos Estados Unidos desde as primeiras décadas do século XX. Vimos também como entidades como a Sociedade Criacionista Brasileira e a Associação de Pesquisa da Criação se apropriaram do criacionismo fundamentalista norte-americano para se constituírem como oposição ao evolucionismo no Brasil. Assim, vários elos entre fundamentalismo e criacionismo já foram apresentados, com destaque para a importância da leitura factual da Bíblia como base para a proposta criacionista.

Contudo, ainda falta analisar a relação entre fundamentalismo e criacionismo no contexto específico da expansão desses fenômenos no Brasil. Quer dizer, como exatamente o aumento da presença fundamentalista no país favoreceria a emergência de movimentos criacionistas? Considerando as questões teológicas e hermenêuticas já discutidas, acreditamos que parte dessa resposta já foi dada: o fundamentalismo, ao apregoar uma leitura literal, inerrante, da narrativa bíblica sobre as origens, poderia entrar em conflito com a perspectiva evolutiva, que não se harmoniza com o texto do Gênesis abordado sob esse viés; em contrapartida, essa mesma leitura poderia favorecer alternativas à evolução que melhor se alinhassem com o texto em questão, como a proposta criacionista.

No entanto, vale ainda destacar outro ponto de contato entre fundamentalismo e criacionismo que também pode ajudar a explicar por que o antievolucionismo – e o

criacionismo propriamente dito – teria maior apelo em um Brasil com maior presença fundamentalista. E esse ponto é o discurso de crise moral promovido por ambos.

Como ilustração, podemos voltar ao opúsculo brevemente mencionado acima, *A Teoria da Evolução*, do pastor fundamentalista Adrião Bernardes. O conteúdo da obra, publicada em 1953 pela Empresa Batista Editora, fora originalmente apresentado na forma de palestra para 120 pastores em um retiro espiritual em São Paulo. Contudo, em sua forma escrita, aparecera dedicada não apenas a pastores, mas também a “nossos estudantes, que lutam contra as falidas teorias do ‘evolucionismo’” (BERNARDES, 1953, p. 3). Logo pelo público-alvo de Bernardes, vê-se que o autor, já em 1950, considerava o tema da evolução como algo relevante – e algo a ser combatido – nas igrejas e nas escolas. Mais ainda, para Adrião Bernardes, a própria sobrevivência da civilização, de maneira geral, dependia da resistência à evolução. Nas suas palavras, “Substituir a Revelação pela especulação, a Criação pela evolução [...] é fazer o mundo marcar passo, ou melhor, conduzi-lo à destruição moral e espiritual” (BERNARDES, 1953, p. 47)<sup>294</sup>.

O livro de Bernardes abunda em alertas semelhantes quanto ao perigo moral do evolucionismo. Este, na compreensão do autor, é “o alimento que nutre a vida dos ateus, agnósticos críticos, modernistas e liberais dos nossos dias” (ibid., p. 10), e é dele que procedem “as deformidades morais que por aí afora são observadas causando espanto e apreensão a todos” (ibid., p. 8). Por isso, no curso das 50 páginas de seu livreto, Bernardes se propõe a demonstrar que a teoria da evolução é “ciência falsa e péssima filosofia” (ibid. p. 16) e a responder aos argumentos dos “*pseudos* cientistas formados à beira do Tietê ou das areias de Copacabana” (ibid., p. 19, *italico* no original), que são “arrogantes e dogmáticos” na defesa da teoria – mas tudo isso com o propósito maior de impedir que o

---

<sup>294</sup> Ou, nas palavras que cita da publicação francesa *L'Univers*, “O espírito de paz fugiu da terra porque a doutrina da evolução tomou posse dela” (BERNARDES, 1953, p. 48).

evolucionismo tomasse “o lugar de um *princípio* que governe as nossas ações e as nossas vidas” (ibid., p. 34, itálico no original) e apagasse “diabolicamente a dignidade humana, dada pelo Criador, que nos criou à sua imagem e semelhança” (ibid., p. 39), isto é, para evitar que o “determinismo histórico e ou cru materialismo” arrancasse “ao homem o maior estímulo para a vida de virtudes e de elevação espiritual” (ibid., p. 31).

Enfim, é evidente a dimensão moral do antievolucionismo expresso em *A Teoria da Evolução*. E é notável também o quanto esse discurso de crise moral ressoava com uma cultura política que tomaria o poder em 1964<sup>295</sup>. O próprio Adrião Bernardes, vale dizer, entraria para os quadros da Arena em 1965<sup>296</sup>, o que não surpreende, dado o engajamento político que apresentara ainda na condição de pastor. A especificidade, contudo, do tipo de discurso de crise moral apresentado em *A Teoria da Evolução* é que ele destaca – e, em alguns momentos, até mesmo singulariza – o evolucionismo como responsável por tal crise.

Outro exemplo de publicação criacionista que também avança essa mesma acusação moral contra a teoria da evolução é o livro já apresentado de Samuel Novaes Figueira, *Da Origem do Homem* (1982). A propósito, o autor presta homenagem na obra à memória do “intelectual evangélico” Adrião Bernardes, “pioneiro na refrega contra a malfadada doutrina de DARWIN entre nós, no Brasil” (FIGUEIRA, 1982, p. 127). E, de fato, agora já no contexto da ditadura militar, Figueira dá continuidade ao discurso moralista-

---

<sup>295</sup> Cowan (2021, p. 66) também percebe a mesma relação: “A embrionária direita evangélica adotou um permanente pânico moral que se tornaria um eixo de articulação com o governo militar”. No original: “The embryonic evangelical Right adopted a sustained moral panic that would become an axis of commonality with the military government”.

<sup>296</sup> Conforme consta em seu verbete no Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro do CPDOC/FGV. Disponível em: <https://www18.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbetes-biografico/bernardes-adriao>. Acesso em: 20/09/2023.

criacionista de Bernardes, condenando, entre outras coisas, o aspecto “revolucionário” do evolucionismo:

Ainda, o caráter inovacionista, revolucionário e iconoclasta tal qual se apresentava em sua matriz ideológica o evolucionismo, se, por um lado, levava a desvantagem de ferir a consciência da dignidade humana, por outro lado, caía como presente dos deuses nos braços ardentes da juventude estudantil e da mocidade em geral, como bandeira ao mesmo tempo científica e anti-tradicional, com a fabulosa repercussão que não poderia deixar de ter nos subterrâneos psíquicos, a demolição das muralhas tradicionais, particularmente das obrigações morais e religiosas. Para o filho pródigo da memorável parábola, que representa o grosso da humanidade, se não a humanidade toda, não haveria notícia mais sensacional... Era a festa dos sinos de Nietzsche [sic] comemorando a morte dos deuses e a liberdade total dos instintos. (FIGUEIRA, 1982, p. 138)

Esse trecho pinta com cores bem vivas a compreensão fundamentalista de Figueira acerca da dimensão moral do evolucionismo. Primeiro, o autor atribui à teoria um efeito de perturbação da ordem social, considerando que essa suprimiria, no nível das consciências individuais, o senso de dever social e espiritual. No lugar do altruísmo cristão, ficaria estabelecido o hedonismo pagão, cujo “profeta” por excelência, na visão de Figueira, é Nietzsche<sup>297</sup>. Essa inversão de valores, ainda na compreensão do médico baiano, seria especialmente atraente e conveniente para a juventude, por se apresentar como “científica e anti-tradicional”, satisfazendo ao mesmo tempo o “cientificismo”<sup>298</sup> da modernidade e a característica rebeldia e desejo juvenil de exploração dos prazeres. Em outros trechos

---

<sup>297</sup> O nome do filósofo F. W. Nietzsche (1844-1900) borbulha frequentemente no debate evolução-criação. William Jennings Bryan, nos tempos do Caso Scopes, já traçava conexões entre a filosofia do alemão, o materialismo evolucionista e o declínio da civilização cristã. Uma excelente análise dessa curiosa presença filosófica no discurso antievolucionista de Bryan é o artigo de Konoval (2014), segundo o qual “O papel próprio de Nietzsche no julgamento de Scopes foi o de um instrumento na batalha do tribunal, apresentado como um emblema dos perigos dos valores não-cristãos e da associação entre evolução e eugenia” (p. 550). No original: “Scopes trial was that of an instrument of courtroom struggle itself, presented as an emblem of the dangers of un-Christian values and of the association of evolution with eugenics”.

<sup>298</sup> Tema já abordado no capítulo 3.

do livro, o autor alerta para os riscos dessa “liberdade total dos instintos” que ele associa à aceitação do evolucionismo. Segundo Figueira, na ausência da lei e da ordem – social e religiosa – a liberdade de alguns acabaria necessariamente por aniquilar a dos demais:

A moral do evolucionismo é resultante da chamada “seleção natural” que elimina os fracos e promove os mais bem dotados. É a lei das selvas. É responsável pelo incremento da corrida armamentista, pela luta desalmada, pela concorrência desleal e brutal que encontramos na sociedade de consumo. Gerou a noção de superioridade racial que levou o monstro HITLER e outros como MUSSOLINI, a ambicionar a conquista do mundo pela força.

Que inspiração poderia provir de semelhante doutrina para os nossos jovens num mundo agressivo, brutal, onde tanto precisamos de ensinar o amor e o pacifismo? (FIGUEIRA, 1982, p. 92–93)

Aqui, a “seleção natural”, entendida como um princípio filosófico de grande amplitude, muito mais do que um mecanismo restrito à evolução das espécies, é identificada como responsável pela tensa situação geopolítica da Guerra Fria, pelas práticas predatórias no seio da economia capitalista, pelo racismo, em geral, e o nazismo, em particular, e pelo expansionismo que levou à Segunda Guerra Mundial. O criacionismo, em contrapartida, é apresentado como o exato oposto desse “espírito-leão”<sup>299</sup>, como o chama Figueira. Diz ele: “O criacionismo, ao contrário, apontando ao homem a origem divina, estabelece como princípio a fraternidade universal no modelo de uma grande família, cujo chefe é o próprio Criador” (FIGUEIRA, 1982, p. 174). Isto é, a solução para a “crise moral” – tema central tanto para o fundamentalismo quanto para o conservadorismo que se via então representado no regime militar – passava, na opinião de Figueira, pelo criacionismo. O

---

<sup>299</sup> “O espírito que reina no século – é o do leão: a luta pelo domínio pessoal, o ‘vale-tudo’, o império do prazer sobre o dever, a irresponsabilidade para com DEUS. Esse espírito desconhece o respeito às tradições sagradas. O vandalismo – é virtude, a tradição é ‘superada’, a ordem é ‘quadradismo’. A própria ciência é arrastada, qual meretriz, por seus supostos donos para servir a seus propósitos malsãos, – a serviço do espírito-leão”. (FIGUEIRA, 1982, p. 252)

primeiro passo para estabelecer uma ordem social, universal, baseada na fraternidade, seria defender o “fato” de que Deus havia criado diretamente a humanidade, sendo, portanto, seu Pai e, assim, nivelando a todos na condição de irmãos.

#### **4.3. A circulação de literatura criacionista no Brasil e seus aspectos “científicos”, teológicos e morais**

Além dos livros de Adrião Bernardes e Samuel Novaes Figueira, diversos outros volumes circularam no Brasil defendendo a relevância do criacionismo para o enfrentamento da “crise moral” percebida pelos fundamentalistas e outros conservadores. Entre as décadas de 1950 e 1980, outras obras criacionistas foram publicadas no país, e todas elas – ao menos aquelas que pude localizar durante o desenvolvimento deste trabalho – deram algum espaço a essa discussão de interesse moral. São textos, em geral, traduzidos de material estrangeiro, mas a sua publicação por editoras brasileiras e sua circulação entre leitores brasileiros as torna relevantes para compreendermos esse discurso moralista-criacionista que participou da controvérsia evolução-criação no Brasil.

O único livro dessa lista que é certamente anterior ao *A Teoria da Evolução* (1953), de Adrião Bernardes, é *A Ciência Moderna e as Escrituras Sagradas* (1950), escrito pelo pastor fundamentalista norte-americano Harry Rimmer e publicado originalmente como *The Harmony of Science and Scripture* (1936) nos Estados Unidos em 1936. No Brasil, a obra foi traduzida e publicada pela Casa Editora Presbiteriana em 1943<sup>300</sup> e acrescida de uma interessante apresentação por seu tradutor, Américo Justiniano Ribeiro, pastor na Igreja Presbiteriana de Campinas.

---

<sup>300</sup> A edição mais antiga a que tive acesso é de 1950, e não encontrei nenhuma referência a edição anterior. Contudo, a apresentação escrita pelo tradutor, presente nas primeiras páginas no livro, é datada de 1943 e diz estar entregando o texto “à publicidade” naquele momento, “o presente”, e até agradece o “apóio que tornou possível a sua publicação” (RIMMER, 1950, p. 8). Portanto, parece seguro considerar que a primeira edição dessa obra foi realizada em 1943.

Segundo Ribeiro, a motivação que o havia levado a traduzir a obra eram os “grandes benefícios que ela poderia trazer ao trabalho evangélico nacional”, mais precisamente ao trabalho evangélico com a “vibrante e nobre juventude da nossa Pátria, que, folheando ou devorando livros de tendências materialistas [...], se acha especialmente exposta aos perigos de doloroso fracasso na sua formação religiosa” (em RIMMER, 1950, p. 7). A apresentação antecipa adequadamente o tom do livro, também preocupado com a juventude norte-americana, e crente na relação entre o materialismo – que abrange o evolucionismo – e a iminência de “colapso moral”.

Há também outro livro que *talvez* seja anterior à obra de Adrião Bernardes. Trata-se de *Estudos sobre Criacionismo* ([S.d.]), publicado originalmente nos Estados Unidos em 1950 como *Studies in Creationism* (1950) pelo criacionista e professor de biologia Frank Lewis Marsh. No Brasil, a obra foi publicada pela Casa Publicadora Brasileira (ligada à Igreja Adventista do Sétimo Dia) sem data – e, nesse caso, não há paratextos feitos para a edição brasileira, que poderiam oferecer pistas a respeito da ocasião exata de sua publicação.

Assim como o livro de Rimmer, *Estudos sobre Criacionismo* acusa a teoria da evolução de ser uma pseudociência difundida para sustentar o materialismo e, em contraposição, defende a cientificidade da Bíblia e a historicidade de eventos como o Dilúvio dos tempos de Noé. Assentadas essas bases, o autor salta da descrição do que é “verdade” para a prescrição de uma moralidade. Diz ele: “De facto, se a Bíblia prova ser um livro veraz então suas declarações são uma absoluta necessidade na formação de cada filosofia de vida, quer, por exemplo, se relacione com a questão das origens, quer com a explicação da conduta presente dos seres humanos” (MARSH, [S.d.], p. 145–146). E evoca um suposto testemunho histórico a favor do efeito moralizante da Bíblia: “Onde se encontra o mais elevado desenvolvimento da civilização, lá podem ser achadas as palavras e

princípios da Bíblia” (ibid., p. 147). Nesse sentido, permitir que a evolução minasse a autoridade das Escrituras não seria menos do que arriscar um colapso civilizacional – um colapso, aliás, que aparece com referências à Guerra Fria em outro trecho do livro:

A ciência tomou o lugar de Deus. Pode ser que penseis que estas coisas sòmente acontecem na Rússia. A única diferença real, suponho, é que os russos proclamam abertamente que eles apagaram o sobrenatural e entronizaram a ciência. Nós não alardeamos isto aqui na América, mas a ciência é o nosso Deus e o método científico é o Seu sumo sacerdote... Que a moralidade é baseada na ciência e não na autoridade sobrenatural é uma nova ideia para muitos clérigos. (MARSH, [S.d.], p. 188)

Essa declaração em tom de lamento, que aproxima os Estados Unidos e da União Soviética na questão da propagação do materialismo e da conseqüente crise moral e espiritual gerada por ele, é, na verdade, uma citação atribuída a James M. Yard, diretor espiritual na Northwestern University. Marsh, porém, reitera o alerta e diz que “devemos reconhecer a aceitação e ensino geral da filosofia evolucionista [como algo presente nos Estados Unidos] *com todas as suas desculpas para a imoralidade do homem*” (ibid., p. 189, destaque meu).

Além dessa obra volumosa de Marsh, que totaliza 378 páginas divididas em 24 capítulos, um livreto do autor também passou a circular em edição brasileira a partir dos anos 1960. Intitulado *Evolução ou Criação Especial?* ([S.d.]), esse livreto basicamente resume as principais discussões do volume anterior. Mais uma vez, a edição é da Casa Publicadora Brasileira, sem data, sem paratextos adicionados à edição brasileira, mas certamente não é anterior a 1963, que é o ano de publicação do original em inglês, *Evolution or Special Creation?* (1963).

Vale dizer que ambas as publicações de Marsh aparecem como referências importantes em *Da Origem do Homem*, de Samuel Figueira, que se refere ao “prof. FRANK MARSH”

como um “dos mais destacados biólogos conhecidos, professor emérito de Biologia na Universidade Andrews (Michigan-USA)” (FIGUEIRA, 1982, p. 20). A descrição que Figueira faz de seu correligionário é bastante exagerada. Marsh de fato conquistara um doutorado em Biologia na Universidade de Nebraska, em 1940, mas não obtivera nenhum destaque entre seus pares acadêmicos. Na opinião do geneticista Theodosius Dobzhansky, por exemplo, a rara combinação de doutorado em Biologia e posicionamento criacionista fundamentalista na biografia de Marsh provava apenas “que algumas pessoas têm vieses emocionais e concepções fortes o suficiente para fazê-las rejeitar até mesmo descobertas científicas completamente consolidadas”<sup>301</sup> (citado em NUMBERS, 1993, p. 133). Seu título de professor emérito na Universidade Andrews, também vale dizer, se explica muito mais por essa ser uma instituição ligada à Igreja Adventista, a mesma que Marsh representava em sua destacada campanha criacionista, do que pela excelência de seu trabalho no campo da Biologia (ver NUMBERS, 1993, cap. 7).

Entre a publicação dos dois livros de Marsh no Brasil, há notícia também da publicação de outro volume criacionista, desta vez pela Casa Publicadora Batista, datado de 1960, com o título *É o Homem Produto do Acaso?* (1960). O livro havia sido publicado originalmente como *Did Man Just Happen?* (1957) em 1957 nos Estados Unidos pelo pastor batista Wallie Amos Criswell, considerado uma figura-chave na chamada “Ressurgência Conservadora” [*Conservative Resurgence*], um movimento ocorrido dentro da Convenção Batista do Sul nas décadas de 1970 e 1980, que viraria o jogo a favor dos fundamentalistas nas disputas internas contra os liberais (ver AMMERMAN, 1990). Infelizmente, não consegui acesso a nenhum exemplar deste livro e, portanto, não posso comentar seu conteúdo. Mas é interessante notar que essa publicação evidencia o

---

<sup>301</sup> No original: “that some people have emotional biases and preconception[s] strong enough to make them reject even completely established scientific findings”.

interesse de comunidades batistas no Brasil pela controvérsia-evolução já na década de 1960. O interesse de presbiterianos já havia sido evidenciado pelo caso de Adrião Bernardes e o de adventistas pelos livros de Marsh.

Outra denominação cristã que também deixou registrado seu interesse pelo tema ainda nos anos 1960 – sobretudo por suas implicações morais – foram as Testemunhas de Jeová. Em 1968, a Sociedade Torre de Vigia, editora oficial da denominação, publicou uma edição brasileira do livro *Did Man Get Here by Evolution or by Creation?* (1967), lançado em inglês no ano anterior. Com o título em português *Veio o Homem a Existir por Evolução ou por Criação?* (1968) e sem identificar os autores envolvidos, o livro repete argumentos recorrentes do criacionismo fundamentalista norte-americano, como a suposta ausência de evidências concretas favoráveis à evolução; a aparente impossibilidade de a vida proceder de matéria inanimada; e o alegado testemunho da genética de que os seres se reproduzem apenas “conforme a sua espécie” (isto é, sem produzir novas espécies).

Além disso, conforme antecipado, o livro apresenta grande preocupação com a dimensão moral do debate acerca das origens. No capítulo “Por Que Crêem Tantos na Evolução?”, o texto se dedica a responder a seguinte questão: “se o registro bíblico está em harmonia com os fatos encontrados, ao passo que a evolução não está, por que é que tantas pessoas crêem na evolução?” (1968, p. 127). A primeira “razão básica” indicada é o fato de a teoria ser ensinada na escola, ou, nas palavras do livro, de ocorrer uma “doutrinação, geração após geração” que se impõe pelo “pêso da autoridade” (ibid., p. 127). Uma segunda razão, segundo o texto, é o “fracasso da religião ortodoxa”, isto é, os maus testemunhos – “abusos, a intolerância e a crueldade das diversas religiões através das eras” – que afastam as pessoas de “Deus e da Bíblia”, e o “vácuo assim criado é muitas vezes preenchido com evolução, agnosticismo e ateísmo” (ibid., p. 129). E, finalmente,

uma terceira razão pela qual tantos acreditam na evolução, esta eminentemente moral, é o “desejo de se ver livre” de qualquer responsabilidade. Para ilustrar essa terceira razão, o texto cita a seguinte declaração, atribuída ao escritor inglês Aldous Huxley:

Eu tinha motivos para não querer que o mundo tivesse sentido; conseqüentemente, presumi que não tinha nenhum, e pude sem dificuldade achar razões satisfatórias para esta presunção... Para mim mesmo, como, sem dúvida, para a maioria dos meus contemporâneos, a filosofia da futilidade era essencialmente um instrumento de libertação. A libertação que desejávamos era simultaneamente a libertação de certo sistema político e econômico e a libertação de certo sistema de moralidade. Objetamos à moralidade porque interferia com a nossa liberdade sexual. (Ibid., p. 130)

A citação, que o livro diz estar em um artigo intitulado “Confissão de um Professo Ateu: Aldous Huxley”, busca claramente estabelecer uma relação entre licenciosidade e promiscuidade – alertas vermelhos de “crise moral” – com o materialismo e, por extensão, com o evolucionismo. E, de fato, a citação original de Huxley faz referência à primazia da vontade sobre o entendimento no processo de adesão a certas filosofias. No entanto, vale a pena esclarecer alguns pontos. Primeiramente, não há nenhuma evidência de que Huxley tenha publicado um texto com o título indicado. A citação vem, na verdade, de um ensaio intitulado “*Beliefs*” [“Crenças”], presente no livro *Ends & Means* [*Fins e Meios*], publicado por Huxley em 1937. O texto é um longo argumento de que

Nenhuma filosofia é completamente desinteressada. O amor puro pela verdade está sempre misturado, em alguma medida, com a necessidade, consciente ou inconscientemente sentida, mesmo pelos filósofos mais nobres e inteligentes, de justificar uma determinada forma de comportamento pessoal ou social, de racionalizar os preconceitos

tradicionais de uma classe ou comunidade específica.<sup>302</sup> (HUXLEY, A., 1938, p. 272)

É nesse sentido que Huxley admite que sua adesão na juventude à “filosofia de que nada tem sentido” [*philosophy of meaninglessness*] tivera uma dimensão de “revolta erótica” contra “certo sistema moral”. No entanto, não é difícil perceber aqui que o argumento do escritor inglês se aplica também a qualquer outra “filosofia”, em sentido amplo, inclusive ao criacionismo. Vimos acima, por exemplo, que Dobzhansky acusara Marsh de operar mais por “vieses emocionais e preconceções” do que por abordagens estritamente intelectuais.

Curiosamente, outro livro lançado pela editora das Testemunhas de Jeová e dedicado especificamente à controvérsia evolução-criação suprimiria essa razão “erótica” da lista de razões pelas quais “tantos creem na teoria da evolução”. O livro em questão é *A Vida – Qual a Sua Origem? A Evolução ou a Criação?* (1985), edição brasileira de *Life – How Did It Get Here? By Evolution or by Creation?* (1985), publicada simultaneamente com a edição em inglês em 1985. O livro é uma espécie de edição expandida, atualizada e reorganizada do livro anterior. Assim, alguns capítulos são bastante semelhantes na comparação de ambas as edições, inclusive o capítulo “Por Que Muitos Aceitam a Evolução?”. Esse capítulo também pretende dar razões à ampla disseminação do evolucionismo, e fala novamente em “Peso da Autoridade” e “Fracasso da Religião”, mas, dessa vez, substitui a acusação de “revolta erótica” por uma crítica a um empirismo exagerado, que exige “Ver Para Crer”, mesmo em matérias que vão além da física.

---

<sup>302</sup> No original: “No philosophy is completely disinterested. The pure love of truth is always mingled to some extent with the need, consciously or unconsciously felt by even the noblest and the most intelligent philosophers, to justify a given form of personal or social behaviour, to rationalize the traditional prejudices of a given class or community”.

Essa modificação, no entanto, não significa que o segundo livro criacionista da Sociedade Torre de Vigia tenha suprimido completamente a discussão moral sobre o evolucionismo. É verdade que, de todos os livros citados até então, é o que menos apela para tal discussão. Mas ainda podem ser encontrados traços dela quando, por exemplo, o texto aborda a questão de por que há tanto sofrimento na Terra, algo que teria levado alguns a abandonarem a fé e a abraçarem o materialismo evolucionista.

Um dos argumentos apresentados no livro quanto a isso é o de que “os primeiros humanos deixaram de submeter-se à orientação do seu Criador” (A Vida - Qual a Sua Origem? A Evolução ou a Criação?, 1985, p. 191) e, desde então, foi “demonstrado meridianamente que a direção bem-sucedida dos assuntos da Terra é impossível sem o Formador do homem (ibid., p. 195). Essa separação do Criador explicaria inclusive o cenário de decadência civilizacional tão destacado nos discursos de conservadores e fundamentalistas:

as condições estão mais instáveis do que nunca. O crime, a guerra, o colapso familiar, a pobreza e a fome grassam num país após o outro. A própria existência da humanidade acha-se em perigo. Mísseis nucleares de assombroso poder destrutivo poderiam aniquilar a maior parte da raça humana, se não toda ela. (ibid., p. 194)

E, segundo texto, para contornar essa situação apocalíptica, não bastaria o “esforço”, a “experiência humana” e o “progresso tecnológico” (ibid., p. 194); só a submissão absoluta ao “Formador do homem” poderia resultar efetivamente em salvação. O estudo e o ensino da evolução, portanto, não teria qualquer valor para futuro da humanidade, afinal, de acordo com o livro, “a real mensagem desta teoria é que Deus não existe, que ele é desnecessário. Onde poderia originar-se tão monumental mentira? Jesus identificou a fonte, ao dizer ‘O Diabo... é mentiroso e o pai da mentira’” (ibid., p. 248).

Falta ainda mencionar outros dois livros publicados no Brasil no período em análise que evidenciam a relação do ambiente evangélico conservador com a difusão do criacionismo no país. O primeiro deles é *Evolução: a resposta bíblica para jovens* (1973), do teólogo e escritor norte-americano Kenneth N. Taylor, lançado em 1973 pela editora Mundo Cristão, que, por sua vez, fora fundada em 1963 pelo missionário evangélico norte-americano Peter Cunliffe. O livro é uma tradução de *Evolution and the High School Student* (1969), publicado nos Estados Unidos em 1969, e assume ainda nas primeiras páginas o objetivo de “discutir a evolução do ponto de vista do criacionista – pessoa que crê que Deus criou Adão como homem já adulto” (TAYLOR, 1973, p. 9).

Essa discussão segue o *script* característico da literatura criacionista norte-americana, negando, por exemplo, o valor dos fósseis e da genética para corroborar a teoria da evolução. Porém, Taylor é menos radical em suas colocações se comparado aos seus colegas mencionados acima. Ele admite, por exemplo, a impossibilidade de provar cientificamente a existência de Deus e assume que o criacionismo é uma “interpretação” baseada em pressuposições algo arbitrárias – que também é o caso do evolucionismo, em sua avaliação. Além disso, o autor concede algum espaço para a “evolução teística” – “a crença de que Deus usou processos evolucionistas como a seleção natural para trazer à existência um humano, de forma que ele se tornou um verdadeiro homem, Adão” (ibid., p. 53) –, ainda que, após dizer que “a narrativa [bíblica] pode ser lida de forma a harmonizar-se com a ciência atual”, ele opine que, para ele, particularmente, isso “parece insensato, desnecessário e errado” (ibid.).

Quanto à questão da discussão moral, de todas as obras citadas até então, este é o livro que menos se preocupa com essa dimensão da controvérsia evolução-criação. A única (possível) referência a implicações morais do debate feita pelo autor ocorre quando este diz que a Bíblia é o “livro em que o estudante cristão fundamenta a sua fé tanto para esta

vida quando para a vida futura, [e que ela] parece ensinar a criação instantânea do homem Adão no Jardim do Édem” (ibid., p. 8-9). Como a evolução, segundo o autor, coloca em questão “se a Bíblia é digna de confiança”, então, resolver adequadamente o problema das origens seria algo necessário para salvaguardar a fé “para esta vida”. Caso essa expressão tenha uma conotação ética, de que essa fé orienta a vida – os valores e as ações – do cristão, então a aceitação da evolução e a conseqüente emancipação em relação à Bíblia poderiam, na visão do autor, resultar em prejuízo moral.

Por fim, há notícia de um livro criacionista evangélico publicado no Brasil em 1974 sob o título *Deus e evolução* (1974), de Francis D. Nichol, escritor adventista norte-americano. O livro é edição brasileira de *God and Evolution* (1965), publicado nos Estados Unidos em 1965. Infelizmente não consegui acesso nem à edição nacional nem à original e, portanto, não será possível comentar seu conteúdo. Mas vale o registro de que o autor aparece entre as referências do também adventista Samuel Figueira, em *Da Origem do Homem*.

<b>Ano</b>	<b>Título</b>	<b>Autor</b>	<b>Editora</b>	<b>País de origem</b>	<b>Denominação</b>
1943	A ciência moderna e as escrituras sagradas	Harry Rimmer	Casa Editora Presbiteriana	Estados Unidos	Presbiteriano
1950	Estudos sobre criacionismo	Frank Lewis Marsh	Casa Publicadora Brasileira	Estados Unidos	Adventista
1953	A Teoria da Evolução	Adrião Bernardes	Empresa Batista Editora	Brasil	Presbiteriano
1960	É o Homem Produto do Acaso?	Wallie Amos Criswell	Casa Publicadora Batista	Estados Unidos	Batista
1968	Veio o Homem a Existir por Evolução ou Criação?	Não identificado	Sociedade Torre de Vigia	Estados Unidos	Testemunhas de Jeová
1969	Evolução: a resposta bíblica para jovens	Kenneth Taylor	Editores Mundo Cristão	Estados Unidos	Batista

1970	Evolução ou Criação Especial?	Frank Lewis Marsh	Casa Publicadora Brasileira	Estados Unidos	Adventista
1974	Deus e Evolução	Francis David Nichol	Casa Publicadora Brasileira	Estados Unidos	Adventista
1982	Da Origem do Homem	Samuel Novaes Figueira	Empresa Gráfica da Bahia	Brasil	Adventista
1985	A Vida – Qual a sua Origem? Evolução ou Criação?	Não identificado	Sociedade Torre de Vigia	Estados Unidos	Testemunhas de Jeová

Tabela 2: Livros criacionistas publicados no Brasil entre as décadas de 1940 e 1980

#### 4.4. À guisa de comparação: dois livros católicos citados por criacionistas

Apesar de termos focalizado até então a aproximação entre o criacionismo e formas conservadoras de protestantismo, como o fundamentalismo, é importante destacar que o antievolucionismo no Brasil não foi um movimento associado exclusivamente ao meio evangélico. Obras de autores ligados ao catolicismo, religião amplamente majoritária no país, também circularam nacionalmente contendo objeções à teoria da evolução, pelo menos a suas expressões estritamente materialistas. Alguns desses autores aparecem, inclusive, entre as referências de publicações fundamentalistas, como no livro de Samuel Novaes Figueira e nas *Folhas Criacionistas* da SCB. Dois exemplos disso que podemos considerar aqui são os livros *As origens do homem*<sup>303</sup>, do francês Nicolas Corte (pseudônimo de Léon Cristiani), e *A criação não é um mito*, do italiano Domenico Ravalico.

O primeiro livro data de 1958 e integra uma enciclopédia francesa intitulada *Je Sais – Je Crois*, traduzida como *Sei e Creio – Enciclopédia do Católico no Século XX*, editada no

<sup>303</sup> O exemplar que obtive do livro contém uma interessante dedicatória na folha de rosto. Nela, a Primeira Igreja Presbiteriana Independente de Curitiba oferece o livro a um “estudante do Presbitério Sul Paraná para o Ministério da Palavra”. Outra evidência, portanto, de circulação desse livro católico entre evangélicos.

Brasil pela Livraria Editora Flamboyant. O livro conta com a *Nihil Obstat* e a *Imprimatur*, autorizações oficiais dadas por um censor e um bispo da Igreja Católica, respectivamente, que garantem a probidade moral e doutrinal da publicação. Portanto, não estamos diante de uma obra que expressa apenas os pontos de vista individuais do autor, mas sim que pretende representar uma posição ortodoxa católica a respeito do assunto. E essa posição, como veremos, é bastante diferente do que encontramos nos livros fundamentalistas.

Em primeiro lugar, ainda que se oponha a certas expressões da teoria da evolução, *As origens do homem* não é um livro criacionista no sentido que temos adotado neste trabalho. Na maior parte, o autor não busca legitimar cientificamente as narrativas bíblicas das origens. Ao contrário, Corte acusa o “concordismo” – a tentativa de fazer concordar o texto bíblico com as ciências – de ser um “êrro” (CORTE, 1958, p. 89), “uma incursão deplorável no domínio científico” (ibid., p. 88), que consiste “em ler a Bíblia como um ‘livro de ciência’, enquanto é um ‘livro de salvação’” (ibid., p. 89), ou seja, “Não é êle encarregado de nos dizer o que a inteligência humana deve descobrir por seus próprios meios, mas de nos indicar o caminho que conduz à felicidade eterna” (ibid.).

Para sustentar essa posição de que a Bíblia não é um “livro de ciência” – posição diametralmente oposta ao literalismo fundamentalista –, o autor invoca autoridades que vão desde Santo Agostinho, que teria defendido esse entendimento em *De Genesi ad Litteram* (século IV), até o Papa Pio XII, que teria afirmado na encíclica *Divino Afflante*, de 1947, ser “absolutamente necessário que o exegeta” recorresse “às fontes da história, da arqueologia, da etnologia e das demais ciências” para “reconhecer quais gêneros literários quiseram empregar os autores” bíblicos (ibid., p. 91) – o que significa considerar

a presença de elementos míticos<sup>304</sup>, poéticos e simbólicos nas “narrativas sagradas”, para além da mera relação de fatos.

Nesse espírito, Nicolas Corte defende que os textos do Gênesis têm pouca relevância quanto ao quando e ao como o mundo e a vida surgiram. Os “ensinamentos contidos nesta cosmogonia” apresentada no Gênesis são, antes, a afirmação de um “monoteísmo estrito”, da “dignidade do homem”, de que “‘o casamento humano’ é glorificado”, e de “‘a bondade original’ de tôdas as cousas” (ibid., p. 99). Assim, para Corte, a fiel aceitação do texto bíblico não deveria resultar em qualquer objeção às “doutrinas científicas modernas”. Diz o autor: “Proclamamos que a fé católica é tão ampla, tão compreensiva e respeitadora dos fatos e da ciência que [...] é ela capaz de adaptar-se sem esforço e de ligar-se sem dificuldade a tôda certeza adquirida no domínio científico” (ibid., p. 121).

O próprio posicionamento de Nicolas Corte com relação à evolução corrobora, em parte, o seu argumento. O autor adota uma perspectiva evolucionária da origem do cosmos, da vida e da humanidade. Aproxima-se do paleontólogo e padre jesuíta Teilhard de Chardin para “proclamar que houve evolução das espécies, mas que essa evolução não se processou ao acaso, sendo claramente ‘dirigida’” (ibid., p. 122). Isto é, a ideia geral da transmutação das espécies ao longo do tempo, inclusive da espécie humana, é admitida pelo autor, mas é entendida como um processo do qual participa a providência divina – uma ideia, aliás, que o autor também vê presente já na teologia de Agostinho<sup>305</sup>. Vê-se, portanto, que a reserva de Corte (e do que ele considerava ser a posição católica em relação à evolução) não se dava em relação à ideia de que as formas de vida haviam se

---

<sup>304</sup> O autor diz claramente: “Admitimos que existem na Bíblia elementos míticos. Não deve isto a ninguém surpreender. Foi o mito a primeira resposta que pôde o homem conceber em relação ao apaixonante problema das origens das cousas. O mito é uma tentativa de explicação. Supõe, portanto, que existe uma explicação e que deve o homem procurá-la” (CORTE, 1958, p. 113).

<sup>305</sup> Para uma discussão do conceito agostiniano de *rationes seminales* e sua possível conotação evolucionista, ver Tabaczek (2020).

desenvolvido ao longo de milênios por descendência com modificação, mas sim em relação às explicações estritamente materialistas desse processo.

Aqui, vale registrar que o livro defende sim um “criacionismo”, usando inclusive essa exata palavra. Contudo, trata-se de outro entendimento de “criacionismo”, que diz respeito única e exclusivamente à “criação [divina] de cada *alma* humana” (ibid., p. 124, destaque meu). Esse “criacionismo” não se opõe ao evolucionismo, mas sim ao “traducionismo”, uma doutrina teológica segundo a qual as almas humanas seriam transmitidas pelo processo de geração corpórea, e não emanariam diretamente de Deus<sup>306</sup>. Esse “criacionismo” sim – o da alma – era considerado obrigatório aos fiéis católicos, mas não o criacionismo biológico. É o que o Papa Pio XII havia declarado na encíclica *Humani Generis*, de 1950: “Por isso o magistério da Igreja não proíbe que nas investigações e disputas entre homens doutos de ambos os campos se trate da doutrina do evolucionismo, que busca a origem do corpo humano em matéria viva preexistente (pois a fé nos obriga a reter que as almas são diretamente criadas por Deus)”<sup>307</sup>.

É apenas nesse sentido também que é “criacionista” o segundo livro católico que examinaremos aqui, *A criação não é um mito*, citado em *Da Origem do Homem*, de Samuel Figueira, e em uma *Folha Criacionista* da SCB. A obra fora publicada no Brasil “com aprovação eclesiástica” (RAVALICO, 1977, p. 4) em 1977 pela editora católica Paulinas. O original italiano havia sido publicado em 1975 sob o título *La Creazione non è una favola*. A tradução do título é problemática. O título original italiano propõe que a

---

<sup>306</sup> É o mesmo “criacionismo” a que se refere um texto do Jornal do Brasil de 1968. No texto, o autor “João”, na coluna “Pergunte ao João”, responde “O que vem a ser o criacionismo?” dizendo o seguinte: “Esse termo tem dois significados: um filosófico e outro literário. *No primeiro, intitula-se criacionismo a doutrina teológica que afirma ser a alma de cada homem criada diretamente por Deus*. Literariamente, essa palavra denomina a forma hispano-americana do expressionismo, que tem por base a exaltação do subjetivo da expressão, em oposição ao objetivismo da imagem” (Jornal do Brasil, 02 de outubro de 1968, p. b-6, destaque meu).

<sup>307</sup> O texto completo da encíclica está disponível em: [https://www.vatican.va/content/pius-xii/pt/encyclicals/documents/hf\\_p-xii\\_enc\\_12081950\\_humani-generis.html](https://www.vatican.va/content/pius-xii/pt/encyclicals/documents/hf_p-xii_enc_12081950_humani-generis.html). Acesso em: 22/09/2023.

declaração de que Deus criou a realidade natural não é falsa, não é uma mera “historinha”, não é uma fábula. Ao traduzir, porém, o termo *favola* como “mito”, abre-se a possibilidade de compreender o título como uma rejeição à leitura de Gênesis como “mito”, não no sentido de mentira, mas no sentido de um gênero textual, como havia defendido Nicolas Corte, por exemplo. Essa compreensão, no entanto, estaria equivocada, uma vez que o autor do livro, Domenico Eugenio Ravalico, nem sequer considera a possibilidade de se fazer uma leitura literal do texto bíblico.

O que diz o livro, então? O ponto principal de *A criação não é um mito* é combater o “materialismo ateu” ou o “materialismo marxista” por meio da demonstração de que apenas “Alguém que está acima da matéria e da energia” (RAVALICO, 1977, p. 17) poderia ser responsável pela existência do cosmos e da vida. Para isso, todavia, o autor não investe propriamente contra as ideias de transmutação das espécies ou da descendência com modificação, nem busca nas Escrituras trechos que poderiam ter validade científica. Assim como Nicolas Corte, Ravalico admite um evolucionismo “dirigido” por Deus.

Em determinada passagem, por exemplo, ele diz: “Um fato está fora de discussão: plantas, animais e homens não foram sempre o que são hoje” (ibid., p. 87). E continua: “Os primeiros seres vivos foram microscópicas algas flutuantes na superfície iluminada dos mares e dos oceanos. Nosso planeta estava ainda em fase de formação; não podia hospedar formas de vida mais evoluídas” (ibid.). Contudo, na sua opinião, esse processo evolutivo teria sido “projetado” ou “programado” pelo “Deus Criador”. E a maioria das páginas do livro, que soma mais de duzentas, pretende expor justamente que a história natural é uma “obra de inteligência sobre humana” e que não é “devida à não-inteligência, à idiotia do acaso cego” (ibid., p. 86).

A principal evidência a favor disso, segundo Ravalico, seria a “prodigiosa fita de DNA” (ibid., p. 13). Conforme resume o autor, a “ciência descobriu que o corpo humano é programado e, portanto, gravado em código, em fita. [...] Que significa isso? / Significa que sem um projeto inicial, concebido antes do aparecimento do homem na terra [...], ser-nos-ia impossível existir” (ibid., p. 14). Na sequência, Ravalico discorre sobre intrincados processos “projetados” ou “planejados” da biologia molecular, comparando-os com projetos e planos humanos, principalmente ligados à engenharia, à cibernética e à robótica. A analogia é clara: se estes são resultado de inteligência humana, aqueles, muito mais complexos, não seriam resultado de inteligência sobre-humana? E afirma que uma resposta negativa só poderia ser dada por “quem for completamente obcecado pelo fanatismo do materialismo marxista ateu” ou por “quem assume, por razões de comodidade, uma atitude decididamente anticientífica” (ibid., p. 86).

É essa oposição “ao materialismo ateu divulgado pela doutrina comunista” (FC n. 16, p. 52) que a *Folha Criacionista* elogia em *A criação não é um mito*, bem como o que considera “valiosas considerações e argumentações que vêm reforçar a tese criacionista”, ainda que admita que o livro “não espose os pontos de vista criacionistas puros, pois admite a ‘evolução biológica’” (ibid.). Samuel Figueira cita a obra de Ravalico com o mesmo propósito: combater o materialismo e erigir a genética como evidência de planejamento divino na realidade natural. Mas a apropriação do texto para por aí. Afinal, não há o que se extrair dela – nem do livro de Nicolas Corte – quanto a outras questões básicas para os criacionistas fundamentalistas, como a precisão científica do texto bíblico ou a factualidade de eventos como o Dilúvio dos tempos de Noé.

Também não há muito o que se extrair em termos de discurso de crise moral. Corte enaltece a importância da origem divina do ser humano para a afirmação de sua dignidade, mas não o faz com nenhuma ideia de crise espiritual ou de colapso civilizacional no

horizonte. Ravalico (1977, p. 11), por sua vez, fala de uma “intensa propaganda contra a religião, imposta pelo governo [soviético]” e diz que o “poder da Ciência deveria ser uma advertência para não nos servirmos dela para sustentar o fanatismo das massas proletárias, para as quais o materialismo marxista é a Ciência” (ibid., p. 207). É, portanto, inequivocamente anticomunista. Mas, curiosamente, não desenvolve esse ponto de maneira significativa e nem o insere em um discurso maior de crise moral, nem no Oriente, nem no Ocidente.

É interessante, portanto, observar que os livros católicos dedicados à questão das origens – mesmo aqueles utilizados por autores criacionistas – parecem não ter demonstrado grande alinhamento com as principais posições fundamentalistas: nem com seu discurso de crise moral, nem com suas propostas de interpretação da Bíblia. Nas próximas seções, falaremos mais sobre essa divergência entre fundamentalistas e católicos na questão da hermenêutica. Mas, antes, precisamos chamar a atenção para outra característica que distancia os livros fundamentalistas apresentados acima dos livros católicos: sua procedência nacional.

#### **4.5. O criacionismo como fenômeno “típico” dos Estados Unidos e a desejabilidade de sua “importação” para o Brasil**

Com a exceção dos livros de Adrião Bernardes e Samuel Figueira, todos os outros livros efetivamente criacionistas mencionados, isto é, aqueles que buscaram defender a historicidade e cientificidade da narrativa bíblica das origens, são traduções de obras norte-americanas. Já os dois livros de autores católicos, que são antimaterialistas, mas que aceitam na maior parte o consenso acadêmico sobre a evolução da vida e da humanidade, são traduções de textos europeus, um francês e outro italiano.

Ainda que essa amostragem seja bastante reduzida e não possa fundamentar de modo isolado uma generalização sobre a “nacionalidade” do criacionismo, ela parece corroborar os argumentos já apresentados ao longo deste trabalho sobre a conexão entre o criacionismo e o fundamentalismo protestante norte-americano, e também sobre a dependência inicial dos criacionistas brasileiros com relação ao material criacionista norte-americano. Além disso, é notável a ressonância dessa amostra com impressões registradas por autores brasileiros envolvidos na controvérsia evolução-criação – particularmente a impressão de que o criacionismo se tratasse de um fenômeno “típico” do cenário religioso norte-americano.

Nos já referidos textos de Antônio Brito da Cunha e João Stenghel Morgante publicados na revista *Ciência e Cultura* contra os criacionistas, o criacionismo é referido três vezes como uma doutrina originalmente norte-americana. Primeiro, os autores registram que, “nos Estados Unidos, *de onde as ideias do livro provêm*” (CC v. 39, n. 11, 1987, p. 1086, ênfase minha), os criacionistas têm perdido suas batalhas na justiça pelo ensino de sua alternativa à evolução; depois, os autores mencionam uma pesquisa de opinião feita nos Estados Unidos, “a pátria do criacionismo” (ibid, p. 1087); e, finalmente, registram que “o problema do ‘criacionismo’ tem sido exaustivamente tratado nos EUA, *onde se originou*” (ibid, p. 1088, ênfase minha). Essa percepção de uma conexão entre o criacionismo visto no Brasil e um criacionismo *originalmente* norte-americano é bastante interessante, pois deixa claro que os autores não entendiam essa doutrina apenas como uma retenção genérica de antigas crenças cosmogônicas judaico-cristãs, mas sim como um movimento específico, relativamente recente, e carregado de elementos culturais – políticos, sociais e teológicos – particulares dos Estados Unidos.

No mesmo ano em que Morgante e Brito da Cunha registravam essa percepção na *Ciência e Cultura*, outro autor, de forma ainda mais incisiva, também o fazia na *Folha de S. Paulo*.

Para Flávio Vespasiano Di Giorgi, professor de História das Religiões no Colégio Santa Cruz e das faculdades de Letras e Jornalismo da PUC de São Paulo, a controvérsia pública evolução-criação tratava-se de “uma polêmica atrasada culturalmente *típica dos EUA*, que têm uma tradição de leitura estupidamente literal da Bíblia e que não deveria ser importada nestes termos para o Brasil” (FSP, 05/05/1987, p. 18, ênfase minha). Isto é, mais do que identificar o criacionismo como estrangeiro, Di Giorgi se posicionava vigorosamente contra sua entrada no país. Na sua opinião, o criacionismo não deveria ser tratado como um imigrante, mas como um invasor; ou pior, um corpo estranho, um agente contagioso, “uma espécie de Aids metafísica” (ibid.).

Não é difícil compreender essa percepção do criacionismo em expansão no Brasil como um produto típica e originalmente norte-americano. Ainda que esses autores brasileiros provavelmente<sup>308</sup> não tivessem ciência das ligações diretas entre agentes criacionistas brasileiros e norte-americanos, como as relações entre a SCB e a CRS ou entre a ABPC e o ICR, o fato é que, no Brasil das décadas de 1970 e 1980, o tema do criacionismo circulara muito mais amplamente associado aos Estados Unidos do que a qualquer outro lugar.

Como já dito no capítulo anterior, mesmo havendo significativa atividade criacionista no Brasil nesse período, as notícias registradas na grande imprensa diária e mesmo na imprensa científica, como no caso da *Ciência e Cultura*, tematizaram quase que exclusivamente a situação no norte do continente. Se tomarmos como referência os livros que a *Ciência e Cultura* recomendou sobre o criacionismo para imaginar que tipo de material um Antônio Brito da Cunha, por exemplo, consumia sobre o tema, teremos títulos como *Abusing science: the case against creationism* (1982), *The monkey business*,

---

<sup>308</sup> Não há qualquer referência precisa a relações entre criacionistas brasileiros e norte-americanos em seus textos, mas apenas essa impressão geral.

*a scientist looks at creationism* (1982), *Le procès du singe. La Bible contra Darwin* (1982), *The creation controversy: science or scripture in the schools* (1983), *In the beginning... a scientist shows why creationists are wrong* (1983), *Scientists confront creationism* (1983), *Creationism, science, and the law: The Arkansas Case* (1983), *Science on trial, the case for evolution* (1983), *Creation and evolution, myth or reality* (1984) e *Science and creationism* (1984). Todos esses livros, até mesmo o com título em francês, focalizam a controvérsia nos Estados Unidos. Em 1985, um artigo na revista, fazendo referência a essa abundância bibliográfica, colocaria retoricamente a pergunta: “Haveria necessidade de mais um livro sobre criacionismo?” (CC v. 37, n. 9, 1985, p. 1557). Talvez alguém pudesse responder: Sim! Um livro – pelo menos um – sobre a situação do criacionismo no Brasil.

Acentuando ainda mais essa conexão entre criacionismo e Estados Unidos na imprensa, podemos destacar que alguns autores norte-americanos, concedendo entrevista para jornais brasileiros, colocaram eles mesmos um rótulo *Made in USA* no movimento. O influente paleontólogo anticriacionista Stephen Jay Gould, por exemplo, diria ao *Estado de S. Paulo* que o criacionismo “faz parte da história norte-americana, do protestantismo e seus valores. É apenas um fenômeno rural sobretudo na parte sul dos Estados Unidos, a parte mais atrasada, que perdeu a Guerra Civil no século passado” e “deve ser entendido dentro de um processo sócio-político norte-americano” (ESP, 26/11/1989, p. 30). No *Jornal do Brasil*, o escritor e bioquímico Isaac Asimov, nascido na Rússia mas estabelecido nos Estados Unidos desde os três anos de idade, também definiria o criacionismo como uma resposta – e uma ameaça – especificamente norte-americana ao avanço da ciência e da tecnologia no país (JB, 27/07/1981, p. b-9).

Vários outros textos na grande imprensa diária brasileira seguiriam essa mesma linha, associando, por exemplo, o criacionismo à “política conservadora da Era Reagan” (FSP,

04/01/1987, p. 2), ao movimento conservador norte-americano da “Maioria Moral” (FSP, 05/04/1987), ou ainda à cultura do chamado “Bible belt” (FSP, 03/05/1987, p. 26). Uma matéria sobre a controvérsia evolução-criação no *Jornal do Brasil* (JB, 16/07/1986, p. 15) ilustra o tema com uma charge que combina a icônica “Marcha do Progresso” com o característico Tio Sam, a personificação por excelência dos Estados Unidos (Figura 22).



Figura 22: Charge que acompanha o artigo “Tennessee revive luta da ciência contra fé”, publicada no *Jornal do Brasil* em 16 de julho de 1986

Nela, o “Tio Sam” marcha entre os ancestrais da espécie humana rumo à nossa configuração biológica presente

Em alguns casos, é interessante notar que essa referência ao criacionismo como um “produto norte-americano” não se dá apenas como uma constatação da “nacionalidade” do fenômeno, mas também como um questionamento da possibilidade e da desejabilidade de sua aclimação no Brasil. O que alguns autores parecem sugerir, nesse sentido, é que o criacionismo era “originalmente” e “tipicamente” norte-americano e, portanto, talvez ele devesse permanecer assim: norte-americano, e não brasileiro. Isto é, se ele era “parte da história norte-americana”, como afirmara Gould, talvez não tivesse lugar nas páginas da História do Brasil. É essa percepção do criacionismo como elemento externo e prejudicial à cultura brasileira que parece se expressar na declaração do professor Flávio Vespasiano Di Giorgi de que essa doutrina “não deveria ser *importada* nestes termos para

o Brasil” (FSP, 05/05/1987, p. 18, ênfase minha), e no lamento de Antonio Brito da Cunha e João S. Morgante de que no “Brasil a reserva de mercado não seja contra a *importação* de ideias retrógradas” (CC v. 39, n. 11, 1987, p. 1086, ênfase minha).

Voltaremos a essa discussão do status de “forasteiro” do criacionismo na conclusão deste trabalho. Mas antes é preciso examinar um outro aspecto dessa rejeição ao criacionismo como uma ameaça especificamente norte-americana à ciência no Brasil. Como vimos, para as figuras que assumiram essa posição publicamente na grande imprensa diária, o criacionismo era uma consequência natural da importação de outro produto típica e originalmente norte-americano: o fundamentalismo. E este, na compreensão desses autores, não era apenas uma ameaça à ciência brasileira, mas também à cultura religiosa do país.

Nesse ponto, mais do que em qualquer outro, fica claro que opositores do criacionismo, como o professor de História das Religiões Flávio Vespasiano Di Giorgi e o geneticista Antônio Brito da Cunha, não viam a controvérsia pública evolução-criação como um embate entre ciência e religião. Assim como os criacionistas faziam questão de dizer que não se opunham à ciência, mas sim a uma falsa ciência, os anticriacionistas no Brasil também afirmavam constantemente que seu problema não era com a religião, nem com a Bíblia e nem mesmo com a ideia de que Deus tivesse criado o mundo, mas sim com uma “falsa religião”, uma interpretação equivocada da Bíblia e uma articulação imprópria entre ciência e fé.

Quando Brito da Cunha e Morgante, por exemplo, escreveram aos autores do livro didático criacionista na revista *Ciência e Cultura* que “Talvez esse livro sagrado [a Bíblia] seja o mais relacionado com guerras, mortes e sofrimentos em toda a história da Humanidade” (CC v. 39, n. 11, 1987, p. 1088), não era propriamente a Bíblia que

pretendiam colocar sob suspeita, mas seus maus leitores, aqueles que se aproximavam do texto com “uma mente deformada e fanatizada por uma ideologia” (ibid., p. 1087). Em declaração anterior, Brito da Cunha já havia registrado que considerava o criacionismo “contraproducente até sob o ponto de vista religioso”:

Os alunos mais inteligentes um dia perceberão que não é a cegonha que traz as criancinhas, que Papai Noel não existe, que coelho não bota ovo de chocolate e depois poderão também perceber a bobageira [a doutrina criacionista] a que foram submetidos a título de ensino. Ficarão justamente revoltados e abandonarão não só os conhecimentos errados adquiridos mas também as bases éticas cristãs recebidas num ensino falso. (CC v. 39, n. 5/6, 1987, p. 576)

Isto é, a afirmação criacionista de que a aceitação da veracidade factual do texto bíblico consistia em um fundamento necessário para a fé cristã poderia acabar minando a própria fé dos alunos dada a fragilidade desse fundamento. Isso não significa que Brito da Cunha pretendesse salvar a “verdadeira religião” apartando-a completamente da ciência. Ao contrário, o autor enaltecia o esforço de harmonização entre ciência e religião – conduzido, porém, de maneira diferente do que propunham os fundamentalistas. Diz ele: "A atitude mais inteligente para um religioso é conciliar a religião e a ciência admitindo a evolução como o método usado por Deus no processo criativo" (ibid., p. 576).

Como já vimos, essa posição conciliatória dentro da controvérsia evolução-criação é tão antiga quanto a própria controvérsia. Já em 1925, no julgamento de John Scopes, a defesa do professor evolucionista mobilizara declarações de diversas autoridades científicas e religiosas nesse sentido. O teólogo modernista Shailer Mathews, por exemplo, fora citado por sua afirmação de que “Gênesis e evolução são complementares, Gênesis enfatizando a causa primeira divina e a ciência os detalhes do processo através do qual Deus

trabalha”<sup>309</sup> (1925, p. 225). O reitor da Universidade Estadual de Nova Jersey, Jacob Lipman, também aparece na transcrição do famoso caso dando graças “à ciência por uma visão mais clara das grandes leis da natureza e dos métodos do divino Criador”<sup>310</sup> (1925, p. 234), isto é, por explicar por meio da cosmologia, da geologia e da biologia modernas a forma como Deus havia criado o mundo.

No Brasil dos anos 1970 e 1980, esses argumentos ainda estavam bem vivos entre os opositores do criacionismo. O próprio professor Di Giorgi, para quem o criacionismo era uma “Aids metafísica”, defenderia esse entendimento da evolução como o “método do divino Criador”. Segundo ele, essa proposta seria não apenas mais adequada para lidar com o problema evolução-criação, mas seria também mais tradicional e autoritativa à luz da história da doutrina cristã. Em palavras que lembram as de Nicolas Corte, autor de *A origem do homem* (1958), ele afirmaria: “Santo Agostinho já dizia que Deus criou o homem com capacidades evolutivas” (FSP 05-05-1987, p. 18). Nessa mesma linha, alguns artigos publicados no *Estado de S. Paulo* destacariam a posição do filósofo católico francês Jacques Maritain (1882-1973), que se apoiava em Santo Tomás de Aquino para dizer que “Não há nenhuma oposição entre a ideia de evolução universal e de criação [divina]” (ESP, 14-09-1980, p. 181). Também entre protestante liberais, como Rubem Alves, é possível identificar alguma simpatia por essa proposta conciliatória: “Não seria possível imaginar uma inteligência suprema que fizesse a vida se desenvolver [gradualmente ao longo da história], da mesma forma como as sementes se desenvolvem até o fruto?” (FSP, 19/04/1982, p. 19).

---

<sup>309</sup> No original: “Genesis and evolution are complementary to each other, Genesis emphasizing the divine first cause and science the details of the process through which God works”.

<sup>310</sup> No original: “We are indebted to science for a clearer vision of the great laws of nature, and of the methods of the divine Creator”.

Uma figura de grande destaque na controvérsia pública evolução-criação no Brasil que se engajou nesse esforço de conciliar cristianismo e evolução foi o geneticista Newton Freire-Maia. Discípulo de André Dreyfus e Theodosius Dobzhansky, Freire-Maia havia sido membro do Departamento de Genética da USP e, desde 1951, era professor no Departamento de Genética da Universidade Federal do Paraná (UFPR). Convertido do agnosticismo ao catolicismo em 1980, o geneticista nutria nesse período um especial interesse pelo tema da relação entre ciência e religião, e publicaria, em 1986, um livro inteiramente dedicado à controvérsia evolução-criação.

Logo na apresentação da obra, intitulada *Criação e Evolução: Deus, o Acaso e a Necessidade* e publicada pela editora católica Vozes, Freire-Maia diz que o livro “visa elucidar o falso dilema ‘evolução *versus* criação’” (FREIRE-MAIA, 1986, p. 9, *italico no original*). Para o autor, esse seria um falso dilema precisamente pela possibilidade de harmonizar os dois polos da relação; e isso sem abrir mão da teoria da evolução, afinal, “para se compreender a variedade atual dos seres vivos, não há outra teoria científica além da que admite a sua evolução a partir de uma origem comum” (ibid., p. 9). O que deveria, sim, ser superado para resolver esse “falso dilema” era o “movimento fixista que renasceu ultimamente sob a inspiração de uma exegese superada do texto bíblico” (ibid., p. 49) – um movimento “simplesmente anticientífico” (ibid.).

Concordando com os teólogos modernistas que já haviam enfrentado os fundamentalistas nos Estados Unidos no início do século XX e seguindo as orientações feitas pelo Papa Pio XII na encíclica *Divino Afflante* (1947), Freire-Maia defendia que “a moderna exegese (científica) dos primeiros capítulos do Gênesis baseia-se na história, na arqueologia, na cosmologia, na astronomia e na biologia evolutiva” (ibid., p. 9). Assim, a leitura correta dos textos bíblicos sobre a Criação não deveria ignorar o conhecimento científico, mas sim incorporá-lo, reconhecendo que a composição narrativa original não

dispunha nem pretendia dispor de conhecimentos técnicos, mas apenas comunicar uma mensagem por meio de imagens e situações. Isto é, para Freire-Maia, as histórias do Gênesis eram “mitos”, não no sentido de mentira ou falsidade, mas no sentido de “um relato que não visa explicitar a realidade tal como aconteceu mas, antes, o sentido profundo de que ela se reveste” (ibid., p. 82). Para ele, portanto, “A Bíblia é, ao mesmo tempo, verdade e mito. A verdade está na mensagem; o mito está na forma como a mensagem é transmitida” (ibid., p. 62).

Essa posição conciliatória advogada por Newton Freire-Maia repercutiria em diversos meios impressos de grande alcance na década de 1980. Além de serem veiculadas por seu livro, suas ideias circulariam também na *Folha de S. Paulo*, no *Estado de S. Paulo* e na *Ciência e Cultura*. Uma manchete na *Folha*, por exemplo, registraria precisamente que “Biólogo do PR considera possível conciliar duas teorias antagônicas” (FSP 03-05-1987, p. 28), referindo-se, claro, ao evolucionismo e ao criacionismo. Outra reportagem, essa no *Estado de S. Paulo*, avaliaria que, no livro do geneticista, os “grandes debates suscitados pela teoria evolucionista e as tentativas de descartá-la via criacionismo são elegantemente tratados por um homem que construiu uma das mais respeitadas carreiras científicas entre nós, e que passou pela experiência da conversão à fé católica, sem abdicar do rigor científico” (ESP 26-11-1988, p. 91). E, finalmente, na revista *Ciência e Cultura*, Freire-Maia escreveria diretamente contra os “fundamentalistas”, [para os quais] a Bíblia é uma ‘enciclopédia infalível’”. E concluiria: “Essa maneira de ler o grande livro certamente não pode ser aceita por alguém que seja, mesmo de forma mínima, instruído em cosmologia, astronomia, biologia evolutiva, história etc.” (CC v. 37, n. 12, 1985, p. 2027-2035)

Diversos outros personagens que participaram da controvérsia evolução-criação nas páginas da grande imprensa diária brasileira também defenderam a harmonização entre

Bíblia, cristianismo e evolução em linhas semelhantes; isto é, como uma postura mais correta não só do ponto de vista científico, mas também do ponto de vista religioso – uma posição mais alinhada, ao mesmo tempo, com a academia e com a Igreja. Giuseppe Leonardi, por exemplo, padre, paleontólogo e assessor da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), afirmara nas páginas da *Folha de S. Paulo* que “a evolução biológica e o conceito mais amplo da evolução de toda a realidade – universo, sistema solar, planeta Terra, vida e cultura – são hoje tranquilamente aceitos pela Igreja Católica e na maioria das igrejas evangélicas históricas” (FSP 03-05-1987, p. 28)<sup>311</sup>. O físico José Carlos Azevedo, em artigo já mencionado, também lembrara que “A Igreja Católica aceita a teoria da evolução” (FSP, 22-06-1988, p. 3), e o jornalista Roberto Bonalume Neto, na apresentação da pesquisa do Datafolha sobre a aceitação da teoria da evolução entre paulistanos, destacara que “A Igreja Católica tem uma posição mais aberta em relação à evolução que as seitas fundamentalistas” (FSP, 03-05-1987, p. 26).

É importante lembrar que nesse período, na segunda metade do século XX, a população brasileira era formada por uma maioria avassaladora de pessoas que se identificavam como católicas. Segundo os dados do Censo IBGE, os católicos eram 91,8% e 89% da população em 1970 e 1980, respectivamente. Evangélicos totalizavam 5,2% e 6,6% nos mesmos anos (CAMPOS, 2008)<sup>312</sup>. Assim, considerando o criacionismo como um fenômeno característico de uma esfera específica de evangélicos (as “seitas fundamentalistas”), os autores citados acima podiam, não sem alguma razão, considerar

---

<sup>311</sup> No ano seguinte, Leonardi repetiria seu posicionamento nas páginas do *Jornal do Brasil* (JB 29-11-1988, p. 5)

<sup>312</sup> Nos Estados Unidos, claro, a situação era bastante diferente. Segundo pesquisas de opinião da Gallup Poll, protestantes eram maioria no país nas mesmas décadas, totalizando 60,8% (1970) e 57,4% (1980) da população. Disponível em: <https://news.gallup.com/poll/1690/religion.aspx>. Acessado em: 27 de abril de 2023.

o criacionismo como um movimento reduzido no Brasil e, mais ainda, um movimento estranho à tradição histórica e demograficamente predominante no país, o catolicismo.

Isso, todavia, não significa que o fundamentalismo não vivesse, como dissera Samuel Figueira, “uma fase esplêndida” no país, nem que a maior parte da população católica brasileira fosse partidária das ideias teológico-científicas de um Newton Freire-Maia ou de um Giuseppe Leonardi. Que o fundamentalismo estava em expansão, isso nós já vimos nas primeiras seções deste capítulo. Que a população católica no país não acompanhava necessariamente a opinião dos intelectuais católicos é o que nós veremos a seguir.

#### **4.6. Três conclusões a partir da pesquisa do Instituto Datafolha sobre a aceitação da teoria da evolução entre paulistanos**

No capítulo anterior, apresentamos brevemente uma pesquisa realizada pelo Instituto Datafolha sobre a aceitação da teoria da evolução entre paulistanos. Naquele momento, nosso interesse era apenas demonstrar a expansão do tema do criacionismo na esfera pública brasileira na segunda metade da década 1980. Agora é o momento de voltar a essa pesquisa para analisar os dados que ela apresenta sobre a relação entre a aceitação da evolução e a religiosidade dos entrevistados.

Recapitulando os números mais gerais da pesquisa, 68% dos entrevistados responderam à pergunta “O (A) sr(a) que o homem foi criado por Deus, ou que ele evoluiu a partir de outros animais?”, com “Criado por Deus”, 19% com “Evoluiu de outros animais”, e 5% com “Evoluiu de outros animais criados por Deus”. E perguntados “Na sua opinião, qual dessas duas teorias [‘Criação divina’ ou ‘Evolução a partir de outros animais’] deve ter

ensino obrigatório nas escolas”, 58% responderam “Criação divina”, 18%, “Evolução a partir de outros animais”, e 16%, ambas.

Além desses números gerais, a pesquisa apresenta também as porcentagens das respostas de acordo com diversos critérios, como sexo, idade, renda, escolaridade e religião. Este último critério é o que mais nos interessa aqui. Considerando a pergunta sobre como teria se dado a origem dos primeiros seres humanos, temos que 71% dos católicos optaram pela resposta “Criação divina”, 17% por “Evoluiu de outros animais”, 5% por “Evoluiu de animais criados por Deus” e 7% disseram não saber. Entre os protestantes, 92% responderam “Criação divina”, 3% “Evoluiu de outros animais”, 3% “Evoluiu de animais criados por Deus” e 2% “Não sabe”<sup>313</sup>. A partir desses números, podemos chegar a pelo menos três conclusões importantes.

Primeiramente, podemos observar que a resposta “Evoluiu de outros animais”, que está mais próxima de um posicionamento evolucionista materialista, não é majoritária em nenhum grupo religioso considerado pela pesquisa – nem mesmo entre os que “Não tem religião” (entre esses, 41% optaram por essa resposta, enquanto a soma de “Criação divina” e “Evoluiu de outros animais criados por Deus” totaliza 42%).

Além disso, vemos que uma porcentagem muito pequena de católicos assumiu a posição de que o primeiro humano “Evoluiu de outros animais criados por Deus”, uma forma de evolucionismo teísta que parece ser a posição mais comum entre autores católicos que tiveram livros sobre o assunto publicados no Brasil ou que apareceram na imprensa diária

---

<sup>313</sup> A pesquisa ainda considera as respostas de espíritas, “Outras religiões” e “Não tem religião”. Todavia, para simplificar nossa análise e mantê-la em relação mais direta com a hipótese deste capítulo – que a expansão do protestantismo teria favorecido a expansão do criacionismo – analisaremos principalmente as respostas de protestantes e católicos (considerados aqui por serem ampla maioria da população e para efeito de contraste). Futuras pesquisas sobre a relação de outros grupos religiosos nesse período com o criacionismo, como as tradições de matriz africana e o kardecismo, por exemplo, seriam muito bem-vindas para enriquecer e ampliar a compreensão sobre o tema.

nacional engajados na controvérsia evolução-criação, como Nicolas Corte, Domenico Ravalico, Jacques Maritain, Teilhard de Chardin, Newton-Freire Maia e Giuseppe Leonardi. Isso mostra que o posicionamento desses intelectuais católicos não pode, de forma alguma, ser extrapolado e aplicado para a população católica em geral.

Por último, vemos que, de fato, a maior porcentagem de respostas “Criação divina” e a menor de “Evoluiu de outros animais” ocorre entre os protestantes. Impressionantes 92% afirmaram a “Criação divina” e ínfimos 3% escolheram “Evoluiu de outros animais”. Aqui, mais uma vez, parece ser corroborada a existência de uma relação forte entre protestantismo e criacionismo – sobretudo entre este e formas de protestantismo conservador, que prevaleciam no cenário protestante brasileiro, conforme já vimos anteriormente.

É verdade que a pesquisa do Datafolha entrevistou apenas paulistanos, mas não parece haver motivos para classificar os protestantes paulistanos como um grupo excepcional. Já vimos que uma relação entre protestantismo e criacionismo pode ser vista, por exemplo, em autores como os baianos Adrião Bernardes e Samuel Figueira e o mineiro Christiano P. da Silva Neto, da ABPC. Portanto, parece razoável concluir que o protestantismo, mais do que o catolicismo ou qualquer outra grande expressão religiosa no país, foi um fator dificultador para a aceitação do evolucionismo no Brasil e também um fator facilitador para a expansão da alternativa criacionista.

Dito isso, é importante marcar uma distinção necessária. Desde o início deste trabalho, temos definido o criacionismo como uma defesa da historicidade e da cientificidade dos textos bíblicos sobre as origens do universo, da vida e da humanidade em contraposição às explicações segundo a cosmologia, a geologia e a biologia modernas. Temos também diferenciado esse termo de outros conceitos aproximados, como o de antievolucionismo

(simples oposição ao evolucionismo, que não implica necessariamente em nenhuma proposta alternativa) e o de cosmogonias (narrativas tradicionais sobre a origem do cosmos sem pretensões de cientificidade). Agora, no exercício de interpretar os resultados da pesquisa do Datafolha, essa definição se faz especialmente importante.

O jornalista Ricardo Bonalume Neto, que escreveu uma reportagem na *Folha de S. Paulo* divulgando e comentando a pesquisa, usou o termo “criacionismo” em seu texto como sinônimo de crença na “Criação divina”. Nós não o faremos, e isso por duas razões que se relacionam diretamente com nossa definição de criacionismo. Em primeiro lugar, entendemos que o criacionismo – movimento histórico particular que temos analisado neste trabalho – é necessariamente antievolucionista, contrapondo-se a essa perspectiva e se apresentando como uma alternativa para substituí-la. E a pesquisa feita pelo Instituto Datafolha não só apresenta entrevistados que afirmam a “Criação divina” dos humanos a partir de outros animais (“Evoluiu de animais criados por Deus”), como nos diz muito pouco sobre o quão familiarizados os entrevistados estavam com a própria ideia de evolução, o que nos impede de saber se efetivamente rejeitavam a ideia ou simplesmente a desconheciam.

Em segundo lugar, relacionado a esse último ponto, entendemos que criacionista é aquele que consciente e ativamente defende a autenticidade factual do texto bíblico sobre as origens e, conseqüentemente, o considera relevante e instrutivo a respeito de questões científicas, como a de como surgiu o universo, quando e como a vida começou e se os humanos descendem ou não de outros animais. Uma pessoa que, perguntada sobre a questão de como surgiu a humanidade, responde que “Deus a criou”, sem com isso ter a consciência ou a pretensão de estar tomando uma posição em um debate científico, não faz uma declaração propriamente criacionista. Se considerássemos criacionismo qualquer expressão de crença de que “o mundo foi criado”, seriam igualmente criacionistas os

fundamentalistas, os tupinambás, Ramsés II, Voltaire e Newton Freire-Maia, o que tornaria o conceito pouco proveitoso para uma pesquisa histórica<sup>314</sup>. Por isso, preferimos restringir o conceito de “criacionismo” e “criacionista” à realidade histórica específica na qual esses termos emergiram, isto é, a controvérsia pública evolução-criação.

Nesse sentido, é importante ter em mente que as pessoas entrevistadas pelo Instituto Datafolha que disseram que “o homem foi Criado por Deus” e os que defenderam o ensino da “Criação divina” não eram necessariamente partidários da causa da Sociedade Criacionista Brasileira ou da Associação Brasileira de Pesquisa da Criação, nem eram necessariamente estudiosos da literatura criacionista, nem esposavam necessariamente a teoria da Geologia Diluviana, nem consideravam necessariamente o evolucionismo como um fator ou um sintoma de crise moral. Em muitos casos, é razoável supor que os entrevistados nem sequer tivessem notícia da controvérsia que motivara a pesquisa.

Assim, dizer que 92% dos protestantes paulistanos optaram pela resposta “Criação divina” ao serem perguntados sobre como surgiu a humanidade não é o mesmo que dizer que 92% dos protestantes paulistanos eram propriamente criacionistas, que estavam engajados ou apoiavam movimentos criacionistas, que liam textos criacionistas ou mesmo que conheciam e rejeitavam a teoria da evolução. No entanto, de fato, uma preferência tão alta pela opção “Criação divina” e tão baixa por qualquer evolucionismo, materialista ou não, parece indicar ao menos uma *pré-condição* especialmente favorável à expansão do criacionismo entre os protestantes.

\*\*\*

---

<sup>314</sup> Analogamente, poderíamos propor a seguinte comparação: os poetas Homero e Hesíodo descreveram a Terra como um disco rodeado pelo Oceano. É provável, portanto, que imaginassem que a Terra era de fato plana. A partir disso, seria razoável classificá-los como “terraplanistas”? Acredito que não. Da mesma forma, considero que não foram “criacionistas” nem Ramsés II, nem Voltaire e nem os paulistanos que acreditavam que “Deus criou o mundo”, mas ignoravam a controvérsia evolução-criação.

Em resumo, parecem bem estabelecidos os fatos de que o protestantismo cresceu no Brasil na segunda metade do século XX, tanto em número de adeptos, quanto em expressão pública (como vimos, de modo especial, na arena política). Também parecem evidentes as relações históricas e formais entre expressões mais conservadoras de protestantismo, como o fundamentalismo, e o criacionismo. Como vimos no segundo capítulo, o criacionismo se desenvolveu nos Estados Unidos associado tanto à expansão do ensino de evolução no país quanto à controvérsia fundamentalista-modernista.

No Brasil, essa conexão entre fundamentalismo e criacionismo também parece se evidenciar nos discursos das entidades criacionistas e nos livros que promoveram essa doutrina. A hermenêutica fundamentalista, ao insistir na autenticidade factual do texto bíblico, produz uma demanda de evidências para os eventos ali narrados, o que inclui a Criação, que é o que criacionismo pretende suprir. Além disso, a visão da História como decadência e a moralidade dos fundamentalistas parecem ecoar nos textos criacionistas, que frequentemente apelam para um discurso de “crise moral” e responsabilizam o materialismo e, particularmente, o evolucionismo por essa crise.

Assim, ainda que talvez não seja possível comprovar de maneira definitiva uma correlação direta entre a expansão do protestantismo e a expansão do criacionismo no Brasil, parecem haver elementos suficientes para propor que o aumento da presença protestante no país, que se deu com o predomínio de expressões conservadoras, entre elas o fundamentalismo, pode ter contribuído de modo considerável para o sucesso do criacionismo, um movimento em forte sintonia com suas perspectivas teológicas, ideológicas e morais.

## Considerações finais

“Por que dar ouvidos às reações públicas, grotescas e irracionais, distantes da calma isenção que deveria caracterizar o debate” sobre a evolução das espécies? Em 1982, o educador e teólogo mineiro Rubem Alves propôs esse questionamento num artigo na Folha de S. Paulo. E propôs também uma resposta:

A razão é simples. Se as pessoas comuns entraram na discussão e os ânimos se exaltaram, é porque suas casas começaram a balançar. Casas? Claro. Não somos moradores de tijolos e cimento. Abrigamo-nos debaixo do calor das palavras: crenças, valores, esperanças, cosmovisões políticas e religiosas... E quando estas palavras/casas recebem algum golpe, o corpo inteiro estremece de medo.

Rubem Alves entendia perfeitamente que a controvérsia evolução-criação não dizia respeito apenas a cientistas, nem se resumia à ponderação de modelos teóricos ou à obtenção de evidências materiais. Esse antigo debate, agora animado pela renovação do ensino de Biologia e pela circulação de material criacionista no Brasil, excedia fortemente os limites particulares da investigação científica. Tratava-se, na verdade, de uma disputa “cósmica”, uma disputa entre “mundos” possíveis: mundos como o “mundo para o qual Darwin nos conduziu”, como no título do artigo de G. G. Simpson, ou o mundo da série “O Criador, o Mundo e Você”, representado pelo livro didático criacionista – cada um desses mundos com suas implicações existenciais, suas compreensões morais, seus horizontes de expectativa, seus sentidos de propósito, suas constituições de identidade etc.

Rubem Alves recorre à metáfora da “casa”, que, de fato, é muito acertada. O mundo tal como nós o vemos é também o mundo tal como nós o vivemos – é o nosso espaço de experiência, a nossa “casa”. Se um novo elemento afeta a nossa cosmovisão, ele afeta também a nossa vida – ele afeta a forma como entendemos e nos relacionamos com as

coisas, com os outros, com nós mesmos e até com o “Tu eterno”<sup>315</sup>. E as “pessoas comuns que entraram na discussão” sabiam disso, ainda que intuitivamente. Conforme a avaliação do próprio Rubem Alves, “Bispos, teólogos, revolucionários socialistas, capitalistas do laissez-faire, banqueiros, economistas, todos se atiraram à teoria da origem das espécies, uns como se ela fosse invenção dos demônios, os outros como se fosse a proclamação de uma nova verdade salvadora” (FSP, 19/04/1982, p. 19). Quer dizer, verificava-se na prática a percepção da relevância religiosa, política e econômica dessa ideia científica.

Essa constatação, aliás, enseja uma outra analogia complementar à da “casa”: a analogia da “teia”. Nossas ideias e crenças, quaisquer que sejam, não sobrevivem isoladas nem nas nossas cabeças nem em sua circulação social, elas se conectam e interagem umas com as outras<sup>316</sup>. E esse caráter de “teia” de nossa cognição e de nossas representações sociais da realidade implicam no fato de que um peteleco dado em determinado ponto da “teia” não é apenas um peteleco dado naquele ponto da “teia”, é uma agressão a toda a estrutura – a “teia” inteira estremece. Para ilustrar com um exemplo, o “peteleco” evolucionário dado contra a literalidade do primeiro capítulo de Gênesis ameaça toda a teia/casa/mundo fundamentalista: a convicção no sentido literal da Bíblia, em geral, estremece; os valores morais alicerçados na mesma leitura literal estremece; certas expectativas messiânicas, escatológicas estremece; a confiança em certo sentido da história, imaginário pós-vida,

---

<sup>315</sup> No clássico “Eu e Tu”, o filósofo austríaco Martin Buber desenvolve uma reflexão sobre a intersubjetividade em três etapas: a relação com as coisas, a relação entre pessoas e a relação com algo menos individualizado, que ele chama de “Tu eterno”. O termo remete claramente à tradição judaica da qual Buber participa, mas também se aplica a noções não necessariamente teístas sobre o “Absoluto” ou o “Transcendente”, como o *Logos* de Heráclito, o Um dos platônicos, ou a Natureza de Spinoza. (BUBER, 2001)

<sup>316</sup> Na ciência cognitiva e na psicologia social, essa ideia remete ao conceito de “esquema” de Piaget e ao conceito de “representação social” de Moscovici. Segundo este último, “representação implica uma acomodação das estruturas, uma remodelagem dos elementos, uma verdadeira reconstrução do dado no contexto de valores, noções e regras das quais se torna a partir de então solidário” e “a representação faz circular e reunir experiências, vocabulários, conceitos, condutas que se originam de fontes diferentes. [...] Consequentemente, os elementos pertencentes a diferentes regiões da atividade e do discurso sociais se modificam umas nas outras, servem como signos e/ou meios de interpretação dos outros” (MOSCOVICI, 2012, p. 26 e 57).

plano de salvação, dever missionário... tudo estremece. Talvez arrebente. Talvez exija alguns reparos. Talvez motive uma reação furiosa contra o causador da perturbação. Mas, seja como for, o fato é que tudo estremece.

Enfim, a primeira conclusão fundamental desta pesquisa então é esta: a compreensão da controvérsia pública evolução-criação no Brasil na segunda metade do século XX exige uma abordagem que não se limita ao juízo dos méritos ou deméritos científicos de cada lado. Pegando emprestadas as palavras do estudioso de controvérsias Tommaso Venturini (2012, p. 808), “controvérsias nunca se resumem apenas a discordâncias em alguns pontos técnicos. Disputas tecno-científicas, por mais específicas que sejam, sempre acabam opondo visões conflitantes do mundo”<sup>317</sup>.

E uma segunda conclusão fundamental deriva desta primeira: a controvérsia pública evolução-criação examinada neste trabalho não consiste numa mera simplificação da discussão científica, acadêmica e especializada sobre o mesmo tema. Como escreveu Serge Moscovici (2012, p. 25), “a propagação [popular] de uma ciência tem um caráter criador”, ela consiste na “formação de outro tipo de conhecimento adaptado a outras necessidades, obedecendo a outros critérios, em um contexto social específico”. Nesse sentido, o médico e filósofo polonês Ludwik Fleck (2010, p. 163) também já havia proposto que a “comunicação de um saber não é, de maneira alguma, comparável ao deslocamento de um corpo rígido no espaço euclidiano: nunca acontece sem transformação”. E, finalmente, partindo das reflexões de Fleck, Bernardo Oliveira também se referiu de forma muito pertinente à “complexificação” que se dá em paralelo à “simplificação” na circulação das ideias científicas. Nas suas palavras, estas são sempre “rearticuladas, ajustadas, aclimatizadas e adaptadas” ao “serem introduzidas num

---

<sup>317</sup> No original: “controversies are never just a disagreement on a few technical points. Techno-scientific disputes, as specific as they may be, always end up opposing conflicting visions of the world”.

contexto social diferente do qual foram gestadas” (OLIVEIRA, B. J. DE, 2012, p. 136). Daí a sua “complexificação, pois são levados em conta vários outros fatores que a ciência artificialmente abstrai quando isola as variáveis, descontextualiza os fenômenos e os transpõe para uma arbitrária ‘Condição Normal de Temperatura e Pressão’” (OLIVEIRA, B. J. DE, 2012, p. 130, nota 7).

Ao longo deste trabalho, vimos múltiplos discursos desenvolvidos a partir de ideias da biologia evolutiva ou do criacionismo que lidavam com questões políticas<sup>318</sup>, morais<sup>319</sup> e religiosas<sup>320</sup> – “fatores que a ciência artificialmente abstrai”. E essa expansão mais-científica do tema não deve ser vista como uma espécie de derramamento semântico indevido, acidental, irrelevante. *A ciência só existe em sociedade*. Ignorar as inevitáveis dinâmicas de apropriação social da ciência (que, aliás, já é social de saída) é ignorar o próprio funcionamento da realidade social – algo desastroso não só para o entendimento da História, mas também para qualquer proposta política e de comunicação científica.

Isso posto, podemos recuperar uma reflexão iniciada no terceiro capítulo deste trabalho. Na seção 3.2.1., “Contra a cientificidade do evolucionismo”, foi proposta uma definição de criacionismo a partir de sua diferenciação em relação ao conceito de cosmogonia. Cosmogonias são as narrativas contadas por diferentes povos sobre a criação do mundo. Elas não pretendem contar com o tipo de validação teórica e empírica que caracteriza a ciência moderna. Sua autoridade é tradicional, às vezes “revelada”, divina, e sua finalidade não é apenas satisfazer uma curiosidade factual sobre “como tudo começou”, mas também orientar a vida no presente: legitimar estruturas sociais, conferir estabilidade

---

<sup>318</sup> O criacionismo “É apenas um fenômeno rural sobretudo na parte sul dos Estados Unidos, a parte mais atrasada, que perdeu a Guerra Civil no século passado” e “deve ser entendido dentro de um processo sócio-político norte-americano” (ESP, 26/11/1989, p. 30).

<sup>319</sup> “Substituir a Revelação pela especulação, a Criação pela evolução [...] é fazer o mundo marcar passo, ou melhor, conduzi-lo à destruição moral e espiritual” (BERNARDES, 1953, p. 47).

<sup>320</sup> “A atitude mais inteligente para um religioso é conciliar a religião e a ciência admitindo a evolução como o método usado por Deus no processo criativo” (CC 39(5/6)1987, p. 576).

a leis e valores etc. O criacionismo, por sua vez, é um fenômeno caracteristicamente moderno apresentado como alternativa *científica* aos modelos evolutivos para explicar a correta história e funcionamento da realidade material – física, química, geológica e biológica<sup>321</sup>.

(É verdade que o termo “criacionismo” teve diferentes significados ao longo da história, desde o século XIX até hoje<sup>322</sup>, com figuras “ortodoxamente” evolucionistas como Freire-Maia e Dobzhansky declarando-se “criacionistas e evolucionistas”<sup>323</sup>. Mas considero que haja suficiente consistência e permanência histórica no seu uso em referência à objeção aos modelos evolutivos naturalistas para justificar um uso operacional desse conceito restrito à sua acepção antievolucionista.)

Contudo, apesar da enorme distância existente entre a atividade dos autores de Gênesis e a atividade dos autores da *Folha Criacionista*, há uma continuidade particularmente importante a ser notada. Ainda que o criacionismo seja frequentemente apresentado como uma investigação sobre o passado, sobre “como tudo começou”, ele mantém sua visada sobre o presente, sobre “como as coisas devem ser”. Nesse sentido, ele funciona *sim* como uma cosmogonia – uma cosmogonia moderna, “cientificizada”. Como lemos no livro didático criacionista de 1985:

Deus fez o céu, a terra, o mar, as flores e os animais para a sua felicidade. Se você aprender a cuidar da sua casa, do ar que respira e da água que bebe; se você aprender a amar as belezas naturais e a adorar o Verdadeiro Deus Criador, durante este ano, através deste livro, ficaremos contentes por ter alcançado nosso objetivo. (CSP5, p. 6)

---

<sup>321</sup> Nas páginas dos folhetos criacionistas, encontram-se cálculos matemáticos, gráficos, diagramas e representações de anatomia botânica e animal. O contraste formal com a narrativa cosmogônica hebraica é marcante: “Disse Deus: Haja luz; e houve luz. E viu Deus que a luz era boa...”

<sup>322</sup> Para uma discussão tipológica atual do “criacionismo(s)”, ver o capítulo de Olivier Brosseau e Marc Silberstein para o *Handbook of Evolutionary Thinking in the Sciences* (2014).

<sup>323</sup> Ver Capítulo 4.

Isto é, as descrições criacionistas do passado cósmico, da origem do universo e da vida, culminam em prescrições para o presente: devemos zelar pelo planeta que foi feito e adorar aquele que o fez. Outras implicações do criacionismo, como vimos no quarto capítulo, variaram do moralismo ao anticomunismo.

No entanto, esse movimento da descrição à prescrição não deve nos surpreender nem deve ser tomado como algo peculiar do criacionismo. Temos insistido desde o início destas considerações finais na questão da complexidade da controvérsia evolução-criação e nas suas implicações multidimensionais. Assim, é importante recordar que essa mesma dinâmica também pode ser observada no campo oposto da disputa. Como vimos no segundo e terceiro capítulos, a história evolutiva também fundamentou esperanças e inspirou engajamentos políticos. Também ela pode operar como uma “cosmogonia moderna”. “Não ousemos deixar que apenas os soviéticos ofereçam aos homens a inspiração que pode ser obtida a partir da maravilhosa visão de mundo aberta por Darwin e outros biólogos ocidentais”, escreveu Hermann Muller (1959, p. 306)<sup>324</sup>.

No ensaio “Sobre a Natureza Humana” [*On Human Nature*], o biólogo de Harvard, Edward O. Wilson (1978, p. 201) escreveu com todas as letras: “O épico da evolução é provavelmente o melhor mito que já tivemos”; “mito” não no sentido de mentira, naturalmente, mas de uma grande narrativa que dá sentido à realidade externa e à vida, uma narrativa capaz de substituir – em todas as esferas e para todos os propósitos – as narrativas tradicionais. “Não se engane quanto ao poder do materialismo científico”, disse Wilson,

---

<sup>324</sup> Darwin, de fato, já havia afirmado que “Há grandeza nessa visão [evolutiva] da vida”. E T. H. Huxley, por volta de 1870, já havia composto discursos moralmente edificantes para os trabalhadores londrinos a partir dessa “visão da vida”; discursos que foram publicados como “Sermões Leigos” (BOWLER, 2003, cap. 6).

Ele apresenta à mente humana uma mitologia alternativa que, até o momento, sempre, ponto por ponto em zonas de conflito, derrotou a religião tradicional. Sua forma narrativa é o épico: a evolução do universo desde o Big Bang de quinze bilhões de anos atrás, passando pela origem dos elementos e corpos celestes até os primórdios da vida na Terra.<sup>325</sup> (WILSON, 1978, p. 192)

Deve-se evitar, portanto, a ilusão de que, de um lado da controvérsia pública evolução-criação (seja qual for o local ou o momento histórico), temos a ciência pura, e, do outro, temos política e religião maquiavelicamente disfarçadas. Não. Temos sempre “casas”, “teias”, “mundos”.

Enfim. Voltando a nossa atenção para o local e o momento histórico mais relevante para este trabalho, o Brasil das décadas de 1970 e 1980, coloquemos uma última conclusão fundamental. Quando iniciei esta pesquisa, minha suspeita era que o criacionismo no Brasil se tratava de uma “importação” do criacionismo dos Estados Unidos; o criacionismo *no* Brasil não era um criacionismo *do* Brasil, mas sim um produto *Made in USA* – ainda com a etiqueta!

No decorrer da pesquisa, vi esta suspeita ecoada em diversas fontes, especialmente no artigo do professor Di Giorgi para a Folha de São Paulo, citado no quarto capítulo. Segundo ele, a controvérsia era “típica dos EUA” e “não deveria ser importada nestes termos para o Brasil” (FSP, 05/05/1987, p. 18). Nesse sentido, como já dissemos no quarto capítulo, o criacionismo não era visto apenas como um estrangeiro no Brasil, mas como um forasteiro, um imigrante ilegal.

---

<sup>325</sup> No original: “But make no mistake about the power of scientific materialism. It presents the human mind with an alternative mythology that until now has always, point for point in zones of conflict, defeated traditional religion. Its narrative form is the epic: the evolution of the universe from the big bang of fifteen billion years ago through the origin of the elements and celestial bodies to the beginnings of life on earth.”

Todavia, com o amadurecimento da pesquisa, percebi que esses ecos não corroboravam a minha suspeita inicial, por mais que parecessem fazê-lo. Isso porque, conforme a pesquisa avançava, a própria ideia de “importação” ia perdendo peso e sentido. É verdade que as entidades criacionistas brasileiras tiveram as norte-americanas como referência. É verdade que boa parte do material criacionista em português nas décadas de 1960 e 1970 consistia em traduções e adaptações de publicações norte-americanas. Mas também é verdade que a renovação do ensino de biologia no Brasil teve as reformas norte-americanas como referência, e que as edições do BSCS no Brasil consistiam em traduções e adaptações dos livros norte-americanos. Mais ainda, no caso da expansão do ensino de evolução no Brasil, o próprio governo dos Estados Unidos teve participação direta no processo (pensemos, por exemplo, nos acordos MEC-USAID, ver Capítulo 1). Ou seja, se o criacionismo no Brasil era uma “importação”, o evolucionismo ao qual ele reagia também era. E se a mera procedência estrangeira do criacionismo fosse motivo para rejeitá-lo como parte da realidade social efetivamente brasileira, então o pensamento evolutivo representado pelo BSCS e por educadores como Oswaldo Frota-Pessoa e Myriam Krasilchik também deveria ser tratado como “forasteiro”, *Made in USA*.

Essa reflexão me levou, num primeiro momento, a buscar o que haveria de peculiar no criacionismo no Brasil em comparação com o criacionismo nos Estados Unidos. Mas esse exercício era absolutamente frustrante, porque a continuidade entre eles era o que de fato se impunha. E o mesmo poderia ser dito sobre os discursos dos reformadores do ensino de evolução de lá e daqui. A força da conexão transnacional entre esses fenômenos era o que me parecia mais significativo – e, portanto, deveria permanecer no foco da pesquisa. Mas, ao mesmo tempo, não me parecia razoável simplesmente descartar a “nacionalidade” dos criacionismos, afinal os criacionistas brasileiros eram... brasileiros, escreviam para brasileiros, em português, e respondiam a desenvolvimentos históricos no

Brasil, como a expansão do ensino de evolução nas escolas brasileiras. Ainda que os argumentos usados viessem de fontes norte-americanas, eles eram considerados suficientemente plausíveis e relevantes para serem colocados em circulação no Brasil por brasileiros e para brasileiros.

E foi principalmente essa palavra “plausível”, “plausibilidade”, que me levou a mudar completamente a abordagem à questão da existência e de um “criacionismo brasileiro”<sup>326</sup>.

A questão de o criacionismo ser próprio ou alheio à cultura e à sociedade brasileira talvez não devesse ser feita nos termos de suas características distintivas (aquelas que se desenvolveram exclusivamente no Brasil), mas sim nos termos de sua “plausibilidade” no país – não a sua plausibilidade científica, claro, mas a sua plausibilidade social. Isto é: O criacionismo foi admitido, aceito e aprovado por parte da sociedade brasileira? Foi considerado relevante? Orientou as crenças e os comportamentos de alguns? Sim, sim e sim. Então ele é “brasileiro”. Não por sua origem, nem por qualquer especificidade que o diferencie da matriz norte-americana, mas por sua presença incontestável nas dinâmicas sociais do país. Sendo verdadeiro ou não, científico ou não, teologicamente correto ou não, útil ou não, o criacionismo foi e é defendido (e combatido) por brasileiros em igrejas, escolas, universidades, jornais, praças, mesas de bar e podcasts<sup>327</sup>.

Hoje, então, não há dúvida de que o criacionismo é um tema socialmente relevante no Brasil, de que ele participa da realidade social brasileira. A pergunta é: como isso aconteceu? Quais foram os fatos e processos históricos que tornaram o criacionismo “plausível” na nossa sociedade? Essa foi a pergunta que este trabalho buscou responder

---

<sup>326</sup> E eu agradeço especialmente aos comentários da professora Regina Horta na Banca de Qualificação por isso.

<sup>327</sup> No dia 12 de maio de 2023, um dos maiores podcasts do Brasil realizou um debate de dez horas e quarenta e cinco minutos – sim, dez horas seguidas! – sobre o tema “Evolucionismo x Criacionismo”. Nos primeiros três dias, o podcast já tinha mais de um milhão de visualizações no YouTube, sem contar outras plataformas e sem contar os vídeos de cortes produzidos a partir dele

passando pela valorização da ciência no Brasil da segunda metade do século XX, pela subsequente expansão do ensino escolar de evolução, pela ampliação da presença e da atuação política de fundamentalistas no país e pelas relações entre sociedades criacionistas brasileiras e norte-americanas.

Essa resposta, claro, é ainda incompleta e provisória. Muitas novas pesquisas serão necessárias para ampliar, aprofundar e revisar os resultados desta. Mas, por enquanto, espero que os resultados e caminhos apresentados aqui sejam elucidativos para compreender o passado e o presente dessa controvérsia e estimulem o diálogo e a produção acadêmica sobre esse tema ainda tão sub-representado na historiografia brasileira.

## **Bibliografia**

*A Vida - Qual a Sua Origem? A Evolução ou a Criação?* Tatuí: Sociedade Torre de Vigia de Bíblias e Tratados, 1985.

AGASSIZ, L. Professor Agassiz on the Origin of Species. *The American Journal of Science*, n. 30, p. 142–154, 1860.

ALBANESE, C. L. *America: Religions & Religion*. Boston: Cengage Learning, 2012.

ALMEIDA, A. V. DE; FALCÃO, J. T. DA R. As teorias de Lamarck e Darwin nos livros didáticos de Biologia no Brasil. *Ciência & Educação (Bauru)*, v. 16, n. 3, p. 649–665, 2010.

AMMERMAN, N. T. *Baptist Battles: Social Change and Religious Conflict in the Southern Baptist Convention*. New Brunswick: Rutgers University Press, 1990.

ARAÚJO, A. M. DE. O salto qualitativo em Theodosius Dobzhansky: unindo as tradições naturalista e experimentalista. *História, Ciências, Saúde-Manguinhos*, v. 8, n. 3, p. 713–726, 2001.

ARAÚJO, A. M. DE. Spreading the evolutionary synthesis: Theodosius Dobzhansky and genetics in Brazil. *Genetics and Molecular Biology*, v. 27, n. 3, p. 467–475, 2004.

AYALA, F. J. Biology and Religion: The Case for Evolution. In: KAMPOURAKIS, K. (Org.). *The Philosophy of Biology: A Companion for Educators*. Dordrecht: Springer Science & Business Media, 2013. p. 161–178.

BARBOUR, I. G. *When Science Meets Religion: Enemies, Strangers, or Partners?* New York: Harper One, 2000.

BEACH, H. H. Decadence of Darwinism. *The Fundamentals: a testimony to the truth*.

Los Angeles: The Bible Institute of Los Angeles, 1917. p. 59–71.

BERGER, P. L. *O dossel sagrado: elementos para uma teoria sociológica da religião*. São Paulo: Ed. Paulinas, 1985.

BERGER, P. L.; LUCKMANN, T. *A construção social da realidade: tratado de sociologia do conhecimento*. Petrópolis: Vozes, 2008.

BERNARDES, A. *A Teoria da Evolução*. São Paulo: Empresa Batista Editora, 1953.

BIZZO, NELIO M.V. Darwin e o Rompimento com a Teologia Natural de Paley. *Brazilian Geographical Journal: Geosciences and Humanities research medium*, v. 1, n. 1, p. 21–32, 2010.

BIZZO, NELIO MARCO VINCENZO. *Ensino de Evolução e História do Darwinismo*. 1991. 312 + 155 f. Universidade de São Paulo, 1991.

BLANCKE, S.; HJERMITSLEV, H. H.; KJÆRGAARD, P. C. *Creationism in Europe*. Baltimore: Johns Hopkins University Press, 2014.

BORBA, R. C. DO N.; AZEVEDO, M.; SELLES, S. E. Norma Cleffi e o “Movimento de Renovação do Ensino de Ciências”. *Anais do VIII ENEBIO (Encontro Nacional de Ensino de Biologia)*, p. 3469–3477, 2021.

BOWLER, P. J. *Evolution: the history of an idea*. Berkeley: University of California Press, 2003.

BOYLE, R. A Red Moon over the Mall: The Sputnik Panic and Domestic America. *The Journal of American Culture*, v. 31, n. 4, p. 373–382, 2008.

BOZEMAN, T. D. *Protestants in an age of science: The Baconian ideal and antebellum American religious thought*. Chapel Hill: UNC Press Books, 2012.

- BRANCH, G.; MEAD, L. S. “Theory” in Theory and Practice. *Evolution: Education and Outreach*, v. 1, n. 3, p. 287–289, 17 jun. 2008.
- BROOKE, J. H. *Science and religion: Some historical perspectives*. Cambridge: Cambridge University Press, 1991.
- BROSSEAU, O.; SILBERSTEIN, M. Evolutionism(s) and Creationism(s). In: HEAMS, H. *et al.* (Org.). . *Handbook of Evolutionary Thinking in the Sciences*. Dordrecht: Springer Netherlands, 2014. .
- BROWNE, J. Asa Gray and Charles Darwin: Corresponding Naturalists. *Harvard Papers in Botany*, v. 15, n. 2, p. 209–220, 1 dez. 2010.
- BRYAN, W. J. God and Evolution. *The New York Times*, 1922.
- BUBER, M. *Eu e Tu*. São Paulo: Centauro, 2001.
- BUTLER, J. *Awash in a sea of faith: christianizing the American people*. Cambridge: Harvard University Press, 1992.
- CABRAL, J. R. *Sacramentada pela fé: discurso católico sobre a ciência no Brasil do século XX (1921-1942)*. 2011. 211 f. Fundação Oswaldo Cruz, 2011.
- CAIN, J. Rethinking the synthesis period in evolutionary studies. *Journal of the History of Biology*, v. 42, n. 4, p. 621–648, 2 nov. 2009.
- CAIXETA, L. J.; CALDEIRA, H. R. Interview with Ronald L. Numbers. *Temporalidades*, v. 11, n. 3, p. 516–520, 31 jan. 2020.
- CALDEIRA, H. R. *Evolution: A Journal of Nature: ciência, evolução e fundamentalismo nos Estados Unidos (1927-1938)*. *Dissertação (Mestrado em História)*. 2018. 137 f. Universidade Federal de Minas Gerais, 2018.

- CALDEIRA, H. R. *O eclipse do darwinismo e a controvérsia fundamentalista nos Estados Unidos (1859-1930)*. 2016a. Universidade Federal de Minas Gerais, 2016.
- CALDEIRA, H. R. The Fundamentals e a religião como ciência nos Estados Unidos (1910-1915). *Temporalidades*, v. 8, n. 2, p. 346–362, 2016b.
- CAMPOS, L. S. Os Mapas, Atores e Números da Diversidade Religiosa Cristã Brasileira: Católicos e Evangélicos entre 1940 e 2007. *Revista de Estudos da Religião - REVER*, v. 4, p. 9–47, 2008.
- CARULA, K. O darwinismo nas Conferências Populares da Glória. *Revista Brasileira de História*, v. 28, n. 56, p. 349–370, 2008.
- CARVALHO, F. L. G. DE. A Igreja Adventista do Sétimo Dia no Brasil: inserção e desenvolvimento institucional. *Revista Pistis & Praxis: Teologia e Pastoral*, v. 6, n. 3, p. 1057–1075, 2014.
- CARVALHO, J. M. DE. *D. Pedro II: ser ou não ser*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.
- CID, M. R. L. *O aperfeiçoamento do homem por meio da seleção: Miranda Azevedo e a divulgação do darwinismo, no Brasil, na década de 1870*. 2004. 134 f. Casa de Oswaldo Cruz – FIOCRUZ, 2004.
- CLARK, C. A. *God - or Gorilla: Images of Evolution in the Jazz Age*. Baltimore: Johns Hopkins University Press, 2008.
- CLARK, C. A. Ignoring the Elephants: Visual Images and Jazz Age Critics. *Museums & Social Issues*, v. 1, n. 1, p. 103–110, 2006.
- COLE, S. G. *The History of Fundamentalism*. New York: Richard R. Smith, Inc., 1931.

COLLICHIO, T. A. F. *Miranda Azevedo e o darwinismo no Brasil*. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia, 1988.

CONKIN, P. K. *When all the gods trembled: Darwinism, Scopes, and american intellectuals*. . Maryland: Rowman & Littlefield Publishers, Inc. , 1998

CORTE, N. *As origens do homem*. São Paulo: Livraria e Editora Flamboyant, 1958.

COWAN, BENJAMIN A. *Moral Majorities across the Americas: Brazil, the United States and the Creation of the Religious Right*. Chapel Hill: University of North California Press, 2021.

COWAN, BENJAMIN ARTHUR. “Nosso Terreno”: crise moral, política evangélica e a formação da ‘Nova Direita’ brasileira. *Varia Historia*, v. 30, n. 52, p. 101–125, abr. 2014.

CRISWELL, W. A. *Did Man Just Happen?* Grand Rapids: Zondervan, 1957.

CRISWELL, W. A. *É o Homem Produto do Acaso?* Rio de Janeiro: Casa Publicadora Batista, 1960.

DARWIN, C. R. *On the origin of species by means of natural selection, or the preservation of favoured races in the struggle for life*. London: John Murray, 1859.

DEBOER, G. E. *A History of Ideas in Science Education: Implications for Practice*. New York: Teachers College Press, Columbia University, 1991.

*Did Man Get Here by Evolution or by Creation?* Brooklyn, NY: Watch Tower Bible and Tract Society, 1967.

DILLEY, S. Nothing in biology makes sense except in light of theology? *Studies in History and Philosophy of Science Part C :Studies in History and Philosophy of*

*Biological and Biomedical Sciences*, v. 44, n. 4, p. 774–786, 1 dez. 2013a.

DILLEY, S. The Evolution of Methodological Naturalism in the Origin of Species.

*HOPOS: The Journal of the International Society for the History of Philosophy of Science*, v. 3, n. 1, p. 20–58, 2013b.

DIXON, T.; CANTOR, G.; PUMFREY, S. (Org.). *Science and Religion: New Historical Perspectives*. Cambridge: Cambridge University Press, 2010.

DOBZHANSKY, T. Nothing in Biology Makes Sense except in the Light of Evolution.

*The American Biology Teacher*, v. 35, n. 3, p. 125–129, 1973.

DOMINGUES, H. M. B.; SÁ, M. R.; GLICK, T. (Org.). *A recepção do darwinismo no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2003.

DORVILLÉ, L. F. M.; SELLES, S. L. E. Criacionismo: transformações históricas e implicações para o ensino de ciências e biologia. *Cadernos de Pesquisa*, v. 46, n. 160, p. 442–465, jun. 2016.

DUARTE, R. H. *A biologia militante: o Museu Nacional, especialização científica, divulgação do conhecimento e práticas políticas no Brasil, 1926-1945*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.

Educação ambiental. *Onda Jovem*, n. 7, 2007.

Evolutionism in the Pulpit. *The Fundamentals: a testimony to the truth*. Los Angeles: The Bible Institute of Los Angeles, 1917. p. 88–96.

FARIA, G. A.; MASSARANI, L.; MOREIRA, I. DE C. A ciência em marcha: trajetória de Oswaldo Frota-Pessoa na divulgação científica. *Revista Brasileira de História da Ciência*, v. 15, n. 1, p. 138–163, 2022.

FARIA, L.; COSTA, M. C. DA. Cooperação científica internacional: estilos de atuação da Fundação Rockefeller e da Fundação Ford. *DADOS - Revista de Ciências Sociais*, v. 49, n. 1, p. 159–191, 2006.

FERNGREN, G. B. (Org.). *The History of Science and Religion in the Western Tradition: An Encyclopedia*. New York: Garland Publishing, 2000.

FERREIRA, L. O. O ethos positivista e a institucionalização da ciência no Brasil no início do século XIX. *Fênix: Revista de História e Estudos Culturais*, v. 4, n. 3, p. 1–10, 2007.

FERREIRA, M. A. A teleologia na biologia contemporânea. *Scientiae Studia*, v. 1, n. 2, p. 183–193, 2003.

FIGUEIRA, S. N. *Da Origem do Homem*. Salvador: Empresa Gráfica da Bahia, 1982.

FLECK, L. *Gênese e desenvolvimento de um fato científico*. Belo Horizonte: Fabrefactum, 2010.

FOSDICK, H. E. Shall the fundamentalists win? *Christian Work*, v. 102, n. 10, p. 716–722, 1922.

FREIRE-MAIA, N. *Criação e evolução: Deus, o acaso e a necessidade*. Petrópolis: Vozes, 1986.

GAIÃO, D. M. *A concepção de modernização na política de cooperação técnica entre o MEC e a USAID*. 2008. 163 f. Universidade de Brasília, 2008.

GEFFRÉ, C. *Crer e interpretar: a virada hermenêutica da teologia*. Petrópolis: Vozes, 2004.

GLASS, B. Essays of an Evolutionist. *The Quarterly Review of Biology*, v. 40, n. 2, p.

176–178, 1965.

GLASS, B. *Renasant Biology - A report on the AIBS Biological Sciences Curriculum Study*. *The School Review*, v. 70, n. 1, p. 14–43, 1962.

GLICK, T. A Fundação Rockefeller e a Emergência da Genética no Brasil (1943-1960). In: DOMINGUES, HELOISA MARIA BERTOL; SÁ, M. R.; GLICK, T. (Org.). *A recepção do Darwinismo no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2003. p. 145–174.

GLICK, T. F. O Programa Brasileiro de genética evolucionária de populações, de Theodosius Dobzhansky. *Revista Brasileira de História*, v. 28, n. 56, p. 315–325, 2008.

GLICK, T. F. The Comparative Reception of Darwinism: A Brief History. *Science & Education*, v. 19, n. 6–8, p. 693–703, 27 jun. 2010.

GOULD, S. J. *The Structure of Evolutionary Theory*. Massachusetts: Harvard University Press, 2002.

GOUVÊA, T. G. *Os primórdios da Pós-Graduação em Fitotecnia na UFV: memórias do programa pioneiro no Brasil*. 2017. Universidade Federal de Viçosa, 2017.

GRABINER, J. V.; MILLER, P. D. Effects of the Scopes Trial. *Science*, Paul B. Mann da Evolution é co-autor do textbook mais popular de biologia dos anos 1930-40-50, v. 185, n. 4154, p. 832–837, 1974.

GROBMAN, A. B. The BSCS: A Challenge to the Colleges. *AIBS Bulletin*, v. 11, n. 6, p. 17–20, 1961.

GRUZINSKI, S. Os mundos misturados da monarquia católica e outras connected histories. *Topoi*, v. 2, n. 2, p. 175–196, 2001.

GUALTIERI, R. C. E. *Evolucionismo no Brasil: ciência e educação nos museus 1870-1915*. São Paulo: Liv. da Física, 2009.

HABERMAS, J. *Entre naturalismo e religião: estudos filosóficos*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2007.

HARDIN, J.; NUMBERS, R. L.; BINZLEY, R. A. (Org.). *The Warfare between Science and Religion: The Idea that Wouldn't Die*. Baltimore: Johns Hopkins University Press, 2018.

HARRISON, P. *The territories of science and religion*. Chicago: University of Chicago Press, 2015.

HERNÁNDEZ-CANĀDAS, P. L. *Os periódicos “ciência hoje” e “ciência e cultura” e a divulgação da ciência no Brasil*. 1987. 190 f. Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1987.

HILLEARY, W.; METZGER, O. *The World's Most Famous Court Trial: Tennessee Evolution Case: a Complete Stenographic Report of the Famous Court Test of the Tennessee Anti-Evolution Act, at Dayton, July 10 to 21, 1925, Including Speeches and Arguments of Attorneys*. Cincinnati: National Book Company, 1925.

HODGE, C. *Systematic Theology*. New York: Scribner, Armstrong, and Co., 1874.

HOFSTADTER, R. *Social Darwinism in American Thought*. Boston: Beacon Press, 1992.

HOPWOOD, N. Pictures of Evolution and Charges of Fraud: Ernst Haeckel's Embryological Illustrations. v. 97, n. 2, p. 260–301, 2006.

HUTCHISON, W. R. *The modernist impulse in American Protestantism*. Durham:

Duke University Press, 1992.

HUXLEY, A. *Ends And Means: An Enquiry into the Nature of Ideals and into the Methods employed for their Realization*. Edinburgh: Reader's Union and Chatto & Windus, 1938.

HUXLEY, T. H. *Evidences as to Man's Place in Nature*. Edinburgh: Williams and Norgate, 1864.

JAMES, E. O. *Creation and cosmology: a historical and comparative inquiry*. Leiden: Brill, 1969.

JEWETT, A. *Science, Democracy, and the American University: From the Civil War to the Cold War*. New York: Cambridge University Press, 2012.

JEWETT, A. Science & the Promise of Democracy in America. *Daedalus*, v. 132, n. 4, p. 64–70, 2003.

JOYNSON, R. B. *The Burt Affair*. London: Routledge, 1989.

JÚNIOR, A. É. H. Teologia e revolução: a radicalização teológico-política de Richard Shaull. *Estudos de Religião*, v. 26, n. 43, p. 56–76, 2012.

KANT, I. *A religião nos limites da simples razão*. São Paulo: Escala Educacional, 2006.

KAZIN, M. *A Godly Hero: The Life of William Jennings Bryan*. New York: Anchor, 2007.

KONOVAL, B. What Has Dayton to Do with Sils-Maria? Nietzsche and The Scopes Trial. *Perspectives on Science*, v. 22, n. 4, p. 545–573, dez. 2014.

KRASILCHIK, M. Inovação no ensino das ciências. In: GARCIA, W. (Org.). .

*Inovação Educacional no Brasil*. São Paulo: Cortez Editora e Autores Associados, 1980. .

KRASILCHIK, M. *Prática de Ensino de Biologia*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008.

LAATS, A. *Fundamentalism and Education in the Scopes Era*. New York: Palgrave Macmillan, 2010.

LAATS, A. *The other school reformers: conservative in American education*. Cambridge: Harvard University Press, 2015.

LADOUCEUR, R. P. Ella Thea Smith and the Lost History of American High School Biology Textbooks. *Journal of the History of Biology*, v. 41, p. 435–471, 2008a.

LADOUCEUR, R. P. Ella Thea Smith and the Lost History of American High School Biology Textbooks. *Journal of the History of Biology*, v. 41, n. 3, p. 435–471, 18 set. 2008b.

LAFOLLETTE, M. C. *Reframing Scopes: journalists, scientists, and lost photographs from the trial of the century*. Lawrence: University Press of Kansas, 2008.

LAPORTE, L. F. The World into Which Darwin Led Simpson. *Journal of the History of Biology*, v. 23, n. 3, p. 499–516, 1990.

LARGENT, M. A. Darwinism in the United States, 1859-1930. In: RUSE, M. (Org.). . *The Cambridge Encyclopedia of Darwin and Evolutionary Thought*. New York: Cambridge University Press, 2013. .

LARSON, E. J. Before the Crusade: Evolution in American Secondary Education Before 1920. *Journal of the History of Biology*, v. 20, n. 1, p. 89–114, 1987.

LARSON, E. J. *Summer for the Gods: The Scopes Trial and America's Continuing Debate over Science and Religion*. Cambridge: Basic Books, 2006.

LARSON, E. J. *Trial and error: the American controversy over creation and evolution*. Oxford: Oxford University Press, 2003.

LIENESCH, M. *In the Beginning: Fundamentalism, The Scopes Trial, and the Making of the Antievolution Movement*. Chapel Hill: The University of North Carolina Press, 2007.

*Life – How Did It Get Here? By Evolution or by Creation?* Brooklyn, NY: Watch Tower Bible and Tract Society, 1985.

LIVINGSTONE, D. N. *Darwin's forgotten defenders*. Vancouver: Regent College Publishing, 2001.

LOEWENBERG, B. J. The Controversy over Evolution in New England 1859-1873. *The New England Quarterly*, v. 8, n. 2, p. 257, jun. 1935.

LOFTON, K. The Methodology of the Modernists: Process in American Protestantism. *Church History*, v. 75, n. 2, p. 374–402, 2006.

LONGFIELD, B. J. *The Presbyterian Controversy: Fundamentalists, Modernists, & Moderates*. [S.l: s.n.], 1991.

LOPES, A. H. L. A guarda do sábado para o Adventismo do Sétimo Dia e as ações de Jesus no sábado, no evangelho de Lucas. *Colloquium: Revista Multidisciplinar de Teologia*, v. 6, n. 1, p. 99–113, 2021.

LORENZ, KARL M.; BARRA, V. M. Produção de Materiais Didáticos de Ciências no Brasil, Período 1950 a 1980. *Ciência e Cultura*, v. 38, n. 12, p. 1970–1983, 1986.

- LORENZ, KARL MICHAEL. Ação de instituições estrangeiras e nacionais no desenvolvimento de materiais didáticos de ciências no Brasil: 1960-1980. *Revista Educação em Questão*, v. 31, n. 17, 15 abr. 2008.
- MAGOGA, P. M.; MURARO, D. N. A escola pública e a sociedade democrática: a contribuição de Anísio Teixeira. *Educação & Sociedade*, v. 41, p. 1–16, 2020.
- MAHER, N. M. *Apollo in the Age of Aquarius*. Cambridge: Harvard University Press, 2017.
- MAJERUS, M. E. N. Industrial Melanism in the Peppered Moth, *Biston betularia*: An Excellent Teaching Example of Darwinian Evolution in Action. *Evolution: Education and Outreach*, v. 2, n. 1, p. 63–74, 2009.
- MALAFAIA, S. *Criação x Evolução: quem está com a verdade?* Rio de Janeiro: Editora Central Gospel, 2009.
- MANTOVANI, K. P. *O Programa Nacional do Livro Didático - PNLD: impactos na qualidade do ensino público*. 2009. Universidade de São Paulo, 2009.
- MARSDEN, G. M. *Fundamentalism and American Culture*. New York: Oxford University Press, 2006.
- MARSH, F. L. *Estudos sobre Criacionismo*. Santo André: Casa Publicadora Brasileira, [S.d.].
- MARSH, F. L. *Evolução ou Criação Especial?* Santo André: Casa Publicadora Brasileira, [S.d.].
- MARSH, F. L. *Evolution or Special Creation?* Washington, D.C.: Review and Herald, 1963.

- MARSH, F. L. *Studies in Creationism*. Washington, D.C.: Review and Herald, 1950.
- MAYR, E. *Desenvolvimento do pensamento biológico: diversidade, evolução e herança*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1998.
- MAYR, E. The idea of teleology. *Journal of the History of Ideas*, v. 53, n. 1, p. 117–135, 1992.
- MCBRAYER, J. P.; HOWARD-SNYDER, D. (Org.). *The Blackwell Companion to The Problem of Evil*. Chichester: Wiley Blackwell, 2013.
- MCCARTNEY, C. Shall Unbelief Win? An Answer to Dr. Fosdick. *The Presbyterian*, 1922.
- MCIVER, T. Formless and Void: Gap Theory Creationism. *Creation/Evolution*, n. 24, p. 1–24, 1988.
- MENDONÇA, A. G. O protestantismo no Brasil e suas encruzilhadas. *Revista USP*, n. 67, p. 48–67, 2005.
- MENDONÇA, A. G.; VELASQUES FILHO, P. (Org.). *Introdução ao protestantismo no Brasil*. São Paulo: Edições Loyola, 1990.
- MOORE, J. *The Post-Darwinian Controversies*. New York: Cambridge University Press, 1979.
- MOORE JR, L. Another Look at Fundamentalism: A Response to Ernest R. Sandeen. *Church History*, v. 37, p. 195–202, 1968.
- MORAN, J. P. *The Scopes Trial: A Brief History with Documents*. Boston: Bedford/St. Martin's, 2002.

MORRIS, H. M. *O Enigma das Origens - A Resposta*. Belo Horizonte: Editora Origens, A.B.P.C., 1995.

MOSCOVICI, S. *A psicanálise, sua imagem e seu público*. Petrópolis: Vozes, 2012.

MULLER, H. J. One Hundred Years Without Darwinism Are Enough. *School Science and Mathematics*, v. 59, n. 4, p. 304–316, 1 abr. 1959.

NARTONIS, D. K. *Louis Agassiz and the Platonist story of creation at Harvard, 1795-1846*. *Journal of the History of Ideas*. [S.l.]: Journal of the History of Ideas. , 2005

NICHOL, F. D. *Deus e evolução*. Santo André: Casa Publicadora Brasileira, 1974.

NICHOL, F. D. *God and Evolution*. Washington, D.C.: Review and Herald, 1965.

NUMBERS, R. L. Creationism in 20th-Century America. *Science*, v. 218, n. 5, p. 538–544, 1982.

NUMBERS, R. L. *Darwinism comes to America*. Cambridge: Harvard University Press, 1988.

NUMBERS, R. L. *The Creationists: From Scientific Creationism to Intelligent Design*. Cambridge: Harvard University Press, 2006.

NUMBERS, R. L. *The creationists: the evolution of scientific creationism*. Berkeley, California: University of California Press, 1993.

NUMBERS, R. L.; STENHOUSE, J. *Disseminating Darwinism: The Role of Place, Race, Religion, and Gender*. New York: Cambridge University Press, 2001.

OLIVEIRA, A. W.; COOK, K. L. Evolution Education and the Rise of the Creationist Movement in Brazil. In: HASAN DENIZ; LISA A. BORGERDING (Org.). *Evolution*

*Education Around the Globe*. New York: Springer International Publishing, 2018. p. 119–136.

OLIVEIRA, B. J. DE. Os circuitos de Fleck e a questão da popularização da ciência. In: CONDÉ, M. L. L. (Org.). . *Ludwik Fleck: estilos de pensamento na ciência*. Belo Horizonte: Fino Traço Editora Ltda., 2012. p. 121–144.

ORESQUES, N.; KRIGE, J. (Org.). *Science and Technology in the Global Cold War*. Cambridge: The MIT Press, 2014.

PALEY, W. *Natural Theology: or, Evidences of the Existence and Attributes of the Deity*. London: Wilks and Taylor, 1802.

PAPAVERO, N. Fritz Müller e a comprovação da teoria de Darwin. In: DOMINGUES, HELOISA MARIA BERTOL; SÁ, M. R.; GLICK, T. (Org.). . *A Recepção do Darwinismo no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2003. p. 29–44.

PAULY, P. J. The Development of High School Biology: New York City, 1900-1925. *Isis*, v. 82, n. 4, p. 662–688, 1991.

PEREIRA, A. L. *et al. A natureza, as suas histórias e os seus caminhos*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2003.

PIERUCCI, A. F. “Bye bye, Brasil” - O declínio das religiões tradicionais no Censo 2000. *Estudos Avançados*, v. 18, n. 52, p. 17–28, 2004.

PRICE, G. M. *Illogical Geology: The Weakest Point in The Evolution Theory*. Los Angeles: The Modern Heretic Co., 1906.

RAJ, K. Beyond Postcolonialism... and Postpositivism: Circulation and the Global History of Science. *Isis*, v. 104, n. 2, p. 337–347, 2013.

- RAVALICO, D. E. *A criação não é um mito*. São Paulo: Editora Paulinas, 1977.
- REZNIK, T. *O desenvolvimento do conceito de gene e sua apropriação nos livros didáticos de Biologia*. 1995. Universidade Federal Fluminense, 1995.
- RIBEIRO JUNIOR, H. C.; MARTINS, M. DO C. Reorganização do sistema de ensino em tempos democráticos: reforma curricular de 1951 e o ensino de história. *Revista Brasileira de História da Educação*, v. 18, p. 1–26, 2018.
- RICHTER, J. *Traces of the Gods: Ancient Astronauts as a Vision of Our Future*. *Numen*, v. 59, n. 2–3, p. 222–248, 2012.
- RIMMER, H. *A Ciência Moderna e as Escrituras Sagradas*. São Paulo: Casa Editora Presbiteriana, 1950.
- RIMMER, H. *The Harmony of Science and Scripture*. Berne: The Berne Witness Company, 1936.
- ROBERTS, J. H. *Darwinism and the Divine in America: Protestant Intellectuals and Organic Evolution*. Madison: University of Wisconsin Press, 1988.
- ROCHA, D. Uma batalha pelas mentes: Tim LaHaye e a ascensão da Direita Cristã norte-americana. *Religare*, v. 16, n. 1, p. 140–169, 2019.
- ROMANELLI, O. DE O. *História da Educação no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 1986.
- RUDOLPH, J. L. Myth 23. That the Soviet Launch of Sputnik Caused the Revamping of American Science Education. In: NUMBERS, R. L.; KAMPOURAKIS, K. (Org.). *Newton's apple and other myths about science*. Cambridge, Massachusetts: Harvard University Press, 2015. p. 186–194.
- RUDOLPH, J. L. *Scientists in the classroom: the cold war reconstruction of American*

- science education*. New York: Palgrave Macmillan, 2002.
- RUDWICK, M. J. S. *Earth's Deep History: How it Was Discovered and Why it Matters*. Chicago: University of Chicago Press, 2014.
- RUOTSILA, M. Globalising the US Christian Right: Transnational Interchange During the Cold War. *The International History Review*, v. 40, n. 1, p. 133–154, 2017.
- RUSE, M. Teleology: yesterday, today, and tomorrow? *Studies in History and Philosophy of the Biological and Biomedical Sciences*, v. 31, n. 1, p. 213–232, 2000.
- SÁ, D. M. DE. *A ciência como profissão: médicos, bacharéis e cientistas no Brasil (1895-1935)*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2006.
- SANDEEN, E. R. The Princeton Theology: one source of Biblical Literalism in American Protestantism. *Church History*, v. 31, n. 3, p. 307–321, 1962.
- SANDEEN, E. R. Toward A Historical Interpretation of the Origins of Fundamentalism. *Church History*, v. 36, n. 1, p. 66–83, mar. 1967.
- SANGLARD, G. *Entre os salões e o laboratório: Guilherme Guinle, a saúde e a ciência no Rio de Janeiro, 1920-1940*. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2008.
- SANTOS, M. C. F. DOS. Ensino de História Natural e Biologia: reformas educacionais e programas da escola secundária (1920-1951). *Ensino & Multidisciplinaridade*, v. 7, n. 1, p. 78, 28 dez. 2021.
- SCHALL, B. *Fronteiras entre ciência e religião: darwinismo e catolicismo no Brasil dos séculos XIX e XX*. 2014. 110 f. Universidade Federal de Minas Gerais, 2014.
- SCHWARCZ, L. M. *O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil, 1870-1930*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

- SCHWARTZMAN, S. *Um espaço para a ciência: a formação da comunidade científica no Brasil*. Brasília: MCT/CEE, 2001. Edição eletrônica disponível em <https://livroaberto.ibict.br/handle/1/757>. Acessada em: 27 de abril de 2024.
- SCOTT, E. C. Antievolution and Creationism in the United States. *Annual Review of Anthropology*, v. 26, p. 263–289, 1997.
- SCOTT, E. C. *Evolution vs. Creationism: An Introduction*. Westport: Greenwood Press, 2009.
- SEDLEY, D. *Creationism and Its Critics in Antiquity*. Berkeley: University of California Press, 2007.
- SHAPIRO, A. R. Civic Biology and the Origin of the School Antievolution Movement. *Journal of the History of Biology*, v. 41, n. 3, p. 409–433, 24 set. 2008.
- SHAPIRO, A. R. *Trying Biology: The Scopes Trial, Textbooks, and the Antievolution Movement in American Schools*. Chicago: The University of Chicago Press, 2013.
- SHIPLEY, M. *The War on Modern Science: A Short History of the Fundamentalist Attacks on Evolution and Modernism*. New York: Alfred A. Knopf, 1927.
- SILVA, W. DOS S. (Org.). *Uma introdução à história do criacionismo adventista no Brasil*. Brasília: Sociedade Criacionista Brasileira, 2017.
- SIMPSON, G. G. One hundred years without Darwin are enough. *Teachers College Record*, v. 60, p. 617–626, 1961.
- SIMPSON, G. G. *This View of Life: The World of an Evolutionist*. New York: Harcourt, Brace & World, Inc., 1964.
- SKOOG, G. Topic of evolution in secondary school biology textbooks: 1900-1977.

*Science Education*, v. 63, n. 5, p. 621–640, 1 out. 1979.

SMITH, T. W. A Report: Nuclear Anxiety. *The Public Opinion Quarterly*, v. 52, n. 4, p. 557–575, 1988.

SMOCOVITIS, V. B. Unifying biology: The evolutionary synthesis and evolutionary biology. *Journal of the History of Biology*, v. 25, n. 1, p. 1–65, 1992.

SOUZA, E. C. F. DE; DORVILLÉ, L. F. M. Ensino de evolução biológica: concepções de professores protestantes de ciências e biologia. *Revista da SBenBio*, n. 7, p. 1855–1866, 2014.

SPENCER, F. *Pitdown: A scientific forgery*. Oxford: Oxford University Press, 1990.

SPINOZA, B. *Ethics: Proved In Geometrical Order*. Cambridge: Cambridge University Press, 2020.

SUBRAHMANYAM, S. Connected histories: notes towards a reconfiguration of early modern Eurasia. *Modern Asian Studies*, v. 31, n. 3, p. 735–762, 1997.

TABACZEK, M. The Metaphysics of Evolution: From Aquinas's Interpretation of Augustine's Concept of Rationes Seminales to the Contemporary Thomistic Account of Species Transformism. *Nova et Vetera*, v. 18, n. 3, p. 945–972, 2020.

TAYLOR, K. N. *Evolução: a resposta bíblica para jovens*. São Paulo: Mundo Cristão, 1973.

TAYLOR, K. N. *Evolution and the High School Student*. Carol Stream: Tyndale House Publishers, 1969.

TEIXEIRA, A. *Pequena introdução à Filosofia da Educação: Escola progressiva ou a transformação da escola*. Rio de Janeiro: DP&A, 2000.

TEIXEIRA, P. M. M. *Pesquisa em Ensino de Biologia no Brasil (1972-2004): um estudo baseado em dissertações e teses*. 2008. Universidade Estadual de Campinas, 2008.

TEIXEIRA, P. P.; LEVINSON, R. Crenças religiosas e evolução: um modelo para o diálogo em aula. *Alexandria: Revista de Educação em Ciência e Tecnologia*, v. 11, n. 1, p. 195–216, 21 maio 2018.

TURNER, F. M. The Victorian Conflict between Science and Religion: A Professional Dimension. *Isis*, v. 69, n. 3, p. 356–376, 1978.

*Veio o Homem a Existir por Evolução ou por Criação?* Brooklyn, NY: Watch Tower Bible and Tract Society, 1968.

VENTURINI, T. Building on faults: How to represent controversies with digital methods. *Public Understanding of Science*, v. 21, n. 7, p. 796–812, 5 out. 2012.

WAIZBORT, R. O progresso do homem brasileiro pelo mecanismo de seleção natural em Miranda Azevedo. *Scientiae Studia*, v. 10, n. 2, p. 327–353, 2012.

WEINBERG, C. R. “Ye Shall Know Them By Their Fruits”: Evolution, Eschatology, and the Anticomunist Politics of George McCready Price. *Church History*, v. 83, n. 3, p. 684–722, 2014.

WELLS, J. Charles Hodge on the Bible and science. *American Presbyterians*, v. 66, n. 3, p. 157–165, 1988.

WILSON, E. O. *On Human Nature*. Cambridge: Harvard University Press, 1978.

WOLFE, A. J. *Freedom’s Laboratory: The Cold War Struggle for the Soul of Science*. Kindle ed. New York: Johns Hopkins University Press, 2018.

WRIGHT, G. F. The Passing of Evolution. *The Fundamentals: a testimony to the truth*.

Los Angeles: The Bible Institute of Los Angeles, 1917. p. 72–87.

YOUNG, C. C.; LARGENT, M. A. *Evolution and Creationism: A Documentary and*

*Reference Guide*. London: Greenwood Press, 2007. v. 188.